



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Hingridy Fassarella Caliarí

**Uma crítica ontológica aos Estudos das juventudes a partir de Georg
Lukács**

Rio de Janeiro

2021

Hingridy Fassarella Caliari

Uma crítica ontológica aos Estudos das juventudes a partir de Georg Lukács

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Zacarias Jaegger Gama

Co-orientador: Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

C153 Caliari, Hingridy Fassarella.
Uma crítica aos Estudos das juventudes a partir de Georg Lukács / Hingridy
Fassarella Caliari. – 2021.
191 f.

Orientadora: Zacarias Jaegger Gama.
Co-orientador: Gaudêncio Frigotto
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Juventude – Teses. 2. Jovens – Teses. 3. Ser social – Teses. I. Gama,
Zacarias Jaegger. II. Frigotto, Gaudêncio. III. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Faculdade de Educação. IV. Título.

bs

CDU 316.35

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Hingridy Fassarella Caliari

Uma crítica ontológica aos Estudos das juventudes a partir de Georg Lukács

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 14 de junho de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr Zacarias Jaegger Gama (Orientador)

Faculdade de Educação - UERJ

Prof. Dr Gaudêncio Frigotto

Faculdade de Educação - UERJ

Prof. Dr Giovane Antonio Scherer

Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFGRS

Prof. Dr Ricardo Lara

Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC

Profª Dra Vania Manfroi

Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao amigo que durante a sua vida se empenhou na defesa dos direitos humanos, dos direitos das juventudes, em especial da juventude negra do estado do Espírito Santo, Lula Rocha (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Como dizia o poeta: “É preciso um bocado de tristeza. Senão, não se faz um samba não”. É no embalo de anos de muitas e diversas dificuldades e, com elas, alegrias e tristezas que findo esta tese. Entre greves docente e discente, depredação da UERJ –universidade que me acolheu tão calorosamente entre suas tantas paredes frias de concreto –, entre manifestações com slogans como “*A Uerj é nossa*”, “*Uerj resiste*”, “*Fica Uerj*”, “*Fora Pezão*”, “*Fora temer*”, “*Ele não*”, “*Fora Bolsonaro, fora Mourão*”; entre desmontes de políticas públicas, golpes parlamentares, eleições desastrosas; e, ainda, uma pandemia mundial que já matou mais de 400 mil pessoas somente no nosso país, que consigo colocar um ponto final no que me parece um grande começo de reflexão e trabalho. Nesse samba da vida, carrego comigo pessoas, instituições e conexões que me apoiam, me sustentam, me constituem, tento de forma breve registrá-las nas linhas que seguem.

Agradeço ao Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, à toda equipe que faz com que ele aconteça, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa que viabilizou minha dedicação ao estudo ora apresentado. Em especial, agradeço ao professor Zacarias, o orientador que em meio a brincadeiras e críticas peculiares, descontração e apoio, tem me ensinado a melhorar meus passos desde a entrevista no processo seletivo do doutorado, realizada junto com outro grande docente, o professor Theotônio dos Santos (*in memoriam*). Agradeço à professora Vania Manfroi pelas contribuições tão profundas na minha vida acadêmica, por me incentivar, ainda nos primeiros períodos do curso de Serviço Social, a estudar as juventudes; ao professor Ricardo Lara, pelo aceite e pela disponibilidade de leitura cuidadosa deste trabalho; à professora Paula Bonfim, ao professor Giovane Scherer e ao professor Gaudencio Frigotto, agradeço as trocas durante diversos momentos, inclusive na qualificação. Agradeço também os diálogos com o professor Luis Antonio Groppo, as trocas, incentivos e orientações, também as leituras de alguns escritos meus e pela atenção dada aos questionamentos e dúvidas; muitas das suas sugestões foram absorvidas neste texto.

Aos diálogos trocados com as amigas/os e estudiosas/os que têm temas de pesquisa parecidos com o meu e impulsionaram de forma singular o término desta tese. Além dos diálogos produtivos, seu apoio e seu afeto foram fundamentais ao longo desse processo de escrita. Obrigada Stefania Vaccaro, Luana Luna, Meyrielle Carvalho, Marialina Cogo, Monica Patricia e Camila Taquetti. Aos coletivos, como o *comunistas*, organizados por grupos de

aplicativo, nada formais, que tantas vezes me ajudaram a suspender meu cotidiano, a dar risadas e a me implicar com questões que não conseguia acompanhar em outros meios, às amigas Elis Marchesi, Ju Mattedi, Fafa Pavesi, Silvinha Sabbagh, Meyri Carvalho, Karin Bruce, Natan, Sabrina Lucia e Frank.

Obrigada também às instituições que me formaram, e que eu também formei, citadas no decorrer deste trabalho: o Núcleo de Estudos das Juventudes e Protagonismo (Nejup) e o Observatório Capixaba da Juventude, nas pessoas da professora Vania Manfroi, Fabricia Helmer, Robson Malacarne, Camila Taquetti, Camila Valadão, Monica Patricia, Morgana Boostel, Vivian Meira, Maxlander Dias, Aline Passos, Lula Rocha (*in memoriam*), Diego Artur, Thiago Emerick, Rafael Lobo. À Geovanni Lima, Raiana Rangel e Marialina Cogo pelas trocas realizadas junto à Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Espírito Santo na busca por contribuir no desenvolvimento de políticas públicas de juventude no Estado. Ao Nosso Conselho Regional de Serviço Social do ES, em especial à gestão Atenta e Forte 2020-2023, que tem me proporcionado novos desafios e feito parte da minha rotina durante o último ano. À Claudia Malinverni, que revisou com profissionalismo, cuidado, atenção e afeto todo o texto que segue.

Agradeço de forma especial à minha família, ao meu companheiro Marcilio, que dialoga de forma cuidadosa e profunda sobre as minhas ideias, que me acolhe e que suportou com todo carinho e atenção minhas ausências e ansiedades, se fazendo sempre presente. O resultado deste trabalho é fruto da paz e do equilíbrio que a gente constrói diariamente. Ao meu enteado Tales, que alegrava minhas tardes de estudo com chazinho e chocolate, e também com silêncios demorados, somente para que eu não perdesse a concentração necessária à escrita. À minha mãe Rosinete, que mesmo às vezes sem entender minha empolgação em determinados assuntos me ouve com toda atenção e segue sempre me incentivando a crescer como pessoa e como profissional. Ao companheirismo do Bruce, que ficou ao meu lado por tantas tardes de escrita e estudo. Agradeço também ao meu irmão Hendricky, aos meus cunhados Paulina, Matheus e Talissa, aos tios Taina e Manel, aos meus sogros Izanete e Viroti (*in memoriam*), por me darem a certeza de que estou no caminho certo, mesmo quando concluímos que eu penso um pouco diferente de todo mundo. Acho que parte dessa diferença no pensar resultou nesta tese, neste esforço investigativo que é fruto de um longo caminhar e envolve tantas pessoas e tantos diálogos que nem é possível registrar por completo. O que fica é a gratidão por todas/os que passaram e perpassaram o estudo que segue.

“O homem – por mais que seja, por isso, um indivíduo particular, e precisamente sua particularidade faz dele um indivíduo e uma coletividade efetivo-*individual* (*wirkliches individuelles Gemeinwesen*) – é, do mesmo modo, tanto a *totalidade*, a totalidade ideal, a existência subjetiva da sociedade pensada e sentida para si, assim como ele também é na efetividade, tanto como intuição e fruição efetiva da existência social, quanto como uma totalidade de externalização humana de vida.”

Karl Marx

“[...] nenhum leitor imparcial de Marx pode deixar de notar que todos os seus enunciados concretos, se interpretados corretamente, isto é, fora dos preconceitos da moda, são ditos, em última análise, como enunciados diretos sobre *certo tipo de ser*, ou seja, são afirmações puramente ontológicas.”

Georg Lukács

RESUMO

CALIARI, Hingridy Fassarella. **Uma crítica ontológica aos Estudos das juventudes a partir de Georg Lukács**. 2021. 191f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

O caminho aqui escolhido refere-se à possibilidade de crítica ontológica dos estudos das juventudes a partir da ontologia do ser social – evidenciando a questão histórico-social e de fundamento teórico de diferentes epistemologias que tratam de forma gnosiológica as “juventudes”, com destaque para as perspectivas ligadas ao estruturalismo, ao funcionalismo, ao positivismo, ao pragmatismo, à sociologia do conhecimento e à psicologia cognitivo comportamental, que foram as correntes que mais investigaram as juventudes no início e nos meados do século XX e continuam a impactar os estudos contemporâneos. Essas epistemologias – não de forma irrestrita, evidentemente – são perpassadas pelo movimento intitulado por Georg Lukács de decadência ideológica. Ou seja, fazem parte de um período de depreciação das ciências sociais, localizado no pós-revolução de 1848, caracterizado de forma geral pela sustentação de argumentos de caráter científico que viabilizam a reprodução da sociedade burguesa, como premissa. E isso motivou a realização de uma espécie de estado da arte no campo de estudo das juventudes, buscando compreender a atual organização da produção de conhecimento. Apesar de inicialmente o caminho escolhido ter fornecido indícios de um estudo gnosiológico, dada a tentativa de compreender as produções teóricas realizadas nas ciências sociais e humanas, em especial no período em que surge a chamada sociologia da juventude, logo de início reforço que a busca nessas linhas se refere a um estudo ontológico, de compreensão do ser social agregado à singularidade da questão das idades, portanto posto em um lugar de abstração diferente. As conclusões remetem ao entendimento de que o ser social em sua juventude é, também, um ser que dá respostas, mas a partir de um campo de manobra reduzido e sociopoliticamente determinado, organizado para contribuir com a reprodução das relações sociais como elas estão. Os estudos ora apresentados concluem que o ser social, em suas singularidades, possui condições objetivas diferentes de dar respostas a esse mundo ambiente. Essas respostas impactam e são impactadas na forma como culturalmente se desenvolvem as relações sociais e a reprodução da vida em seu conjunto de valores e costumes. As marcas sociais e biológicas influem na vida dos sujeitos e impactam o movimento da história, assim coexistem no desenvolvimento da individualidade e da genericidade do ser humano, ou seja, expressam o acúmulo genérico do ser. É, portanto, a partir da busca pelo desvendar das legalidades multideterminadas contidas na ontologia do ser social que começa a ganhar vida esta tese, e, desde então, deixa de ser apenas possibilidade – *dynamis*, nas palavras de Aristóteles – para se tornar objetivada nas linhas que seguem, dando início a um possível processo dialógico que tem como resultado uma breve crítica ontológica das juventudes.

Palavras-chave: Juventudes. Jovens. Ser Social. Ontologia do Ser Social.

RESUMEN

CALIARI, Hingridy Fassarella. **Una crítica ontológica a los estudios de la juventud por Georg Lukács**. 2021. 191f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

El camino elegido aquí se refiere a la posibilidad de una crítica ontológica a los estudios de la juventud a partir de la ontología del ser social - destacando la cuestión histórica y social y el fundamento teórico de diferentes epistemologías que tratan la "juventud" de manera gnosiológica, con énfasis en las perspectivas vinculadas al estructuralismo, funcionalismo, positivismo, pragmatismo, sociología del conocimiento y psicología cognitivo-conductual, que fueron las corrientes que más investigaron la juventud a principios y mediados del siglo XX y continúan impactando los estudios contemporáneos. Estas epistemologías, no de forma íntegra, por supuesto, están impregnadas del movimiento de decadencia ideológica denominado por Georg Lukács. Es decir, forman parte de un período de depreciación de las ciencias sociales, ubicado en la posrevolución de 1848, caracterizado de manera general por el apoyo de argumentos científicos que viabilizan la reproducción de la sociedad burguesa, como principio. Y esto motivó la realización de una especie de estado del arte en el campo de estudio de la juventud, buscando comprender la organización actual de la producción de conocimiento. A pesar de que inicialmente el camino elegido ha evidenciado un estudio gnosiológico, dado el intento por comprender las producciones teóricas realizadas en las ciencias sociales y humanas, especialmente en el período en el que aparece la llamada sociología de la juventud, desde un principio refuerzo que la búsqueda en estas líneas remite a un estudio ontológico, de comprensión del ser social sumado a la singularidad de la cuestión de las edades, por tanto colocado en un lugar de diferente abstracción. Las conclusiones se refieren al entendimiento de que el ser social en su juventud es también un ser que da respuestas, pero desde un campo de maniobra reducido y determinado sociopolíticamente, organizado para contribuir con la reproducción de las relaciones sociales tal como son. Los estudios aquí presentados concluyen que el ser social, en sus singularidades, tiene diferentes condiciones objetivas para responder a este mundo ambiental. Estas respuestas impactan y son impactadas en la forma cómo se desarrollan culturalmente las relaciones sociales y la reproducción de la vida en su conjunto de valores y costumbres. Las marcas sociales y biológicas influyen en la vida de los sujetos e impactan en el movimiento de la historia, así, coexisten en el desarrollo de la individualidad y generosidad del ser humano, es decir, expresan la acumulación genérica del ser. Es, por tanto, a partir de la búsqueda por desvelar las legalidades multideterminadas contenidas en la ontología del ser social que esta tesis comienza, y, desde entonces, deja de ser solo una posibilidad - dynamis, en palabras de Aristóteles – para materializarse en las líneas que siguen, iniciando un posible proceso dialógico que resulta en una breve crítica ontológica a los estudios de la juventud.

Palabras clave: Juventud. Jóvenes. Ser Social. Ontología del Ser Social.

ABSTRACT

CALIARI, Hingridy Fassarella. **An Ontological Critique to Studies of Youth by Georg Lukács**. 2021. 193f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

The path chosen here refers to the possibility of ontological criticism of young people from the ontology of the social being - highlighting the historical-social issue and theoretical foundation of different epistemologies that treat "youth" in a gnosiological way, with emphasis on the perspectives linked to structuralism, functionalism, positivism, pragmatism, sociology of knowledge and cognitive behavioral psychology, which were the currents that most investigated youth in the early and mid-twentieth century and continue to impact contemporary studies. These epistemologies – not in an unrestricted way, of course – are permeated by the movement named by Georg Lukács of ideological decay. In other words, they are part of a period of depreciation of the social sciences, located in the post-revolution of 1848, generally characterized by the support of scientific arguments that make the reproduction of bourgeois society viable, as a premise. And this motivated the realization of a kind of state of the art in the field of study of youth, seeking to understand the current organization of knowledge production. Although initially the chosen path provided evidence of a gnosiological study, given the attempt to understand the theoretical productions carried out in the social and human sciences, especially in the period in which the so-called sociology of youth appears, right from the start I reinforce that the search in these lines refers to an ontological study, of understanding the social being added to the singularity of the question of ages, therefore placed in a place of different abstraction. The conclusions refer to the understanding that the social being in his youth is also a being that gives answers, but from a reduced field of maneuver and socio-politically determined, organized to contribute to the reproduction of social relations as they are. The studies presented here conclude that the social being, in its singularities, has different objective conditions to respond to this ambient world. These responses impact and are impacted on the way in which social relationships and the reproduction of life in its set of values and customs are culturally developed. Social and biological marks influence the lives of subjects and impact the movement of history, thus coexisting in the development of individuality and generosity of the human being, that is, they express the generic accumulation of being. It is, therefore, from the search to unveil the multi-determined legalities contained in the ontology of social being that this thesis begins to come to life, and, since then, it is no longer just a possibility – dynamis, in the words of Aristotle – to become objectified in the lines that follow, starting a possible dialogic process that results in a brief ontological critique of the youths

Keywords: Youths. Young. Social Being. Ontology of Social Being.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AERF – Atlas Economic Research Foundation

ALN – Aliança Libertadora Nacional

BDTD – Banco de Teses e Dissertações

CCCS – Center for Contemporary Cultural Studies

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

IEA – Institute Of Economic Affairs

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

NEJUP – Núcleo de Estudos das Juventudes e Protagonismo

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PNI/MS – Programa Nacional de Imunização do Ministério da Saúde

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

SIS – Síntese de Indicadores Sociais

SNJ – Secretaria Nacional da Juventude

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

	OS PRIMEIROS PASSOS DO ESTUDO	123
	De Onde Escrevo	21
	Como Escrevo	27
1	AS DECADÊNCIAS, MISÉRIAS E RIQUEZAS DO CONHECER	34
1.1	O Gnosiológico e o Ontológico	36
1.2	As Mudanças Paradigmáticas	39
1.3	O Que Vem Primeiro, o Ser ou o Conhecer? Decadência Ideológica, Origem da Sociologia da Juventude, Atualidade do Irracionalismo	50
2	PRESSUPOSTOS DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL	68
2.1	As Legalidades da Vida em Sua Diversidade	70
2.2	A Reprodução Biológica e Social, a Continuidade Histórica, o Movimento	86
3	DA SOCIOLOGIA DA JUVENTUDE À SUA CRÍTICA ONTOLÓGICA	102
3.1	Origem dos Estudos Sobre Juventude e Geração	104
3.1.1	<u>Os Estados Unidos, a Escola de Chicago e o Estrutural-Funcionalismo ..</u>	115
3.1.2	<u>O Culturalismo da Universidade de Birmingham</u>	122
3.1.3	<u>O Pragmatismo e a Teoria das Gerações</u>	129
3.2	Uma Interação Entre as Perspectivas Tradicionais e os Estudos Contemporâneos Sobre as Juventudes	142
	A CRÍTICA ONTOLÓGICA DAS JUVENTUDES, BREVE CONCLUSÃO	156
	REFERÊNCIAS	174
	APÊNDICE 1 - Relação de publicações sobre Juventude da SNJ	182
	APÊNDICE 2 - Relação de publicações do IPEA sobre juventude entre 2003 e 2016	184

OS PRIMEIROS PASSOS DO ESTUDO

A forma de estudo, a coleta e a preparação da análise das informações distinguem-se da escrita final, aquela a que o leitor tem acesso, fato já relatado por tantos autores, como José Paulo Netto (2009a), que ressalta a diferença entre o método de análise e a exposição de dados e informações em pesquisa. O que se vê nos textos acadêmicos é a lapidação final de um longo processo que esconde grande parte do trabalho realizado e pode, mesmo não intencionalmente, menosprezar o esforço empreendido ao longo da investigação para chegar ao ponto desejado. Para diminuir esse espaço entre o trabalho realizado e o trabalho narrado, neste estudo reforço a necessidade de descrever o caminhar, mesmo que seja já por meio de uma exposição lapidada, não expressando de forma total o ocorrido em tempo real. Mas garanto, a quem acessar este estudo, a possibilidade de conhecer um pouco de como foram se desenrolando as conclusões que seguem.

Os traços do caminho que me conduziu até aqui, portanto, não foram apagados, não se tornaram inexistentes. Ao contrário: primordiais, eles apenas não estão facilmente visíveis. Foram superados no sentido hegeliano do termo, em que o que era é incorporado e transformado no que é, ou seja, é transformado, e não suprimido. E, para reforçar a importância da conexão e inter-relação entre o que é aparente e o que é essência, começo pela definição do objeto empírico. Foram muitas as tentativas de encontrar e organizar o material para análise, tendo como problemas de pesquisa temporários, já superados na versão final desta tese¹: *O que é juventude no Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013)? Qual o conceito de juventude assumido pelo Estado brasileiro e que deu origem ao estatuto? Quais suas linhas teóricas orientadoras? O que sustentou e sustenta os programas e projetos federais para as juventudes no Brasil?*

Buscando responder a esses questionamentos, que há tempos têm permeado meus estudos, primeiro fiz uma seleção das produções da Secretaria Nacional de Juventude² (SNJ)³,

¹Esse problema permeia meus estudos há anos, desde que comecei a pesquisar juventude, ainda na graduação em serviço social, no Núcleo de Estudos de Juventude e Protagonismo (NEJUP) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Desde então, isso me causa ao mesmo tempo dúvidas e incômodo, tanto nas respostas já dadas a essas perguntas quanto nas encontradas nos diversos autores disponíveis, dada a fragilidade teórica com a qual tratamos o ser social jovem.

²A Secretaria Nacional de Juventude é um órgão do governo federal criado no início do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conforme pode ser verificado no site: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11129-30-junho-2005-537682-normaatualizada-pl.pdf>>.

³ Órgão gestor da política juvenil no nível nacional, a SNJ foi criada pela Lei nº 11.129, de 2005, tendo como atribuições “[...] articular todos os programas e projetos destinados, em âmbito federal, aos jovens na faixa etária entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos” (BRASIL, 2005). Inicialmente vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, hoje está na estrutura do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

por meio de um *link* de publicações disponíveis no site oficial, totalizando 27⁴ documentos – textos publicados em diferentes suportes, como livros ou revistas, inclusive uma que teve somente uma edição. Mas, ao começar a analisá-los, percebi que seriam insuficientes para responder às questões de pesquisa, dada a característica mais informativa e menos teórica dos documentos – alguns abordavam programas ou formas de ação da SNJ.

Em seguida, não satisfeita com o material disponível no site da Secretaria Nacional de Juventude, achei por bem selecionar outras produções que pudessem fornecer informações mais detalhadas do que eu procurava. Foi assim que cheguei aos trabalhos sobre juventude do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A escolha dessa instituição deve-se ao lugar que ela ocupa no suporte aos debates que dão origem às políticas públicas no Brasil, sendo este inclusive um dos seus objetivos. Ao iniciar a busca por produções sobre o tema que estão disponíveis no site oficial do Ipea, percebi que elas têm início em 2003, primeiro ano de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) na Presidência da República.

Ao colocar a palavra *juventude* no localizador da instituição, encontrei 158 textos. Entre eles, conteúdos diversos que incluíam, além de livretos, livros e artigos, também editais, processos seletivos, chamadas públicas, notícias, entrevistas, vídeos, material de imprensa, programas de TV. Desse total, selecionei 39⁵ para análise, entre livros, livretos e artigos. No entanto, cheguei à conclusão de que examinar apenas os documentos selecionados me levaria a entender exclusivamente as produções do Ipea, e não a compreender a percepção do Estado brasileiro sobre as juventudes. Isso porque há diversas instituições e forças sociais que influem na elaboração das pautas dos debates de positivação de direitos e que, por fim, deveriam resultar em políticas públicas.

Assim, parti para a busca de outros materiais que subsidiassem respostas fecundas, chegando a um novo conjunto de dados empíricos de análise: os discursos proferidos e os debates realizados na Câmara dos Deputados, disponíveis por meio de notas taquigrafadas no site oficial da instituição. Fiz então um exercício de coleta e seleção de materiais que avaliei como importantes, discursos que envolviam as juventudes. Por esses documentos tive a certeza de que responderia às perguntas centrais da pesquisa e, também, de que teria conteúdo suficiente para a análise.

É fato que nesse caminho encontrei informações bastante relevantes sobre o debate das juventudes no território brasileiro. Elas se referiam mais a questões e problemas que as

⁴ Relação de documentos disponível no Apêndice 1.

⁵ Relação de produção disponível no Apêndice 2.

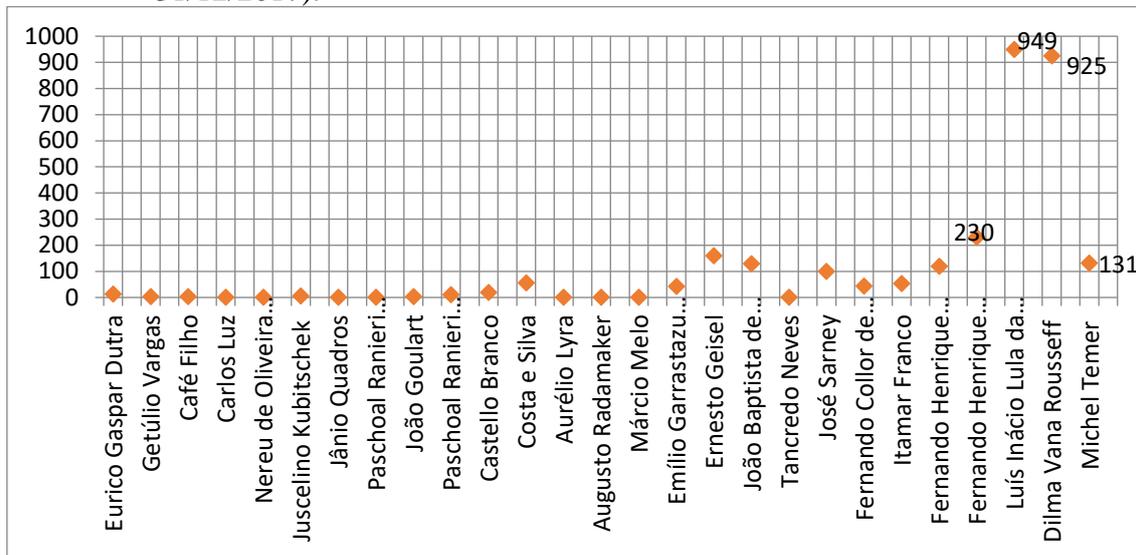
envolvem que a sua especificidade como ser – recorte que, mesmo não estando evidente nas formulações das primeiras perguntas de pesquisa, já fazia parte de meu interesse. Foi assim que, além de começar a fazer uma reflexão sobre as citações de forma geral, comecei a ler alguns discursos, especialmente aqueles proferidos por parlamentares que me chamaram mais a atenção, como os de Carlos Marighella⁶. Ao sistematizar impressões gerais por categorias, também tentei, de modo geral, identificar o período em que foram mais tratadas questões referentes às juventudes, buscando associar essas citações ao momento histórico, social e político que o país atravessava.

Os anos de 2003 a 2013 serviram de delimitação espaço-temporal das notas taquigrafadas⁷, que supostamente seriam analisadas como material empírico de sustentação da tese. A escolha desse intervalo se explicava pela maior quantidade de debates realizados sobre o tema *juventude* nesse período, que redundaram na aprovação do Estatuto da Juventude, em 2013. Como pode ser observado no quadro a seguir, as citações parlamentares estão divididas de acordo com o governo em vigor, a partir de 1946, quando as sessões da Câmara e do Senado começaram a ser registradas por meio de notas taquigráficas, até o ano de 2017, incluindo o governo de exceção do presidente Michel Temer (MDB). É possível ver, ainda, a sistematização geral de todas as notas que fazem referência ao termo *juventude*, separadas por ano e por governo presidencial.

⁶ Parlamentar do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundou e dirigiu a Aliança Libertadora Nacional (ALN) durante o regime militar, quando seu mandato foi cassado pelo governo, que também colocou a sigla na ilegalidade. Defensor da luta armada, Marighella atuou a clandestinidade até ser morto pela ditadura, em 1969, conforme descrito no próprio site do Senado brasileiro: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/07/08/homenagem-no-senado-destaca-luta-social-de-marighella>>. Sua morte é mais uma prova dessa história brasileira escrita com o sangue de quem luta pela igualdade e por uma vida melhor de forma universal e que acaba por afrontar privilégios das elites. Para registrar que esses tempos sombrios na história do Brasil ainda não acabaram, até 2021, ano de conclusão desta tese, o assassinato da vereadora Marielle Franco, do PSOL, ocorrido em 2018, não havia sido solucionado. A morte da parlamentar, ao que tudo indica, foi uma queima de arquivo, engendrada por milicianos que dominam o cenário político carioca.

⁷ No site em que são disponibilizados os discursos (<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>) estão as seguintes informações sobre as notas taquigráficas: “O Banco de Discursos contém pronunciamentos dos Srs. Deputados e de convidados em sessões plenárias da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional a partir de 1946. O resultado da pesquisa apresenta discurso com redação final. Caso você não encontre o discurso procurado, acesse os links ‘Discurso em Tempo Real’ e/ou ‘Íntegras das Sessões’”.

Quadro1 – Quantidade de citações parlamentares por governo presidencial (01/01/1946 a 31/12/2017).



Fonte: Brasil (2018); dados⁸ compilados pela autora

Durante todo o período de registro das sessões parlamentares taquigrafadas, ou seja, 71 anos, entre janeiro de 1946 e dezembro de 2017⁹, somam-se 2.994 citações *juventude* nos discursos e sessões. Destas, mais de 1.500, ou seja, pouco mais de 50%, foram feitas ao longo de 11 anos, entre 2003 e 2013, portanto, no intervalo de pesquisa recortado aqui. De janeiro de 2003 a maio de 2016, intervalo dos governos do PT, há 1.856 citações a *juventudes* nas notas taquigráficas, 62,59% do total de citações parlamentares. Assim, em 14 anos o tema esteve mais em pauta no Congresso Nacional, em especial na Câmara dos Deputados, que nos 57 demais anos das sessões parlamentares taquigrafadas disponíveis para pesquisa.

Além desse material, duas outras iniciativas comprovam que o tema *juventude* é mote de debates pelo Estado brasileiro e pela sociedade: a criação de duas frentes parlamentares¹⁰ (a de Políticas Públicas para Juventude e a de Protagonismo Juvenil) e de duas comissões parlamentares de inquérito (CPI), detalhadas a seguir. A primeira CPI, em torno da indenização à União Nacional dos Estudantes (UNE) por danos sofridos durante a ditadura militar (1964-1988), foi arquivada por não ser de interesse público¹¹; a segunda, sobre a morte de jovens

⁸ Retirados do site da Câmara dos Deputados, em: <<http://www.camara.leg.br/>>. Acesso em: 9 fev. 2021.

⁹ Pesquisa realizada em 2 de fevereiro de 2018, no site:

<<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=&txPartido=&txUF=&dtInicio=31%2F01%2F1964&dtFim=31%2F01%2F2018&txTexto=&txSumario=Juventude&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>>.

¹⁰ A Frente Parlamentar em Defesa da Juventude criou a comissão especial destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para juventude, em maio de 2003. A Frente também criou o projeto e a Lei 4.529, referente ao Estatuto da Juventude.

¹¹ A CPI, que havia sido proposta na Câmara dos Deputados em maio de 2016, foi arquivada pelo presidente da Câmara dos Deputados, no início de junho do mesmo ano. Disponível em:

negros, gerou um relatório que afirmava a necessidade da mudança da Polícia Militar, incluindo o treinamento e a desvinculação com o Exército.¹²

Algumas hipóteses e também perguntas de pesquisa que carrego até o findar desta tese foram sendo construídas no decorrer do processo de investigação das notas taquigráficas. Uma delas é de que a ideia de juventude cunhada pelo governo brasileiro na época de aprovação do Estatuto Nacional da Juventude (2013), produzido a partir dos debates no Congresso, não foi empenhada num entendimento ontológico dessa parcela da população, seja imbricado nas determinações humano-sociais, seja nas históricas. As juventudes foram atacadas pelos problemas aparentemente causados e sofridos por elas, e não pela sua efetiva constituição, fosse pela singularidade, fosse pela genericidade, o que a descolava do contexto e de sua origem. Os problemas não foram entendidos a partir de seus fundamentos, ou seja, de forma ontológica, muito menos as próprias juventudes. Uma hipótese para essa questão pode ser o mergulho na decadência ideológica dos referenciais que dão suporte a esse debate, especialmente os que formam a chamada sociologia da juventude. Mas essa é uma outra pesquisa, que a partir desse caminhar entendendo ser necessária.

Outra hipótese complementar refere-se ao consenso velado no debate teórico sobre as juventudes, cuja maioria dos estudos, como já apontado pelo sociólogo brasileiro Luis Antonio Groppo em seu livro *Introdução à sociologia da juventude*, contribuem para reproduzir o sincretismo nesse campo. Além disso, grande parte das produções acompanha as pautas do Estado, dando respostas a questionamentos urgentes, enquanto outra absorve as correntes tradicionais, não tendo avançado na questão da crítica ontológica, a despeito de apresentar qualidade e crítica nas análises empíricas, o que não sustenta a razão contida nelas.

Essas hipóteses ora são complementares, existindo ao mesmo tempo nos textos e documentos, ora são pontuais, aparecendo separadamente em contextos e textos diferentes. Questões de outras matrizes (como prioridades políticas e o próprio estado de exceção causado pelo golpe parlamentar de 2016, entre outros aspectos) também contribuíram para a formulação da hipótese central, qual seja, o fracasso da concretização da posituação dos direitos das juventudes no território brasileiro, causado pela fragilidade no debate que sustenta políticas públicas voltadas aos jovens no país, o que gerou a falta de legitimação das propostas

<<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/criacao-de-cpi-da-une-e-anulada-na-camara-dos-deputados-70350/>>. Acesso em: 27 mar. 2021.

¹² O relatório da CPI, aprovado em 15 de julho de 2015, investigou casos de violência contra jovens negros e pobres no Brasil, concluindo que essa parcela da população era vítima de uma espécie de “genocídio simbólico” e de reprodução de racismo institucional. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/relatora-de-cpi-reconhece-genocidio-contra-jovens-negros/>>. Acesso em 27 mar. 2021.

positivadas no Estatuto da Juventude aprovado em 2013. A dimensão de fracasso da concretização da positivação desses direitos pode ser entendida como uma afirmação do presente estudo, tendo em vista que o estatuto, mesmo aprovado, tem apenas de forma tímida e pontual implementado por meio da Secretaria Nacional de Juventude¹³, projetos de pouca capilaridade.

O fato é que a busca pelo objeto empírico foi sendo moldada por essas hipóteses levantadas ao longo desse meu caminhar para formulação da tese, terminando nas notas taquigráficas, tendo em vista que elas serviram apenas para me alertar quanto à necessidade evidente de um estudo ainda anterior. A partir delas, entendi que talvez o problema se apresentasse a mim de uma forma diferente e, dada a minha inserção de anos nesse campo de estudo, eu estava com dificuldades para enxergar, porque se tratavam de muitas questões que havia dado como encerradas.

Assim, o que ocorreu foi um desvendar do objeto de pesquisa pelo próprio objeto, como sujeito vivo que é. Como se esse caminhar em busca de um objeto empírico tivesse me levado a dar um passo atrás para repensar, perguntar novamente sobre aspectos que aparentemente pareciam dados *a priori*, com respostas prontas que figuravam como suficientemente elaboradas. Mas, todas as vezes em que eu entrava em contato com essas respostas, elas me pareciam deslocadas, por mais emancipadoras e progressistas que fossem suas requisições. Então, por algum motivo, não pensava ser possível colocar-me no lugar de tentar respondê-las de outra forma. Não, pelo menos, até aqui.

Imaginar a possibilidade de fazer uma viagem de volta ao princípio dos estudos conceituais sobre as juventudes e investigar de onde eles poderiam ter partido, e efetivamente partiram. Tentar trilhar um caminho de investigação sem tantas limitadas respostas como as que tenho até então. Esse foi o impulso que me faltava para redesenhar todo o percurso investigativo, dando por superado o processo de busca dos objetos empíricos relatados até aqui – naquela superação hegeliana, que não subtrai nem esquece, mas soma no caminho as experiências vividas na pesquisa.

Foi nesse momento de configuração e formatação do projeto de tese que iniciei uma disciplina sobre Teoria Social, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ, pela qual tive contato com diversos textos do filósofo George Lukács, em aulas do

¹³ Como o Juventude Viva, fincado no combate à violência contra jovens negros, e o Estação Juventude, que viabiliza acesso a ações e programas em equipamentos públicos já existentes nos territórios, conforme site da SNJ: <<http://juventude.gov.br/estacaojuventude/programa/conheca-o-estacao-juventude>>. Acesso em: 3 set. 2019.

professor José Paulo Netto. Esse foi um período de compreensão da filosofia, da ontologia que sustenta a teoria social crítica marxiana de forma mais aprofundada. Vale destacar que o meu encontro com Lukács deu-se bem antes, ainda na formação em serviço social, no princípio dos anos 2000. O que a experiência da pós-graduação trouxe de diferente nesse encontro com o filósofo húngaro, porém, foram a profundidade e a abertura para questões que eu procurava para a sustentação dos estudos desta tese.

Foi, portanto, nesse caminhar fundamentado nos estudos ontológicos sobre o ser social, baseados nas obras marxianas, que entendi a necessidade de desenvolver uma crítica ontológica das juventudes, partindo de sua generidade, de sua constituição como ser social, dessa unidade, complexidade e movimento indissolúveis. Só assim, e sob o pressuposto da ontologia do ser social, eu seria capaz de, em outro momento, responder até mesmo àquelas perguntas iniciais apresentadas aqui e dar seguimento às hipóteses levantadas com mais detalhe e profundidade.¹⁴

Foi por isso que, com convicção, coloquei de lado todos os documentos coletados até então – os da Secretaria Nacional de Juventude, os do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e, também, as notas taquigráficas da Câmara dos Deputados –, e nos quais buscava o entendimento de *juventude* assumido pelo Estado brasileiro. A partir daí, debruçei-me sobre a ontologia, chegando de forma concreta, por problemas concretos, a uma aproximação inicial de uma crítica ontológica da juventude, ou pelo menos do seu começo, reforçando a sua necessidade.

Volto um pouco na história para compreender em que momento os estudos sobre juventudes e as questões que as cercam ganharam mais visibilidade. Podemos facilmente identificar uma ligação entre o processo de intensificação da urbanização, no século XIX, e da industrialização. É preciso observar, porém, que antes, em meados do século XVIII, Jean-Jacques Rousseau já havia inaugurado os primeiros debates envolvendo a infância e a juventude, publicados na obra *Émile ou de l'éducation* em 1762¹⁵. Vale ressaltar que os estudos pioneiros identificados como sociologia da juventude nasceram bem depois, com a tarefa de explicar comportamentos jovens “desviantes” do curso “normal” e desejado da sociedade. Havia um consenso teórico no debate de juventude que a posicionava como problema a ser

¹⁴ Vale reforçar que o estudo apresentado aqui é introdutório, em razão da profundidade necessária para realizar reflexões ontológicas, mesmo já tendo esse caminho sido muito bem organizado por Lukács. A esse fato alia-se ainda a questão do período gasto na busca e análise dos materiais empíricos (Secretaria Nacional de Juventude, Ipea, notas taquigráficas parlamentares), anteriores ao objeto final desta pesquisa, conforme relatado, o que por si só contemplou grande parte do período de estudo disponível, dado que se refere a um programa de doutorado nos moldes brasileiros.

¹⁵ Data de 1762 a obra de Rousseau *Émile ou de l'éducation*, com tradução de Antonio Sergio e edição da Inquérito, feita em Lisboa.

resolvido, ou como solução para os problemas, que contemplava resquícios de leituras medievais sobre essa população. Também havia associação da solução dos problemas identificados a partir do desvio social, por meio da educação/cura, para atingir padrões preestabelecidos de valores e moralidade que contribuíssem para a convivência social disciplinada e não conflituosa.

Com o avanço do conhecimento e a complexificação dos processos sociais e das juventudes, associados à influência das mudanças sofridas pelas próprias ciências e sociedade, os estudos sobre as juventudes aumentaram em quantidade. Mantiveram, contudo, a característica de ser oriundos de diferentes áreas do saber, em sua maioria empíricos, de reforço ao pragmatismo, que buscavam traduzir as expressões das juventudes. Como material da análise da presente tese, os livros e estudos escolhidos foram os que tinham vinculação com as ciências sociais e humanas e maior difusão no Brasil. Nesse campo, as pesquisas têm diferentes perspectivas epistemológicas, algumas mais tradicionais e vinculadas ao funcional-estruturalismo estadunidense, ao pragmatismo, e outras que superam o engessamento de visões anteriores e se afirmam um pouco mais críticas, libertárias, mas próximas de trabalhos pós-modernos, com reforço de discursos identitários e simbólicos, como as do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS) da Universidade de Birmingham, na Inglaterra.

Há ainda estudos contemporâneos que resgatam aspectos das teorias tradicionais e refletem o momento atual, entendido como resultante de uma “implosão paradigmática”, para usar as palavras de Groppo (2017, p. 84): “A sociologia da juventude tenta viver dos cacos das suas reflexões e pesquisas”. Ele alerta também para o fato de que essa “implosão paradigmática” ocorre de dentro para fora, ou seja: “Os edifícios que implodem são a estrutura social moderna, o eixo paradigmático da sociologia clássica e a estrutura moderna das categorias etárias” (GROPPO, 2017, p. 93).

Com essa afirmação, o autor sintetiza a tese central das ciências pós-modernas, qual seja, a defesa da existência de uma crise paradigmática contemporânea que ignora a crítica ao positivismo e ao cientificismo feita há mais de um século por Karl Marx, conforme nos lembra Netto (2012) e que é reforçada por tantos pesquisadores, como Lukács (2020a), Michael Löwy (2007), Carlos Nelson Coutinho (2010), Ricardo Lara, (2013) e Ivo Tonet (2016). Mas, pensando nas ciências sociais e humanas e como elas se transformaram no século XX, retornaremos a esse assunto ao tratarmos da decadência ideológica e da miséria da razão, num próximo momento.

De uma forma ou de outra, esses estudos sobre as juventudes permanecem vinculados e sendo reatualizados. Parte fundante da minha tese é a hipótese, que agora sim permanece, de que os estudos tradicionais têm uma mesma raiz e diferentes epistemologias, todas partindo, porém, de perspectivas gnosiológicas, que não se ocupam de questões ontológicas, embora carreguem certa ideia de ser. Isso faz com que o campo se traduza como estudos de estudos (metaestudos), que há anos têm se diferenciado na base empírica mas acabam por reproduzir os conteúdos desenvolvidos por autores tradicionais. O problema aqui detectado não se refere à contribuição desses autores na contemporaneidade, mas à dificuldade em avançar no debate, como se as questões referentes às juventudes, ao seu entendimento como ser, já estivessem respondidas satisfatoriamente, bastando a nós somente reproduzi-las.¹⁶

O fato é que, por mais que na aparência alguns desses debates pareçam superados, ou apesar dessa roupagem emancipada, eles estão carregados de reflexões e teorias que deram origem ao debate de juventude problema, numa espécie de caldo teórico. Transpondo as palavras de Netto (2009) para esse contexto, num sincretismo teórico que dificulta a própria organização dos conteúdos para compreender de onde partem e se baseiam as reflexões, como já dito, em sua maioria carregadas de pragmatismo.

Esse fato foi observado também por Groppo (2017). Avaliando a produção da sociologia da juventude ao longo do século XX, o autor afirma que ela incorreu em dois grandes problemas. Primeiro, a característica dos estudos iniciais era de “[...] pesquisas que reconheciam a categoria juventude mas tinham fragilidade teórica, privilegiando o empírico, o relato, o registro sem maiores interpretações da experiência de campo” (GROPPO, 2017, p. 11). Aqui reside a essência de uma das premissas da sociologia da juventude, o sincretismo teórico e um peso descritivo do material empírico. Devido à maior importância dada ao empírico, a teoria que sustenta as análises é caracterizada por uma miscelânea de conteúdos que nem sempre dialogam entre si.

O segundo tipo de problema refere-se ao fato de os estudos sobre juventude “[...] deixarem-se pautar, largamente, desde fora da própria ciência, em especial se colocando a serviço do Estado, tratando do assunto que era a moda em cada momento” (GROPPO, 2017, p. 11). Essa conjuntura, associada às pressões sociais dos movimentos sociais, estudantis e das juventudes partidárias, destacadamente nas décadas de 1990 e 2000, impulsionou os estudos sobre juventude no Brasil, como afirmo em outro trabalho (CALIARI, 2009). A pior das

¹⁶ Aqui me recordo da descrição feita por Lukács na *Ontologia I* acerca da dificuldade de adentrar os estudos ontológicos, tendo em vista a assertiva de que era um campo superado e que não necessitava de contribuições filosóficas. Mas os estudos disponíveis não sustentavam o debate que precisava ser construído sobre a ética.

consequências desse equívoco foi começar do fim, ou seja, não entender ou buscar as questões centrais sempre a partir da expressão final do fato, permanecendo nela sem visar à aproximação com a totalidade dos determinantes ligados às juventudes; sem realizar a mediação necessária.

Sendo assim, os estudos ora organizados, depois de ensaiar diferentes objetos analíticos que sustentassem esta tese e de superar todos eles, tomam a ontologia materialista como chave que contribuirá para esse campo numa perspectiva ainda inicial. Desse modo, a partir deste traçado metodológico e lógico da crítica, será possível compreender melhor as influências teórico-filosóficas que a sociologia da juventude sofre nos diferentes momentos, os caminhos que ela trilha e os conceitos hegemônicos e consensuais disseminados. E, portanto, avançar na direção de compreender verdadeiramente as possíveis contribuições da ontologia do ser social para pensar as juventudes e entender melhor as categorias preponderantes e constitutivas da reprodução social, que têm nessa população uma chave fundamental.

De Onde Escrevo

O processo de pesquisa nasce da implicação do(a) pesquisador(a) com situações concretas. É parte delas, brota delas. Em outras palavras, é o concreto tornado pensamento, abstraído, escrito, analisado, moído e remoído, e retornado ao concreto. É a partir da tentativa inicial de apreensão do movimento da história e da busca por compreender as múltiplas determinações do objeto que são dados alguns passos na direção da configuração e compreensão do problema de pesquisa, na direção da apreensão dos diferentes níveis de abstração existentes que configuram os estudos, aqui, em especial, sobre as juventudes. Como explica Paulo Nakatani (1987, p. 56), as ligações diversas, “[...] situadas em níveis diferentes de abstração, representam a ‘metamorfose’ do abstrato ao concreto”. É nesse movimento dialético constante, então, que a investigação acadêmico-científica procura captar as determinações teóricas e históricas, o mais próximo possível da totalidade, a fim de avançar.

Os problemas de pesquisa descritos aqui surgem de um envolvimento inicial bem anterior à possibilidade de construção de uma tese. É na relação com o concreto, com os desafios, as experiências e os interesses profissionais e pessoais que me sinto implicada, instigada e chamada ao processo de pesquisar. Desse chão brotaram algumas questões que precisam ser entendidas com mais detalhes, na sua totalidade e complexidade, em seus diversos níveis de abstração, capturando as mediações e as negações contidas, apresentadas como teias,

com ligações, mas ainda emaranhadas, que precisam ser aos poucos desvendadas. Os meus problemas de pesquisa e as hipóteses que deles surgiram foram, em parte, traduzidos no item anterior, inclusive os que ficaram pelo caminho. Eles permanecerão, contudo, sendo tratados e retomados em todo o texto, visto que, já que foram construídos e desvendados processualmente, são também apresentados assim no processo.

Ontologicamente complexas, as dimensões do concreto exigem de quem aceita o desafio de sua interpretação leituras e releituras densas. Requer horas sobre livros, requer vida, requer vivência; requer implicação com aquilo que se pretende entender; requer amor, paixão e dor. Evidentemente, isso não é uma regra; muitas pesquisas são realizadas sem tanto envolvimento, processam-se em troca de salário e sobrevivência. Essa implicação pode também não ter como fim a busca pela verdade objetiva, mas ao que ela pode trazer de benefício imediato, como afirma e critica Marx (2011, p. 123) no posfácio da segunda edição de *O capital*, ao discorrer sobre as ciências pós-revolução de 1848:

Não mais se trata de se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas de se era útil ou prejudicial ao capital, cômodo ou incômodo, de se era contrário aos regulamentos da polícia ou não. Para o lugar da pesquisa desinteressada entrou o esgrimismo pago, para o lugar da investigação científica imparcial, a má consciência e a má intenção da apologética (MARX, 2011, p. 123).

A contragosto desse movimento, que mais tarde o filósofo húngaro Lukács intitularia decadência ideológica (e que retomo nos capítulos seguintes), o objeto de minha pesquisa não se coloca de qualquer forma para qualquer pessoa. Há a implicação, a história, o envolvimento, o zelo e a vontade de entender. Por isso, a referência a um caso de amor, que precisa de interlocução para acontecer, pode ser desde o mais desinteressado ao mais implicado, mas não ingênuo, sabendo muito bem o objetivo dessa relação: não há caso de amor sem interação¹⁷;

¹⁷ A relação se estabelece a partir da interação de diferentes perspectivas. Seja ela entre pessoas, seja entre pessoas e animais, pessoas e coisas, algo deve pulsar, pelo menos em uma das partes, para que a interação aconteça. Exemplificando essa relação entre coisas, no Japão, em 2018, um homem casou-se com um holograma, como pode ser verificado em <https://elpais.com/internacional/2018/11/14/mundo_global/1542206063_722182.html>. Acesso em: 19 mar. 2021. O sextech, que é a união entre tecnologia e sexo, permitirá que em apenas uma ou duas décadas seja explorado esse universo íntimo de formas diferentes, que perpassam o uso tanto de humanoides, andróides (quando o robô é do sexo masculino) e ginóides (quando a robô é do sexo feminino), nas relações afetivo sexuais quanto projeções diversas com a inserção da Inteligência Artificial – relações a distância com sensações presenciais, entre tantas outras inovações, conforme especificado em <<https://brasil.elpais.com/sociedad/2021-01-02/o-que-e-sextech-o-sexo-que-praticaremos-no-futuro.html>>. Acesso em: 19 mar. 2021). Se a relação afetiva entre coisas ainda é incipiente, vale registrar que isso já é imaginável e possível há anos no mundo ficcional, em filmes como *O homem bicentenário* (1999), produzido nos EUA e dirigido por Chris Columbus; *Ela* (2014), de Spike Jonze, também dos EUA; ou *Ex-machina* (2015), produzido por Reino Unido e EUA, com direção de Alex Garland. Esses são alguns exemplos da vasta produção cinematográfica que prevê a relação entre máquinas e humanos com o desenvolvimento da inteligência artificial.

seja ela das mais diferentes formas possíveis, é preciso implicação. Não existe pesquisa que se proponha a se aproximar da verdade objetiva, da totalidade, sem interação entre os envolvidos. E aqui há um mergulho nela.

Para exemplificar esse caso de amor e a sua possível profundidade, resgato um dos diálogos em que Platão descreve o personagem Sócrates, em *O banquete*. Ao contrário de todos os presentes, que dialogavam e tentavam valorar o amor e também valorizavam Eros, o deus do amor, Platão termina o diálogo afirmando: “Não vou fazer elogios e louvores às imagens e aparências do amor, não vou emitir mais uma opinião sobre o amor, mas vou buscar a essência do amor, o ser do amor, vou investigar a ideia do amor” (apud CHAUI, 2000, p. 274). É esse ser, essa ideia de profundidade e de origem que busco encontrar nessa base inicial da crítica ontológica das juventudes, que vem numa associação ao banquete, buscar o amor por fundamento, por origem, e não por sua valoração.

Sobre conhecimento e afetividade, envolvimento, Gilvan Fogel (2003, p. 16) diz que isso pode ser entendido como “[...] sentimental! É piegas! Ingênuo e beato!”. Para esse autor, no processo de conhecer não há “[...] nada de comunhão, de participação!” (FOGEL, 2003, p. 16). Mas, ao escrevermos, somos diferentes do que somos no cotidiano? Eu perguntaria a Fogel: devemos deixar nossos sentimentos, interesses e paixões de lado e escrever de forma indiferente? Seremos neutros e formais ou seremos implicados e responsáveis?

Fogel (2003, p. 16) relembra que, para ele, “[...] no ato do conhecimento eu como que fico e me torno ‘calmo’, ‘tranquilo’, ‘feliz’ (!!!)”. Posso ter entrado num caminho de pesquisa mais tortuoso e apaixonado e, por esse motivo, o desvendar não tenha para mim a calma expressada por Fogel, como a narrativa de um romance linear medieval arranjado, continuando a analogia com o amor e romances. Para mim, ao contrário, a pesquisa carrega as tormentas de um relacionamento contemporâneo livre, cheio de incertezas, buscas, paixão avassaladora, pulsação, sofrimento, ansiedade, implicação e amor. Sim, o piegas amor! Não pretendo me cegar por ele, por isso a pesquisa é permeada pela contradição, buscando inclusive considerar os avanços que o próprio irracionalismo exerceu nos estudos sobre as juventudes, mas evidentemente deixando explícitos seus limites.

É partindo desse misto de compromisso, responsabilidade e necessidade de respostas que esta pesquisa é, então, uma dimensão da minha própria vida. Expresso minha vivência e os caminhos percorridos, meus sofrimentos por não saber ao certo o que de errado fiz nos tantos anos, décadas, estudando as juventudes. E porque penso que meu desejo de avançar, construir e de contribuir com esse campo passa também pelas minhas experiências pessoais, profissionais

e políticas, ainda que essa perspectiva seja pouco usual na tradicional gramática acadêmica. Deixo, então, desde já explícitos meus interesses, por mais piegas que possam parecer: é certo que esta história é tanto pessoal quanto profissional. Foi ela que me trouxe até esse objeto de estudo, dado que iniciei minha aproximação com o tema assim que entrei na Universidade Federal do Espírito Santo, aos meus 17 anos, momento em que também dei início à militância na defesa por direitos das juventudes, pelos meus direitos e os de quem eu atenderia depois de formada, permeada pela participação em diversas conferências e conselhos de juventude municipal, assim como em debates realizados no estado e fora dele. Somada à vida de estudos, minha profissão me fez mergulhar em seu universo de forma singular. Por isso, coloco-me como sujeito e também como objeto da presente investigação. Não mais como integrante dessa faixa etária – porque já não sou mais tão jovem –, mas por carregar em mim a memória das defesas pelos direitos das juventudes, desde os meus primeiros anos de estudos nesse campo, e por me sentir particularmente responsável por contribuir com ele. Não é por outra razão que escrevo na primeira pessoa do singular.¹⁸

Nessa perspectiva, essa história de pesquisa e conhecimento é como um resgate kantiano breve sobre a vinculação entre a razão e a experiência:

Que todo o conhecimento começa com a experiência, não há dúvida alguma, pois, do contrário, por meio do que a faculdade de conhecimento deveria ser despertada para o exercício senão através de objetos que tocam nossos sentidos e em parte produzem por si próprios representações, em parte põem em movimento a atividade do nosso entendimento para compará-las, conectá-las ou separá-las e, desse modo, assimilar a matéria bruta das impressões sensíveis a um conhecimento dos objetos que se chama experiência? (KANT, 1999, p. 53 apud LARA, 2009, p. 4).

Dada sua importância filosófica, aproprio-me de Kant e de sua afirmação sobre a relevância da experiência e do vivido no processo de conhecimento. Mas também me reservo o direito de associá-la à busca da essência pela razão, que, conforme Lara (2009), o filósofo prussiano afirma não existir. Essa essência, que para Kant assume um sentido incognoscível, é aqui a coisa a ser perseguida. Tendo em vista que

[...] a incognoscibilidade pode apenas se aplicar à abstração vazia – que prescinde de toda concretude ontológica, que recua ao mero geral; tão logo a coisa possua algum conteúdo ontológico, p. ex., propriedades, cessa essa incognoscibilidade puramente oriunda da abstração (HEGEL apud LUKÁCS, 2018b, p. 389).

¹⁸ A escolha por escrever na primeira pessoa do singular foi tortuosa também, dado o volume de contribuições que recebi nestes tantos anos de pesquisa, em especial no trilhar do doutorado. Foram diálogos diversos com pesquisadores, amigos, professores, que contribuíram para as ideias aqui descritas. Mesmo a apropriação do acúmulo humano genérico em cada área de saber já implica aceitação indiscutível do “nós”, mas a responsabilidade e a história singular de vida me fizeram escolher o “eu”.

A minha busca pela crítica ontológica das juventudes, que fundamento aqui na tese, começou há certo tempo, mesmo sem que eu soubesse que esse era o meu objetivo subjacente. Ela teve início quando me tornei estudante do curso de Serviço Social, como relatado anteriormente, no princípio dos anos 2000, ao participar do Nejud¹⁹ (Núcleo de Estudos das Juventude e Protagonismo), no qual tive os primeiros contatos com os estudos sobre juventude e também com o materialismo histórico e dialético²⁰. Associar a crítica ontológica proposta aqui aos estudos realizados ainda no Nejud tem referência com a busca teórica que fazíamos em torno da compreensão do conceito de juventude, como princípio dos estudos desenvolvidos no núcleo, o que me fez acessar autores que têm pautado suas investigações nesse tema em diferentes níveis de abstração, assim como em diferentes epistemologias.

Então, reafirmo: os estímulos a esta tese desembocam na minha história, na atuação profissional, na militância; portanto, na vida em sua múltipla determinação. Reservo-me, assim, o direito de emitir todas as opiniões que por vezes não tive condições de expor, mesmo sobre questões partilhadas no nosso próprio grupo de estudos do Nejud, bem como no Observatório Capixaba de Juventude²¹. Em alguns momentos essas opiniões não foram devidamente colocadas, por eu não ter referência sobre quem estava pensando aquilo que me vinha à mente, ou por não compreender o fundamento dos questionamentos que fazia, lacuna manifestada somente como um incômodo, mas recheado de incompreensões teórico-metodológicas em razão de minhas próprias limitações. Outros, originários de afirmações acadêmicas e militantes na luta pela positivação dos direitos das juventudes e depois por sua concretização, e que não caíam muito bem à teoria crítica, à economia política, ou seja, à teoria social base dos estudos contextuais e conjunturais que eu realizava a partir da graduação e do Nejud. Ou, ainda, por eu não ter conseguido fazer a mediação nesse campo das juventudes, dado que não me sentia

¹⁹ Foi um núcleo ligado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo, fundado em 2003 pela professora Vania Maria Manfroi, junto com um grupo de estudantes de diferentes cursos, do qual eu fazia parte.

²⁰ Ainda hoje, o método materialista histórico e dialético é hegemônico na cena teórico-política e ética do serviço social brasileiro e base do seu aparato técnico-operativo, mesmo sob ataques e tentativas de retrocesso diversos, sob acusações de diferentes naturezas, inclusive de obsolescência.

²¹ O Observatório Capixaba de Juventude, do qual participo, foi fundado em 2012 por um coletivo de jovens do Espírito Santo que se conheceram na militância e na defesa dos direitos das juventudes. O observatório tinha por objetivo realizar estudos, formações com as juventudes, consultorias em metodologia de trabalho com jovens. Ele continua existindo, mas está com as atividades paralisadas há algum tempo. No momento de finalização da escrita do presente trabalho, um dos fundadores virou semente, e quero aqui deixar registrada a importância da contribuição que ele deu à defesa dos direitos das juventudes, em especial da juventude negra: Lula Rocha, presente!

suficientemente capaz de propor algo, mas somente de estudar o que já estava dado no debate conceitual, a construção se limitava às análises críticas do empírico.

Por mais que o interesse em realizar a crítica estivesse sempre presente, e fosse parte dos debates, o esforço em fazê-lo se concretizava a partir da adoção de autores que davam sustentação ao debate conjuntural. No entanto, ao se aproximarem do tema das juventudes, esses autores se tornavam insuficientes, o que criava contornos no máximo progressistas nas conclusões e acabava por cair no sincretismo, já dito anteriormente, dada a aproximação com a decadência ideológica da sociologia da juventude como um todo.

Era como se existissem dois universos teórico-metodológicos coexistindo nos estudos realizados: um contextual, em que a economia política e o método materialista contribuía sobremaneira para compreender as múltiplas determinações do real; e outro que justificava a posituação dos diretos da juventude e sua concretização e orientava os estudos nesse campo, que nem de longe se aproximavam das respostas essenciais, ou da verdade objetiva, nem tinham relação epistemológica com as defesas realizadas no âmbito conjuntural. Ao colocar as produções sobre as juventudes, de diferentes epistemologias, como passíveis de ser trabalhadas ao mesmo tempo, sem identificar a teoria social base utilizada, fiz com que um emaranhado de pensamentos diferentes sobre a condição juvenil e a sociedade compusesse, de forma mais ou menos organizada, um breve estado da arte ainda no meu trabalho de mestrado, concluído em 2009. Essa pesquisa foi não apenas o princípio da organização teórica dos estudos tradicionais que apresento aqui, recheada ainda de sincretismo teórico²² e metaestudos, mas é também a base para que desde lá eu percorresse e tivesse condições de sustentar a necessidade da crítica ontológica do ser social em sua juventude. Portanto, avançar na organização dessas produções – mas buscando ir além de um estudo de estudos, a fim de contribuir de forma ainda inicial a partir do método materialista histórico e dialético e da ontologia do ser social – é o primeiro e o maior desafio desta tese.

Como Escrevo

A pesquisa ora proposta tem sua relevância localizada na possibilidade de discutir algo pouco tentado: rever e questionar uma espécie de axioma que circunda os estudos sobre as juventudes. Em determinados momentos esse axioma se apresenta previamente valorado como positivo e emancipado, desde que considerada a existência de *juventudes*, no plural, ou se

²² Em referência ao termo utilizado por José Paulo Netto (2011) para explicar um momento vivido na profissão de serviço social, mas que cai perfeitamente bem nesse caso.

tocada a questão da heterogeneidade, garantindo a ideia das diferenças no modo de ser e viver. Apesar de fundamentais, essas questões não são analisadas para além da linguagem, não fazem referência nem questionam as bases teóricas ou epistemológicas empregadas, a ideia de ser tão pouco. O que acaba por delimitar e deixar sem entender de onde parte cada ideia, conceito ou categoria utilizada, mesmo considerando que o mais importante dos estudos sobre as juventudes, na maioria das vezes, são os tratamentos dos dados empíricos, que são a riqueza que eles trazem. Sem o tratamento, sem as análises, os dados têm apenas natureza descritiva, sem explicar as próprias raízes do fenômeno. Desse modo, muitos estacionam as lupas investigativas na aparência dos fenômenos. É evidente, como dito anteriormente, que a pesquisa nasce da realidade concreta, da experiência; mas o movimento investigativo requer a abstração, a síntese e o retorno à realidade. Caso contrário, a análise pode se dar apenas no âmbito da aparência, como um relato de alguns fenômenos, sem entrar de fato em questões analíticas.

As leituras que dão suporte ao entendimento do presente objeto de pesquisa partiram da ontologia do ser social, principalmente de livros e textos clássicos de Georg Lukács, Karl Marx e Friedrich Engels, e de teóricos que aprimoraram e adensaram ainda mais alguns debates, como Mario Duayer e os já citados Coutinho, Tonet, Löwy e Lara, entre tantos outros que auxiliaram nas respostas aos problemas deste trabalho²³. Paralelamente, mas também importantes, estão as produções sobre juventude que partem de diferentes epistemologias, cujo uso visa ao entendimento das principais teorias sociais que ainda sobrevivem e dão suporte aos estudos contemporâneos, tendo como diferencial de análise o materialismo histórico e dialético, numa inicial crítica ontológica. Refiro-me, portanto, à produção orientada pela ontologia do ser social e pela crítica da decadência ideológica, ou miséria da razão. As categorias teóricas pelas quais

²³ Os problemas que permeiam este estudo estão sendo apresentados desde o primeiro item desta breve Introdução. Alguns deles já foram superados e outros tantos desenvolvidos. Mas, como forma de resgate, sintetizo esses problemas novamente, em especial aqueles que permanecem até o seu fim. Informo também que, por se tratar de um esforço inicial, eles não serão integralmente respondidos aqui, tendo em vista que muitos nasceram dos estudos da própria tese. No entanto, como são também orientadores para as respostas que encontrei, decidi por deixá-los integralmente aqui. Eles estão sintetizados nas seguintes questões: há como realizar uma crítica ontológica das juventudes? Há diferenças gerais em como as categorias gerais de constituição do ser se desenvolvem nos diferentes períodos da vida desse complexo ser? A questão histórico-social de diferentes epistemologias que tratam o entendimento da *juventude* é perpassada por uma ontologia? Por uma ideia geral de ser? Que ontologias são essas? É possível que a ontologia do ser social seja fundante desse debate? Os debates já realizados sobre *juventude* carregam qual ideia de *ser*? A ideia de *ser* influi nas relações sociais? Nas políticas públicas? No agir no e com o mundo?

tento fazer perpassar toda a análise são a negação²⁴, a totalidade²⁵ e a mediação²⁶. Elas dão movimento ao texto e à apreensão do real, tornado ideal para análises (NETTO, 2009).

Para entender o caminho já realizado por diversos estudiosos (seja num sentido filosófico/sociológico, seja a partir de análises de expressões da questão social, por meio de relatos de práticas de grupos juvenis), debrucei-me sobre as obras de relevância nesse campo. Entre elas as de Karl Mannheim, Shmuel Noah Eisenstadt, Pierre Bourdieu, Talcott Parsons, Jon Savage, Paul Willis e Stuart Hall, além dos mais atuais José Machado Pais, José Manuel Valenzuela, Pablo Vomanno, Mario Margulis e Marcelo Urresti e das/dos brasileiras/os Marília Spósito, Maria Alice Foracchi, Arthur José Poener, Juarez Dayrell, Luis Antonio Groppo, Regina Novaes, Wivian Weller, Paulo Carrano, Helena Abramo, Consuelo Quiroga, Janice Tirelli Sousa, Gaudêncio Frigotto, Julio Jacobo Waiselfisz, Mirian Abramovay, Mary Castro, Maria Rita Kehl, Bernard Charlot e Giovane Scherer, entre outros²⁷. Suas contribuições, sob diferentes perspectivas epistemológicas, são parte do caldo em que foi gerada esta tese, por isso a necessidade em registrá-los. Também a partir da releitura desses autores foi possível compreender as brechas existentes que sugerem a possibilidade dos primeiros passos na direção da ontologia do ser social em sua juventude, considerando essa singularidade como fundamental nas análises do ser, compondo a idade uma entre tantas determinações que o envolvem.

²⁴ A negação é expressa pelo movimento: “[...] a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma *totalidade dinâmica* – seu movimento resulta do caráter *contraditório* de *todas* as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam *totalidades inertes*, mortas – e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação. A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade – e, novamente, não há fórmulas/formas apriorísticas para determiná-las: também cabe à pesquisa descobri-las” (NETTO, 2009, p. 27; grifos meus).

²⁵ Com base em Marx, José Paulo Netto (2009, p. 27; grifos meus) afirma que a sociedade burguesa, na qual pauto meus estudos, é uma totalidade complexa: “Não é um ‘todo’ constituído por ‘partes’ funcionalmente integradas. Antes, é uma *totalidade* concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por *totalidades* de menor complexidade. Nenhuma dessas totalidades é ‘simples’ – o que as distingue é o seu grau de complexidade (é a partir desta verificação que, para retomar livremente uma expressão lukácsiana, a realidade da sociedade burguesa pode ser apreendida como um complexo constituído por complexos)”.

²⁶ A mediação é a relação: “[...] uma questão crucial reside em descobrir as *relações* entre os processos ocorrentes nas totalidades constitutivas tomadas na sua diversidade e entre elas e a totalidade inclusiva que é a sociedade burguesa. Tais relações nunca são diretas; elas são *mediadas* não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas, sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade. Sem os *sistemas de mediações* (internas e externas) que articulam tais totalidades, a totalidade concreta que é a sociedade burguesa seria uma totalidade *indiferenciada* – e a indiferenciação cancelaria o caráter do concreto, já determinado como ‘unidade do diverso’” (NETTO, 2009, p. 28; grifos meus).

²⁷ Alguns dos autores brasileiros citados constam somente pela importância que têm nesse campo de estudo, mas não foram analisadas nem apresentadas suas principais ideias e contribuições; outros fizeram parte da equipe que auxiliou a fundamentação teórica do Conselho Nacional de Juventude e da Secretaria Nacional de Juventude, como Paulo Carrano, Julio Jacobo Waiselfisz, Mirian Abramovay e Mary Castro, e por isso estão registrados.

Vale ressaltar que o objetivo aqui não foi realizar um estado da arte, mas simplesmente resgatar alguns autores de relevância no campo das juventudes no Brasil e no mundo, para justificar a necessidade evidente de uma crítica ontológica. Os trabalhos que se debruçam sobre as juventudes são divididos em dois grupos. O primeiro é formado por teóricos tradicionais das ciências sociais e que influenciam até hoje autores de todo o mundo, inclusive parte dos brasileiros; o segundo congrega teóricos contemporâneos que focam na interpretação de fenômenos que cercam ou são desenvolvidos pelas juventudes, como o movimento estudantil, as ocupações de escolas, a violência e a segurança pública, entre outros, a partir também de diferentes epistemologias. Em comum os dois grupos compartilham a perspectiva gnosiológica. De forma geral, vale ressaltar a importância desses estudos, a capilaridade que alguns deles tiveram, assim como a própria intervenção concreta na realidade, a partir da positivação de direitos, da proposição de políticas públicas, programas e projetos.

A maioria dos trabalhos sobre juventudes tem um estudo empírico como central e carrega a tentativa de explicar algum fenômeno histórico-social. Como mencionado na introdução, o aumento de pesquisas sobre jovens data do princípio do século XX, tendo como marco o avanço da industrialização e os problemas daí advindos. Esses estudos, em alguns momentos, eram requisitados pelos próprios governos e organismos públicos e internacionais e visavam, portanto, a subsidiar programas e projetos. Para além de conhecer o problema estudado, alguns deles tinham como objetivo garantir intervenções públicas.

Tendo em vista a presença de autores de vários países, vale aqui resgatar a afirmação de Mannheim (1952) ao escrever *O problema das gerações*, publicado por volta de 1928, quando ele insiste que seu texto se refere à Alemanha do entreguerras, devendo cada país, por isso, buscar respostas teóricas às questões das juventudes de forma distinta, em específico nas expressões culturais. No caso do Brasil, é importante destacar o papel de cientistas sociais que prestaram grande serviço ao estudar esse campo e as especificidades do país, como Marialice Foracchi e suas pesquisas sobre o movimento estudantil. É relevante, ainda, informar que muitos autores brasileiros foram influenciados por correntes tradicionais importadas (em especial o culturalismo, o funcional-estruturalismo e o misto epistemológico mannheimiano, marcado pela sociologia do conhecimento). Especificamente em Foracchi, são marcantes as influências do próprio Mannheim.

Para deixar evidentes as expectativas da presente pesquisa, seu principal objetivo é desvendar as contribuições da ontologia do ser social para realizar o princípio de uma crítica ontológica às juventudes²⁸.

Com base nesse propósito mais amplo, trabalhei alguns outros pendulares:

- 1) identificar a influência da decadência ideológica e do neoconservadorismo nas ciências modernas e, conseqüentemente, suas reverberações nos estudos tradicionais sobre juventude;
- 2) analisar as principais categorias trabalhadas na ontologia do ser social para fundamentar o processo de reprodução social e viabilizar a crítica ontológica, ou seja, a crítica às relações sociais capitalistas de produção e reprodução; e
- 3) dialogar, a partir da ontologia do ser social, com alguns estudos sobre juventudes tidos como tradicionais, especialmente no campo das ciências sociais e humanas e que fundamentaram as ideias de uma chamada sociologia da juventude.

Sob uma perspectiva exploratória, pesquisei e identifiquei no Google Acadêmico²⁹ trabalhos que tinham relação com o debate aqui proposto, não tendo encontrado, porém, semelhanças significativas. Também pesquisei o Banco de Teses e Dissertações (BDTD) para averiguar o ineditismo da proposta³⁰, tendo identificado nessa busca pouca produção sobre juventude a partir do debate sociológico/filosófico de fundamento ontológico. Isso me levou a concluir que o tema ora proposto, ao ser mais explorado e desenvolvido, pode trazer contribuições importantes ao campo.³¹

²⁸ Aqui tomamos a crítica como crítica ontológica, conforme reforça Duayer (2016, p. 34): “Crítica de fato é crítica ontológica não só na teoria, mas também nas disputas do cotidiano. As diferenças de posição, de convicções, quando substantivas, resolvem-se em diferenças ontológicas. Como ontologia diz respeito ao ser das coisas, afirmar que disputas teóricas se resolvem em diferenças ontológicas é dizer que elas dependem no fundo das distintas concepções sobre o ser em que as posições controversas se baseiam”. O autor prossegue afirmando que crítica de fato é crítica ontológica quando defende “[...] a ideia de que sempre é possível oferecer melhores razões para certas crenças em oposição a outras. Significa sustentar que nossas ideias mais fundamentais acerca do mundo sempre têm de estar abertas à crítica, caso contrário cristalizam em dogmatismo. Todavia, isso não implica negar, é claro, que existe outro tipo de crítica” (DUAYER 2016, p. 34).

²⁹ Com a seguinte fórmula: (intitle: “Conceito de Juventude” OR intitle: “Sociologia da Juventude” OR intitle: “Ser social jovem”),²⁹ no dia 23 de maio de 2018, tendo sido encontrados 17 trabalhos.

³⁰ A pesquisa no BDTD foi realizada com a palavra-chave “juventude”, em 2 de junho de 2018, tendo sido encontrados 1.342 documentos, entre teses e dissertações. O site de pesquisa foi o seguinte: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?sort=year&page=14&join=AND&bool0%5B%5D=AND&lookfor0%5B%5D=juventude&type0%5B%5D=Subject>>. Acesso em: 2 jun. 2018.

³¹ Pesquisa final realizada no Google Acadêmico, em 2 de maio de 2019, com a chave “ser social jovem”. Não foi encontrado nenhum resultado.

Como já dito, a forma como o estudo foi desenvolvido e vem sendo exposto até aqui propõe um diálogo entre as contribuições dos estudos tradicionais e a necessidade de um fundamento ontológico, que segue da primeira à última página desta tese, buscando avançar nesse campo. Ao entender que o método é construído a partir da realidade e dos desafios concretos, na busca de compreender as categorias históricas e transitórias; de perceber que a forma mais complexa explica a menos complexa; de que ele, o método, não é um conjunto de regras que se aplica ao objeto, mas implica a posição do sujeito que pesquisa; de que não existem definições nem manuais; e de que a pesquisa é uma viagem que vai ganhando sentido próprio no decorrer do caminho investigativo (NETTO, 2009), começo a fundamentação dos escritos que seguem nessa materialidade filosófica proposta pela ontologia marxiana, fundamentada no intenso e profundo trabalho de Marx e Engels e de Lukács.

Antes de iniciar definitivamente a escrita, que já se alonga nesta introdução, devo deixar evidente que houve um salto, uma guinada teórico-metodológica, que foi ao encontro da ontologia materialista de Marx e Engels e de Lukács. Foi um suspiro em meio ao domínio do funcional-estruturalismo, do positivismo, do pragmatismo, das teorias pós-modernas e da sociologia do conhecimento. Como recorda Nicolas Tertulian (1990), o encontro com a ontologia marxista também mudou os rumos da pesquisa de Lukács, dando sustentação a sua estética, a sua ontologia, e fazendo-o caminhar em direção a ética. É evidente que aqui não realizo comparações com a guinada de Lukács e o processo de mudanças que a ontologia causou nesta tese, dadas as proporções. Mas esse episódio me recordou os argumentos que permearam a decisão por iniciar a crítica ontológica das juventudes, por rever o caminhar outrora trilhado.

A virada em direção à ontologia deu-se, portanto, em Lukács, com fundamento em uma dupla reação. Diante do neopositivismo – que tendia a reduzir a realidade à sua compreensão cognitiva, àquilo que é nela mensurável e redutível a termos lógicos, enquanto se libertava dos problemas ontológicos atribuindo-os à esfera da “metafísica” – ele pretendia restabelecer a autonomia ontológica do real, a sua totalidade intensiva e a sua irreducibilidade à pura manipulação (TERTULIAN, 1990, p. 61).

Essa virada de Lukács em direção à ontologia foi paulatina e só bem tarde aprofundada em seu processo de estudo, originando as obras *Ontologia do ser social*, em seus dois volumes e *Os prolegômenos*; o filósofo passou anos colhendo materiais preliminares. Há indícios de que Lukács teria começado esse movimento ainda na década de 1960, logo depois de terminada *A estética* (TERTULIAN, 1990). A partir de então, foram construídas as bases para ultrapassar a ontologia materialista inicialmente desenvolvida por Epicuro, assim como as ontologias dos dois mundos (OLDRINI, 2002).

Antes de se embeber do método marxiano e ter condições, como o próprio Lukács (2020b, p. 158) diz, de “[...] formular o método de Marx como ele realmente é, e combater erros que ainda hoje aparecem [...]”, ele enveredou por um caminho descrito por ele como de um “anticapitalismo utópico-romântico”, presente em *A alma e as formas* e em *A teoria do romance*, que já em 1918 foram obras dadas como “produtos de uma etapa superada” de seu desenvolvimento intelectual. Ao se aproximar do marxismo, de imediato o sociólogo húngaro escreveu a obra *História e consciência de classe*, sobre a qual diria, logo depois, ser “[...] em muitos aspectos, um caminho errado e, portanto, esse livro também foi abandonado” (LUKÁCS, 2020b, p. 158).

Tendo cada vez maior certeza quanto às questões metodológicas que permeavam os estudos marxianos, o filósofo desenvolveu a *Introdução a uma estética marxista*, apontando para o “marxismo real”, como ele mesmo diz. Esse caminhar o fez concluir sobre sua trajetória teórica: “[...] acredito que só agora estou em processo de formular o método de Marx como ele realmente é, e combater os erros que ainda hoje prevalecem” (LUKÁCS, 2020b, 158). Esse é um caminhar longo, profundo e frutífero de Lukács, de encontros e acertos no próprio desenvolvimento da pesquisa, algo que também permeia esses escritos.

É nessa perspectiva que convoco a importância de explicitar as formas de conhecimento do real, de pesquisa, de evidenciar seu movimento, de salientar a busca pela verdade e os níveis de abstração possíveis, e como isso impacta o resultado, e o modo como entendemos as determinações, as coisas, os fatos, a sociedade, o mundo, a humanidade e o humano também. Assim, a abstração será uma ferramenta importante neste trabalho, não apenas por nos colocar mais perto do fundamento do estudo, mas também porque só com ela será possível conectarmos ao real, evidentemente no movimento dialético do singular para o universal.

Citando o pensador Goethe – “[...] o homem deve crer com firmeza que o incompreensível seja compreensível” (LUKÁCS, 1981, p. 35) –, o filósofo húngaro desmembra a problemática de a relação ser consciência, evidenciando que o momento ideal e o real fazem parte de uma complexidade. Sobre esse movimento de abstração, a cientista social brasileira Maria Angélica Borges³² pontua: se o interesse em conhecer, por exemplo, é centrado em corpos, primeiro é necessário desvendar a teoria pra entender como os corpos se movimentam e, depois, fazer a viagem de retorno, que é o momento ideal e real. Em outras palavras, a abstração leva do singular ao universal, enquanto o retorno, o caminho de volta, leva à

³² Em palestra realizada no minicurso “Lukács”, organizado pela Boitempo Editorial. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_6sim13qKPg>. Acesso em: 6 ago. 2018.

particularidade. Fazendo uma analogia com esse exemplo dado pela autora, a teoria utilizada aqui para entender o movimento dos “corpos” é a ontologia do ser social.

Vale ressaltar que a ontologia está presente em qualquer sistema de pensamento. Que ela subsidia e perpassa todos os estudos, mesmo que eles nem toquem na sua existência. E, porque a ontologia é parte ineliminável de cada pensamento humano, começamos a compreender que ela é o encadeamento filosófico concreto que tudo perpassa (CALIARI, 2019).

O papel da ontologia na história e no presente do pensamento humano é, portanto, concretamente determinado pela qualidade ontológica do ser humano enquanto tal e por isto é – de fato, não apenas abstrata e verbalmente – ineliminável de qualquer sistema de pensamento, de qualquer esfera de pensamento e, obviamente, sobretudo, de qualquer filosofia (LUKÁCS, 2018a, p. 9).

Este estudo é, então, uma viagem de pés no chão, traçada a partir de experiências diárias próprias, pessoais e profissionais. Como tal é associada a abstrações, pretendo chegar à ontologia do ser social para realizar a crítica à juventude, ou, ao menos, ao início desse caminho. Mas qual o motivo de tentar encontrar esse caminho? Por que ele é importante? O que ele traz de diferente ao campo, tendo em vista tantos outros trabalhos com múltiplas abordagens epistemológicas já realizados com vistas a compreender conceitualmente as juventudes? As respostas a essas perguntas serão desenvolvidas na próxima sessão, num diálogo com a ciência, entre o gnosiológico e o ontológico.

À guisa de conclusão desta seção, reafirmo que o processual da pesquisa adquire forma no decorrer dos estudos e, por isso, apresentei aqui os primeiros passos para alcançar os objetivos propostos e começar a desvendar as contribuições da ontologia do ser social para realizar a crítica ontológica às juventudes. É verificável que foram muitas idas e vindas até que fosse traçado o caminho da investigação, conforme eu mesma deixo evidente nas linhas anteriores, assim como é sabido que o caminhar modifica os passos. Além da Introdução, esta tese está organizada em mais quatro seções: 2) As decadências, misérias e riquezas do conhecer; 3) Pressupostos da ontologia do ser social e as bases da crítica ontológica das juventudes; 4) Os estudos tradicionais sobre juventude e geração; e, por último, 5) As conclusões da crítica ontológica.

1 AS DECADÊNCIAS, MISÉRIAS E RIQUEZAS DO CONHECER

Brevemente, inicio um caminho para entender o conhecer no campo das ciências sociais, buscando deixar visíveis suas disputas. Dado que a sustentação ontológica trilhada nesta tese foi uma escolha, quero evidenciar o motivo de sua realização e o fato de que se tratou de um processo consciente. Esse movimento requer realizar escolhas, que vão desde *o que e como conhecer* até *o que e como ler*, a partir de *que método* e de *quais técnicas*, entre tantas outras questões. A produção de pesquisas, estudos e conhecimentos sustenta a sociedade corrente e também a que queremos; e, ao mesmo tempo, é sustentada numa relação dialética, visto que contorna nossas possibilidades, mas também as elabora.³³

É evidente que, nos limites destas linhas, não pretendo realizar um tratado sobre a origem das ciências³⁴. Não tenho essa audácia e, além disso, fugiria muito do meu propósito, já que precisaria considerar as diferentes perspectivas de surgimento e desenvolvimento das inúmeras especializações. Para termos uma ideia desse enorme universo e sua complexidade, só em torno do *Jardin des Plantes*, criado como jardim medicinal para pesquisas durante o reinado de Luís XIII, foram fundadas 12 cadeiras apenas na área de estudos das naturezas – dando origem à Academia Francesa (*Académie Française*), extinta em plena Revolução de 1789 e substituída por um instituto unificado, o *Institut de France*, fundado em 1795 (HOBSBAWM, 2012).

Assim, são questões político-sociais, econômicas e religiosas, entre outras, que perpassam o desenvolvimento das ciências. Por isso, para iniciar esse diálogo, todas as vezes em que falar em ciências e suas origens estarei me referindo estritamente às ciências da sociedade, aos estudos em torno delas e suas relações, bem como às bases filosóficas que as sustentam e as sucederam, mesmo que em alguns momentos seja imprescindível tratar das ciências da natureza e exatas, devido às interações que estas tiveram com aquelas. Também vale alertar novamente que só são encontradas aqui questões gerais que impactaram/impactam o desenvolvimento das ciências.

É dever de quem pesquisa tentar compreender como os estudos e a ciência foram/são usados para justificar uma série de abusos. Por exemplo, por meio de investigações ditas

³³ Fato que pode ser observado também no próprio financiamento das pesquisas. Nos últimos anos, os recursos voltados às ciências sociais, historicamente escassos, vêm sendo cortados de modo sistemático. Entre outros argumentos para esse subfinanciamento está a tese de que ciência social seria anticientífica e, por isso, menos efetiva se comparada a áreas de tecnologia ou exatas, por exemplo.

³⁴ Para mais informações sobre o desenvolvimento das ciências em suas diversas especializações, como química, física, matemática e biologia, entre outras, consultar *A era das revoluções – 1789-1848* (HOBSBAWM, 2012).

científicas foram construídas bases teóricas racistas, fortemente difundidas no século XVIII, como a antropometria e a frenologia, que promoviam a classificação e a medida de crânios e cérebros humanos para identificar o caráter e a personalidade de seus portadores. Essas perspectivas foram suportadas por uma metodologia e uma lógica capazes de justificar sua cientificidade (HOBSBAWM, 2012). Apesar de hoje ultrapassado num sentido científico, o resgate do irracionalismo no tempo presente nos leva a ficar atentos e a resgatar também as superações que já enfrentamos, para que não corramos o risco de travar uma guerra outrora já vencida.

O conhecer carrega valores e objetivos historicamente determinados que o sustentam, seja ele concretizado por meio de um trabalho de conclusão de curso, como uma dissertação ou uma tese, seja por um relatório que condense anos de trabalho de uma equipe acadêmica ou um instituto de pesquisa, seja por um livro solitário e denso. Todos eles carregam o que se pretende entrelaçado ao assunto principal, uma ontologia, uma ideia preponderante de ser, de origem de ser, mesmo quando isso não é uma preocupação evidente do sujeito que pesquisa. Pode ser simplesmente um estudo desinteressado, um ganha-pão, o reflexo de uma necessidade de produção em tempos de exagerada produtividade acadêmica; e pode ser também a sustentação de uma ideia que efetivamente se propõe a contribuir com algo fora da burocracia em vigência. Como todas as atividades propriamente humanas e sociais, esse conhecer é complexamente permeado pelas condições político-econômicas do tempo histórico referido. Por isso, entender o terreno que pisamos é importante para fazer escolhas conscientes.

Neste trabalho, a ontologia do ser social é a base para estudar as juventudes, a partir do princípio de uma crítica ontológica, especialmente dos trabalhos gnosiológicos tradicionais. As pesquisas sobre juventude, sobretudo as que datam do início do século XX, convencionou-se chamar sociologia da juventude. Como parte desta tese, afirmo que esses estudos carregam evidentes marcas do movimento intitulado decadência ideológica, de que tratam Lukács (2020a, 2018b), Tonet (2016), Sérgio Lessa (1992) e Coutinho (2010), este também postulante da miséria da razão³⁵. Esse movimento do conhecimento, que tem ativa participação da sociologia como um todo, envolve tanto o racionalismo, por exemplo, por parte do positivismo, do pragmatismo e do estruturalismo, como o próprio irracionalismo, ou a destruição por completo da razão.

³⁵ Essa é uma das afirmações que busco em cada capítulo desmembrar, tornando ainda mais evidente suas conexões.

Então, antes de partir para os pressupostos da ontologia do ser social, que serão delineados na sessão 3, brevemente perpasso a configuração das ciências sociais contemporâneas, tentando ressaltar suas diferentes vertentes e seu amplo campo de disputas. Vários autores, entre eles os já mencionados Ivo Tonet (2016), Carlos Nelson Coutinho (2010) e Georg Lukács (2012, 2018a, 2020a), além de Eric Hobsbawm (2012), apresentam com mais detalhes esse movimento de configuração das ciências modernas, ressaltando com fôlego a miséria das especializações e salientando a destruição da razão. Nesse sentido, busco evidenciar as principais mudanças de paradigma e como elas influenciam a produção de estudos e pesquisas, especialmente aqueles que envolvem a sociedade, e sustentam as relações sociais e o sistema econômico. Só assim, entendo, ficará bem fundamentado o motivo da escolha por uma crítica ontológica das juventudes, em meio a tantos estudos gnosiológicos.

1.1 O Gnosiológico e o Ontológico

Não parece muito comum que uma pesquisa acadêmica tente extrapolar o interesse objetivo evidente, propondo um exercício que seja, primeiro, identificar a existência de estudos ontológicos sobre o objeto que se propõe investigar; segundo, tão importante quanto, entender se esses trabalhos, caso existam, são compatíveis com a teoria social assumida – para só então partir para a escolha, qual seja, o caráter ontológico ou gnosiológico que precise ser aprofundado. Os debates em torno de métodos de pesquisa são vários³⁶, e, apesar do método em Karl Marx, como afirma Lukács (2018a), indicar a preponderância do *ser* sobre o *conhecer*, ou seja, da ontologia diante da gnosiologia, a decisão quanto a seu caráter e sua base fundante fica subsumida, em alguns casos na justificativa inclusive de preservar, contraditoriamente, a cientificidade do conhecer. O gnosiológico é o caminho certo de muitas pesquisas contemporâneas, enquanto a questão ontológica vai ficando em segundo plano e a máxima do método (o *ser* sobre o *conhecer*) por vezes é desconsiderada.

Então, são as considerações ontológicas que têm preponderância. Organizando minhas perguntas de pesquisa, ancorei-me em Tonet (2016, p. 17): “Em primeiro lugar responde-se à pergunta ‘o que é o ser, o que é a realidade’? Só em seguida se respondem às questões relativas ao modo como se conhece o ser”. Deixando ainda mais evidente que sem estudos ontológicos as produções gnosiológicas podem assumir ontologias indesejadas, não compatíveis com a

³⁶ Para aprofundamento do método marxiano, é possível consultar Netto (2011) e Lukács (2012, 2018a, 2018b), bem como o próprio prefácio de *Para a crítica da economia política*, em que Marx aborda o princípio de seu método. Estes, entre tantos outros autores, explicam de forma detalhada o método crítico dialético.

teoria social, o autor acrescenta: “[...] o ponto de vista gnosiológico também tem, como pressuposto, uma *determinada ontologia*. O que acontece é que ou isto está apenas implícito ou é explicitamente negado” (TONET, 2016, p. 14; grifos meus).

Esse entendimento, se ontológico e/ou gnosiológico, e as escolhas dele derivadas, como dito anteriormente, não ficam evidentes no movimento de conhecer. É necessário esforço investigativo, o que acarreta em uma escolha, por vezes inconsciente e passiva, pelos estudos gnosiológicos, que se dá pela não observância da importância da base ontológica, o que falseia e é prejudicial ao pesquisar. O primeiro movimento necessário, portanto, é entender *o ser*, do qual partem as determinações, os fatos, os fenômenos. Ou seja, conhecer em que ontologia, origem do ser, fundamento, está baseado o material estudado, se de metafísica ou crítica e histórico-social, se materialista ou idealista. Só então é possível compreender se a ontologia que permeia o estudado é emancipadora ou medíocre, falseadora ou promotora da possibilidade de compreensão mais próxima da totalidade, e, com isso, realizar o caminhar da pesquisa de forma consciente, partindo sempre do ser, de uma crítica ontológica das bases.

No tempo presente, o ontológico ficou (e ainda está) renegado a esse espaço metafísico³⁷, não científico, numa briga inclusive com as ciências e a filosofia como um todo, tendo em vista que as ciências sociais modernas, em suas regras gerais, reduziram-se ao que é palpável, empiricamente fundado e identificado pelos sentidos. Quem contribuiu para definir os padrões modernos das ciências, em meio a revoluções que transformaram a racionalidade antiga medieval e construíram novas bases, conforme Tonet (2016), foram, destacadamente, Bacon, Galileu, Copérnico, Kepler, Newton, Descartes e Kant. Entre outras coisas, eles são alguns dos mais eminentes representantes da delimitação daquilo que se enquadrava na ciência moderna. O que não se enquadrava era, segundo Tonet (2016, p. 9), identificado como “[...] crença, ideologia, superstição”.

Foi assim que as ciências modernas partiram para o fortalecimento de trabalhos gnosiológicos, como regra geral de famosa cientificidade. Desse modo, não ficavam evidentes a necessidade e a possibilidade de estudos ontológicos, de fundamentação, de origem, do ser.

³⁷ Em *Para ontologia do ser social I*, Lukács (2012; 2018a) descreve o processo de encontro com as ontologias e o desvendar da ontologia do ser social em Marx e Engels. Nessa apresentação detalhada, o filósofo ressalta algumas polêmicas que permanecem vivas nos estudos ontológicos, em específico a desconsideração de seu caráter científico. Suas escolhas e seus argumentos caminham na sustentação de uma ontologia que supera as ontologias passadas, inclusive a materialista, iniciada por Epicuro (341-271 a.C.), dado que os estudos ontológicos que existiam não sustentavam uma ética universal, uma nova sociedade emancipada e construída pelos sujeitos em seu cotidiano. Foi assim que Lukács começou a desenvolver sua estética e partiu para a ontologia para dar suporte a ela, o que não foi terminado, como bem explica José Paulo Netto na apresentação dessa obra, na edição publicada pela Boitempo (LUKÁCS, 2012).

A abordagem cientificista, portanto, falseia a produção de conhecimento, na medida em que propõe começar a conhecer a realidade já impulsionada por estudos de caráter gnosiológico ou sustentados em ontologias duvidosas. A partir dessa ideia moderna de ciência, o processo do conhecer carrega, como assevera Tonet (2016), um sentido de compreensão de estudos sobre produções teoricamente realizadas referente a determinado objeto, ou seja, um estudo de estudos (metaestudos) – sem buscar entendimento do que efetivamente é o que se estuda, sem realizar uma busca de sua origem, de seus fundamentos, do que é e não é de sua valoração.

Sobre o conhecer e suas possibilidades evidenciadas até aqui, vale destacar que essa é apenas uma orientação que parte de alguém que, durante muito tempo, entendeu que a aproximação com um estado da arte, como é conhecido o acúmulo das produções em determinado campo, já era suficiente para dar as bases das reflexões desejadas. Entender o que já fora produzido: esse era o primeiro passo. Mas, dado que o investigar envolve tantas outras questões, cada sujeito de pesquisa encontra seu próprio caminho. Por isso, retorno aqui ao acerto de contas com o meu passado acadêmico no campo das juventudes, esboçado já na introdução. Não me foi possível anteriormente, em outros processos de apuração, identificar o problema ontológico nos estudos das juventudes; faltavam-me referenciais teóricos e certo grau de consciência da organização das ciências. Mas, naquele momento, segui investigando as expressões dessas juventudes na realidade concreta, defendendo uma ontologia emancipada, sem compreender que eu necessitava de uma base que somente os estudos gnosiológicos já realizados não supriam.

Por esse motivo, eu registrava em minhas pesquisas, contraditoriamente, reforços à ontologia emancipada, enquanto minha base teórica de caris gnosiológico não a sustentava. Isso posto, e buscando contribuir para desfazer essa incompatibilidade – que acabava por unir um referencial crítico e dialético contextual com os trabalhos sobre geração e juventudes de base ontológica duvidosa –, segue esta proposta inicial de crítica ontológica das juventudes. Início esse debate, como um primeiro passo, com muito mais perguntas do que respostas. Pretendo evidenciar de onde alguns trabalhos sobre jovens partem e como a maioria deles, de característica gnosiológica, tem sua base em uma ontologia depreciativa do humano. Em outras palavras, que coloca, entre outras coisas, o ser em uma passividade diante da história e das situações da vida, afirmando e sustentando um determinismo descabido. Retornarei a esse assunto na seção 4, citando-o somente para justificar o motivo do debate sobre o conhecimento e como ele perpassa todos os processos de pesquisa.

Voltando ao conhecer, no campo das ciências da sociedade o conhecimento pode partir do sujeito que pesquisa ou do que se pretende pesquisar, aqui chamado de objeto³⁸. De forma geral, quando o conhecimento parte do sujeito, ou este tem um peso maior na pesquisa, ele é gnosiológico; quando parte do objeto, de sua centralidade e suas determinações, é ontológico (TONET, 2016). Assim, os estudos gnosiológicos, mesmo não se ocupando da origem do ser, possuem em sua estruturação entendimentos ontológicos que podem ter diferentes perspectivas. É fundamental que o sujeito que investiga tenha a dimensão disso e, logo, não se coloque de maneira ingênua no momento de pesquisa. É necessário ter clareza de que as análises categoriais e o entendimento de determinada situação, fato, acontecimento ou relação parte de uma ideia de ser, que por sua vez sustenta certa visão de mundo e é sustentada por ela. Por esse motivo reforço, mais uma vez, que esses trabalhos são de base ontológica e pretendem ser uma breve crítica ontológica das juventudes.

1.2 As Mudanças Paradigmáticas

No livro *Do céu*, Aristóteles (2014)³⁹ faz um estudo que, para os parâmetros atuais, seria próximo ao que chamamos de astronomia. À época de sua escrita não havia essa especialização, muito menos estava delimitado o conceito de ciência como conhecido hoje. O próprio filósofo escreveu sobre diferentes especialidades, mais tarde tornadas campos específicos das ciências modernas. Mas o que interessa nesse percurso é que, na apresentação da obra, há o resgate da origem das ciências partindo da filosofia e de como as ciências brotaram dela – o autor chega a classificar a filosofia como a “mãe” das ciências. Em sua visão sobre o que ocorria então no campo do conhecimento, afirmava que essa mãe era então rejeitada pelos filhos. Ou seja, a filosofia, tão essencial ao surgimento da ciência, aparecia como descartável, tal como hoje.⁴⁰

³⁸ O objeto a que me refiro aqui não tem a pretensão de separação entre o sujeito que pesquisa e aquilo que é pesquisado, como o assunto é recorrentemente abordado. Refere-se tão somente ao que será estudado em sua dialética relação com o sujeito que pesquisa, conforme tratado por Netto (2011).

³⁹ O texto a que me refiro, provavelmente, é do tradutor de *Do céu*, Edson Bini, embora não referenciado na obra.

⁴⁰ Sobre essa questão, vale lembrar a Lei nº 13.415, de 2017, que expressa o movimento de retirada da filosofia como disciplina básica dos currículos do ensino médio, na educação regular, que havia sido introduzida pela reforma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), concretizada pela Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. Essa retirada é justificada exatamente pelo entendimento da filosofia como desnecessária a uma formação básica e para os serviços – conforme pode ser visto em: <<http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/agenda-encontro-2018/item/559-categoriaagenda2018/19620-a-reforma-do-ensino-medio-a-retirada-da-filosofia-do-curriculo-e-seus-impactos-na-educacao-brasileira-notas-criticas>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

Para compreender melhor o processo de organização do conhecimento, muito permeado pela visão de mundo preponderante de determinadas épocas, Tonet (2016) o divide em três momentos históricos distintos – greco-medieval, moderno e marxiano –, tendo como premissa a mudança de paradigma que cada um representa. Apesar de chamá-los de momentos, isso não significa que com o surgimento de um deles os demais foram superados; também não indica que assumiram a preponderância em determinado período. O destaque dado pelo autor a cada um deles refere-se à importância paradigmática que apresentam. Em outras palavras, cada um inaugura novas formas de conhecer e propõe caminhos diferentes para a ciência. Vale ressaltar que, a despeito de ser ontológico ou gnosiológico, o estudo vai sempre assumir características diferentes, a depender da teoria social em que se ancora.⁴¹

A mim interessa o momento marxiano, o que funda a teoria social ora apreendida e orienta o presente estudo. No entanto, como ele se molda, configura e permanece em um campo de disputas, vale resgatar os demais momentos, embora o significado temporal supostamente sugira a supressão de um por outro seguinte. Como já afirmado, eles permanecem, isto é, coexistem na contemporaneidade, daí derivando as disputas constantes no campo do conhecimento.

Caracteristicamente, o momento greco-medieval nos lembra que a razão nem sempre foi o fundamento e a orientação do conhecer. Muitos limites foram dados à busca por respostas a questões e problemas – por exemplo, devido a dogmas religiosos. Tudo aquilo que aparentemente fugia à racionalidade humana da época foi tido como incognoscível, sem possibilidade de conhecer, e deixado de lado. Às vezes, os temas eram apropriados pelas religiões, pela teologia; em outras, eram simplesmente abandonados. Assim, a razão⁴², sem uma centralidade, utilizando as divisões realizadas por Tonet (2016), convivia ao mesmo tempo no momento greco-medieval, com formulações ontológicas profundas e necessárias, e, logo depois, com dogmas religiosos que a limitava e cerceava. Com a ascensão do Império Romano, a ontologia foi submetida ao moralismo da Igreja, e passou a ser fundamentada em dogmas,

⁴¹ Isto é, estudos gnosiológicos que têm como base a teoria social crítica marxiana, mesmo não se ocupando da ontologia propriamente dita, carregam uma ideia de fundamento de ser emancipado. Isso porque a própria teoria social marxiana é de base ontológica: parte da ontologia do trabalho para explicar as relações nessa sociedade burguesa excludente e alienante.

⁴² Que significado tem a razão? “Tomando essa palavra num sentido muito amplo, ela significa a faculdade mental, nascida e construída ao longo do próprio processo social, de realizar os procedimentos teóricos operativos necessários à realização do processo de trabalho e, a partir daí, à elaboração do conjunto das ideias acerca dos fenômenos da natureza e da sociedade” (TONET, 2016, p. 26).

valores sólidos e indiscutíveis das religiões, que orientaram a vida em sociedade por um longo tempo, influenciando as ciências e delimitando seu avanço.

Aos homens livres, nobrezas real e clerical, cabia a tarefa da sustentação das ideias dessa sociedade medieval (TONET, 2016; ARENDT, 2007), de organização da sua superestrutura, da sua racionalidade/moralidade. Para tanto, era necessário elaborar certas concepções de mundo, em especial orientadas pelo poder transcendental e pela bênção concedida a alguns poucos, que, seguindo a lógica preponderante, deveriam ser servidos desde o nascimento. A linhagem sanguínea determinava o viver de forma privilegiada ou o servir a alguém. A diferença entre eles, por exemplo, entre nobres e servos, era biologicamente dada: era o sangue que os separava. O acaso do nascimento é que fazia um ser nascer branco e não preto, homem e não mulher, grego ou espartano. A única forma de explicar esse privilégio sem contestação foi associá-lo ao poder divino transcendental, à natureza, à linhagem, à família. Ou seja, os nobres foram escolhidos por um poder superior mesmo antes de seu nascimento. Em uma época mística, na qual a razão não tinha vez, esse argumento dispensava questionamentos.

Sob o domínio da Igreja, eram muitas as contestações a respeito da visão de mundo e das regras de conduta reinantes. Elas, porém, eram reprimidas e violentamente abafadas, como forma de sugerir um consenso aparente dessas normas de convivência nada racionais. Lukács (2012, 2018a) explica como foi para Galileu Galilei (1564-1642) ter de reprimir seus estudos, ser proibido de publicar e até de sair de casa por identificar-se cientificamente com Copérnico (1473-1543) e defender o heliocentrismo ao invés do geocentrismo, tese socialmente aceita até então. Realmente, a Terra gira em torno do Sol, eles estavam certos⁴³. Mas, para a religião da época, esses pensadores colocavam em risco alguns dogmas ao suscitar ideias descabidas, levando em consideração a moral reinante, que impactava o universo, possibilitando inclusive vislumbrar multiversos⁴⁴, assim como questionar a própria ideia da sua construção divina. Esse

⁴³ Embora pareça descabido colocar aqui essa questão, reservo-me o direito de registrá-la, já que estamos tratando da ciência e do conhecimento. Estamos no início do século XXI, em que a tecnologia tem se desenvolvido de forma rápida e o acesso à informação tem se multiplicado, paradoxalmente trazendo uma enxurrada de acessos desqualificados, canais de diálogo rasos e sem fundamentos, multiplicando o senso comum e, em muitos casos, prejudicando a sociedade. Temos chamado algumas inverdades publicadas em forma de textos e frases, com fotos e/ou vídeos/imagens (memes), de *fake news*. Elas têm tido grande alcance e são caracteristicamente anticientíficas: algumas questionam a vacina, outras evocam o terraplanismo (coisa que Aristóteles já negava, em *Do céu*, no século III a.C.); dizem que não houve Holocausto, escravidão. Enfim, há uma disputa por um lugar irracional, um reavivamento do irracionalismo, que, apesar de presente e disputando espaço no terreno do pensar (ou do não pensar), não é aqui abordado por sua irrelevância no trato científico.

⁴⁴ Ainda que já tivesse tratado da questão do Universo sem limites em outros artigos, o físico Stephen Hawking descreveu, em 2018, pouco antes de morrer, sua ideia de multiverso, junto com o físico Thomas Hertog, por meio da teoria da inflação eterna. Nela, viveríamos em uma bolha de um dentre diversos universos que continuam a inflar. In: *A smooth exit from eternal inflation? Journal of High Energy Physics*, [s.l.], v. 4, 2018. doi:10.1007/jhep04(2018)147.

fato poderia levar a crer na existência de vida fora da Terra e, conseqüentemente, suscitar dúvidas quanto ao poder transcendental celeste, que tudo criava, tudo gerenciava e ao qual tudo era atribuído. O céu era um desconhecido que só dizia respeito às religiões; elas requisitavam esse *status* e matavam por ele.

A consequência dessa dominação da ontologia metafísica⁴⁵ dos dois mundos socialmente aceita pela religião é afirmada por Santo Agostinho em *A cidade de Deus*, e a existência de uma moral fortemente repressora resultou em uma espécie de pacto, como descreve Lukács (2012, 2018a). Nele a ciência poderia evoluir e se aprofundar, desde que os estudos não envolvessem questões que não lhes dissessem respeito, em especial as ontológicas, isto é, referentes à origem do ser. Não poderia ser objeto das ciências nem passar por elas questões que levantassem dúvidas sobre os dogmas, as verdades inquestionáveis da Igreja.

A ontologia dos dois mundos é caracterizada pelo distanciamento do ser humano de sua natureza animal, de forma inclusive a negá-la, como pode ser facilmente identificado no trato aos desejos sexuais. Ela desconhece a construção social e histórica dos seres, mas os coloca numa condição de passividade diante da vida e da história, reforçando um determinismo sem saída. A contraposição dessa visão idealizada começou a ser desenhada pelo filósofo grego Epicuro (341-270 a.C.), que desenvolveu seu pensamento sob uma ontologia materialista que, ao contrário da ontologia metafísica, chega a negar a subjetividade. Segundo Lukacs (2018a), por não sofrer repressão moralista das religiões dominantes e inviabilizantes contra o pensar, como ocorreu com o domínio do Império Romano, a Grécia Antiga foi um espaço/tempo privilegiado para reflexões ontológicas que tratavam da origem do ser. Isso fez florescer grandes filósofos e pensadores, que são a raiz da filosofia e das ciências.

Devido à ascensão e queda do Império Romano no Ocidente, aliado à dominação da Igreja na vida e nos costumes do Velho Mundo, representando um longo período de treva, emergiu uma rigorosa repressão à filosofia e aos estudos ontológicos, aponta Lukács (2018a). Nesse contexto, aquilo que não se adaptava sobrevivia somente nos guetos, às escondidas, na clandestinidade, nas brechas deixadas pelo caminho. Esse movimento repressivo e limitante contra as ciências durou séculos e ainda é visível na contemporaneidade, não somente em razão de um cerceamento realizado abertamente por instituições estritamente religiosas, mas pela

⁴⁵ Para aprofundamento nas ontologias metafísicas e dos dois mundos, ver as contribuições de Platão, Aristóteles e Immanuel Kant, Marilena Chauí (2000) e Nicolas Tertulian (1990), bem como consultar *Ontologia do ser social I*, de Lukács (2012, 2018a). Essa ontologia, fortalecida também por Kant, como afirma Lukács (2012, 2018a), por suas defesas de incognoscibilidade do ser, da coisa em si, era pautada no idealismo. É dizer, na existência de um mundo terreno, cheio de erros e humanidade, e de um mundo transcendental celeste, divino, em que os seres eram perfeitos e deveriam pautar seus atos.

própria sociedade, por motivações econômicas que também dominam o conhecer, os parâmetros e as regras de cientificidade. E é nesse caldeirão de disputas que as ontologias permanecem vivas, transitando e dando suporte às políticas públicas, aos livros infantis, às escolas, aos estudos científicos, às conversas entre amigos, aos programas dos partidos políticos, às revoltas, às revoluções, à educação dos filhos e às novas gerações. Enfim, elas perpassam tudo.

Existe aí um movimento dialético entre as ideias, as possibilidades, a *dynamis* aristotélica – ou seja, as potências – e a ação. Um movimento entre entender as ontologias e sua vivacidade e, ao mesmo tempo, subsidiar a compreensão de uma ética universal, como começou a desenvolver Lukács, que sustenta uma nova sociedade, de relações emancipadas, sem opressão nem repressão de nenhuma forma – e a partir das relações cotidianas, dado que as ontologias influem em nossa vida concreta e no modo como construímos nossa sociabilidade e nos sentimos sujeitos ativos, partícipes da história.

Tendo em vista, como já dito, que a organização medieval de classes se sustentava nos privilégios de nascimento, não havia mobilidade (ou se nascia nobre ou se nascia povo), a única possibilidade de ascensão social, fora dessa racionalidade, era o “dom” religioso. Aqui está realmente a importância dessa legalidade greco-medieval (TONET, 2016): todo o padrão de conhecimento ancorava-se na ideia de passividade do homem diante desse mundo criado por um ser superior. Ao ser humano cabia aceitar seu destino e mover-se na cidade dos homens de acordo com essa possibilidade concedida no dia de seu nascimento. Uma causalidade tornada regra. É dizer, um campo de manobra repressiva e religiosamente reduzido e controlado.

Para ter a dimensão da dominação dessa ontologia transcendental, metafísica, dos dois mundos na sociedade e do seu impacto até nos tempos contemporâneos, vamos ao processo educativo. Desde muito cedo, no Ocidente permeado por questões religiosas, as novas gerações são educadas e disciplinadas, tanto em casa quanto na escola⁴⁶, a basear seus atos concretos e

⁴⁶ Entendendo a escola aqui como uma instituição socialmente construída já nas sociedades modernas, capaz de reproduzir valores e costumes e de educar as novas gerações a partir do padrão de relacionamento aceitável de cada época. Para compreender um pouco mais a organização de conteúdo da instituição escolar no Brasil, e como era controlado e delimitado tanto o conteúdo a ser transmitido nas salas de aula quanto a formação dos professores, consultar *Uma estratégia de unificação curricular “Os Estatutos das Escolas Públicas de Instrução Primária”*, disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29993/pdf>>. Nesse texto é possível encontrar registros históricos do Estatuto das Escolas Públicas de Instrução Primária, de 1865, que deixavam evidente o interesse da então monarquia na expansão da rede pública de educação. A instrução pública primária tinha como objetivo fundamental “[...] procurar por todos os meios morais e religiosos infundir no coração de seus discípulos o amor a Deus, à pátria, a seus pais, ao próximo e a si mesmos. Para realizar esta ‘infusão’, o professor deveria ser, então, um exemplo de moralidade, religiosidade, patriotismo e civilidade, como fica evidenciado nas prescrições estabelecidas no [título dos ‘Estatutos’: ‘Deveres do Professor’]” (GAMA e GONDRA, 1999, p. 27).

suas decisões diárias em seres ideais de boa reputação e boa moral, como os anjos e santos ou o próprio Deus. Estes caracterizam-se pela ausência de sexo e de animalidade, ou estão bem distantes deles, controlados e disciplinados, aparentemente sem contradições, como seguidores de regras sociais e bons costumes, repletos de virtudes.

Ao reprimir o ato de uma pequena criança, condenável a uma boa sociabilidade, os adultos responsáveis vez ou outra já a alertam: “*Olha que papai do céu não gosta que você faça isso!*”; “*Não morda o coleguinha porque Deus fica triste!*”. Ou seja, antes de compreender a importância das relações humanas eticamente pautadas, assim como entender as consequências concretas, objetivas e terrenas de, entre outras coisas, “*morder o coleguinha*”, as crianças são reprimidas e incentivadas a acreditar que seus bons atos devem ser realizados por medo de uma sanção superior, por uma mediação de origem transcendental, divina, não palpável. Assim, a moralidade vai se constituindo e pautando a vida cotidiana em um sistema transcendental de recompensa e punição: caso sejamos dóceis e disciplinados, haverá ao fim de nossa vida, após a morte terrena, o encontro com o paraíso, um mundo sonhado e ideal, ficcional, cheio de paz, amor, comida farta, crianças sorridentes e disciplinadas e natureza intocada. Uma realidade idealizada, ou fetichizada, como nos lembra Newton Duarte (2012) ao relatar a adoração ao bezerro de ouro na introdução do livro *Crítica ao fetichismo da individualidade*, que evidencia como o ser social é dotado de capacidade de adorar sua própria criatura, ou mesmo de demonizá-la.

Baseadas, portanto, na sociabilidade da ontologia dos dois mundos, as consequências dos atos cometidos são levadas a outro patamar, não concreto, carregado de um sentido ideal, platônico, que ao mesmo tempo desresponsabiliza os sujeitos de seus atos singulares e suas ações objetivas, coisificando sanções transcendentais. As respostas pelos erros ou acertos individuais e familiares, que são medidos por meio da moralidade socialmente aceita, ganham materialidade ao ser coisificadas, seja em indulgências e em martírios, seja em orações e contas. Em outras palavras, as respostas às culpas terrenas permanecem em conexão com esse transcendental. Do mesmo modo, as consequências das respostas procuradas são também pensadas e medidas com base transcendental, embora tenham impactos na realidade cotidiana.

Um desses impactos, acredito que o mais perverso, é a supressão do sentido político e de construção concreta que as relações sociais e o cotidiano carregam. Por meio da possível sanção transcendental, assim como da necessidade por dias melhores, ainda que permeada por contradição, são trabalhados os medos humanos, os receios, e é garantida a reprodução social da sociedade como ela está: mantendo privilégios históricos. O acalanto por soluções mágico-

religiosas a questões aparentemente insolúveis, ou mesmo de difícil solução, tem o poder de mobilização e escuta necessário ao aprofundamento que nem de longe é possível encaminhar neste trabalho. Por isso, aqui, apenas reforço a necessidade de entender que as respostas a questões aparentemente inexplicáveis vão ganhando forma ideal e suprimindo as demandas humanas por entender esse mundo e suas contradições e desigualdades, a cada tempo mais naturalizadas. Para cada pergunta, seja ela profunda, seja simples, há uma resposta⁴⁷ cada vez mais rasa e objetiva mas que sustenta as necessidades subjetivas.

As decisões e ações individuais⁴⁸ são, portanto, orientadas e reprimidas a partir de um conjunto de condenáveis práticas à sociabilidade construída em cada tempo, passíveis de gerar repúdio e penalidades de diferentes teores, que vão desde o julgamento público à morte social e física, violências diversas, até uma possível condenação pós-morte, uma condenação transcendental, a condenação da alma. Essa forma de entender o humano e suas relações com base na existência de um ser concreto que se iguala ou tenta se igualar a um ser ideal, não palpável, transcendente e superior, em uma visão idealizada do mundo e do humano, construída a partir da ontologia dos dois mundos – com origem em Platão na Grécia antiga, de acordo com Marilena Chaui (2000) e Lukács (2018a) – permanece tão atual e delimitante da vida e da ciência contemporaneamente que requisita espaço ao diálogo para tratar do conhecer.

O determinismo que permeia essa ontologia reinante é tão grande que nela a história assume também um sentido transcendente, ou seja, é como se não fosse construída por sujeitos concretos, por humanos, mas tivesse base superior, divina, independente da vontade humana. Nessa perspectiva, não importam nossa organização nem nossas ações cotidianas, singulares, muito menos genéricas; tudo será sempre assim. Para essa base ontológica, a desigualdade é divina, não construída pelos homens; é natural, não social. Com o século das luzes e as revoluções que marcaram a configuração da era moderna e do sistema capitalista, aspectos diferentes fundiram-se nessa ontologia metafísica dos dois mundos, e ela acabou continuando a servir como fundamentação para a moral dominante – a partir de então, uma moral burguesa.

⁴⁷ No site de uma das religiões bastante difundidas na contemporaneidade é possível encontrar respostas bem objetivas pra questões filosóficas muito densas. Fato que acalanta leitores e servos – neste caso específico, testemunhas – porque os satisfaz com repostas objetivas e bíblicamente fundadas. Esse problema envolve todas as religiões, mas algumas criam alternativas surpreendentes para ampliar a quantidade de fiéis. Essa revista mostra um pouco das respostas construídas para suprir o interesse humano, a ponto de criar uma narrativa surpreendente sustentada numa ontologia de dois mundos: <<https://www.jw.org/pt/biblioteca/revistas/despertai-no3-2020-nov-dez/>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

⁴⁸ Na Antiguidade, as ações individuais acabavam tendo alcance no grupo, na família e/ou na comunidade que se formava. As sanções eram coletivas: como lembra Tonet (2016), era a honra de toda a família que era manchada. Daí o peso ainda maior de ter de andar sob as regras socialmente pactuadas.

Mas, num novo mundo, em uma nova sociedade como estava sendo gerada nos guetos e idealizadas nas brechas desse sistema capitalista em ascensão, sustentavam-se ideias como a igualdade entre os povos e a liberdade. Aos poucos o nascer de um novo sistema, tanto econômico quanto de valores, foi gestado. Ele questionava aquela hereditariedade baseada em poder e terras, mas não rompia definitivamente com ela. As ideias revolucionárias nasceram nos entremeios mas ganharam o mundo, numa estratégia de poder que minava por dentro o antigo regime. Basta lembrar, como fez Hobsbawm (2012), que veio da Câmara dos Lordes inglesa as declarações sobre economia política no século XVIII que sustentavam a classe burguesa nascente, dando suporte a ela. Portanto, as alterações que as revoluções europeias dos séculos XVIII e XIX trouxeram para a era moderna foram fundamentais para as mudanças que se seguiram, mas não suficientes para uma transformação profunda.

As forças econômicas e sociais, assim como as ferramentas políticas e intelectuais, já estavam preparadas em uma grande parte da Europa para revolucionar o restante. Todo o aparato superestrutural estava sendo gestado antes das revoluções e culminaram nelas. Então, no período das revoluções burguesas havia um grande movimento político, intelectual e artístico que ganhou expressão para além do continente europeu, chegando às Américas e trazendo consigo o que parecia ser algo muito novo, um Novo Mundo, uma nova sociedade, para o qual carregava em sua bandeira os ideais de *égalité, liberté et fraternité* (HOBSBAWM, 2012).

Enterrando definitivamente o sistema feudal, a sociedade nascente e as novas classes que se efetivaram na Idade Moderna precisavam de um suporte superestrutural que os dogmas, a religião e o poder divino não conseguiriam mais sustentar. As condições da razão humana e iluminista assumiram o patamar necessário para defender as ideias revolucionárias à época e traçar os caminhos para que as instituições se transformassem – sem que as antigas classes perdessem o poder ao aderir a essa igualdade proposta, a essa liberdade e a esse novo ideário que vinham a galope. Grandes e poderosas instituições do antigo regime, como a Igreja e a família patriarcal, mantiveram um espaço considerável no discurso e na defesa das teses de teóricos iluministas e burgueses. O Estado iluminista que se formava, quando não conseguia manter a monarquia como figurante, e sustentada ainda pelo trabalho expropriado do povo, a absorvia em sua composição de poder⁴⁹, sem contudo descartá-la.

⁴⁹ Para uma compreensão detalhada de como se deram as revoluções burguesas e o processo de constituição da forma de conhecer, consultar Hobsbawm (2012), Löwy (1995, 2007), Tonet (2016), Coutinho (2010) e Netto (1978).

Foi em meio a diversas correntes de pensamento e controvérsias que a disputa de paradigmas nas ciências começou a ficar mais evidente, ao mesmo tempo em que notórias ficavam também as mudanças do sistema econômico e político. Como explica Coutinho (2010), somente na transição moderna um coletivo cada vez maior de pesquisadores e cientistas, de diversas áreas, inicialmente conhecidos como enciclopedistas, começou a fundar uma nova forma de conhecer, pautada na razão, e não na crença. Os questionamentos da repressão à ciência encontraram solo econômico-político fértil para as mudanças paradigmáticas que estavam por vir. Tonet (2016) identifica esse momento das ciências como aquele que lançou as bases do que temos de preponderante em termos de conhecimento na atualidade, mas já reformulada e impactada pelo sentido de fim da história⁵⁰. Ou seja, do capitalismo como único sistema possível.

Não sem contraposição, o momento moderno se efetivou como uma transformação significativa na forma de fazer ciência, estabelecendo como padrão desse conhecer a busca pela razão pura, neutra e desinteressada. Esse padrão foi conclamado para acabar de vez com o que era tido como arcaico, inclusive na produção de conhecimento. Sob um sistema econômico permeado pelo fetichismo da mercadoria, em que o produto parece se estabelecer e criar vida própria, independentemente de seus criadores, conforme descrito por Marx, as relações sociais assumiram caráter de naturalidade, como se não fossem construções humanas.

Esse processo de renovação social sofreu ataques, resistência e oposição de todos os tipos. Logo, não foi pacífico. Era um momento de ebulição, de efervescência de ideias, em que interesses diferentes colidiram por um tempo, especialmente em busca da superação do antigo regime. Aqui devemos levar em consideração que as mudanças são dolorosas, sobretudo para quem colherá prejuízos a partir delas. Portanto, dificilmente se dão de forma harmônica. Eram disputas de interesse, lutas de classes – nesse caso, foi atacada sobremaneira a organização do poder que sustentava e nutria os privilégios da nobreza aristocrática e clerical.

Um conservador que se contrapôs aos valores ilustrados da época foi Edmund Burke (1729-1797). Membro do Whig, controversamente um partido liberal inglês, ele ficou conhecido por seu reforço ao conservadorismo, às formações arcaicas, ao fortalecimento das instituições e da religião, à manutenção da monarquia hereditária, à moral dos cavaleiros ingleses e a toda a pompa que eles representavam. Mesmo não tendo sido um teórico de produções densas, Burke é tido como o pai do pensamento conservador. Sua obra *Reflexões*

⁵⁰ O fim da história citado aqui é em referência a Francis Fukuyama e suas ideias após a queda do Muro de Berlim, pelas quais ele coloca um ponto final nas disputas. Um ponto final, diga-se, que nunca existiu.

sobre a Revolução na França foi uma espécie de panfleto contra os valores ilustrados em ascensão que balançavam o poder e a moral dominantes. Não é um livro de características teórico-reflexivas, mas uma espécie de divulgação de suas teses e ideias, propagadas até hoje, dada a sua importância histórica na resistência ao ideário revolucionário francês.

O desgosto que eu sinto por revoluções, os sinais para as quais têm tão frequentemente sido dados de púlpitos; o espírito de mudança que foi para o exterior; o total contemto que prevalece com vocês, de todas instituições antigas, quando colocadas em oposição a um senso presente de conveniência, ou ao entorte de uma inclinação presente: todas essas considerações fazem-no não desaconselhável, em minha opinião, chamar de volta nossa atenção aos verdadeiros princípios de nossas próprias leis domésticas; que você, meu amigo Francês, deveria começar a conhecer, e que nós deveríamos continuar a nutri-los. (...) O povo de Inglaterra não irá macaquear as modas que eles nunca experimentaram; nem voltar àquelas que eles consideraram nocivas em julgamento. Eles veem a sucessão hereditária legal de sua coroa como entre seus direitos, não entre seus erros; como um benefício, não como um agravo; como uma segurança para sua liberdade, não um distintivo de servitude (BURKE, 2012, p. 16).

Essa defesa burkeniana, um exemplo de como a resistência a mudanças e a disputa de poder e de ideias se apresentavam no nascer dos valores ilustrados, foi resgatada pelo filósofo Russel Kirk e pelo sociólogo Robert Nisbet, ambos estadunidenses conservadores, paradoxalmente aclamados por liberais e conservadores contemporâneos. Como bem registra Osmir Dombrowski (2020), o conservadorismo e o liberalismo estão ligados dialeticamente na história. No momento de ascensão das ideias liberais, dos valores ilustrados, os conservadores eram sua oposição e requisitavam sua dissolução; no tempo atual, suas dissidências (neoconservadorismo e neoliberalismo) unem-se em diversos aspectos, entrelaçando defesas de ideias.

Como apontam Marx e Engels (2008), Netto (1978), Tonet (2016), Coutinho (2010), Michael Löwy (1995, 2007), Lucien Goldmann (1986) e Hobsbawm (2012), a burguesia revolucionária – classe nascente que, juntamente com a classe trabalhadora em ascensão, deu vação às lutas por profundas mudanças no velho regime – foi quem levantou a bandeira do Iluminismo como humanismo, razão, liberdade, centralidade da ciência e igualdade perante a lei. O próprio *Manifesto comunista*⁵¹ evidencia esse episódio, observando que os valores ilustrados fizeram parte da pauta da burguesia na Revolução de 1789. Resgatados no século XIX, eles compuseram também a pauta revolucionária de 1848, que congregou burgueses e

⁵¹ O *Manifesto comunista* foi publicado em 1848; portanto, os trabalhadores não tiveram acesso às ideias contidas nele antes da revolução de 1848. A obra, contudo, expressa o desejo da classe trabalhadora no momento de sua busca pela efetivação dos valores ilustrados, o resgate revolucionário de 1789, tempo em que a burguesia lutava lado a lado com os trabalhadores por mudanças necessárias à ascensão de um novo modo de vida, conforme sinaliza Löwy (2007).

trabalhadores, mas em sentido tão diverso que somente ficou evidente para as classes em ascensão mais adiante, quando a burguesia se estabeleceu no poder. A partir dela, a dissociação dos interesses da classe trabalhadora e da burguesia se corporificou. Por exemplo, a igualdade defendida pelos burgueses não era a igualdade de fato nem de todos, mas aquela que facilitaria seu comércio e ampliaria seus lucros, beneficiando exclusivamente a si mesmos. Em igual sentido, a liberdade era relativa, dadas a dominação econômica e a necessidade de sustentação do trabalho nas fábricas, que começavam a se mecanizar, controlando inclusive as necessidades biológicas dos trabalhadores, assim como as sociais.

A sociabilidade burguesa, nova naquele momento, requereu, em essência, uma forma também nova de produzir conhecimento. Esse fato pode ser identificado na proposição, por exemplo, de uma sociedade comunista, ou seja, a exigência de um padrão cognitivo do mesmo modo radicalmente novo. Tratava-se de uma outra perspectiva, a partir de um outro paradigma, de um método que tentava entender a realidade complexa a partir de seus próprios fundamentos, de sua ontologia, suas leis gerais e historicamente fundadas. Por isso Tonet (2016) situa Marx como o fundador de um novo momento para o conhecer. Apesar de inúmeras colaborações que aprimoraram essa perspectiva, o indivíduo “[...] que, mais do que qualquer outro, contribuiu para lançar os fundamentos desta nova forma de produzir conhecimento científico foi Karl Marx” (TONET, 2016, p. 23).

O momento marxiano (TONET, 2016) será mais desenvolvido a partir da seção 3, quando tratarei especificamente dos pressupostos da ontologia do ser social de Marx como subsídio para a crítica ontológica das juventudes. Localizá-lo aqui como um *momento* é importante para sinalizar tanto sua grandeza nas ciências sociais quanto sua inovação no trato do conhecer. Isso inaugura uma nova perspectiva, capaz de sustentar outra sociedade, já que não se limita à descrição e reprodução, mas promove o entendimento essencial dessa sociedade e sua sociabilidade para vislumbrar saídas, tendo em vista que elas existem.

Entendendo, portanto, os três momentos formulados por Tonet (2016) como possibilidade de compreender a organização do conhecimento, retomo sua divisão: o greco-medieval, o moderno e o marxiano. E, a partir de agora, passo a trabalhar mais detalhadamente a perspectiva moderna, que é ainda preponderante nas ciências sociais contemporâneas, apesar da requisição de existência de uma pós-modernidade por alguns, o que se reduz, contudo, à disputa de narrativa. Aqui ressalto da modernidade os seus aspectos positivistas, pragmáticos e estruturalistas, que são os que mais influenciam os estudos sobre juventude. Isso posto, busco entender o impacto do movimento da destruição e da miséria da razão que se apresenta

emaranhado no bolo da perspectiva moderna. Com esse percurso é possível chegar à conclusão de Tonet (2016, p. 25; grifos meus) segundo a qual “[...] a *razão* do mundo é a razão *daquele mundo* [...]”. Dito de outro modo, há uma relação entre razão e mundo que não é dada *a priori*, não é óbvia nem mecânica e, por isso, precisa ser desmembrada e identificada.

1.3 O Que Vem Primeiro, o *Ser* ou o *Conhecer*? Decadência Ideológica, Origem da Sociologia da Juventude, Atualidade do Irracionalismo

A pergunta “o que vem primeiro, o *ser* ou o *conhecer*?” remete o presente texto a uma questão metodológica que pretende ser a base que sustenta a tese aqui desenvolvida. É, portanto, por sua resposta que se consolida o caminho da crítica ontológica das juventudes aqui proposta. Por isso a importância concedida a ela, assim como a centralidade que o *ser* precisa assumir nas ciências. Em torno dessa resposta ergueram-se teorias e mais teorias, algumas que sustentam a preponderância do *ser*, outras que sustentam o *conhecer*. A partir de então, justifico minha escolha e indico os motivos para tal, ao mesmo tempo em que chamo atenção para o problema das pesquisas que não a deixa explícita.

É possível desmembrar a filosofia burguesa, base das ciências sociais modernas, em dois grandes momentos, como descreve Coutinho (2010). O primeiro, que vai dos pensadores renascentistas a Friedrich Hegel, tem características progressistas, humanistas, racionais e dialéticas, encerrando-se entre 1830 a 1848. O segundo inicia-se com a decadência ideológica, conforme demonstrado pelo próprio Lukács⁵² (2020a), assim como por Netto (2011), Tonet (2016), Coutinho (2010), Goldmann (1986) e Löwy (2007). O marco dessa mudança é a Revolução de 1848, em que a burguesia traiu a causa do progresso social. Nas palavras de Coutinho (2010, p. 22), “[...] entre o que a burguesia agora apressava-se a abandonar estava, talvez em primeiro lugar, a categoria razão”. Por isso a designação de miséria da razão dada pelo autor ao movimento das ciências no pós-1848.

Num primeiro momento, portanto, a razão moderna e as defesas que a circulavam tinham características revolucionárias, de suporte às mudanças nos paradigmas arcaicos. Como membro legítimo do primeiro momento da filosofia burguesa, por exemplo, o Marquês de Condorcet (1743-1794), um dos enciclopedistas que contribuíram para a fundação das ciências

⁵² Lukács (2020a), em sua obra *A destruição da razão*, apresenta os argumentos e uma relação de intelectuais que representam, para ele, esse movimento de decadência ideológica.

sociais modernas, insistiu na importância de analisar a sociedade desde a razão. Para tanto, partiu da comparação entre essa ciência nascente, social, e as regras das ciências da natureza, visando a tornar as ciências sociais neutras, isto é, à parte da influência dos dogmas da Igreja, então preponderante no conhecer daquele tempo. A defesa de neutralidade era justificada pela necessidade científica da razão pura, para que ela não sofresse interferências externas do conhecer. Daí sua característica de defesa do rompimento com a moral reinante e, conseqüentemente, sua vertente revolucionária (COUTINHO, 2010).

A partir desse argumento, assim como se analisa uma fórmula matemática ou química – como se essas análises também não fossem permeadas pelo sujeito que pesquisa –, seria possível estudar um fato da sociedade sem influências nem interferências de nenhuma natureza, como interesses individuais e visões de mundo singulares, em especial dos dogmas religiosos. Logo, não há como negar que essa perspectiva na configuração das ciências sociais modernas teve, em princípio, um sentido revolucionário, uma vez que ela mudava a forma como eram produzidos os conhecimentos relativos à sociedade, até então transpassados pela moralidade cristã e pelos desígnios divinos. Essas características revolucionário-burguesas, no entanto, desapareceram por completo no século XX. Qualquer perspectiva que incitasse o pensamento para fora dos limites do sistema capitalista foi suprimida e tida como anticientífica, metafísica, enviesada. Conforme afirma Coutinho (2010), esse esforço para retirar quaisquer resquícios revolucionários das ciências sociais burguesas, advindos dos valores ilustrados, foi um trabalho minucioso, especialmente pensado e executado por Auguste Comte e Émile Durkheim. E a justificativa era justamente de que não havia neutralidade em tais proposições de cariz revolucionário, o que fugia aos sentidos – sendo sua cientificidade, portanto, facilmente questionável.

A identificação e a correlação entre o natural e o social, nem sempre compatíveis e muitas vezes forçosamente realizadas, têm origem no movimento inicial de constituição das ciências modernas, com contornos diferentes com o passar dos anos. Trata-se de uma apropriação da legalidade da natureza para, em comparação ao social, justificar a individualização, naturalizando o que é de construção social e minando as relações sociais, as disputas políticas e as possibilidades de transformação. Ao promover a competição num sentido individualizante, de fomento à culpa transcendental, a corrida por lucro e por sobrevivência faz com que o sistema capitalista gire com mais intensidade em busca da acumulação irrestrita. Assim, não há limites, e a proposta de igualdade e liberdade fetichiza a possibilidade de ascensão social, gerando maior competição.

Na sociedade burguesa, o econômico, o trabalho e suas relações são fundamentais às análises das esferas da vida social (LUKÁCS, 1981; TONET, 2016; MARX ENGELS, 2008; KONDER, 2009; COUTINHO, 2010; LESSA, 1992; PONTES, 2008), assumindo um lugar de modelo, inclusive no processo do conhecer. É preciso, portanto, partir do trabalho para compreender a organização da sociedade em questão e as classes em disputa, bem como a alienação⁵³ e a fetichização⁵⁴, presentes no processo laboral industrial que marcam toda a vida nessa sociedade moderna (TONET, 2016). A configuração das classes sociais e o processo de reprodução delas, das relações sociais, a partir da lente dessa ciência pós-1848, assumem um sentido natural. Quanto mais naturais parecem as construções sociais, menos questionáveis elas são.

Desse modo, a relação entre o natural e o social e a incorporação do social pelo natural constituem-se de forma cada vez mais intensa, ao contrário do que acontece na essência das relações e do próprio ser social, como afirma Lukács (2018a, 2018b), tornando-se cada dia mais social e afastado das barreiras naturais. Pensando o conhecer desse ambiente social equiparado ao natural, podemos compará-lo a uma planta que nasce em uma estufa: ao sujeito humano são eleitas condições ideais de convivência e reprodução que, nessa visão de mundo, só podem florescer⁵⁵, só podem dar o resultado esperado. Não há espaço para a contradição nem para a contraposição. No entanto, ao humano tudo é possível, tudo é movimento; e essa infinidade de caminhos e de respostas é que nega o determinismo da história, apesar de ter como limite as condições que casualmente lhe foram antes colocadas.

É, portanto, nesse momento que se localiza uma das maiores vitórias nos avanços impetrados no desenvolvimento das ciências: o sujeito humano começa a se entender como construtor da história, e não somente sujeito passivo diante de um futuro misterioso e dado.

[...] a relação do homem com o mundo tornou-se uma relação ativa. Embora o mundo natural continuasse a ser visto como exterior ao homem, a intervenção nele, para transformá-lo, já era vista como algo permitido e positivo. Já quanto ao mundo social, esse era visto, pelo menos em grande parte, como resultado da atividade humana. É o momento em que surge a ideia de história e a consciência de que a história dos homens é profundamente diferente da história da natureza (TONET, 2016, p. 41).

⁵³ Sobre alienação e ideologia, consultar Lukács (2018b), os estudos da professora Ester Vaismann (2010) e também Sérgio Lessa (1992).

⁵⁴ Para compreender a fundo a questão do fetiche, ver Marx em *O capital: crítica à economia política*; mais sinteticamente, Newton Duarte e o *Fetichismo da individualidade*, em especial sua introdução.

⁵⁵ Sobre a legalidade das plantas, na próxima seção dialogo com as afirmações de Emanuelle Coccia.

O entrelaçamento entre o natural e o social, no entanto, dava-se por diferentes caminhos. E é nesse emaranhado, ora determinista, ora reconhecedor da importância do sujeito na construção da história, que as ciências modernas se localizam. É por ele que se sustenta o mundo moderno em construção: “[...] o reino social é um reino natural que não difere dos outros, a não ser por sua maior complexidade. Ora é impossível que a natureza, no que tem de mais essencial, seja radicalmente diferente de si mesma aqui e ali” (DURKHEIM, 2003, p. 25). Essa equiparação durkheimiana irrefutável da legalidade social à legalidade natural tem trazido enormes prejuízos tanto ao conhecer quanto à própria sociabilidade humana.

A preocupação referente ao espaço e a importância que a sociologia foi conquistando nas ciências sociais no pós-1848 são caracterizadas pela construção permanente de conhecimento como suporte à sociedade burguesa, aliada a respostas imediatas aos problemas advindos de sua industrialização. Embora resultado de um processo revolucionário, as ciências modernas burguesas apresentaram como produto exatamente o que havia criado a necessidade de superação dos estudos enviesados e reduzidos dos tempos antigos: a vinculação extremada à reprodução das relações como elas se encontravam, favorecedoras de privilégios (NETTO, 1978; TONET, 2016; COUTINHO, 2010; LÖWY, 1995; 2007; GOLDMANN, 1986; HOBBSAWM, 2012). As ciências sociais, com destaque para a sociologia, mostravam-se ao novo tempo – que conclama a razão, a liberdade e a igualdade, aprisionadas à sustentação da ordem – como eram antes das revoluções reconhecidas como transformadoras.

Baseados nas necessárias respostas aos problemas urgentes da expansão das cidades e das indústrias, os estudos sociológicos, nos limites impostos pela sociedade moderna, cresciam em expressão. Contudo, aparentemente não havia interesse em conhecer a realidade como ela era, mas como ela se apresentava. O que era compreensível – afinal, os estudos ontológicos podem trazer inquietudes e problemas aos valores conservadores, ao poder das antigas instituições. E assim foi se configurando a ciência social burguesa moderna, permeada de disputas político-econômicas, marcada pelo avanço dos valores ilustrados que transpassaram a Revolução Francesa de 1789, adentrando o século XIX (MARX ENGELS, 2008; TONET, 2016; COUTINHO, 2010; LÖWY, 2007, 1995) na busca pelos pilares de sustentação de uma nova sociedade, uma sociedade burguesa. Essa ciência moderna precisava ser capaz, entre outras coisas, de:

- superar o passado servil e escravocrata, de rigidez de estratos sociais quase que divinos, e erguer uma sociedade em que haveria possibilidade de ascensão

entre as classes, abrindo caminho para a burguesia acessar o poder (MARX ENGELS, 2008; TONET, 2016; COUTINHO, 2010; LÖWY, 2007);

- promover uma igualdade legal para alguns (MARX ENGELS, 2008; TONET, 2016; COUTINHO, 2010; LÖWY, 2007);
- sustentar a individualidade em oposição ao sentido de comunidade, muito forte no antigo sistema feudal. O fortalecimento da individualidade ao longo do tempo viabilizou a concorrência, aumentou a produtividade e desobrigou o coletivo, entre tantos outros frutos colhidos grandemente até a contemporaneidade (DARDOT e LAVAL, 2014; TONET, 2016);
- revolucionar o sentido do trabalho, revesti-lo de dignidade e desejo, como algo moralmente virtuoso, ao contrário do que ocorria no antigo regime, o que efetivamente se desenvolveu ao ponto de tudo ser considerado trabalho (ARENDDT, 2007⁵⁶);
- dar centralidade à razão nos estudos sobre a sociedade, em oposição a uma ciência vinculada aos dogmas e limites religiosos impostos ao conhecer, sem, no entanto, registrar grandes afastamentos a esses limites, em especial na filosofia (TONET, 2016; COUTINHO, 2010; LÖWY, 2007);
- permear a razão de métodos comprobatórios do seu cientificismo, assim como ocorre nas ciências exatas e da natureza. Também identificá-los e convencioná-los nas ciências sociais, preservando características como a neutralidade, o não envolvimento, a preponderância ao que era verificado pelos sentidos (COUTINHO, 2010; LÖWY, 2007); e
- eliminar a objetividade da verdade. Dado que o mundo passa a ser provado empiricamente, então a cientificidade se assenta no âmbito da aparência, do verificável pelos sentidos (TONET, 2016). Como os sentidos são humanos, sociais e múltiplos, nessa perspectiva, múltiplas são as verdades.

⁵⁶ Para a filósofa Hannah Arendt, a era moderna trouxe a glorificação teórica do trabalho, transformando a sociedade em uma sociedade operária que endeusa o labor a ponto de negar o ócio, a não atividade. Na Idade Média, a aristocracia e o clero, em sua liberdade do não trabalhar, ocupavam-se das questões do espírito, refletindo sobre a superestrutura e orientando a moralidade aceita (TONET, 2016). Na sociedade antiga, o trabalho era tido como uma atividade menor, não passível de ser executada pelas classes abastadas. Passado o período de servidão e escravidão, desenvolveu-se no nível das ideias e da moral o trabalho como atividade fortalecedora do espírito humano, digna, que as pessoas não eram mais obrigadas a realizar como escravas ou servas, mas impulsionadas a desejá-la, tendo-a inclusive como um privilégio, especialmente nos territórios em que os índices de desemprego atinge altos níveis, conforme pontua Ricardo Antunes em *O privilégio da servidão*.

O segundo grande momento da filosofia burguesa como base das ciências sociais modernas foi o da economia medíocre – também nomeado por Coutinho (2010) como miséria da razão e de decadência ideológica, e por Lukács (2020a, 2012, 2018a, 2018b) como destruição da razão –, que se mescla com a origem da sociologia. Isso nos dá base para entender como as ciências sociais e suas especializações se comportam na contemporaneidade. Ao mesmo tempo, contribui para compreender o fortalecimento do irracionalismo e do neoconservadorismo na atualidade, justificando a importância e a necessidade dos estudos ontológicos críticos. Por esse caminho também é desvendável a chamada sociologia da juventude e como ela se sustenta.

Não existe interesse em desconsiderar todas as produções dos pensadores burgueses do pós-1848, realizando uma generalização descabida e de pouca consistência, deslocando-as todas ao campo da falsa consciência. Mas há de se ponderar a existência do que Pontes (2008) chama de “fio condutor” desses estudos: a parcialidade, o limite de alcance elucidativo e as segmentações particularistas que compartimentalizam o conhecimento.

A decadência ideológica é a marca de um período em que a produção de teóricos que outrora se empenhavam em entender profundamente as contradições presentes na realidade concreta, mesmo sendo burgueses, rareou e assumiu entendimentos cada vez mais míticos, vazios de conteúdo crítico, manipuladores e menos sérios. Um exemplo dado por Lukács (2010, p. 56): “A economia se limita, cada vez mais, à mera reprodução dos fenômenos superficiais. O processo espontâneo da decadência científica opera em estreito contato com a apologia consciente e venal da economia capitalista”.

É importante dizer, ainda, que a decadência ideológica se situa no tempo/espço da afirmação da burguesia como classe líder do processo de expansão da nova ordem mundial, caracterizando-se como um direcionamento das ciências capaz de dar suporte às ideias capitalistas. Foi o rompimento do cariz revolucionário, portanto, que as ciências modernas burguesas estavam construindo. Ou, como pontua Ricardo Lara (2013, p. 93), “[...] entre a herança teórico-cultural emancipadora e a manutenção da ordem, a burguesia opta pelo segundo, dando origem ao ‘pensamento da ordem’, berço perfeito para o nascimento das ciências sociais especializadas”. Aqui, desse modo, localiza-se a origem da sociologia e suas diversas especializações, entre elas a sociologia da juventude, de que tratarei mais adiante.

A sociologia positivista inaugurada por Comte e Durkheim é permeada por valores conservadores, requisitados por eles próprios, que, conforme dito anteriormente, romperam com o primeiro momento das ciências modernas, de característica revolucionária. Eles buscaram apagar essa história, essa origem, a partir da afirmação da necessidade de defesa da

neutralidade (COUTINHO, 2010). Em nenhum momento Comte identificou a incompatibilidade entre requisitar a neutralidade às ciências sociais e se autodeclarar conservador. Em outras palavras, ele apresentou seus limites no âmbito do conhecimento e os requisitou como permeados por uma neutralidade inexistente (LÖWY, 2007). Foi nessa contradição de suas afirmações, portanto, que se realizou uma defesa irrestrita das instituições e sua organização hierárquica, recheadas de valores morais e de poder que se baseavam em reprodução de privilégios, e não em uma ética universal. A justificava que permeou a ciência positiva: os problemas enfrentados na sociedade capitalista tinham relação com o descompasso na organização social. Era necessário, a partir dessa perspectiva, consertar seus desvios e equívocos, para o que a ciência positiva e estruturalista contribuiu fortemente, ajustando e disciplinando os sujeitos.

Aqui aparece um espaço especialmente localizado para pôr em evidência a questão das juventudes e tratar da adequação das regras, fato que fez surgir, no início do século XX, a sociologia das juventudes, ou a especialização da especialização. Esse campo nasceu como possibilidade de compreensão de movimentos de jovens urbanos que incomodavam por suas expressões, coletivos e organizações não convencionais, como as gangues. E, para propor ações de contenção e ajustamento, eram necessários estudos sociais, conforme sinalizam Talcott Parsons e (1968) e Shmuel Noah Eisenstadt (1968). Ontologicamente, as juventudes estão em processo de apreensão de regras sociais vigentes a cada tempo e sociedade. É um movimento ontológico de interferência e contribuição, seja como reprodução ou como contraposição à realidade cotidiana concreta, dada a capacidade de pensar, transformar a natureza e a si mesmo e se relacionar, contradizer o processo educativo, ou docilmente aceitá-lo. Os movimentos de resistência são ontológicos e podem ser identificados especialmente quando as regras sociais a ser educadas ou impostas limitam os interesses pessoais das juventudes, sejam eles o convívio social, o aprimorar dos sentidos ou os desejos sexuais, entre outros tantos que compõem o ser social em sua complexidade. A sociologia da juventude será discutida mais adiante, no próximo item.

Voltemos à decadência ideológica, em que a sociologia da juventude está mergulhada. Segundo Lukács (2012), após a manobra burguesa que desembocou na derrota dos trabalhadores na Revolução de 1848 e na inauguração do sistema capitalista, a sociologia ocidental seguiu a linha de uma teoria geral de manipulação social consciente das massas. Isso, de forma objetiva, contribuía também para a consolidação do sistema capitalista e para um suposto enterro da objetividade da verdade nas ciências sociais: “Se a ciência não se orienta

para o conhecimento mais adequado possível da realidade existente em si, então sua atividade se reduz, em última análise, a sustentar a práxis no sentido imediato” (LUKÁCS, 2012, p. 47).

Foi partindo do entendimento explicado na decadência ideológica, de sustentar a práxis no sentido imediato, que Karl Mannheim⁵⁷ tentou desenvolver um método para as ciências sociais que redundou na teoria do conhecimento. Nessa nova ciência, ele considerava o pragmatismo, o behaviorismo e a psicologia profunda, destacando a afinidade entre o behaviorismo e a práxis fascista e a manipulação das massas pelas ciências.

É digno de nota que Mannheim, em busca de uma força no mundo democrático que se contrapusesse à influência fascista sobre as massas, tenha chamado a atenção para a afinidade metodológica entre as teorias behavioristas e a práxis fascista. Com toda a razão ele protesta contra a identificação simplista de ambas, mas com tal indicação aponta a continuidade socioeconômica de determinados problemas centrais da vida social, sobretudo a generalidade da manipulação como tópicos [alvo] da metodologia científica. Há tempos *a manipulação* deixou para trás o estágio das experiências e postulados; *hoje ela exerce seu domínio sobre toda a vida, da práxis econômica e política à ciência* (LUKÁCS, 2012, p. 46; grifos meus).

Segundo Lukács (2012), portanto, nas últimas décadas do século XIX emergiu uma confiança na possibilidade de manipulação das massas; e Mannheim, mesmo identificando esse processo, coloca-se numa aparente busca por resolução de problemas sociológicos a partir do aproveitamento de diversas perspectivas. Reafirmando isso com seu percurso, Karl Mannheim (apud LUKÁCS, 2012, p. 47) ressalta que “[...] influentes tendências filosóficas (pragmatismo, behaviorismo) cumpriram um papel importante, senão o principal, nesse processo”. Tendo esse movimento em vista, ele ressalta sua intenção em promover um conglomerado de áreas de pensamento que busquem contribuir com o debate sobre as gerações, nesse momento já localizadas no âmbito da especialização e deslocadas da totalidade das ciências e do humano. Desse modo, Mannheim reforça o sentido de que “[...] a especialização cada vez mais estreita é o ‘destino’ de nossa época, [de] que ninguém pode escapar” (LUKÁCS, 2010, p. 63).

A partir da centralidade que as especializações assumiram nas ciências sociais, Lukács (2010, p. 63) afirma que a decadência da ideologia burguesa “[...] operou nelas uma tão intensa modificação que elas não podem mais se relacionar entre si; o estudo de uma não serve mais para promover a compreensão da outra. A especialização mesquinha tornou-se o método das ciências sociais”. E foi na contribuição a essa especialização que se desenrolaram as produções mannheimianas, as mais críticas no âmbito da sociologia da juventude, mas permeadas por uma

⁵⁷ A importância em sinalizar a localização das ideias de Mannheim na decadência ideológica reside no fato de ser ele um dos principais autores clássicos que sustentam a sociologia da juventude, por seus escritos sobre geração. Retornaremos a ele na seção 4.

ontologia ainda questionável, subsumida, não evidente, que permanece no âmbito da reprodução das relações como elas se encontram. Sobre a questão das gerações, ele afirma:

A multiplicidade de pontos de vista, resultante tanto das peculiaridades das tradições intelectuais de várias nações como daquelas das ciências individuais, é não só atraente mas fecunda; e não existem dúvidas de que um problema vasto como esse somente *pode ser solucionado através da cooperação entre as mais diversas disciplinas e nacionalidades* (MANNHEIM, 1952, p. 68; grifos meus).

Esse parêntese sobre a questão do conhecimento na perspectiva mannheimiana⁵⁸ tem o intuito de sinalizar que o debate nesse campo precisa ser ampliado, mas como sustentáculo à sociologia do conhecimento, e não sob um possível interesse de maior aproximação com a totalidade. Não há um princípio de estudos ontológicos, mas uma multiplicidade de pontos de vista que deslocam o objeto da realidade para pesquisá-lo. É necessário, desse modo, um caráter transformador e não manipulatório para que as bases da sociologia da juventude sejam colocadas em xeque.

A propósito, o debate da manipulação das ciências é tão atual e necessário que reflete na busca pela compreensão também da questão social⁵⁹ e do conglomerado de expressões e problemas que dela emergem, muitas vezes tendo no sujeito humano e nas suas relações cotidianas a causa, ou seja, a reprodução irrefletida do contextual repressor. Desbancar a ideia de essência do sujeito, de naturalização das relações e das classes e sua sustentação pela ontologia dos dois mundos, de base idealista, reinante na decadência ideológica, permite superar afirmações geracionais, conservadoras, racistas, classistas e também homofóbicas, continuamente reiteradas no solo fértil da contemporaneidade. Não pretendo nem de longe, nestas poucas linhas, esgotar o debate; viso tão somente a introduzi-lo como forma de diálogo, entendendo a possibilidade de realizá-lo. Afinal, a incognoscibilidade não existe, ao contrário do que afirma Immanuel Kant (LUKÁCS, 2018b).

Esse movimento do conhecimento é sintetizado por Coutinho (2010, p. 43): “Tanto a ‘destruição’ quanto a ‘miséria’ da razão, tanto o irracionalismo quanto o agnosticismo positivista ou estruturalista, ligam-se a esse predomínio incontestado da espontaneidade burocrática”. Em outras palavras, são diversos os movimentos que carregam em comum o

⁵⁸ Conforme veremos, Mannheim é reconhecido na sociologia da juventude como um dos autores mais tradicionais de vertente crítica, conforme relata Groppo (2003, 2017). Daí o interesse em seus estudos. Além disso, entre os teóricos burgueses desse campo, o sociólogo húngaro é o que permanece mais requisitado, sobremaneira no campo da educação.

⁵⁹ Para aprofundamento do debate da questão social e seus fundamentos, ver Josiane Soares Santos em *Questão social: particularidades do Brasil*, obra da biblioteca básica do serviço social, editada pela Cortez, em 2017.

interesse na produção de conhecimento permeado pela manipulação; por isso a necessidade de identificar e destrinchar as cadeias de consequências do conhecer. Nesse sentido, a miséria da razão é “[...] a expressão teórica – deformada e deformante – do mundo burocratizado do capitalismo”, de acordo com Coutinho (2010, p. 51). Segundo esse autor, o primeiro grande representante da miséria da razão foi Comte, que ao defender a natureza espontânea e imediatista do positivismo tentou esconder a essência do pesquisado, abandonando “[...] o exame da gênese dos fenômenos em troca da descrição de suas leis invariáveis de manifestação; um mesmo princípio aparece também no estruturalismo” (COUTINHO, 2010, p. 53).

Sobre a eliminação da contradição e a sustentação da homogeneização nas análises, sobre a busca do invariável, o autor alerta:

[...] o preço dessa redução do diverso ao idêntico, do variável ao constante, do contraditório ao homogêneo, é exatamente a extrema formalização do real e da racionalidade, o abandono à *irratio* dos problemas conteudísticos, ou seja, da gênese histórica e do sentido humano dos processos analisados (COUTINHO, 2010, p. 54).

Esse processo identificado nas ciências tem consequências perversas também nas relações humanas, como bem ressalta Silvio Luiz de Almeida (2018), quando afirma que na consolidação das sociedades ocidentais as diferenças naturais e próprias do humano foram sendo exterminadas. “Diferenças de classe, entre os sexos e até mesmo as raciais sempre fizeram parte da ordem social; abandonar essas diferenças em prol de uma ilusória ‘sociedade sem classes’ levaria a uma degradação cultural sem precedentes” (ALMEIDA, 2018, p. 28).

Para Goldmann (1986), a sociologia parecia concorrer com a filosofia, tomando seu espaço. Nesse sentido, o autor afirma:

No primeiro terço do século XIX e até por volta de 1930, a sociologia tomou um impulso considerável. Numerosas pesquisas despertaram então a esperança de desenvolvimento quase ilimitado. Os grandes trabalhos dos durkheimianos na França, a sociologia do conhecimento na Alemanha, com Scheller e K. Mannheim, a de Max Weber, aos quais é preciso ajuntar os estudos históricos e econômicos profundamente transformados e influenciados pela sociologia (...) Um campo considerável abria-se à exploração e à compreensão da vida espiritual, e certos pensadores até imaginavam que a sociologia estava destinada a substituir as outras ciências humanas (GOLDMANN, 1986, p. 54).

É notório que nesse caminho o conhecimento da sociedade tornava-se preponderantemente mais útil quanto mais empírico, prático, imediato e urgente. As análises de sociedade, para ser compreendidas como ciência, precisavam ser aferíveis pelos sentidos, vistas ou tocadas, analisadas em sua estrutura aparente, em sua natureza. A criação de modelos

matemáticos, de analogias com as ciências da natureza, de aferições experimentais, é cada vez mais presente e necessária, tronando-se indícios de cientificidade, entre os fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, período facilmente reconhecido. Ainda hoje esses indícios estão evidentes nas ciências sociais.⁶⁰

Esse movimento de ideologização do conhecimento travestido de cientificidade asseverou-se no pós-1848, embora nem sempre de forma consciente, ou seja, com direta intencionalidade de classe, mesmo que caracteristicamente tenha servido à conservação da realidade existente. Aqui reside a necessidade de identificar essas características. Para Coutinho (2010, p. 31), o critério de avaliação de cientificidade de uma filosofia do social “[...] reside no modo pelo qual ela apreende (ou ignora ou mistifica) as categorias econômicas, que constituem a modalidade fundamental da objetividade humana”.

Sobre a sustentação da realidade existente, Almeida (2018, p. 29) cita a reprodução das formas sociais trabalhadas por Eviguiêni Pachukanis (1988), nas quais a necessidade de conservação emerge como forma de assegurar a reprodução do capital:

A sociedade capitalista, em que pesem suas contradições e especificidades, possui algumas relações que devem ser necessariamente conservadas, a fim de que o capitalismo possa se reproduzir. Essas relações características da sociedade capitalista são as formas sociais. Portanto, as formas sociais básicas do capitalismo são a forma mercadoria, a forma dinheiro, a forma Estado e a forma jurídica.

Tonet (2016, p. 44) afirma que a cientificidade construída a partir dos padrões dessa ciência dita moderna requer cada vez mais experimentação, verificação. E isso faz com que o conhecer se localize entre os dados empíricos (colhidos com os sentidos) e a razão: “Os sentidos aparecem como a única mediação entre o mundo subjetivo e o mundo objetivo”. Essa simetria entre as ciências sociais e a exatidão, de características matemáticas, na análise de questões diversas que partem do humano e do social enviesa todo o campo, em especial a sociologia, evidentemente apegada mais à forma que ao conhecer. Isso levou Goldmann (1986, p. 57) a afirmar que “[...] a sociologia contemporânea perde cada vez mais contato com a realidade”.

⁶⁰ No campo das políticas públicas tem-se falado nos modelos e projetos baseados em evidências, um resgate realizado inclusive por organismos nacionais que sustentam intervenções governamentais, como o Ipea (http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9915/1/td_2554.pdf) e a Enap (<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4018/2/Aula%201%20e%202.pdf>), e internacionais, como o BID (<https://publications.iadb.org/es/hablemos-de-politica-educativa-en-america-latina-y-el-caribe-5-educacion-distancia-semipresencial-o>). Esse resgate parece ser uma atualização dessa perspectiva de conhecimento e intervenção expandida do início do século XX, uma vez que nos modelos baseados em evidências a realidade concreta e a criação a partir dela ficam subsumidas a considerações e modelos já testados e confirmados em sua eficácia, muitas vezes em locais com características socioespaciais complementemente distantes e distintas. É evidente que conhecer o que se tem produzido e dado resultado em diferentes espaços pode auxiliar na elaboração de respostas locais, mas não deve de modo algum cercar o processo de criação local.

Esse movimento cria uma espécie de superstição com as métricas, com o quantitativo, que aparece como legitimadora de todos os fatos. Basta um dado para provar o que se quer dizer, ao mesmo tempo em que o argumento se mostra inquestionável. Entre tantas questões que nos parecem irracionais, a partir da produção de dados já se justificaram, na história recente, por exemplo: a existência de diversas raças humanas coexistindo na contemporaneidade⁶¹; o machismo e a inferioridade feminina; o racismo; a existência de diferentes inteligências decretadas a partir do tamanho do crânio e do cérebro⁶²; e a repulsa à homoafetividade⁶³, tida como doença; entre tantas outras questões irracionais. Coutinho (2010, p. 41) reforça que a miséria da razão acaba por fortalecer uma manipulação de dados para dizer o que se quer dizer, “[...] substituindo a apropriação humana do objeto por uma manipulação vazia de dados, segundo esquemas formais preestabelecidos”.

Sobre o irracionalismo, é fundamental pontuar, ainda, que ele acaba por ser um movimento de não centralidade na razão que requer ao conhecer seu espaço. Por mais contraditório que pareça, em tempos em que a razão assume a centralidade, o irracionalismo é chamado como um caminho possível, em disputa no âmbito das verdades pós-modernas. Na contemporaneidade, aparentemente tudo pode ser provado a partir de uma dose de interesse.

[...] quando o pensamento não tem condições de superar o imediatismo e o espontaneísmo, não pode superar a descrição da forma aparente e alcançar a reprodução da essência. Converte então essa forma aparente em fetiche, ao conceder-lhe uma autonomia e universalidade que não possui. (...) A incapacidade de atingir a essência surge espontaneamente em todos os indivíduos que vivem no capitalismo evoluído. Ao submeter-se a esse espontaneísmo, a filosofia da decadência cai na mesma incapacidade: termina por converter em antinomias algumas contradições dialéticas e por elevar a fetiches coagulados momentos isolados de uma totalidade contraditória. Esse traço essencial do pensamento decadente – o de ser um pensamento fetichizador – manifesta-se em todas as suas orientações, “racionalistas” ou irracionaisistas, “objetivistas” ou subjetivistas, positivas ou existencialistas. Nenhuma delas transcende a mera descrição da imediaticidade (COUTINHO, 2010, p. 39).

⁶¹ Consultar, por exemplo, *The races of man*, um registro histórico das defesas escritas pelo médico inglês Robert Knox, de Edimburgo (1791-1862), conhecido cientista racial.

⁶² O tamanho da caixa craniana e do cérebro, bem como sua associação a comportamentos psicológicos e de nível de inteligência, foi objeto de estudo da frenologia. Apesar de sua não cientificidade, hoje ela dá suporte a estudos criminológicos, sustentando diversos argumentos num passado não muito distante.

⁶³ Aqui é possível citar o biólogo geneticista estadunidense James Watson e suas inúmeras declarações “científicas” de inferioridade feminina e racial. Prêmio Nobel de 1962, ele se destacou também por afirmações homofóbicas. Nesse aspecto, vale lembrar as sustentações científicas que inseririam a homossexualidade na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), da Organização Mundial da Saúde, então nomeada homossexualismo, da qual foi retirada somente nos anos 1990, conforme pode ser conferido no artigo da Deutsche Welle “Há 30 anos, OMS retirava homossexualidade da lista de doenças”, publicado na *Carta Capital* em 17 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/ha-30-anos-oms-retirava-homossexualidade-da-lista-de-doencas/>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

Por se ocupar da apreensão imediata da realidade, portanto, “[...] o pensamento da decadência serve ideologicamente aos interesses da burguesia” (COUTINHO, 2010, p. 39). Estamos no momento exato de forte resgate desse irracionalismo, de base neofacista, que, como lembra Leandro Konder (2009, p. 177), encontra terreno fértil nas crises do sistema burguês.

As condições em que funciona hoje o capitalismo monopolista de Estado estimulam no grande capital a tentação do fascismo. Essa tentação tem sido suficientemente forte para que algumas formas da política fascista “clássica” (dos tempos de Mussolini e Hitler) sejam *autorizadas a sobreviver* (Grifos do autor).

Segundo esse autor, após a derrota do fascismo e de sua vertente alemã, o nazismo, as ideias preponderantes, preconceituosas, medíocres e baseadas em uma visão rasa das potencialidades humanas do ser continuaram a ser nutridas. De forma menos evidente, mais encoberta, no entanto presente, aguardando o momento certo de vir à tona, de novamente ganhar o mundo. Essa possibilidade de ascensão se dá na defesa de falência da perspectiva humanista, de crise dos costumes e da moral, como uma requisição ao transcendental que tem a capacidade de tudo corrigir. É como se não coubesse ao ser social sua história, mas a um ser superior, talvez um mito, talvez Deus. Somente ele poderia resgatar essa história transviada e erguê-la num pseudocaminho entendido como correto.

As circunstâncias exigem dos fascistas que eles sejam mais prudentes e mais discretos do que desejariam. Pragmaticamente, adaptam-se às exigências dos novos tempos. Mas continuam a trabalhar, infatigavelmente, preparando-se para tempos “melhores”, que lhes permitam maior desenvoltura. (KONDER, 2009, p. 178).

Mas, ao contrário do que aparentava estar configurado no contextual da primeira década do século 21 – conforme relata Konder (2009) no momento de sua publicação sobre o discricionismo dos movimentos de base fascistas –, já em sua segunda década o mundo se apresenta repleto de evidentes movimentos de características embrionário-fascistas. Movimentos de ultradireita que redundaram em vitórias expressivas de seus líderes ao redor do mundo, a exemplo de Donald Trump, nos Estados Unidos (2016), e de Jair Bolsonaro, no Brasil (2018). Essa realidade, contudo, não se deu repentinamente. Anos antes, governos democraticamente eleitos na América Latina haviam sofrido golpes parlamentares, como o de Fernando Lugo, destituído pelo Senado paraguaio em 2012, ou a eleição à presidência de empresários caracteristicamente conservadores e mais posicionados à direita, em países centrais do continente latino-americano. É o caso, por exemplo, de Sebastian Piñeda, que ocupou a

presidência do Chile pela primeira vez entre 2010 e 2014 e foi novamente eleito em 2017, e de Mauricio Macri, que governou a Argentina entre 2015 e 2019. No Brasil, o vice-presidente Michel Temer tomou o poder depois de um golpe jurídico-parlamentar gestado por um forte e bem articulado movimento direitista e conservador – com o apoio majoritário do parlamento brasileiro e, em alguns casos, sob a liderança das elites industriais e financeiras do país – que ocupou as ruas clamando pelo impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores. Num movimento mais ou menos coordenado em toda América Latina, tentativa similar de golpe vinha sendo sistematicamente articulada na Venezuela⁶⁴, até desembocar na autoproclamação de Juan Guaidó à presidência, em 2019, o que gerou enorme instabilidade política e econômica no país. Essa articulação golpista no continente latino-americano visa a justificar mudanças necessárias ao capital e tem evidentes traços de influências imperialistas advindas dos Estados Unidos da América.

Mas o que de fato esse retorno ao irracionalismo, ao conservadorismo, aos movimentos de ultradireita no mundo tem a ver com o conhecer e as ciências? É evidente que na sua base estão formações e manipulações de massa, apoiadas pela força e pela capilaridade das novas tecnologias, financiadas com recursos do grande capital, por meio de generosas doações em torno da causa. Essa causa se traduz em bandeiras como o fortalecimento da moralidade, dos valores religiosos, do liberalismo econômico e da meritocracia; o uso de fundos públicos para o financiamento de empreendimentos econômicos e da multiplicação do grande capital financeiro; e o desfinanciamento de políticas sociais; entre outras, como nos lembra Almeida (2018).

Como estratégia de difusão dessas ideias em âmbito global está uma imensa rede de *think tanks*⁶⁵, organizadas, financiadas e promovidas por grandes conglomerados econômicos e

⁶⁴ Sobre esses incentivos, inclusive financeiros, como estratégia de desestabilização política e ascensão da ultradireita na América Latina, consultar o artigo “Esfera de influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana”, do jornalista Lee Fang, publicado em 11 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

⁶⁵ Os *think tanks* podem ser traduzidos como fábricas de ideias, ou banco de ideias, mas são mais conhecidos por seu nome em inglês mesmo. Podem ser definidos como institutos de pesquisa que buscam promover debates públicos, influenciar processos decisórios dos governos e produzir análises politicamente engajadas, por meio de redes de especialistas inseridos na esfera pública (ARALDI e SVARTMAN, 2019). São organizações que pautam a opinião pública para influenciar os poderes decisórios em políticas públicas, agindo como grupos de interesse (PINHEIRO, 2019). A organização pelo mundo dos *think tanks* tem se dado por meio de espaços de estudos liberais, ultraliberais e conservadores, com financiamento do grande capital. Por exemplo, foi realizado no Rio de Janeiro, em dezembro de 2019, o Primeiro Encontro de Think Tanks Brasileiro, organizado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). Há um evento agendado para 2021, na cidade do México, o Latin American Liberty Forum, financiado pelo *think tank* Atlas Foundation. No Brasil são conhecidos como *think tanks* o Instituto Millenium, o Instituto Liberal e o Instituto Ludwig Von Misses Brasil (ILVMB), bem como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Estudantes pela Liberdade. Todos eles estão no espectro ideológico

governos ultradireitistas. O primeiro resultado concreto dessa rede e de seu trabalho de formação de base⁶⁶ foi a ascensão de Margaret Thatcher, a conservadora e antifeminista primeira-ministra da Grã-Bretanha, entre 1979 e 1990, e de Ronald Reagan, republicano que presidiu os EUA de 1981 a 1988. Uma das maiores financiadoras de *think tanks* da contemporaneidade é a Atlas Economic Research Foundation (AERF), criada como um braço do Institute of Economic Affairs (IEA), uma instituição que produz conteúdo para subsidiar políticas públicas, sem vínculo com nenhuma universidade. No site da IEA é possível encontrar a seguinte declaração de um parlamentar londrino sobre a importância do seu fundador, Antony Fisher, piloto de guerra que trabalhou com Winston Churchill:

Sem Fisher, não há IEA; sem a IEA e seus clones, não teríamos Thatcher e muito possivelmente não teríamos Reagan; sem Reagan, não teríamos *Guerra nas Estrelas*; sem *Guerra nas Estrelas*, nenhum colapso econômico da União Soviética. Ou seja, uma grande cadeia de consequências para um criador de galinhas (livre tradução).⁶⁷

Esse breve resgate do processo de retorno ao conservadorismo e ao irracionalismo na contemporaneidade visa a reforçar a importância do método e do movimento do conhecer na essência e na totalidade, que efetivamente precisa ultrapassar as aparências, como aponta Kosik (2002), para que nos aproximemos da verdade objetiva. Caso contrário, as ciências poderiam ser descartadas, como acentuou o próprio Marx (1983). Se somente com os sentidos imediatos conseguíssemos nos aproximar da verdade, as análises, as abstrações, as reflexões dialéticas seriam descartáveis, desnecessárias – e o irracionalismo está recheado delas.

A forma como o conhecer sobre a sociedade e as relações sociais se desenvolveu, bem como suas vinculações com as ciências naturais, biológicas, experimentais e exatas, dá indícios de sua base e explica resquícios contemporâneos. Esse caminho fundou também a defesa da igualdade natural dos seres e dos direitos naturais de todos os indivíduos (TONET, 2016). A naturalização das construções sociais, dos direitos, entre tantos prejuízos ao conhecer, por seu determinismo, esvazia a dimensão social e política, de luta, de disputa e de construção coletiva que permeia as relações sociais e que precisa estar presente no âmbito dos direitos, como lembra Pachukanis (1988). Sem a disputa constante por espaço em uma sociedade desigual como a

direitista.

⁶⁶ O termo “trabalho de base” é em alusão ao trabalho de formação feito pela base social, pelos movimentos populares, mas em uma direção diametralmente oposta e que perdeu força nas últimas décadas em função, entre outras coisas, do avanço do individualismo.

⁶⁷ No original: “Without Fisher, no IEA; without the IEA and its clones, no Thatcher and quite possibly no Reagan; without Reagan, no Star Wars; without Star Wars, no economic collapse of the Soviet Union. Quite a chain of consequences for a chicken farmer!”. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/about/our-story>>. Acesso em: 29 dez. 2020.

capitalista burguesa, os direitos não saem do papel e a efetivação não se realiza, uma vez que ela, a disputa, é parte da luta de classes.

Essa mesma sociedade, que naturaliza o social, as relações sociais, os direitos e o processo de conhecer, contraditoriamente reserva ao sujeito humano uma negação de sua natureza, de sua indissociável animalidade. Na ontologia do ser social, esse processo de desenvolvimento das relações sociais, cada vez mais sociais, como afirma Lukács (2018a, 2018b), se traduz num afastamento não só da natureza e de suas barreiras como da própria comunidade, em um reforço da individualidade, mais forte do que nunca. A esse respeito diz Tonet (2016, p. 38): “[...] a constituição do ser social tanto é o processo de afastamento do homem da natureza, tornando-se ele cada vez mais social, quanto o distanciamento – sempre relativo, obviamente – entre o ser humano singular e a comunidade”. Assim, esse sujeito humano, cada vez mais individualizado e menos comunitário, criado na sociedade moderna e fundamental a ela, impacta as relações sociais, a vida cotidiana e as ciências, que também se abastecem dessas relações. É o que nos lembra Marx, no posfácio à segunda edição de *O capital*, quando afirma que a ciência moderna teve uma marca relevante, qual seja, deixou de ser um lugar de pesquisa desinteressada para se tornar um esgrimismo pago. No lugar do humanismo, do historicismo e da razão dialética, instrumentos capazes de fundar cientificamente a ética e a ontologia, a tendência ideologizante da decadência começa por atacá-los.

Em lugar do humanismo, surge ou um individualismo exacerbado que nega a sociabilidade do homem, ou a afirmação de que o homem é uma coisa, ambas as posições levando a uma pseudo-historicidade subjetivista e abstrata, ou uma apologia da positividade, ambas transformando a história real (o processo de surgimento do novo) em algo “superficial” ou irracional; em lugar da razão dialética, que afirma a cognoscibilidade da essência contraditória do real, vemos o nascimento de um irracionalismo fundado na intuição arbitrária, ou um profundo agnosticismo decorrente da limitação da racionalidade às suas formas puramente intelectivas (COUTINHO 2010, p. 31).

A busca por respostas de diferentes perspectivas é, então, uma elaboração da racionalidade humana e da luta de classes, o desenrolar de caminhos diversos que permanecem em disputa. Essa capacidade e necessidade de conhecer a realidade, tanto natural, orgânica e inorgânica quanto social, torna-se viável e imprescindível para o próprio melhoramento da vida em sociedade. Há um sentido coletivo nesse conhecer que não pode ser subsumido. No entanto, a racionalidade capitalista, individualista e burguesa em expansão, em busca de lucros ilimitados, quer a todo custo mascarar e individualizar com suas regras, prêmios e investimentos, ou pela falta deles, toda a sociedade. A individualização da vida também

perpassa a construção do conhecimento, tornando-o uma esfera cada vez mais de competição, de produção socialmente referenciada e relevante para humanidade e sua emancipação.

Entendendo as prioridades constantes no movimento do conhecer, é importante registrar que o *ser* é, para o método materialista histórico e dialético, preponderante diante do *conhecer* (LUKÁCS, 2018a; TONET, 2016; TERTULIAN, 1990). Fato que fica obnubilado no fundamento das ciências modernas, pela característica utilitarista, prático-capitalista que as caracteriza. Mas por que as ciências modernas desconsideram, então, os estudos ontológicos, que partem do *ser*, da sua origem, e em muitos casos os associam à não cientificidade? Para esse debate é preciso entender que as ciências são constitutivas da história, ou seja, a razão⁶⁸ é a razão de um mundo historicamente fundado. E, por mais que ela fuja à legalidade reinante em alguns momentos, essa legalidade tenta de todas as formas conceder-lhe limites.

A razão é o resultado do entrelaçamento de múltiplas relações e resultado de uma rede de suporte que, em sua constituição, ontologicamente permanece em constantes disputas, pela própria complexidade do *ser* e pela própria *razão*. A ciência como a conhecemos hoje, portanto, foi se configurando permeada por certo metodologismo, expresso por regras pactuadas que limitam o conhecer objetivamente ao mundo observável pelos sentidos, conforme já dito anteriormente. Essa perspectiva de conhecer, porém, não é unívoca; ela se coloca no campo de disputa. Essas poucas linhas foram apenas para sinalizar a diversidade dessas disputas e alertar para a luta de classes também no âmbito do conhecer.

É fato que essas regras das ciências modernas para o conhecer assumem a centralidade da pesquisa na contemporaneidade, dando mais relevância à forma que ao conteúdo pesquisado (COUTINHO, 2010; LÖWY, 2007; TONET, 2016)⁶⁹, e permanecem dominando as ciências sociais até então. Daí a necessidade de chamar atenção para a atualidade da decadência ideológica (LUKÁCS, 2018b, 2020a) e da miséria da razão (COUTINHO, 2010), logo, da importância de seu resgate para entender o tempo presente.

⁶⁸ O que significa razão? “Tomando essa palavra num sentido muito amplo, ela significa a faculdade mental, nascida e construída ao longo do próprio processo social, de realizar os procedimentos teóricos operativos necessários à realização do processo de trabalho e, a partir daí, à elaboração do conjunto das ideias acerca dos fenômenos da natureza e da sociedade” (TONET, 2016, p. 26).

⁶⁹ As requisições desse metodologismo podem ainda ser evidenciadas no trato com políticas públicas na atualidade, cujos estudos e propostas de ação precisam ser comprovadas, experienciadas ou baseadas em evidências, como observado em diversos documentos do BID, um banco de investimento que tem ampliado sua atuação na América Latina. A requisição por políticas públicas que tiveram experiências comprovadas em outros lugares (países, cidades) e que geraram dados é uma regra que reduz a criatividade e a responsabilidade com a realidade local. Mas é também um incentivo realizado por diversos documentos do BID, direcionamento que faz parte de sua linha de ação, como pode ser constatado em seu relatório de 2019, disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Relat%C3%B3rio_anual_do_Banco_Interamericano_de_Developmento_2019_Resenha_do_ano.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2020.

Alerto novamente que meu objetivo aqui é dar suporte ao desenvolvimento de estudos ontológicos, e tão somente isso. Não tive o intuito de realizar um resgate histórico linear, por períodos, para descrever o avanço e o desenrolar das ciências e sua complexidade. Busquei apenas evidenciar esse conglomerado das ciências e suas intrínsecas disputas, que estão também delineadas pelas lutas de classe. Ao caminhar pelas origens dessa ciência social e dos estudos filosóficos, procurei subsidiar essa escolha e afirmar a necessidade de estudos ontológicos. No próximo momento traçarei seus pressupostos principais.

2 PRESSUPOSTOS DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL

A substância de um ser humano é, portanto, o que, no decorrer de sua vida, conecta-se como continuidade, como direção, como qualidade da ininterrupta cadeia dessas decisões.

(...) essas decisões ininterruptamente determinam sua essência, dirigindo-a para cima ou para baixo. Para um pintor não é meramente a alternativa se deve pintar este ou aquele quadro; cada pincelada é uma alternativa, e quando é criticamente adquirida e empregada para o traço seguinte, mostra nitidamente o que representa sua pessoa como artista. Isso, todavia, dito ontologicamente em geral, vale para toda atividade humana, para toda relação entre os seres humanos. (...) Por um despertar de um tal método, o único que torna possível um esclarecimento desse tipo, esse escrito aspira a oferecer algumas propostas que tornem possível apontar um caminho.

Georg Lukács

É exatamente resgatando o compromisso feito por Lukács no fim da ontologia, qual seja, a necessidade de despertar do método em Karl Marx e apontar um caminho, que dou seguimento a uma breve crítica ontológica das juventudes proposta nesta tese. Parto do apontamento de complexos multiplamente determinados, como as idades e as juventudes, que são apresentados de forma enviesada em alguns estudos assentados em propostas conceituais estáticas sobre o ser em sua juventude, o que não evita reformulações constantes dessas ideias primeiras, sem contudo registrar avanços no debate. Já de início vale reforçar que a crítica pretende se manter no campo da genericidade do ser em sua interpelação a determinadas singularidades, e, para ilustrar a importância desse caminho, resgato alguns pressupostos fundamentais. Como afirma Lukács (2018b, p. 724): “Uma autêntica ontologia antes de tudo uma marxista, deve-se limitar, sob tais condições subjetivas bem como objetivas, à constatação – plena de reservas – das determinações as mais gerais”. É nesse campo das reservas que avanço com as questões singulares, indispensáveis, mantendo a relação o mais próximo do geral possível.

Desse modo, já sinalizo que questões mais específicas ficam a cargo de estudos posteriores. Portanto, análises de casos, projetos, programas, realidades locais, nacionais e temporais não serão encontradas neste trabalho – no máximo, utilizarei exemplos gerais para especificar o dito ou o que quero dizer. Aqui tão somente dou início ao processo de construção das bases de sustentação de um princípio de crítica ontológica das juventudes que tem como

pilar a ontologia do ser social, a ontologia marxiana, nela identificando a fundamentação para a reprodução social, complexo central para trilhar essa crítica que pretendo. Ressalto que, até o momento, esse é o único percurso possível para efetivamente entendermos as múltiplas determinações que compõem e interagem na constituição do ser humano, do ser social e, conseqüentemente, abrir caminhos para vislumbrar a importância das singularidades, como o tempo, como as diferentes idades do ser. É nessa perspectiva que estabeleço o diálogo e o questionamento sobre geração, homogeneidade e heterogeneidade das juventudes, moratória social e vital, protagonismo e tantos outros termos cunhados gnosiologicamente para explicar e tentar entender as/os jovens e suas especificidades na sociedade contemporânea – tema apresentado com mais detalhes na próxima seção. Como dito, aqui apresento as bases para fundamentar a crítica ontológica das juventudes.

Desafiador, o estudo que tem por base a ontologia do ser social, que se propõe a entrar em questões tão próprias e filosóficas⁷⁰ é, ao mesmo tempo, especificidade da concretude do método, sua própria solidez, movimento e suporte, sinalizando um caminho dado de antemão pelo próprio Marx e também por Lukács, denso e coerente. A mim coube o exercício de apreensão dessas determinações gerais, reveladas por esse conteúdo filosófico, para então realizar a análise do material, já tão acessado e trabalhado anteriormente, sobre uma especial singularidade do ser, a sua juventude, tentando traçar diálogos ontológicos com alguns estudos tradicionais e contemporâneos sobre juventude, buscando chegar a um entendimento de como o tempo transpassa o ser. Daí a reprodução social ter assumido nessa crítica um lugar específico, um lugar de destaque.

Dadas as ressalvas introdutórias, é o momento de iniciar os pressupostos ontológicos⁷¹. Conforme indicado por Lukács (2018b), já na primeira página de *Para ontologia do ser social II*, para compreender a ontologia do ser social é necessário partir do entendimento da existência de diferentes tipos de ser e da compreensão do trabalho como atividade humana que distingue o homem do animal superior. Assim, o trabalho serve de modelo para à práxis humana. Evidente

⁷⁰ Em outro momento, já destaquei o fato de um estudo de bases filosóficas ser realizado por uma assistente social, com todo o cuidado e esforço possível. Reafirmo aqui o alerta feito pelo próprio Lukács, segundo quem, para que haja efetiva aproximação com a totalidade, as ciências não devem se repartir deliberada e separadamente. Há a necessidade evidente de apreensão de muito mais do que foi historicamente determinado a cada especialização. Esse é o movimento que proponho, especialmente no trato com as juventudes, que antes de tudo se configuram pelos complexos e legalidades que envolvem o humano, ser social, para só então assumir sua singularidade de forma mais próxima à totalidade que compõe o ser.

⁷¹ Nesse trecho vale mais uma pequena ressalva, já feita em outros espaços deste trabalho: as obras que compõem a ontologia do ser social de Lukács são densas, detalhadas e precisam ser consultadas por quem pretende ter uma dimensão mais fundamentada de suas teses. Aqui apenas resgato o que auxilia a fundamentação de minha própria tese, qual seja, que a juventude não pode ser entendida de outra forma se não organicamente pautada pela ontologia do ser social, em toda a sua multideterminabilidade, potência e preponderância do social.

que não deliberadamente. Assim, desse exemplo universal que é o trabalho começo a entender o caminho para a ontologia do ser social, e, por conseguinte, posso articulá-lo à singularidade aqui pretendida, que refere-se a questão do impacto do complexo que constitui o tempo no ser social, traduzido culturalmente aqui por uma de suas expressões, que são as idades.

2.1 As Legalidades da Vida em Sua Diversidade

A sobrevivência da quase totalidade dos seres vivos pressupõe a existência de outros viventes: toda forma de vida exige que já haja vida no mundo. Os homens precisam da vida produzida pelos animais e pelas plantas. E os animais superiores não sobreviveriam sem a vida que trocam reciprocamente graças ao processo de alimentação. Viver é essencialmente viver da vida de outrem: viver na e através da vida que outros souberam construir ou inventar.

Emanuele Coccia

Jovem filósofo italiano, Coccia tem reivindicado em seus estudos espaço para a filosofia da natureza⁷² questionando o antropocentrismo de muitas reflexões. Embora alguns de seus argumentos se estabeleçam na metafísica, numa cosmologia, a possibilidade de diálogo com a perspectiva que toma o mundo ambiente como coabitado por diferentes formas de vida que se sustentam umas nas outras é um ponto inicial interessante e profícuo para mim, que pretendo realizar uma breve crítica ontológica. Isso porque, a despeito de me deter ao ser social, corroboro a tese lukacsiana segundo a qual só alcançamos a profundidade necessária de um estudo quando o desantropomorfizamos⁷³ a vida (LUKÁCS, 2018a). Sendo assim, começo por pensar a legalidade do orgânico e sua interação com o mundo ambiente⁷⁴, permeado de

⁷² Esse debate está especialmente localizado no livro *A vida das plantas: uma metafísica da mistura*, publicado pela Cultura e Barbárie. Mas também tem aparecido em diferentes artigos menores e entrevistas concedidas pelo autor, que tem movimentado o debate filosófico contemporâneo.

⁷³ No conjunto da obra sobre a ontologia, Lukács chama a atenção para a importância de entendermos o ser social como um tipo de ser que habita um universo composto por seres orgânicos e inorgânicos que se inter-relacionam e são interdependentes.

⁷⁴ Na natureza inorgânica não se encontra atividade; o que existe é um movimento para reprodução da vida, que na interação entre o orgânico e o mundo ambiente aparentemente pode parecer guiada por uma consciência, porém são somente reações físico químicas, biológicas, logo, não produz relação-sujeito-objeto. Ou seja, o objeto só pode se tornar objeto da consciência quando não sofre influência de interesse biológico imediato pelo sujeito e o sujeito se torna sujeito porque pode mudar sua atitude quanto ao objeto. Entre o ser orgânico não há independência do pôr de finalidade teleológica e dos meios, o que há é causalidade químico-física. Em outras palavras, não são executáveis independentes um do outro, como atos da consciência, conforme a estrutura ontológica originária do trabalho.

causalidade, já que: “Nunca compreendemos o que é uma planta sem termos compreendido o que é o mundo” (COCCIA, 2018, p. 13).

Atravessado por sua relação com o inorgânico, o mundo orgânico se estabelece a partir de legalidades físico-químicas que deixam evidentes certos direcionamentos à vida, certas regras, não imutáveis, que continuam em constante movimento – o próprio movimento da vida. Há, assim, uma impossibilidade de reconhecimento de tudo, dadas as formas ainda desconhecidas, tanto animais quanto vegetais, como alega Lukács (2018a). Tendo em vista que todo o ser vivo está em constante transformação – ao contrário da legalidade do inorgânico, como os elementos químicos, que podem ser fixados em uma tabela, como o fez Dmitri Ivanovich Mendeleev com a tabela periódica (apud LUKÁCS, 2018a) –, Coccia (2018) acredita que há muito mais que somente condições ideais necessárias ao nascer das plantas. Para o autor, elas encontram caminhos para se desenvolver mesmo em condições não propícias, não imaginadas ou ainda não conhecidas pelo homem. Partindo daí, Coccia realiza um estudo próprio sobre elas, as plantas.

É fato que neste trabalho me distancio bastante das apostas feitas pelo filósofo italiano, dado que o que me interessa prioritariamente é o ser social. Mas, antes de me afastar por completo, vou a mais um encontro: é preciso repensar as legalidades dadas como esgotadas pela ciência, especialmente no pós-1848 – fato já comentado anteriormente, quando debato as ciências da sociedade. Coccia (2018, p. 24) também afirma que esse movimento foi realizado nas ciências naturais: “[...] desde o idealismo alemão, tudo o que é chamado de *ciências humanas* foi um esforço policial, ao mesmo tempo desesperante e desesperado, para fazer desaparecer o que provém do natural do domínio do cognoscível”. Ainda sobre o caminho que a filosofia e as ciências contemporâneas têm percorrido, tocando na supremacia do gnosiologismo, ele diz que ao ser forçada “[...] a não tratar do mundo, mas das imagens mais ou menos arbitrárias dele que os homens produziram no passado, ela [a filosofia] se tornou uma forma de ceticismo, amiúde moralizado e reformista” (COCCIA, 2018, p. 24).

Retomando à desantropomorfização, ela é requerida por Lukács (2018b) para pensar o ser social e sua inter-relação com o mundo ambiente e os demais seres. Como dito, esse movimento aparece também nas defesas realizadas por Coccia (2018), que, nesse desantropomorfizar, concede mais que a legalidade biológica às plantas, como se elas fossem capazes de atos teleológicos, tal qual os que permeiam a práxis humano-social. Mesmo tendo algumas dúvidas sobre as completas afirmações feitas pelo autor, para mim, sua conclusão é pertinente e abre espaço para pensar o humano e sua intervenção, sua própria transformação e

a transformação do mundo ambiente, quando afirma: “As plantas, sua história, sua evolução, provam que os viventes produzem o meio em que vivem, em vez de simplesmente serem obrigados a se adaptar a ele” (COCCIA, 2018, p. 17).

Em *Para ontologia do ser social I*, Lukács (2012, 2018a) aborda as diferentes ontologias que surgiram durante a história da humanidade e estiveram em disputa pela compreensão da origem do ser humano, conforme já relatado brevemente na seção anterior, salientando as ontologias idealistas, transcendentistas da realidade concreta e materialistas também. O que é fundamental aqui é informar que essa disputa ontológica – que, de acordo com os primeiros registros, nasceu na Grécia Antiga – permanece viva. Os estudos ora apresentados, dentre todos, pautam-se na ontologia do ser social que se propõe a entender esse novo ser, qualitativamente novo diante das teorias que tratam da origem, que extrapola o inorgânico e o orgânico, mas os contém.

Esse novo ser, o social, habita o universo numa troca e evolução permanente juntamente com os seres orgânicos e inorgânicos. Forma e habita com eles o ecossistema. E, evidente, levando em consideração regras e padrões previamente estabelecidos, desenvolvem modos de vida cada vez mais sociais. Assim é que o ser social é o mais biologicamente evoluído, se considerada suas capacidades, e, portanto, traz em seu ser composições, materialidades e legalidades orgânicas e também inorgânicas:

[...] para poder formular, mesmo que apenas aproximada e razoavelmente, uma tal questão, não se deve descuidar dos problemas gerais do ser, melhor dizendo, da conexão e da diversidade dos três grandes tipos de ser (natureza inorgânica e orgânica e sociedade). Sem conceber essa dinâmica não se pode formular corretamente as autênticas questões ontológicas do ser social, muito menos conduzi-las a uma solução que corresponda à qualidade desse ser (LUKÁCS, 2018a, p. 8).

Compreendida a existência da interação entre os três tipos de ser e entendendo a especificidade do ser social como constituído em sociedade, pelas relações sociais, a primeira pergunta que surge é: em qual o momento e por qual motivo um ser orgânico, animal superior, deu origem a um ser social? Essa resposta nada simples aparece em um diálogo que Marx estabelece com Friedrich Engels, após ter lido os escritos de Charles Darwin: “[...] apesar de desenvolvido rudemente, britanicamente, este é o livro que contém a base histórico-natural para a nossa visão” (LUKÁCS, 2018a, p. 23). Logo, é evidente que também Lukács, em parte com base nas descobertas da teoria da evolução, desenvolve a ontologia do ser social, especialmente

no que tange à explicação sobre o salto⁷⁵ de um tipo de ser a outro. E isso mesmo não compartilhando de explicações tão minuciosas quanto a esse momento, como o fez o próprio Darwin.

De acordo com Engels, em seu texto *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*⁷⁶, o trabalho e a linguagem⁷⁷ aparecem como categorias preponderantes como resultado desse salto do animal ao humano. O autor foi o primeiro a identificar a linguagem também constante como categoria na transitoriedade, como afirma Lukács (2018b). Mas é o trabalho que assume um lugar preponderante nesse momento, ao levar em consideração os grandes esforços já impetrados na sua compreensão no campo da ontologia, quando passou a ser considerado “[...] fenômeno originário, como modelo do ser social [...]” por conter as determinações que “[...] constituem a essência do novo no ser social” (LUKÁCS, 2018b, p. 10). Então, aqui encontra-se a resposta do porquê iniciar a análise da origem do ser social pelo trabalho e não por qualquer outra categoria:

[...] todas as outras categorias dessa forma de ser já são, em sua essência, de caráter puramente social; suas qualidades, seu modo de operatividade surgem apenas no ser social constituído, o tipo de sua manifestação, por mais primitivo que possa ser, pressupõe o salto já consumado. Apenas o trabalho tem sua essência ontológica em um pronunciado caráter de transição: sua essência é uma inter-relação entre humanos (sociedade) e natureza, e tanto inorgânica (ferramentas, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) quanto orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no ser humano que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 2018b, p. 9).

⁷⁵ Conforme Lukács (1978, p. 3): “Ademais, tornou-se claro que, entre uma forma mais simples de ser (por mais numerosas que sejam as categorias de transição que essa forma produz) e o nascimento real de uma forma, mais complexa, verifica-se sempre um salto; essa forma mais complexa é algo qualitativamente novo, cuja gênese não pode jamais ser simplesmente ‘deduzida’ da forma mais simples”.

Salto aqui é entendido como a transição de um nível de ser a outro que é por demais complexo e não envolve somente questões biológicas: “Todo salto significa uma mudança qualitativa e estrutural no ser [...]”, sendo uma “[...] ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento” (LUKÁCS, 2018b, p. 11). E pondera: “[...] o salto permanece, contudo, ainda um salto e, por último, apenas pode ser conceitualmente esclarecido através do referido experimento intelectual” (LUKÁCS, 2018b, p. 8). Ao contrário do que previam os darwinistas, para os quais seria possível encontrar o momento exato do salto, identificando-o na transição entre macacos e homens, a única coisa que se consegue é chamar a atenção para os patamares de transição, conforme especifica adiante o filósofo húngaro: “[...] tal como pelo trabalho, também pela linguagem se consoma um salto do ser natural para o ser social; nela, como nele, este salto é um longo processo, cujos primeiros inícios de fato permanecerão eternamente desconhecidos, cuja direção de desenvolvimento, contudo, com o auxílio do desenvolvimento das ferramentas, podemos estudar com considerável precisão e, como conhecimento *post-festum*, mesmo ter uma visão razoável de sua totalidade. Naturalmente, mesmo os mais antigos monumentos linguísticos que a etnografia nos pode oferecer são muito mais recentes que as primeiras ferramentas” (LUKÁCS, 2018b, p. 90).

⁷⁶ Engels, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: Marx, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas. São Paulo: Editora Alfa Omega, s. d., v II.

⁷⁷ Lukács (2018b) faz uma sinalização da necessidade de estudos sobre a linguagem pensando-a também como essa categoria ontológica originária presente na transitoriedade dos seres, no salto.

É explicando a importância do trabalho como categoria modelo para a práxis humano-social, dada sua especificidade, que o filósofo húngaro abre uma chave de entendimento fundamental para a crítica ontológica das juventudes, que autores como Karl Mannheim (1952) desconsideraram, ao tratar de geração. Por mais que as questões biológicas estejam em movimento na constituição do ser jovem, é pelo social, em suas múltiplas determinações, que o ser se constitui, que as sociedades desenvolvem as regras de convivência, que pautam as questões e traçam suas possíveis soluções – esse assunto será mais desenvolvido adiante; por enquanto volto ao trabalho e à ontologia.

Endossando essa ideia sobre o trabalho, Lukács (2018b) usou o mesmo exemplo que Engels a fim de ilustrar a investigação biológica que fez para compreender o salto entre o animal e o humano. Na comparação entre as mãos do macaco e do homem, o autor demonstrou que biologicamente elas são semelhantes, mas executam tarefas bem distintas – as capacidades operadas pelas mãos humanas não podem ser realizadas por nenhum macaco. O mesmo acontece no exemplo do pior arquiteto ao planejar um edifício e da melhor abelha construindo favos de uma colmeia, utilizado por Marx (2013)⁷⁸ para enfatizar as diferenças entre as duas ações: enquanto o primeiro, ao executar o trabalho, idealiza a obra da ação em sua mente, ou seja, idealmente ela já existia, a segunda realiza uma ação biológica, marcada no gene, guiada pelo instinto reprodutor – das abelhas, ao construir favos das colmeias; assim como ocorre no caso das aranhas, ao produzirem suas teias; ou do João-de-barro, ao construir sua casa.

É assim que se revela a categoria central do trabalho, a teleologia. Para Lukács (2018b, p. 12), “[...] através do trabalho é realizada uma posição teleológica no interior do ser material como o nascimento de uma nova objetividade.” A teleologia é, portanto, a construção ideal, um primeiro momento, e somente a realização do trabalho a transformará em objetividade, dará concretude ao idealizado. Por isso são dimensões inseparáveis, uma não existe sem a outra e, juntas, constituem a práxis humano-social. Lukács (2018b, p. 12) completa dizendo que, assim, o trabalho “[...] se torna o modelo de toda práxis social [...]”, mesmo que diante de algumas diferenças. Essa comparação, ressalta o autor, não pode ser exagerada e deve se dar de forma cautelosa. O fundamental aqui é que o trabalho, “[...] pode auxiliar, como modelo, na

⁷⁸ No livro I, parte III de *O capital*, no capítulo “Processo de trabalho e processo de produção de mais valia”, Marx já inicia o texto com os exemplos da abelha em comparação com o arquiteto e da aranha com o tecelão para explicar a diferença entre formas de ação instintivas presentes na natureza orgânica e o trabalho humano, pensado e idealmente imaginado antes de ser executado. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, o filósofo alemão faz uma série de comparações entre o humano e o animal, especialmente no capítulo “Trabalho estranhado e propriedade privada”, ressaltando as características desse ser cada vez mais social e que se reconhece também nas suas atividades biológicas, mais animais, como beber, comer e procriar. Essas, por sua vez, apesar da base biológica, tornam-se também cada vez mais sociais.

compreensão das outras posições teleológico-sociais, porque ele é, quanto ao ser, a forma originária delas” (LUKÁCS, 2018b, p. 12).

Desse modo, o autor resgata de Marx a correta afirmação que ilumina uma série de questões em torno da ideia de trabalho: “[...] é o único ponto em que uma posição teleológica, enquanto momento real da realidade material, é ontologicamente verificável” (LUKÁCS, 2018b, p. 17). Por isso é necessário partir do trabalho e de sua categoria central, a teleologia, como momento inseparável da práxis humana para traçar o caminho para a ontologia do ser social. “Podemos falar racionalmente do ser social apenas se compreendemos que sua gênese, seu afastar-se de sua base, o seu tornar-se independente, baseia-se no trabalho, na contínua realização de posições teleológicas” (LUKÁCS, 2018b, p. 17).

Para compreender melhor a importância do trabalho e as categorias que o constituem, Lukács (2018b) cita Aristóteles, que diferencia as categorias pensar e produzir como dois momentos de um mesmo processo. No primeiro, tem a finalidade que se deseja alcançar, traça os meios; no segundo, a efetivação do pensado, a realização. Por seu turno, Nicolai Hartmann, continuando o pensamento aristotélico, destrincha esse primeiro componente, o pensar, em dois atos: “posição de finalidade” e “pesquisa dos meios”. Dessa análise é possível entender o poder do pensamento e da vontade humana e da teleologia, que torna capaz ordenar prioridades, traçar objetivos, criar caminhos, pesquisar meios, assim como executá-los.

Lukács (2018a, 2018b) lembra que a capacidade teleológica, mesmo sendo própria do ser social, está na práxis humano-social, e, nesse movimento, não é dado ao ser a capacidade de previamente conhecer, em sua totalidade, os resultados do desenrolar de cadeias causais que seus atos idealmente pensados e objetivados por meio da práxis acionam. Nesse ponto residem, ao mesmo tempo, mais uma das tantas características que inviabilizam a leitura determinista dos atos humanos, a não possibilidade de antever as consequências desses atos se alia a capacidade de escolha entre alternativas, sempre dentro de um determinado campo de manobra que jamais cessa de operar.

Aqui agrego outra questão à práxis, a luta entre causalidade⁷⁹ e teleologia⁸⁰, como categorias básicas da realidade e que estão em movimento na realização do trabalho, numa coexistência concreta, real e necessária. Ambas se configuram como inseparáveis e opostas e,

⁷⁹ Causalidade como aquilo que tem referência no movimento espontâneo dos seres e objetos, não pensado, não teleológico. Para maior apreensão e desenvolvimento mais profundo e detalhado consultar Lukács 2012, 2018a e 2018b.

⁸⁰ Teleologia é uma categoria que envolve aquele movimento executado a partir de um movimento ainda anterior, pensado, que existiu primeiramente em forma ideal, imaginado, com identificação de meios e de execução e cadeias de alternativas, só depois posto em prática. Para maior compreensão e desenvolvimento mais profundo e detalhado de desenvolvimento ver Lukács 2012, 2018a e 2018b.

como afirma Lukács (2018b), não são mutuamente excludentes. A pesquisa dos meios para execução da finalidade pressupõe o conhecimento específico das objetividades e dos processos necessários para que o pôr em movimento seja capaz de chegar à finalidade prospectada idealmente. A posição de finalidade e pesquisa, apesar de todo o esforço humano para entender esses atos, permanece num complexo sistema de legalidade que envolve também causalidades e teleologias. E o pesquisar tem uma dupla função: ao mesmo tempo desvendar o que, independente da consciência humana do executor, tem uma função e rege os objetos, e descobrir novas combinações, possibilidades que, a partir do pôr em movimento através do trabalho, possam chegar à finalidade teleologicamente posta anteriormente.

Para explicar o entrelaçamento de causalidade e teleologia Lukács (2018b) observa que uma pedra, a despeito do conhecimento humano sobre ela, sobre sua composição química, tem suas especificidades; e, a partir de sua potência própria por meio da apreensão humana, do descobrimento de suas funções, é possível teleologicamente transformá-la em algo útil para si e os seus, como, por exemplo, um machado. O filósofo húngaro resgata o conceito de “astúcia da razão” de Hegel para explicar que, por um lado, a posição teleológica “[...] apenas faz uso da atividade própria da natureza” (LUKÁCS, 2018b, p. 19) e, num duplo aspecto dela, a transformação dessa atividade a faz oposta à sua natureza. A noção hegeliana de causalidade natural no processo de trabalho descreve que emergem dos objetos naturais algo outro, a partir de forças naturais, e, assim, o ser humano que trabalha pode realizar combinações novas, pela inserção das leis do seu movimento, das propriedades. É dizer que das combinações não naturais, não existentes em si mas criadas por meio da criatividade humana aliada ao conhecimento de suas legalidades, é colocado em movimento o concreto pensado. Assim nasce o novo. Vale destacar a “[...] insuperabilidade das leis da natureza” (LUKÁCS, 2018b, p.19) mesmo nesse movimento de características novas causado pela ação do ser social.

Se o processo de pesquisa falha, ou seja, o conhecer das leis da natureza e suas propriedades foi errado ou insuficiente, não há realização de finalidade. E, se o fato da consciência se coloca como impotente diante da natureza, a teleologia não se realiza. A partir desse entendimento é possível estabelecer uma diferença entre o gnosiológico e o ontológico. Gnosiologicamente, mesmo tendo falhado, a pesquisa continua sendo pesquisa, ou seja “[...] uma posição que falha ao objeto é sempre ainda uma posição” (LUKÁCS, 2018b, p. 21). Já na ontologia, no complexo de uma posição teleológica, o ser que pretende uma ação deve apreender corretamente as legalidades de seu objeto para colocar em movimento o concreto

pensado e atingir o pôr de finalidade. Caso contrário, não é uma posição. Em outras palavras, a despeito de ter ou não conhecimento sobre o processo, se ele é falho a teleologia não se realiza.

Ao contrário do que afirma Pangloss, as ideias de Lukács (2018b) indicam a existência de uma potência própria dos seres orgânicos e inorgânicos, da natureza, e do processo ontocriativo, que permeia os seres sociais e os distancia da determinabilidade, que circula esses seres. Pangloss, o filósofo educador, ensina a Cândido, o otimista, na literatura de Voltaire (2012), que as coisas são porque elas são. Numa certa desconsideração do feito humano social sobre elas, numa evidente determinabilidade, assim Pangloss ensina:

“Está demonstrado”, dizia ele, “que as coisas não podem ser de outro jeito: pois tudo sendo feito para um fim, tudo é necessariamente para o melhor fim. Notem que os narizes foram feitos para carregar óculos. As pernas foram visivelmente instituídas para usar calças, e nós temos calças. As pedras foram formadas para ser talhadas e para fazer castelos; assim meu senhor tem um belíssimo castelo; o maior barão da província deve ser o mais bem alojado; e os porcos sendo feitos para serem comidos, comemos porcos durante o ano todo; por conseguinte, aqueles que afirmaram que tudo está bem disseram uma bobagem; era preciso dizer que tudo está o melhor” (VOLTAIRE, 2012, p. 32).

Ainda em consideração ao momento ideal, no curso da teleologia na práxis, Lukács (2018b) deixa evidente que não se trata de dois atos autônomos, em separado, classificados como ideal e material. Ao contrário, esses atos são isoláveis somente no pensamento e é justamente essa inseparabilidade que distingue a pura imaginação da teleologia: “Isto é, o ato da posição teleológica, somente por meio da real efetivação da sua realização material, torna-se um verdadeiro ato teleológico; sem isso, torna-se um mero estado psicológico, uma imaginação, um desejo etc.” (LUKÁCS, 1981, p. 1). Em outras palavras, o teleológico somente existe, somente se realiza no e pelo trabalho, na e pela práxis.

A posição de finalidade nasce de certa necessidade, mas o conhecimento dos meios, da natureza, precisa alcançar um patamar que possibilite a realização da finalidade. Lukács (2018b) dá o exemplo do voo do homem, que durante muito tempo foi um projeto utópico, um sonho, concreto apenas em ficções, fato também importante que evidentemente representa a criatividade humana⁸¹. A conexão entre trabalho e ciência a partir da ontologia do ser social, portanto, refere-se também à pesquisa dos meios, que no caso do voo o concretizou e o aprimora

⁸¹ Algumas películas e ficções futuristas empenhadas em pensar como seria a humanidade em alguns momentos acabaram por acertar, dando indícios de como é fecunda e necessária à produção a criatividade em diferentes áreas, como ela incentiva o desenvolvimento humano social. Por exemplo, o filme *2001, uma odisseia no espaço* (1968), dirigida por Stanley Kubrick, ou a saga *De volta para o futuro*, produzida por Steven Spielberg e dirigida por Robert Zemeckis, que imaginam as inovações científicas do século XXI. Os personagens das duas ficções usam equipamentos como um celular com chamada de vídeo, *tablets* e reconhecimento facial, entre tantas outras inovações tecnológicas que só seriam viabilizadas décadas depois.

no decorrer dos avanços tecnológicos. A constante produção do novo está vinculada nesse modelo de surgir e se desenvolver do trabalho, na transformação da natureza, tendo na criatividade, no criar próprio humano um importante impulso, que se torna concreto por meio da práxis.

É a partir do trabalho e do seu desenvolvimento, da busca pelo conhecer e pelas possibilidades inerentes, que a consciência do ser humano vai além de “[...] epifenômeno no sentido ontológico” (LUKÁCS, 2018b, p. 27). Ou seja, um produto acidental, secundário, condicionado por processos fisiológicos. A consciência passa a ser produto da sociedade, construída em sociedade. Esse evento torna as ações humanas passíveis de serem pensadas e calculadas. Sobre a expressão e a manifestação concreta da consciência, Lukács (2018b) chama a atenção para dois momentos heterogêneos que combinados constituem o fundamento ontológico da práxis social: o reflexo da realidade e a posição a ele vinculada das cadeias causais que são postas em movimento pelos nossos atos. Essa separação é a base para o modo de existência especificamente humano, já que é fundamental para o processo de trabalho.

Os inúmeros complexos que entram em contato com o ser durante toda sua vida requerem dele ações atuantes e execuções de posições teleológicas de diferentes tipos. Esses contatos práticos, que podem ser duradouros e intensos, vão se constituindo importantes para o ser durante sua vida, e, ao requererem respostas, vão executando alterações na consciência do ser humano. Diferentes complexos podem constituir a consciência humana de forma inteiramente diferente. Assim, sua personalidade experimenta uma forma de “parcelamento”, exemplificada por Lukács (2018b, p. 202) no funcionário submisso que ao mesmo tempo age como o tirânico chefe de família.

O ser se divide em dois momentos opostos, o ser e o seu reflexo na consciência, numa dualidade que permitiu ao ser humano abandonar o reino animal (LUKÁCS, 2018b). O reflexo possui uma posição contraditória: é oposição ao ser, porém é também veículo de uma nova objetividade, com caráter de possibilidade. Lukács (2018b) utiliza a *dynamis*⁸² aristotélica, ou a potência, para exemplificar diferentes tipos de ser, e dá um exemplo: um mestre de obras que se encontra sem trabalho não deixa de sê-lo por sua condição de desemprego. Assim, mesmo não se realizando, ele tem a potência para ser, ou seja, pode tornar-se a qualquer impulso ou momento.

⁸² Sobre a *dynamis*, Giorgio Agamben (2006, p. 12) afirma: “Aristóteles opõe – e, ao mesmo tempo, vincula – a potência (*dynamis*) ao ato (*energeia*) e essa oposição, que atravessa tanto a sua metafísica quanto a sua física, foi transmitida por ele como hereditariedade primeiro à filosofia e depois à ciência medieval e moderna”. A *dynamis* se apresenta como uma força, uma existência interior que precisa de impulso para se realizar, mas ela por si só já comparece no ser.

Essa realidade ontológica e a simultaneidade desses atos, reflexo e posição de cadeias causais não têm relação com nossa capacidade de mensurar essa simultaneidade. O reflexo é, para Lukács (2018b), o pressuposto para a posição das cadeias causais. Na natureza elas se movimentam e se desdobram por si mesmas. No trabalho, contudo, é posta teleologicamente tanto a finalidade quanto o impulso na cadeia causal. No processo de trabalho os objetos e os meios, mesmo naturais, ganham uma legalidade socialmente existente. As alternativas num processo de trabalho não são do mesmo tipo nem equivalentes. A estrutura ontológica do trabalho envolve em seu processo uma cadeia de alternativas que não podem ser ofuscadas, mas que já o são nas sociedades de baixo patamar de desenvolvimento, por meio da prática e do hábito, de religiões também, por exemplo: “Todo reflexo condicionado foi objeto de uma decisão alternativa e, de fato, tanto no desenvolvimento da humanidade quanto no de cada indivíduo” (LUKÁCS, 2018b, p. 36).

A alternativa é, para o autor, a categoria mediadora⁸³, que impacta diretamente no reflexo da realidade, no desencadear da cadeia causal e, conseqüentemente, na realização da finalidade. É a alternativa que está na passagem entre a possibilidade e a realidade, lembrando novamente a *dynamis* aristotélica, que permeia ontologicamente esse projeto de passagem transformando através do trabalho, a potência em existente em si. Entre a possibilidade e a realidade há um complexo de categorias e caminhos, decisões e impactos na vida cotidiana. A possibilidade para se tornar realidade necessita, portanto, de decisões entre alternativas, nem sempre facilmente identificadas.

Nas sociedades da produção o caráter de alternativa é complexo. Diferentemente da sociedade primitiva, na qual a utilidade imediata conduzia a alternativa, estabelecia a escolha, nas sociedades de produção as alternativas são diferenciadas, cada vez mais sociais e complexas. Desse modo, as alternativas ganham também outros contornos e muitas vezes

⁸³ Para compreender a categoria mediação no sentido marxiano, a sugestão é o livro *Mediação e serviço Social*, de Reinaldo Nobre Pontes, publicado pela Cortez Editora. Nele, o autor afirma: “[...] as mediações são criadas historicamente na complexa relação homem-natureza, são indicadores seguros e fecundos, do ponto de vista histórico-social, porque efetivamente constituem-se na expressão concreta do evoluir do processo de enriquecimento humano, na sua dinâmica de objetivar-se no mundo e incorporar tais objetivações: na sua saga, de buscar mediações cada vez menos ‘degradadas e bárbaras’ e cada vez mais humano-igualitárias, tanto no plano do ser social quanto no plano do controle da natureza” (PONTES, 2008, p. 78 e 79). Ver também texto *A categoria mediação em Hegel, Marx e Gramsci: para suprimir ruídos conceituais*, do professor Zacarias Gama (2015, p. 50): “A concepção de mediação marxiana não poderia ser diferente porque o seu mundo é terreno, material e concreto e se opõe ao mundo idealizado do romantismo hegeliano. No mundo de Marx, os seres humanos ativos têm processos reais de vida, desenvolvem ‘reflexos [*Reflexe*] e ecos ideológicos deste processo de vida’ (Marx e Engels, 1982). As mediações que fazem deixam, portanto, de ser aparentes; elas são reais e ontocriativas”. Disponível em: <<https://ceppes.org.br/revista/edicoes-antiores/edicao-julho-de-2015-n-3-v-3/a-categoria-mediacao-em-hegel-marx-e-gramsci-para-suprimir-ruídos-conceituais/view>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

tornam-se obnubiladas. Lukács (2018b) afirma que é importante observar que a barreira natural se afasta, ela recua, mas nunca desaparece completamente. Logo, as causalidades naturais são submetidas às causalidades postas por meio do trabalho, e o rol de alternativas se movimenta nesse complexo contexto.

O conhecimento, a técnica e a experiência também sustentam as alternativas e as escolhas, mas não são definidoras da decisão, que no sistema produtivo como o capitalismo precisa levar em consideração a economia, ou seja o propósito e o meio, estando em ininterrupta relação, assim como a consciência formada no contexto social. A escolha entre alternativas também não se efetiva em um estado de liberdade abstrata, e as alternativas sempre estão vinculadas a decisões sobre circunstâncias concretas, num campo concreto de manobra. A racionalidade se apoia, portanto, em uma necessidade concreta, em uma conexão chamada por Lukács (2018b) de “se, então”, já que pela pura racionalidade não é possível alcançar em absoluto a compreensão *a priori* das consequências das escolhas efetivadas; há somente como imaginá-las diante das alternativas postas anteriormente.

Aqui retomo uma afirmação muitas vezes também recolocada por Lukács (2012, 2018a, 2018b) em toda a obra da ontologia do ser social: o humano é um ser que dá respostas, e estas são construídas a partir de conjuntos concretos de alternativas dadas *a priori*. Mesmo que o hábito e a cotidianidade obnubilem essa liberdade, como lembra Netto (2011), ela está ali, em toda a sua concretude e objetividade, e também complexidade. Isso porque, enquanto componente do ser humano que vive e atua socialmente na sociedade, a liberdade não é jamais sem determinação (LUKÁCS, 2018b). Nesse sentido, “[...] quanto maior o conhecimento adequado das cadeias causais operantes em cada caso, tanto mais adequadamente elas podem ser transformadas em postas, tanto mais seguro é o domínio do sujeito sobre elas, i.e., a sua liberdade aqui alcançável” (LUKÁCS, 2018b, p. 100).

Logo, a partir da construção de alternativas os passos até a concreta efetivação da possibilidade à realidade, permeada pela decisão e todas as suas consequências, se estabelecem numa sucessão de passos singulares. Lukács (2018b) lembra que a predeterminação se exclui mutuamente à alternativa, tendo em vista que a própria existência de alternativas em si pressupõe um fundamento de liberdade para decisão. Assim, necessidade e liberdade nascem dessa posição ativa da consciência humana (LUKÁCS, 1978), compondo o complexo que constitui o ser e também suas decisões singulares. O que desencadeia uma posição teleológica, seu impulso, primeiramente é o desejo de satisfação de uma necessidade. Até aí nada de diferente dos animais. A diferença surge quando entre a necessidade e sua satisfação está o

trabalho, ou seja, a vitória do comportamento consciente, pensado antes de executado, sobre a espontaneidade biológica. No que tange à questão da necessidade e de como ela se comporta, Marx (2010, p. 139) afirma, no capítulo “Propriedade privada e carências”, dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, que o capitalismo cria entre os homens um “[...] império do ser estranho [...]”, submetendo-os todo tempo a um novo produto, que é “[...] uma nova potência da recíproca fraude e da recíproca pilhagem [...]”, constantemente renovada. Por esse motivo, a necessidade está vinculada ao tempo e ao espaço, sofrendo intervenções contínuas.

Sobre isso, é importante salientar “[...] o fato de que a necessidade a ser satisfeita perde terreno diante da realidade da luta pela sobrevivência” (INFRANCA, 2014, p. 45). Nesse campo de disputa que envolve sobrevivência tanto do humano quanto da reprodução do sistema, de vantagens e lucros, desenrola-se uma espécie de concorrência entre os sujeitos na busca pelo descobrimento de maiores necessidades e criação de produtos que se caracterizam como facilitadores e supridores dessas necessidades criadas. Essas questões estão localizadas sócio-historicamente, são próprias de cada época, de cada sociedade, e somente podem ser entendidas e apreendidas em seu próprio tempo.

Assim também é a felicidade, a satisfação, como aponta a tese II de Walter Benjamin (apud LÖWY, 2005, p. 48; grifos meus):

[...] a imagem da felicidade que cultivamos está inteiramente tingida pelo tempo a que, uma vez por todas, nos remeteu o decurso de nossa existência. Felicidade que poderia despertar inveja em nós *existe tão-somente no ar que respiramos*, com os homens com quem teríamos podido conversar; com as mulheres que poderiam ter-se dado a nós.

Do mesmo modo que as ideias de necessidade e de felicidade têm referências evidentes com o tempo e espaço em que são analisadas, também o ser humano, como sustentáculo e suporte dos sentimentos, das essências, das expressões de relações, é amplamente gestado no social, guardadas as evidentes características biológicas insuprimíveis. Dadas as capacidades cognoscíveis do ser, a racionalização dos eventos, sujeitos, objetos e seres, enfim, de tudo, permanece sendo um caminho para entender o mundo que nos cerca. Nesse sentido, as sociedades em desenvolvimento gestaram e permanecem gestando ideias de ser, explicações sobre sua origem com características hegemônicas, e isso influi em muitos aspectos da vida, dependendo da epistemologia utilizada, inclusive por favorecer a criação de estereótipos e de preconceitos, entre tantos outros problemas humano-sociais de diferentes ordens e consequências.

No momento consciente, entre o ideal e o concreto, junto à necessidade e entre as alternativas, está presente o “[...] germe ontológico de liberdade” (LUKÁCS, 2018b, p. 40), que assume um papel importante. Sua gênese aparece exatamente aqui, no interior do processo de trabalho, no momento do pôr teleológico e das escolhas. E essa gênese de liberdade se constitui de forma concreta e não idealizada. Por mais delineado que seja o espaço de manobra, que apresenta escolhas entre alternativas, está contido um momento de decisão, um momento de escolha, que se localiza e ao mesmo tempo constitui a consciência humana, que se diferencia da consciência animal, condicionada biologicamente, epifenomênica, conforme já descrito anteriormente.

Quando a mediação se realiza na cadeia de alternativas do trabalho, é necessário levar em consideração que o ser aspira o êxito da sua atividade e, portanto, buscará conhecer, apreender tudo que se conecta com seu labor objetivamente, tanto no que diz respeito ao alcance de finalidades quanto aos meios escolhidos. Nesse movimento está a tentativa de eliminação do instintivo, puramente emotivo, que poderia desfocar a visão objetiva do alcance da finalidade. Diante disso, somente um reflexo correto de realidade, independente da consciência, é capaz de realizar a finalidade implicada. Aqui se desenvolve o domínio da consciência sobre o instintivo. As formas de consciência, que mudaram significativamente do ser primitivo até a contemporaneidade, e mesmo antes, possuem tão diferentes qualidades que não conseguimos reproduzi-las em tipos satisfatórios, embora muitos já tenham tentado⁸⁴. Lukács lembra Marx quando afirma que o ser transforma a natureza e a si próprio ao trabalhar; e, como já dito, a potência tornada ação por meio da consciência e das escolhas que ela viabiliza dá o tom da finalidade, separando o ser social do animal desenvolvido: “Não se pode deixar enganar pela aparência de que em cada trabalho executado a maioria dos atos singulares não mais possui um direto caráter consciente” (LUKÁCS, 2018b, p. 44). O caráter não consciente, instintivo da ação, é próprio dos animais, somente deles.

É na gênese da liberdade, parte constitutiva da práxis, entre o momento ideal e o concreto, que ousa muito inicialmente tentar refletir sobre como a escolha entre alternativas e o desencadear de cadeias causais assumem características diferenciadas se pautadas as singularidades do ser social, liberdades reduzidas, alternativas minimizadas. Longe de tentar criar uma regra geral, ao contrário, o que quero é chamar a atenção para algo que, mesmo que não seja possível desmembrar em consequências mais específicas, dado o que me propus no

⁸⁴ As tentativas de padronização de comportamentos para entender o movimento da consciência e o devir humanos estão presentes tanto nas ciências, como demonstram alguns estudos sobre juventude que veremos mais adiante, quanto em signos exotéricos, misticismos e análises relacionadas ao tipo sanguíneo, entre tantos outros.

início deste diálogo, é uma determinação concreta. Qual seja, as regras socialmente construídas, incluindo a divisão social do trabalho, fazem parte de um rol de manipulação significativa do campo de manobra das alternativas possíveis de alguns seres humanos, o que desencadeia também a reprodução social. Levando em consideração características singulares do ser, sejam elas biológicas ou sociais, como a idade, o gênero, os marcadores de raça/cor, elas passam a influir nas possibilidades de escolhas, portanto, na gênese da liberdade desses seres. Como regra geral, os que se encontram na base da cadeia de opressão.

Evidente que esse fator não determina nada, até porque, como postulado anteriormente, na práxis o resultado final não pode ser previamente conhecido em sua totalidade, dada a precondição das alternativas apresentadas num pôr teleológico, ainda que reduzido o campo de manobra. Há, portanto, redução de alternativas na base das possibilidades de escolhas. Aqui reside uma chave analítica que não é determinista mas compõe, já que desvenda legalidades da sociabilidade em sua diversidade permeada por complexos de diferentes tipos. Por essa chave os estudos das juventudes atingem um novo patamar, um lugar não estático existente igualmente para todos os seres a partir da ontologia do ser social, superando conceitos restritivos do humano e da sua potencialidade.

Como lembra Maria do Carmo Brandt de Carvalho (2011, p. 26), na vida cotidiana “[...] só se percebe o singular. O homem não é só sobrevivência, só singularidade.” É necessário ultrapassar barreiras aparentes e ir além, entendendo inclusive as possibilidades que residem no cotidiano do ser, tendo em vista que o homem “[...] é, ao mesmo tempo, singular e genérico. Apenas na vida cotidiana, este ser genérico, coparticipante do coletivo, da humanidade, se encontra em potência, nem sempre realizável” (CARVALHO, 2011, p. 26). As ações humano-genéricas são fundadas no cotidiano e é na vida cotidiana que o ser se realiza, que se efetivam suas escolhas em evidente encontro com o limite posto pelo seu campo de manobra.

Independente de características singulares, ao ser social cabe o pensar e o escolher entre as alternativas postas, levando em consideração que o agir humano e suas escolhas são realizadas diante de condições previamente dadas. Sobre essas escolhas constantes no cotidiano de trabalho, Lukács (2018b) alerta para o fato de que o acúmulo de experiências carrega o movimento duplo de preservar e superar aspectos adquiridos no percurso. E isso acaba por distanciar a finalidade do meio escolhido para se atingir o objetivo, em consequência, o processo de consciência da ação pode se obnubilar. Quanto ao acúmulo de experiências, é inevitável trazer para o debate a consciência e a idade. O ser social é uma polarização de complexos dinâmicos estabelecidos entre o ser singular e a sociedade. Conforme apontado por

Lukács (2018b, p. 120), “[...] imediatamente parece ser uma relação de caráter biológico. Em realidade, o idoso deve sua posição de autoridade às experiências acumuladas em uma vida mais longa”. Então, ao contrário de puramente biológico, o ser é também social. Essa relação de autoridade dos idosos fundada culturalmente e ontologicamente possível dado o acúmulo das experiências vivenciadas; contudo, ela pode ser questionada no lastro de uma ampliação de generalizações, que favoreceriam questões e problemas de outro tipo⁸⁵. Isso porque, “[...] na medida em que as experiências socialmente decisivas (...) tornam-se deduzidas de generalizações, desaparece cada vez mais a posição de monopólio dos idosos” (LUKÁCS, 2018b, p. 120). E é aí que se abre um campo de manobra maior para as juventudes que se desenvolvem num ambiente em que a apropriação da produção humano-genérica ganha novos contornos, como, por exemplo, a internet, salvaguardadas as implicações de sua não democratização.

Assim a consciência, com o duplo sentido de preservar e aperfeiçoar, assume um papel ativo na continuidade do ser social, como num acervo de acúmulo de experiências aplicadas às novas situações, em um movimento contínuo, ininterrupto, permeado de outros complexos em trocas permanentes. Aqui reside a troca entre velhos e novos, as afirmações, as negações e as sínteses. Esse movimento e a complexidade de outros complexos na inter-relação da própria consciência impedem mensurá-la por “[...] critérios gnosiológicos abstratos” (LUKÁCS, 2018b, p. 165). O tornar-se humano do ser se processa não somente na transformação genérica do ser humano em ser social através do trabalho, conforme já descrito anteriormente na constituição primeira do ser social, mas se reproduz constantemente, permanentemente e ininterruptamente em todo os tempos, em todos os momentos. Dessa transformação e desse tornar-se humano constante, o novo e o velho se encontram em condições dadas, mas dispondo de alternativas que, por meio de escolhas singulares e cumulativas, provocam e constituem a história. Nesse movimento de superar e preservar aspectos por meio das experiências tidas no caminho, conforme sinaliza Lukács (2018b), os mais jovens sofrem influências da falta de experiência e de casos similares, de pouco conhecimento do percurso, dos limites existentes ou, ainda, da assimilação por outros meios que não sejam experiências individuais.

O caminhar das ideias lukacsianas nos leva a entender que já estão definidas as implicações singulares no pressuposto de legalidade ora trabalhada da reprodução do gênero,

⁸⁵ Para aprofundar o problema da generalização no cotidiano, consultar Netto e Carvalho, em *Cotidiano: conhecimento e crítica* (2011), também Yolanda Guerra, no artigo “O projeto profissional crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional”, publicado na revista *Serviço Social & Sociedade*, [s.l.], v. 28, n.91, p. 5-33, set. 2007.

sejam questões referentes às idades, às classes, ao sexo, às questões étnico-raciais. Sendo assim, a superação e a preservação de aspectos diversos na reprodução da vida, assim como a negação e a afirmação, ganham contornos menos ou mais passíveis de promoção de processos de generalização, o que no coletivo e em cadeia impacta a vida objetivamente de forma geral.

Até agora trabalhei as categorias constitutivas do trabalho perpassando a consciência, a necessidade, o espelhamento da realidade, a gênese da liberdade, a teleologia, as alternativas, o campo de manobra dessas alternativas e as cadeias causais em alinhamento apenas com a transformação da natureza, relacionadas ao trabalho em sua origem. Nas sociedades complexas, no entanto, há a complexificação também do trabalho que acaba por exercer efeito não somente na natureza, mas, em especial, sobre outros seres humanos, com a finalidade de produzir também valores de uso. Desse desenvolvimento surgem posições teleológicas de segunda ordem, dado que são formuladas e desencadeadas a partir de uma posição teleológica que determina os seus objetivos a partir do acionamento de outra posição desse tipo.

Essas posições teleológicas de segunda ordem são o chão de fundamentação da reprodução das relações sociais, do processo educativo, da transmissão de valores, da cultura, estando na base da apropriação também do produto humano genérico em suas diferentes áreas, junto com outras tantas categorias. Compreender o ser e racionalmente como se dá sua reprodução social ou uma direção a ela, sobretudo na sociedade burguesa capitalista, contribui para compreender as determinações históricas, já que a ontologia é fundamento dela, indissolúvel e intransponível, apesar de estar a todo momento em movimento. É por esse caminhar também que nascem as condições objetivas de traçar alternativas de superação do que está posto, conhecendo o movimento por dentro.

2.2 A Reprodução Biológica e Social, a Continuidade Histórica, o Movimento

[...] é apenas pela riqueza objetivamente desdobrada da essência humana que a riqueza da sensibilidade humana subjetiva, que um ouvido musical, um olho para a beleza da forma, em suma as fruções humanas todas se tornam sentidos capazes, sentidos que se confirmam como forças essenciais humanas, em parte recém-cultivados, em parte recém-engendrados. (...) A formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda história do mundo até aqui.

Karl Marx

A reprodução biológica e social, a continuidade histórica, o movimento que concede à vida um sentido ininterrupto em uma sociedade formada por seres finitos⁸⁶, como nós, é no mínimo curiosa. Desse modo, parto da tentativa de rastrear esse movimento e entendê-lo postulando já de início que é possível sinalizar que as relações entre os jovens e os velhos ganham cada vez mais centralidade quando o assunto é a reprodução social. Por questões óbvias, as trocas entre os seres humanos em suas diferentes idades permitem que toda a potencialidade desenvolvida seja continuada. E somente por essa continuidade, repleta de interação entre complexos, a sociedade evolui (ou deveria evoluir) ontologicamente em suas qualidades sociais relacionais, científica, filosófica e eticamente. Do contrário, a cada nova geração seria necessário criar a roda, aprender a fazer fogo com gravetos, desvendar a lei da gravidade.

Mas o conhecimento, a ciência, a cultura, as artes são conglomerados de produção humano-genérica: uma vez criados, pertencem a todas e todos. No entanto, o que de fato ocorre em uma sociedade desigual que prima por lucros, individualidade e hereditariedade econômica é uma apropriação também desigual desse produto humano genérico. Essa apropriação mais equitativa é inviabilizada por uma série de forças, categorias, relações, leis, cada vez mais sociais, que, por questões econômicas, estruturais, geográficas, religiosas e políticas, entre outras, restringem ou dificultam o acesso de grupos de seres humanos a esses conglomerados.

O fato é que, além de todas as violências produzidas historicamente pela humanidade, sim, a violência é social, é produto das relações humanas, assim como a crueldade⁸⁷. Aqui saliento essa violência em especial porque é a que restringe o acesso dos seres humanos ao produto humano genérico que lhes pertence. Essa violência, talvez a mais silenciada⁸⁸ e

⁸⁶ Como afirma Marx (2010, p. 108), nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, a morte “[...] aparece como uma dura vitória do gênero sob o indivíduo determinado e contradiz a sua unidade; mas o indivíduo determinado é apenas um ser genérico determinado, e, enquanto tal, mortal.”

⁸⁷ Segundo Lukács (2018b, p. 372), a crueldade, “[...] ela é humano-social, não animal. Os animais, sobretudo, não conhecem crueldade; quando o tigre despedaça e estraçalha, por exemplo, um antílope, opera nele a mesma necessidade biológico-genérica com a qual este último pasta pacificamente, inocentemente e, com isso, esmaga plantas vivas. A crueldade e, com ela, todo tipo de desumanidade, seja intrusa no sujeito objetivamente, socialmente ou mesmo como sentimento, surge exclusivamente da execução de atos teleológicos, decisões alternativas socialmente condicionadas, portanto de objetivações e exteriorizações dos seres humanos que agem socialmente.” Assim, a crueldade e sua parceira, a violência, são construções sociais, são produtos das relações, da forma como elas se processam, desencadeadas tanto por sujeitos individuais quanto coletivos.

⁸⁸ A violência da não apropriação do produto humano genérico chega a estar presente na defesa de direitos, como se o acesso a alguns deles, como à música clássica ou a instrumentos eruditos, o conhecer as notas musicais, não devesse ser requerido, sob a justificativa de que cada comunidade tem sua cultura e deve ela mesma ser preservada. Entramos aqui em outro debate, no qual evidentemente não pretendo me alongar, de consideração da cultura popular como cultura e mesmo do próprio questionamento quanto à classificação entre cultura popular e erudita. O fato é que, a despeito das classificações criadas, que já sinalizam uma separação e uma elitização que não têm fundamento aparente, a não ser de sectarizar, as culturas em suas diversidades são produto humano genérico, residindo a violência no fato da criação de artifícios para negar o acesso universal a elas, e tão somente

invisível delas, alia-se a todas as outras privações de ordem alimentar e/ou habitacional, que ganham centralidade quando o assunto é a sobrevivência pela evidente urgência que representam na reprodução biológica da vida.

As reproduções biológica e social andam juntas, apesar de possuírem diferentes e dialéticos pressupostos de legalidade. Georg Lukács (2012, 2018a, 2018b) insiste em lembrar a unicidade presente nas reproduções de distintas ordens, questionando inclusive a existência da alma, ao afirmar que não há separação entre o ser social e o ser biológico. Conforme já explícito, a vida orgânica se orienta pelas características gerais de nascimento, vida e morte, sendo “[...] consequências diretas desse fundamental estado de coisas ontológico” (LUKÁCS, 2018a, p. 127). Tendo como princípio que o ser social possui como base o ser humano como ser vivo, não tenho dúvidas de que a reprodução biológica é um momento inexorável também de reprodução social. Mas, vale ressaltar, a reprodução biológica é um *momento* da reprodução social, já que com o constante afastamento da barreira natural “[...] emergem categorias e relações categoriais completamente novas, qualitativamente diferentes que (...) têm um efeito modificador mesmo sobre a reprodução biológica da vida humana” (LUKÁCS, 2018b, p. 127).

Para começar o debate sobre reprodução social é fundamental compreender que há complicações que impedem uma lei geral. E isso se explica pelo simples fato de que o ser social já é um complexo composto por outros complexos e sua reprodução está em “[...] interação com o processo de reprodução dos complexos parciais relativamente independentes, na qual, todavia, à totalidade corresponde sempre uma influência predominante no interior destas interações” (LUKÁCS, 2018b, p. 227). A ontologia do ser social indica que os complexos e sua reprodução estão em constante movimento e transformação, indicando a existência de um ser cada vez mais constituído no e pelo social, sem nunca perder sua base natural orgânica.

Marx, de acordo com Lukács (2018b), iniciou sua análise sobre a reprodução social partindo da divisão do trabalho, que é por si uma formação preponderantemente social. É por ela também que começo esta breve reflexão sobre a reprodução, resgatando para tanto duas afirmações sobre a divisão do trabalho: 1) a produção de cada ser é maior que o seu consumo e 2) a necessidade de consumo de mercadorias diferentes das que são produzidas por um mesmo ser ou grupo. Essas afirmações já indicam a imprescindível cooperação entre os seres para

isso. Só é possível ao ser ter desejo de entender ou conhecer o que lhe foi apresentado. Nesse sentido, a não apresentação desse universo que compõe o produto humano genérico já é em si uma violência, velada, mas uma violência, que tem consequências objetivas de redução do campo de manobras, dado pela escassez evidente de alternativas postas às vidas em sua singularidade e particularidade.

efetivação da referida reprodução biológica, ainda na gênese da divisão do trabalho, que por sua vez se ramifica e é produzida ininterruptamente, com tendência à intensificação.

Ainda, pela divisão do trabalho outros complexos vão se movimentando na reprodução social e da vida. Para compreender um pouco mais esse processo, resgato o valor de uso⁸⁹, próprio da mercadoria, e o valor de troca⁹⁰, mais social, ambos constituindo de forma inseparável as mercadorias em uma sociedade capitalista. Esses valores estão presentes também na própria força de trabalho, mercadoria necessária à geração do mais valor no processo produtivo, que é apropriado pelo capitalista, dono dos meios de produção. Se ao ser é ontológica a capacidade de criar mais do que o necessário ao seu consumo, na relação capitalista de produção isso se transforma em mais valor. Logo, é totalmente social a forma como vai ser realizada a distribuição ou apropriação do *a mais* produzido por cada ser.

Quando olhamos para a história da humanidade vemos as diferentes sociedades disputando o fruto desse *mais trabalho* humano de diversas formas – sejam os reis por meio dos impostos e rendas da terra em tempos remotos, sejam os capitalistas por meio de uma apropriação direta, talvez a mais violentamente manipulada. Como salienta Marx (2010), essa apropriação fica subsumida no processo de produção, e é de difícil identificação nas relações capitalistas, não estando tão aparente como nas usurpações medievais do fruto do trabalho do servo. Ao contrário, no sistema corrente, elas assumem características de parceria e cooperação, encobrendo o óbvio. Sobre isso, Ricardo Antunes, no livro *Privilégio da servidão*, relata a exploração encoberta nas relações de trabalho dos ditos colaboradores.

Na sociedade capitalista, portanto, todo o mais valor produzido continua sendo apropriado pelo empregador, que se personifica em conglomerados e fundos e segue enriquecendo pela expropriação desse mais trabalho de seus funcionários, na justificativa de possuir os meios de produção e os patrimônios herdados necessários à realização do processo produtivo. Em troca da força de trabalho empregada na produção, portanto, ao trabalhador cabe, de período em período, um tanto de riqueza capaz de realizar sua reprodução. Tanto em *O capital: o processo de produção do capital* (2013) quanto nos *Manuscritos econômico-*

⁸⁹ Para compreender melhor o valor de uso das mercadorias, recomendo consultar o próprio Marx, em *Miséria da filosofia*, especificamente a crítica a Proudhon, ou o capítulo 1 d' *O capital*, sobre a mercadoria, bem como alguns dos autores que o interpretaram seriamente. Aqui trago o conceito marxiano traduzido de forma bastante simplificada pelo filósofo italiano Carlo Cafiero (2014), em seu compêndio de *O capital*, elogiado pelo próprio Marx, em cartas trocadas com o autor e apensadas à edição publicada pela Hunterbooks. “O valor de uso da mercadoria se baseia na sua qualidade própria: se ela é para beber, para comer ou para se divertir. Portanto, essa qualidade é determinada para satisfazer uma determinada necessidade” (CAFIERO, 2014, p. 21). O valor de uso tem relação com a utilidade das propriedades físicas das mercadorias.

⁹⁰ Também de acordo com Cafiero (2014, p. 22), “[...] a base do valor de troca, do valor propriamente dito, é o trabalho humano necessário para produzir essas mercadorias.”

filosóficos (2010), Marx trata dessa questão e desmembra o que hoje conhecemos por mercadoria, dinheiro e riqueza.

Com o ser e suas relações cada vez mais pautadas e construídas no social, cada vez mais distante das barreiras naturais e biológicas, a própria reprodução social e da vida vai desenvolvendo contornos mais complexos e diferentes. O que, em uma relação dialética, influi na vida e na condição de todos os seres, sejam orgânicos, inorgânicos ou sociais. Por exemplo, a cesta de produtos e serviços que configurava o cálculo do salário do trabalhador na década de 1920 não pode ser usada para pautar o salário de um trabalhador nos anos 2000. As necessidades humanas e de reprodução social e biológica ganham delineamentos outros, se complexificando.⁹¹

Esse regate tanto do valor de uso e de troca quanto da divisão do trabalho e da apropriação do mais trabalho é para dizer que essa reprodução organizada, em sua base econômica, permanece similar na contemporaneidade. Em outras palavras, a reprodução social vai desenrolando contornos diferentes de acordo com o tempo e o espaço analisados, e, apesar de não ter uma suficiente legalidade dada, há uma direção de desenvolvimento pontuada por Lukács (2018b). Essa direção se configura especificamente na tenência de afastamento da barreira natural, na socialização cada vez mais constante e intensa que perpassa quantitativa e qualitativamente forças, relações, categorias e leis.

Como exemplo dessa afirmação do social, Lukács (2018b) utiliza a fala de Marx, em *Contribuição à crítica da economia política*, sobre a fome de quem come de garfo e faca e a fome que é saciada no consumo de carne crua com mãos e dentes. Para o autor, com o desenvolvimento das relações e toda sua complexidade, a fome como um indicativo natural de necessidade de energia corporal, como uma questão de alimento do corpo, completamente biológica, passa cada vez mais a ser determinada pelo social, pelas construções culturais, pelos costumes, pelos valores de dada sociedade, tornando-se tão naturalizados ao ponto de os anseios particulares serem afetados. O saciar de uma necessidade orgânica, sem perder de forma alguma sua base biológica, ganha contornos de novo tipo, regras, princípios construídos socialmente, permeados por ideologia e alienação também. Tão próprios e tão constitutivos do ser que se misturam à necessidade orgânica, inviabilizando a separação entre essas esferas (orgânica e social). Em resumo, é como se os desejos do ser partissem sempre invariavelmente de dentro

⁹¹ O exemplo do salário é interessante porque demonstra a relação direta entre a reprodução social e a biológica, dado que em sua origem houve um cálculo proporcional exatamente sobre o essencial ao biológico do trabalhador, conforme destrincha Marx (2010). Porém, com o desenvolvimento das relações de produção o próprio salário foi se afastando do real objetivo originário e, junto com políticas públicas, forma hoje um pacote que tem como princípio a reprodução biológica em sua essencialidade.

para fora, desconsiderando que há também uma forte força de fora para dentro sendo movimentada por complexos diversos.

No Brasil, exemplificam a concretude dessa socialização e a pressão pela mudança na forma como as relações se constituem, que retrata de contribuir com o afastamento das barreiras naturais envolvida por uma consciência e uma ética, algumas legislações de cunho afirmativo da diversidade. Mas, como me reportarei a leis, antes gostaria de reforçar que, no que tange ao direito, “[...] sua essência é por necessidade um direito de classe” (LUKÁCS, 2018b, p. 185). Assim, mesmo os adendos e exemplos utilizados aqui, por mais próximos que estejam de uma tentativa de mudança das relações interpessoais e humanas, se dão nesse limite evidente. Por isso Marx (1985), em *Miséria da filosofia*, afirma que a prioridade ontológica nessa sociedade é a dos processos econômicos. Reforço que, a despeito de algumas análises carregarem aspectos de determinados tipos como prioritários, como a questão racial, que envolve outros tantos complexos, quando adentram a sociedade burguesa acabam sendo, esses aspectos singulares, também mediados pelos processos econômicos.

Desse modo, é fundamental reforçar que “[...] o direito é uma forma específica de reflexo, a reprodução consciente daquilo que de fato tem lugar na vida econômica” (LUKÁCS, 2018b, p. 190), assim como os complexos categoriais que o circundam. Partindo para os exemplos citados anteriormente, permaneço neles somente em termos retóricos, tendo em vista que, caso fossem citações de Lukács, não tardaria em alertar que trazem aspectos apenas efetivamente capazes de ser trabalhados por meio da ética. Isso porque

[...] apenas na ética pode se expor por que nem a complementação através da moral nem as tentativas de reforma do direito natural e a partir dele foram capazes de elevar o Direito acima do nível da generidade a ele inerente. (...) o sonho de uma justiça inerente a todas as tais demandas, tão logo tenha de ser e seja juridicamente compreendido, não pode ir além de uma concepção – por último, econômica – de igualdade, para além da igualdade que se determina a partir do tempo de trabalho socialmente necessário e se realiza no intercâmbio de mercadorias, a qual tem de permanecer a base real e, por isso, insuperável do pensamento, de todas as concepções jurídicas de igualdade e justiça (LUKÁCS, 2018b, p. 194).

Então, tomadas as referências de alerta, sigo aos exemplos, com vistas a compreender como as incidências cada vez mais sociais agem nas relações humanas, contribuindo para sua transformação, incentivando-a, dando direcionamento a elas, numa luta de classes constante. No caso particular brasileiro, refiro-me às legislações que asseguram proteção e direitos singulares a populações outrora negligenciadas, aprovadas por pressão social e luta política, que forçam uma gênese de convivência de outro tipo como o próprio Estatuto da Juventude (Lei

nº 12.852/2013) e, também, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). Legislações que marcam historicamente tentativas de mudanças de comportamento em uma sociedade que se repensa, que pressiona pela superação de relações de tipo primitivo, dentro de um complexo de forças, de interesses e de limites evidentes.⁹²

É assim também que características biológicas e orgânicas dos seres sociais foram sendo usadas e manipuladas para a reprodução de poder, para opressão de uma classe por outra, para sustentação de uma sociedade de base patriarcal, machista, homofóbica, ephebifóbica⁹³, dentre tantas outras coisificações das diferenças próprias dos seres humanos em sua evidente diversidade; todas permeadas por certo medo da mudança nos privilégios ancestrais de classe, calcados na sustentação da posição social outrora conquistada. Sintetizo tudo isso num aparente simples medo da mudança porque, efetivamente, há nessas relações opressoras e limitadoras um desejo de manter tudo como está. Quando os sujeitos, em suas singularidades e a partir de suas particularidades, movem as cadeias causais de forma não esperada, não manipulada para a reprodução, pode haver mudanças que, rapidamente, fazem o aparato repressor girar. As mudanças podem causar medos especialmente quando a situação em questão é de alguma forma confortável. Por isso Marx afirma que a revolução só pode vir da classe operária, porque não há conforto no seu cotidiano; na base da opressão em suas diferentes expressões não há tempo para estagnação.

Nas sociedades modernas e contemporâneas esses conflitos envolvendo as singularidades e as particularidades humano-sociais são contornados pelas lutas de classes, que assumem centralidade inquestionável nas análises das condições sociais e econômicas. No entanto, essa relação de exploração e opressão que permeia a luta de classes, hoje delimitadas às classes que vivem do próprio trabalho ou o exploram, ganha argumentos anteriores à sociedade do capital. É o que argumentam, por exemplo, Marx e Engels (2008, p. 10), quando

⁹² Evidente que falar de direitos sociais e de configuração de Estado abarca tantas outras questões que não terei condições de sustentar em tão pouco tempo. Mas, para encaminhar outros debates de forma crítica e profunda, sugiro a leitura da teoria geral do direito feita por Eviguiêni Pachukanis (1988), já tratada aqui, que, além de refletir profundamente sobre o Estado, também realiza a crítica do direito em si.

⁹³ Termo utilizado nos EUA para traduzir o medo dos adultos aos jovens, especialmente aos comportamentos delituosos, tidos como incontroláveis. Na Inglaterra é possível encontrar *paedophobia* para definir o mesmo sentimento. Conforme pode ser identificado em um site da organização Free Child <<https://freechild.org/2016/01/07/ephebiphobia/>> esse medo gera uma convivência conflituosa, já que se orienta pelo não entendimento das juventudes, por preconceitos, por exposição desmedida de fatos pontuais envolvendo jovens e violência, caminhando em direção ao desejo por repressão. A repressão e o controle aparecem como soluções, muitas vezes as únicas, para esses serem tidos como indomáveis. Na seção 4 deste trabalho apresento mais alguns argumentos para tratar desse assunto.

afirmam que relações de opressão sempre existiram na história da humanidade, porém de formas diferentes: “A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe”. Assim, para compreender como as singularidades do ser social assumem suas características na sociedade contemporânea é imprescindível levar em conta como ocorreu o desenvolvimento de cada uma delas, em suas especificidades, tendo em vista que na superação de formas e de sistemas de convivência e econômicos nem tudo é suprimido, mas há transformação. Nesse movimento também há permanência, novas configurações para velhas engrenagens.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito (MARX e ENGELS, 2008, p. 10).

A luta de classes e a disputa por poder atravessam nossas sociedades em diferentes tempos históricos, assumindo características diferentes e, em alguns momentos, preponderantes. Evidente que em uma sociedade capitalista o requerimento e a defesa da individualização, essenciais para a manutenção da concorrência e da disputa que redundam em ainda mais produção e lucros, contornam de forma cada vez mais ativa as singularidades e exacerbam as soluções particularizadas. Chamo atenção para questões singulares que precisam ser tratadas no âmbito mais geral possível para atender a todas/os que as partilham numa perspectiva equitativa, mas acabam por perfazer resolutamente soluções particularizadas, atendendo interesses individualizados, resguardando estamentos. Sendo mais uma característica própria de uma sociedade que se constrói em bases de liberdade, mas que objetivamente sustenta e reproduz privilégios utilizando, para tanto, seu aparato legal, como bem sustenta a tese de Eviguiêni Pachukanis (1988) em sua crítica geral do direito.

Além dessa construção cada vez mais social desse ser social, inclusive de suas relações, Lukács (2018b, p. 148) também chama a atenção para o erro de tratar a reprodução social como a “adoção de uma teleologia”, ou seja, como algo pensado antes de ser executado, numa espécie de orientação geral global para uma direção previamente imaginada, sustentando inclusive diversas teorias da conspiração e limitando as relações em uma evidente determinabilidade. Como uma teleologia de práxis global, o que esvaziaria a dimensão de gênese de liberdade dos sujeitos, tratada no item anterior, presente no cotidiano da práxis social, nos casos singulares. Essa perspectiva, portanto, sustenta uma ideia de história construída por ela mesma, por uma força superior, que extrapola o ser social

Como dito no item anterior, sobre as legalidades do trabalho através de abstração, caminho necessário, já que ele é o modelo da práxis humana, para compreender a reprodução é essencial também partir dele, dado que o

[...] trabalho possui, para a especificidade do ser social, um fundamental significado fundante e que a tudo determina. [Portanto] Apenas com base nessas investigações estamos agora em posição de considerar o trabalho como base ontológica do ser social em seu lugar correto, em conexão com a realidade social em inter-relação com aqueles complexos de cujos efeitos e contra efeitos ele surge e se afirma (LUKÁCS 2018b, 117).

A base ontológica das demais categorias é a reprodução, inclusive sem a reprodução biológica não há ser social, já que não haveria ser humano. O trabalho aparece na reprodução, como evidentemente posto, por períodos longos a serviço unicamente da reprodução.

Aliado ao trabalho está a linguagem, também como categoria presente na passagem do ser natural ao social. Como “[...] um complexo social dinâmico” (LUKÁCS, 208b, p. 178) e vivo, a linguagem é a categoria mais importante para as posições teleológicas de segunda ordem, já abordada no item anterior, assumindo um lugar especial no trato da reprodução social por se referir ao pôr de finalidade entre seres sociais e não entre ser social e natureza (como ocorre nos casos de teleologia de primeira ordem), como no caso da educação. Sobre isso alerta Lukács (2018b, p. 176): “[...] se se deseja compreender a linguagem no contexto do ser social, deve se enxergar nela o *medium* sem o qual seria impossível que uma tal continuidade se realizasse”.

Entendida como um órgão processual e vivo, que está contido no ser, vive nele e nas suas relações, se modifica a todo tempo, a linguagem tem na juventude um espaço de reprodução privilegiado que, negando e afirmando, dá seguimento à síntese da comunicação, sempre agregando novos símbolos, por isso sua vivacidade. A juventude é especialmente responsável tanto pelas novas expressões criadas para representar momentos anteriormente imperceptíveis ou considerados irrelevantes quanto pela supressão de expressões que não representam mais adequadamente a realidade vivida, não expressam a vida da forma como se deseja. Assim, a renovação se realiza, não sem resistência, não de forma linear nem sem contraposições. Ela simplesmente é realizada, de forma conturbada, amorfa, em constante criação que nunca acaba, conduzida por meio das ações cotidianas singulares, individuais e coletivas. Mas, apesar das implicações da linguagem, aqui me deterei no trabalho como modelo, a exemplo do que fez também Lukács (2012, 2018a, 2018b), somente sinalizando a importância

que a linguagem assume na reprodução social e também no salto⁹⁴, indicando inclusive a necessidade de estudos e aprofundamentos na temática.

Ainda como exemplo dessa reprodução social com contornos cada vez mais sociais e, em certa medida, também desiguais, Lukács (2018b) enfatiza as relações sexuais e a educação. São dois exemplos que têm uma relação interessante no trato da juventude, por isso os pontuarei aqui, já alertando que as questões singulares do ser social têm ganhado mais expressão nestes tempos, o que tem contribuído sobremaneira para ampliação de debates pautados na ontologia do ser social. Portanto, aqui somente pretendo seguir a dinâmica que visa a enfatizar exemplos importantes do complexo que configura a reprodução social do ser social e que tem relação fundamental com a crítica ontológica ora proposta.

Com relação à sexualidade, vão se desvendando as diferenças e complexidades nas relações afetivas e como elas vão mudando e se configurando. E, devido à organicidade desse emaranhado social e biológico que não se separa, é difícil perceber de onde partem os desejos, como se configuram as possibilidades relacionais humanas, a superação ou a composição de regras. Sobre as relações afetivas e como elas se movimentam, observa Lukács (2018b p. 130): “[...] tais rearranjos permitem que espontaneamente surjam modos de comportamentos humanos, aprovados ou negados, que têm um efeito profundo no que um sexo percebe como atraente ou repulsivo no outro”. Por exemplo, se a pessoa tem ou não pelos no corpo, se usa perfumes ou tem cheiro natural, o tipo de roupas que veste e o corte de cabelo, além, é evidente, da socialização das relações sexuais e seu também afastamento das barreiras naturais, que implicam certa liberdade com o corpo, com os sexos femininos e masculinos e suas inter-relações.

Na sociedade patriarcal machista, por um longo período, e ainda sem sua completa superação, à relação sexual foi requerida uma base estritamente biológica, primitiva, ligada somente à reprodução da vida e à satisfação de homens. No entanto, a resistência, a luta por direitos e seu conseqüente movimento de afastamento da barreira natural também no âmbito da sexualidade têm dado contornos diferentes às relações afetivo-sexuais, possibilitando-lhes a cada dia uma maior emancipação. No entanto, vale resgatar os pressupostos da reprodução social tal qual indica Lukács (2018b), que afirma o desenvolvimento desigual como uma característica aqui presente. Esse desenvolvimento desigual, portanto, é evidenciado igualmente nas relações afetivo-sexuais contemporâneas, que expressam em si também características das lutas de classes e de interesses em torno de temas diversos que têm a

⁹⁴ Para compreender melhor o salto, consultar nota de rodapé número 75.

sexualidade como pano de fundo. Diversos projetos e sustentações de caris moralista, ou religioso ou emancipado ou autonomista, têm disputado espaço para definir a forma como socialmente é mais aceito o sexo e suas consequências, entre as quais uma possível gravidez. Sendo assim, a relação sexual de base indiscutivelmente biológica, necessidade física, ganha contornos sociais e é submetida a disputas políticas, extremamente perpassada por interesses de classe e ideologias.

Como exemplo dessa disputa, cuja origem não é nada atual e tem uma profunda imbricação na relação entre os sexos, Lukács (2018b) cita a teoria do *copo d'água*, de Alexandra Kollontai, líder revolucionária russa que equiparava a necessidade sexual à necessidade de tomar um copo d'água ou se alimentar. A expressão de Kollontai, uma reação à desigualdade sexual da década de 1920, requeria pelo argumento biológico da necessidade a igualdade entre os sexos.

As relações entre homens e mulheres foram se configurando também permeadas pela própria divisão do trabalho, se intensificando e modificando, como todos os demais complexos⁹⁵. Porém, aponta Lukács (2018b, p. 131): “A interioridade erótica burguesa jamais pôde, de fato, realmente ultrapassar a opressão da mulher; disto surgiu uma grande escala de falsa consciência, desde a honesta extravagância até a hipocrisia”. Aberta ou veladamente, essa relação entre os sexos permeada pela opressão se estabeleceu e permanece entrecruzando os relacionamentos, assim como toda a sociedade, na contemporaneidade.

Vladimir Ilitch Lênin (1980, p. 94), no texto *Sobre o significado do materialismo militante*, critica algumas ideias sobre divórcio que estavam sendo veiculadas na revista *Ekonomist*⁹⁶, afirmando que “[...] esse é um dos exemplos de como a pseudociência de nossos dias serve, em realidade, de veículo para conceitos reacionários mais grosseiros e ignominiosos.” A crítica é dirigida a um senhor chamado de P. A. Soróchine, que em artigo embebido de citações ditas sociológicas e científicas emite opiniões sobre casamentos, divórcios e relações entre homens, mulheres e filhos. Ao sustentar que essas ideias eram compatíveis com as da sociedade burguesa democrática dita moderna, Lênin (1980, p. 94) as define como primitivas, feudais “[...] com relação à mulher e aos filhos”. O autor afirma que visões de mundo como as descritas por Soróchine não deveriam ser reproduzidas em revistas

⁹⁵ Não aprofundarei o debate em torno da questão sexual e de gênero; eu apenas a trouxe como exemplo da intensa socialização das relações e da reprodução de relações de opressão de gênero. Para aprofundamento de caris luakcsiano sugiro o artigo o artigo “Gênese social e atualidade dos processos de inferiorização da mulher em Marx, Engels e Lukács”, de Ronaldo Fortes, publicado na *Revista Katálise*, em 2018.

⁹⁶ O texto a que se refere Lênin foi publicado na revista *Ekonomist*, em 1922 (p. 92, n. 01, seção Sociedade Técnica Russa).

ditas marxistas, convocando uma guerra a “[...] semelhantes ‘cultos’ feudais” (LÊNIN, 1980, p. 94), ou seja, a relações arcaicas entre os sexos, entre as pessoas. Sobre os enfrentamentos desse tipo no país, os matrimônios e as relações entre homens e mulheres, ele diz:

A Rússia somente se distingue dos outros países em que suas leis não santificam a hipocrisia e a carência de direitos da mulher e seu filho, mas declara abertamente e em nome da autoridade pública uma guerra constante a toda hipocrisia e a toda falta de direitos (LÊNIN, 1980, p. 94).

Esse incômodo expresso na crítica ao próprio artigo, e ao fato dele ter sido publicado em uma revista marxista na Rússia pós-revolução, evidencia como as relações humanas permaneciam em caminhos equivocados, até mesmo em certa desconsideração à crítica às relações humanas em momento de revolução econômica. Isso leva Lênin a reivindicar essas mudanças, fundamentais para a sustentação de uma outra sociedade.

A partir dessas considerações, retomo a forma como foi sendo desenvolvida a sociedade moderna e sua sustentação filosófico-científica, completamente diferente da possibilidade de sustentação de uma emancipação humana⁹⁷. Ao contrário do que acreditou, por um momento, a classe trabalhadora ao dar as mãos à burguesia ascendente, no século XIX, na busca por uma revolução nos valores medievais e construção do progresso da racionalidade humana⁹⁸. Esse desejo, essa luta e essa união aparente de forças foram ficando pelo caminho. Nesse interim permaneceu a disputa dos valores ilustrados de liberdade, progresso, igualdade entre pares e a razão, que no começo se apresentam como valores revolucionários, mas com o tempo se configuram apenas como reformulações e modernização para fazer com que o velho continuasse a existir com poucas alterações. Esse processo é facilmente identificado nos valores conservadores de reprodução das instituições de poder político e religioso, da moralidade religiosa e da família, da propriedade privada, das classes, que se sustentam e se reformulam para não ser extinguidas. Essa disputa pelo poder e as lutas em torno dele sempre estiveram presentes na história e reaparecem com novos elementos na sociedade moderna, assim como na contemporânea.

⁹⁷ Para aprofundar o debate em torno da emancipação humana é essencial *Sobre a questão judaica*, em que Marx faz uma análise do judaísmo a partir de uma crítica a Bruno Bauer, levantando questões fundamentais sobre a emancipação política. São essenciais, ainda, os livros que compõem a obra *Para ontologia do ser social*, de Lukács, bem como de autores que fazem essas leituras e as complementam, com contribuições importantes como o *Ensaio sobre a consciência e emancipação*, de Mauro Luís Iasi.

⁹⁸ Essa aliança momentânea entre classe trabalhadora e burguesia é bem desenvolvida por Marx e Engels, Lukács, Netto, Goldmann, Tonet, Coutinho e Löwy, conforme já tratado na seção anterior.

Embora esse movimento de afastamento da barreira natural impulse todos os complexos constitutivos do ser social para relações mais sociais, criadas pelos seres humanos, limites são colocados a todo tempo, influenciando os campos de escolhas singulares e impulsionando processo de retaliação da emancipação política, quem dirá uma emancipação de cunho realmente humana. Isso ocorre especialmente devido ao fato da contradição existente entre a personalidade que o sistema capitalista requer para sobrevivência do ser e sua reprodução e a própria possibilidade de uma ética universal capaz de pautar as relações de todo tipo. É nas brechas, entre ideologias e alienações, dessa contradição profunda e constante que seguimos construindo resistências.

Com relação à educação, Lukács (2018b, p. 133) enfatiza a importância de qualificar as/os jovens para reagirem “[...] adequadamente a eventos e situações novas, que ocorrerão mais tarde em suas vidas.” Assim, é preciso ter em vista que a educação dos seres humanos jamais está inteiramente completa e a vida pode terminar em uma sociedade muito diferente da que foi educado quando criança/jovem, com demandas diversas daquelas para as quais o sistema educacional os preparou. Então a criatividade, a superação de medos, o ousar devem estar presentes no processo educativo como forma de garantir a reprodução desse ser em situações adversas.

Ao tratar do tema, Lukács (2018b) aponta uma questão preponderante para o debate sobre as juventudes, que é efetivamente a disputa e a luta de classes que permeiam o processo educativo em sentido estrito. A constatação da biologia de que não há na natureza desenvolvimento mais lento do que o dos humanos correntemente não é seguida da essência contida na defesa que envolve essa forma de trato com as idades, particularmente com a infância: “[...] é uma consequência do tornar-se humano dos seres humanos, do surgimento da sociedade, mesmo em suas formas mais iniciais” (LUKÁCS, 2018b, p. 242). Em síntese, a necessária desnaturalização e a importante sinalização de que a educação compulsória para crianças não tem base biológica, mas é resultado da luta de classes. É evidente que a quantidade de anos de estudo influi qualitativamente na vivência biológica dos sujeitos, porém, o desenvolvimento mais lento do ser humano não tem base biológica, é um trato social.

Basta olharmos para a história das crianças nas fábricas no século XIX. A tentativa de erradicar o trabalho infantil, de garantir a escola base para todas/todos é uma luta política que influi diretamente na reprodução das relações sociais e, obviamente, também na divisão social do trabalho, apesar de ter ainda pouco impacto na configuração de ascensão e mudanças das classes sociais. Nesse âmbito, contudo, entram outras questões no debate, como a própria

hereditariedade. A naturalização dessas disputas que são políticas acaba por empobrecer a luta e desmobilizar a construção de resistências, o que ocasiona a degradações de direitos conquistados.

Ao pensar as juventudes e em como têm sido pautadas na academia, nos estudos em que elas são requisitadas, inclusive, para sustentação de ações públicas, no pós-revolução de 1848, abro uma crítica, uma afirmação: o apelo ao biológico prejudica a ampliação da dimensão necessária da ética que deve perpassar as relações entre os seres, independente das idades, e de todas as demais singularidades humanas. Essa sustentação da ideia de incompletude biológica limita as relações, numa aparente ideia de incompletude humana. Numa reprodução de que os mais jovens precisam suportar tudo dos mais velhos, que já conhecem o caminhar da vida, que pela experiência sabem a verdade, mas a vida se constitui na troca. Por esse argumento se sustenta a violência intrafamiliar, o infanticídio, juvenicídio⁹⁹, por exemplo, crimes já reconhecidos pela justiça, mas ainda presentes na contemporaneidade. Por esse argumento multiplica-se uma educação não dialógica e em consequência uma inibição do nascimento do novo nas relações.

É a necessária defesa política que permeia também as juventudes e viabiliza de forma democratizada o acesso ao produto humano genérico, capaz de, juntamente com outros complexos, reduzir a desigualdade cultural efetiva presente na reprodução desse ser genérico cada vez mais social. A juventude está na base da reprodução social, e o impulso à sua entrada precoce no mercado informal de trabalho, por pura necessidade de sobrevivência, sem nenhuma atenção específica que atenda a suas especificidades, contribui para a reprodução no seu sentido mais medíocre e violento.

As relações humanas estão se tornando mais sociais inclusive no trato com a infância e a juventude, termos já sociais cunhados para estabelecer relações de diferentes tipos, salientando singularidades das idades do ser. No entanto, ao mesmo tempo que caminha para a socialização das relações, a sociedade cria regras e normas que limitam a vivência dos seres e viabiliza a reprodução das relações como elas se encontram, desiguais, opressoras, sem considerar efetivamente o que de potência há. O mesmo movimento que hoje torna

⁹⁹ Na próxima seção tratarei de juvenicídio, mas como forma de entendimento vale já identificar esse termo a partir de sua origem, no México, por José Manuel Valenzuela, que começa a qualificar a morte de jovens pela condição de serem jovens. Essas mortes assumem condições diferenciadas a depender do país da América Latina. Embora a justiça brasileira ainda não o reconheça como um crime diferenciado, os movimentos sociais requisitam sua qualificação, que tem afetado sobre maneira os jovens, do sexo masculino e negros, por parte em específico da violência institucional. Nos demais países da América Latina o juvenicídio afeta os jovens indígenas.

inquestionável¹⁰⁰ a necessidade de crianças na escola é o movimento político e de luta de classes necessário à sustentação das defesas de direitos e ações públicas das juventudes em sua totalidade, com destaque para as/os jovens da classe trabalhadora. Isso não significa revolução e, de imediato, nem transformação objetiva ou emancipação nas relações; apenas indica a possibilidade de uma vivência mais humana, mais social, mais planejada. Vale registrar que os filhos do capital, a partir de seus interesses, têm o tempo e os instrumentos necessários ao alcance do produto humano genérico, que é de toda humanidade, o que não acontece de forma igualitária a todas/os jovens. Quando encontram campos férteis, os defensores desse sistema e donos do capital têm realizado investimentos desse tipo, inclusive nos próprios filhos das classes trabalhadoras, cujas potencialidades pretendem utilizar na defesa das ideias liberais conservadoras.¹⁰¹

Evidente que outras tantas questões entram nesse debate, além da própria necessidade de reprodução da classe trabalhadora para sustentação desse sistema. Por esse motivo não há outro caminho que não seja a luta política e a disputa de uma pauta que tenha também no desenvolvimento humano equitativo dos jovens uma consonância, que hoje não existe. Essa perspectiva, como já sinalizado anteriormente, ganha melhor terreno no campo da ética.

Voltando à educação e à forma como a promovemos enquanto sociedade, ela é um produto da luta de classes constante, assim como a definição da idade escolar, ou da idade tida como aquela em que há capacidade para o autossustento, ou do conteúdo que será abarcado nas unidades escolares, ou nos projetos educacionais governamentais, enfim. Entendendo esse processo como de base social é possível entrar na disputa para que ele seja mais humano, de diretriz emancipada, mesmo considerando seus limites em um sistema econômico como o capitalista. “O tipo tão persistente de aristocrata inglês é, contudo, muito menos um produto da hereditariedade do que do caráter que lhe confere a educação” (LUKÁCS, 2018b, p. 134).

Num sentido amplo, a educação, ou o processo educativo como forma de reprodução social e promoção progressiva da generidade humana, encontra resistências no processual

¹⁰⁰ O irracionalismo contemporâneo tem trazido de volta debates como o do trabalho infantil e tentado ganhar espaços o promovendo. Mesmo nunca tendo sido exterminado nem do Brasil nem do mundo, o trabalho infantil é tido ainda como um problema a ser revolido tanto pelos organismos internacionais de defesas de direitos, como ONU e Unesco, quanto pelas nações ponderosas do globo, que buscam exterminá-lo em seus territórios enquanto usufruem ou têm empresas que usufruem desse tipo de trabalho penoso nos países menos desenvolvidos.

¹⁰¹ Entre alguns exemplos, a já mencionada Atlas Brasil Foundation, *think tank* que tem investido em formações de lideranças e movimentos liberais e conservadores na América Latina. Em entrevista publicada pelo *Intercept* é possível conferir investimentos feitos pela Atlas no Brasil e como ela ficou satisfeita de já ter rendido frutos nas eleições. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

singular, dado que o novo que nasce é constantemente enquadrado no velho que não quer desaparecer. Desse movimento se processa dialeticamente a história, nem nova nem velha, a história. Essa educação ampliada tem um duplo sentido. De um lado, é direcionada ao desenvolvimento de uma disposição para decisões de determinado tipo, pensando a influência da totalidade que compõe esse ser em formação. De outro, qualquer alternativa entra na dimensão do próprio campo de manobra de cada sujeito singular. E cada criança, desde a mais tenra idade, já reage à sua educação a partir desses dois complexos. Para Lukács (2018b), um erro ao pensar a educação é entendê-la somente como produtora de virtude e efeitos positivos. Ontologicamente, resultados não esperados e que fogem à regra de moralidade e do objetivo aplicado são resultados da qualidade do ser humano, tanto quanto os resultados ansiados e positivos.

Vale reforçar que a socialização dos sentidos não supera o ser de cada ser humano singular. O processo educativo somente tem a capacidade de torná-lo mais refinado, mais profundo. É nesse campo de desenvolvimento que os diferentes resultados se desenrolam e a evidente não possibilidade de antever o resultado de um processo educativo se consolida, porque ele mesmo caminha entre as apostas, as respostas e outros tantos complexos. Não há produção de pura socialidade no ser humano; o que há é uma “[...] combinabilidade inexorável do biológico e do ser social em cada ser humano singular” (LUKÁCS, 2018b, p. 293).

Esse tornar-se mais social traz cada vez mais para perto e para o cotidiano a necessidade de que toda a sociedade se repense, nos diferentes complexos constitutivos, e se transforme por meio de um movimento contínuo e contraditório de renascimento que impacta a reprodução. A revolução está no cotidiano. Instituições e poderes antigos, problemas e questões novas, sujeitos em construção e desenvolvimento constante conduzem esse rumo social a partir de cada decisão singular em suas situações particulares, dentro de campos de manobra diversificados, que ao fim se conglomeram. A partir de realidades que não correspondem a suas necessidades reais e objetivas, mas são dadas como elementos e pontos de partida, o ser vai contribuindo nessa história a partir de uma humanidade não mais muda. Tendo em vista que “[...] a reprodução social, de fato, por último, se realiza nas ações de seres humanos singulares” (LUKÁCS, 2018b, p. 136).

É nessa soma de sínteses de um conglomerado de complexos que a reprodução social e a reprodução biológica da vida, que andam juntas, se realizam. E, por meio dos pressupostos aqui brevemente detalhados, supera qualquer determinabilidade, o que abre sempre caminho para o novo nascer. A reprodução é, então, permeada por complexos outros que garantem uma

espécie de expressão concisa da generidade humana, de forma alguma teleológica nesse âmbito. Como afirma a perspectiva lukacsiana, esse movimento corporifica a memória da sociedade, numa inter-relação de passado e presente construída no chão do cotidiano, e sendo base da história movente. É essa reprodução, na sua complexidade aqui pontuada, que sustenta a crítica ontológica das juventudes, dos estudos ora em questão que foram formulados e constituem a chamada sociologia da juventude. Ao final desse breve resgate dos pressupostos ontológicos, e que será adensado adiante com a crítica ontologia no campo das juventudes, apresentarei os argumentos centrais que permeiam as afirmações ora feitas e configuram a gênese dessa ontologia do ser social jovem.

3 DA SOCIOLOGIA DA JUVENTUDE À SUA CRÍTICA ONTOLÓGICA

É fato que as juventudes sempre existiram objetivamente, em todos os tempos históricos, desde que o ser social habita o planeta, independentemente de o homem reconhecer ou negar sua existência. Elas são o resultado de uma conjugação que tem o tempo como categoria transversal ao ser social, estando na dimensão cultural e histórica a fundamentação da sua metamorfose. É somente pelo social que as juventudes se realizam, ganham vida, contornos, características, reconhecimentos, sejam eles limitantes ou impulsionadores de uma existência mais pensada, organizada, ou seja, centrada no humano social, perpassada pela ética nas relações.

O que diferencia as juventudes de uma época e outra, de uma cidade e outra, de um tempo histórico e outro é, portanto, o que singulariza o humano em sua diversidade, atravessada pela forma como cada sociedade contempla, acolhe, entende e formula a vida humana. O ser social em sua juventude também deve ser considerado em toda a complexidade própria do ser. A negação das juventudes que marcou determinadas sociedades, especialmente as mais antigas, carrega um sentido muito próprio delas, num processo de invisibilização ao qual também as mulheres e crianças, igual e historicamente, foram submetidas, sem adentrar aqui as questões étnico raciais. Esse negacionismo das singularidades humanas expressa uma sociedade classista com hierarquias explícitas de sexo, étnico-raciais e etárias bem definidas e rígidas, o que acaba por circunscrever e legitimar o espaço das cidades e da vida pública apenas para determinados tipos de humanos, em geral homens adultos brancos.

O reconhecimento social das juventudes e os estudos direcionados especificamente a elas ganham novos e intensos contornos a partir do século XX. O desenvolvimento urbano industrial, as habitações mais geograficamente próximas, as cidades, criaram um ambiente propício à organização e interação de jovens, no lastro das quais emergiram também questionamentos às opressões próprias desse sistema e que são sua base de sustentação. Esse fato redundou num momento de maior apreensão da singularidade das juventudes para tentar lidar com o perigo que alguns grupos representavam, e o que foi entendido como um problema na transmissão das regras e disciplinas que estavam sendo impostas ao trabalho industrial e à organização das cidades. E isso impulsionou a necessidade de conhecer o modo como os fenômenos sociais envolviam as juventudes e eram envolvidos por elas. Esse movimento buscava respostas rápidas que indicassem caminhos para resolver os problemas urgentes, a maioria deles ligados à indisciplina, o que resultou na tradução empírica das questões vivenciadas superficial, imediata e pragmaticamente pelas juventudes. O que levou à indicação

de ajustamento dos jovens identificados como perigosos à sociabilidade industrial nascente, já que para a sociedade da época eles representavam problemas diversos: de conduta, de resistência a regras, de perturbação da ordem.

Somente com um movimento culturalista de reconhecimento das diversidades e de impulso à radicalização do relativismo, a perspectiva que articulava as juventudes aos problemas associados a elas foi ganhando novos contornos. E, então, começou a ser possível entendê-las de forma plural, em sua diversidade. Com a contribuição de diferentes autores do Center of Contemporary Cultural Studies (CCCS) e também de Karl Mannheim, os estudos sobre juventudes e geração foram progressivamente ganhando forma e conteúdo, mas num debate de cariz gnosiológico, com algumas deturpações ontológicas.

Pontualmente, num esforço de compreender a fundo as juventudes e suas origens, iniciativas ontológicas aparecem, entre as quais as de Mannheim e de Mario Margules e Marcelo Urresti, apresentadas a seguir. Mas seus caminhos aproximam-se de uma ontologia própria das juventudes, em que a questão das idades emerge como categoria central de análise, o que por si só enviesa a compreensão do humano e o compartimentiza logo de início em uma singularidade deslocada das genéricas que envolvem o ser como um todo. Essas análises e ontologias partem, assim, de um ponto equivocado, qual seja, não relacionar a origem das juventudes e suas transformações à origem e às transformações do humano. Ao contrário, elas tentam criar interações próprias, como se as juventudes fossem deslocadas, se desenvolvessem apartadas do movimento histórico social que a todas/todos afeta e para o qual todas/todos contribuem em seu desenrolar.

Por esse motivo, inicio esta seção com um breve resgate histórico de algumas dessas contribuições que, embora mergulhadas na gnosiologia e na ontologia, em diferentes perspectivas epistemológicas, em muitos casos contêm inúmeros equívocos, mas ainda assim carregam a importância de ter apontado um caminho aos estudos sobre juventudes. A partir delas pude afirmar a necessidade de tomar a ontologia do ser social para construir as bases analíticas de uma de suas singularidades, especificamente a que transpassa a categoria *tempo* nesse ser, objetivado na apreensão cultural e social das idades e suas interrelações. Assim, uma análise do ser jovem a partir de uma crítica ontológica deve necessariamente carregar toda a complexidade e a multideterminação que carregam e são próprias do humano, do ser social. Essa é a tese central deste trabalho, que se propõe a ser uma reflexão inicial reconhecendo já, por isso, os limites que carrega, e, portanto, a necessidade de outras muitas interações e disposições futuras, para avançar num campo de estudos que vinha sendo dado como esgotado.

Em outras palavras, a tese ora desenvolvida coloca-se o desafio de tratar, por meio da ontologia do ser social, a singularidade das juventudes, seus possível complexos e as legalidades que implicam no campo de manobra e de respostas cotidianas, voltando o debate para a generalidade do ser sempre que possível.

3.1 Origem dos Estudos Sobre Juventude e Geração

A coluna vertebral da vida em sociedade é a *paideia*, a educação, a distinção que permite o acesso dos jovens a um saber partilhado sem o qual a cidade não poderia existir.

Alain Schnapp

Desde a paidéia grega, tida como a educação de forma ampliada, como dito por Schnapp (1996), própria do corpo e do espírito, com todas as instituições e práticas, as juventudes, como as entendemos hoje, vêm ganhando forma. Elas começavam a habitar as cidades antigas, as polis, e a criar um conjunto de interações com a sociedade como um todo orientadas entre o novo e o apreendido, através da educação em seu sentido mais ampliado, permeado por uma evidente ética que ia se constituindo a partir de relações cada vez mais sociais. As singularidades do humano e suas evidências, entre elas as diferenças sexuais e de gênero, a questão étnico-racial e as idades, foram ganhando progressivamente espaço de interação nas relações sociais. E quanto mais sociais essas relações se tornam, mais pautadas e baseadas pela ética elas tendem a ser ou deveriam ser.

Assim, nas sociedades que enalteciam a interação sob valores masculinos, como a polis grega, descrita por Schnapp (1996) como um “clube de homens”, que desconsidera mulheres, mães, esposas e filhas, começaram a ser descritos estudos iniciais que salientavam a singularidade das idades do ser social. Talvez, séculos depois, essa marca introdutória permeada pelo universo masculino como preponderante siga ainda algumas análises, deixando resquícios de evidente correlação com a generalização do ser que é considerado jovem em diferentes sociedades, como nos estudos de Talcott Parsons ou Shmuel Noah Eisenstadt, relacionados mais adiante.

O primeiro a se dedicar às questões etárias nas antigas sociedades foi Henri Jeanmaire¹⁰², ao ressaltar o papel das classes etárias na Grécia arcaica, num estudo sobre a

¹⁰² O historiador da arte Alain Schnapp (1996) cita Henri Jeanmaire em seu texto “*Couroi et Courètes. Essai sur l'éducation spartiate et les rites d'adolescence dans l'antiquité hellénique*” (Université de Lille, 1939, p. 11-

educação espartana e alguns ritos adolescentes, permeados pela questão de gênero e do universo masculino. Essa relação pode ser identificada também em alguns mitos, como o de Rômulo e Remo (FRASCHETTI, 1996). Depois de abandonados, os dois jovens gêmeos, numa luta para vingar a mãe e restituir o reino do avô, decidiram, junto com outros companheiros, também jovens, fundar uma cidade às margens do rio Tibre, onde mais tarde se ergueria Roma. Trata-se de um mito de construção de um império por jovens.

Com o avanço da Igreja e sua dominação moral, vai ficando mais evidente sua interferência na vida de toda a sociedade, inclusive das juventudes. A disseminação de regras de conduta, valores rígidos e controles de diferentes tipos, conforme já relatado anteriormente, levaria a Igreja, ao tratar da questão das ciências, a imprimir sua marca e sua moral na história.

Que cada sociedade alimente uma imagem singular de seus “jovens” e de seus “velhos” é algo bastante óbvio. Mas interessante parece ser a definição sombria dos jovens que os diferentes textos do fim da Idade Média italiana deixaram transparecer, vinculando esses *giovani*¹⁰³ menos a uma função ou a papéis do que a comportamentos, em grande parte condenáveis (CROUZET-PAVAN, 1996, p. 192).

Nas escrituras conservadas da Idade Média Italiana os *giovani*, leia-se os jovens do sexo masculino, pertencentes à burguesia ou aristocracia, eram reconhecidos como sujeitos, conforme descreve a historiadora francesa Elisabeth Crouzet-Pavan (1996). Essa identidade nos textos medievais já é um sinal da existência social da juventude naqueles tempos. Mas somente são identificados os jovens, assim como na Grécia Antiga, e os seus nomes vinham sempre seguidos da descrição “filho de”, o mesmo acontecendo quando apareciam citações sobre mulheres, seguidas de “mulheres de”, “viúva de”. Desse modo, esses primeiros estudos já apontavam os limites sociais erguidos para a existência singular dos jovens, das mulheres, que eram dependentes socialmente do homem adulto a eles vinculados, e, claro, da classe a que pertenciam, o que permite pensar essas sociedades configuradas também no patriarcado.

111) para descrever as primeiras evidências de reconhecimento social das juventudes. Sobre o texto de Jeanmaire, diz Hugot (2014; tradução minha): “Uma retrospectiva de uma obra única e fundamental dedicada à educação espartana e aos ritos da adolescência na antiguidade helênica”. O original pode ser lido no blog de ciências da Universidade de Lille, disponível em: <<https://insula.univ-lille3.fr/2014/12/couroi-et-couretes-henri-jeanmaire-0101/>>. Acesso em: 9 mar. 2021.

¹⁰³ Com a contribuição de Gregório de Tours e Isidoro de Sevilha, as idades da vida na Antiguidade foram sistematizadas: “A *infantia* termina aos sete anos quando começa a *pueritia*. A mesma escansão delimita, entre 14 e 21 anos, a *adolescência*. É então que a juventude começa. Nenhum limite teórico marca seu término. Na prática, o vocabulário flutua, certamente como flutuam um pouco esses limites” (apud CROUZET-PAVAN, 1996, p. 192). Os *giovani* é como se identifica todo um grupo de homens. “Se se passa a ser um *Giovani* aos 23 ou 24 anos, deixa-se de sê-lo numa casa dos trinta mais ou menos avançada, quando a idade adulta há muito começou”, diz Elisabeth Crouzet-Pavan (Uma flor do mal: os jovens na Itália medieval – Séculos XIII-XV. In: LEVI, G.; SCHMITT, JC. *História dos jovens: da Antiguidade à era Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 192).

A forma como cada sociedade desenvolve a convivência entre as gerações e as relações sociais entre todos os seres expõe a ontologia dominante, ou seja, a ideia central da origem dos seres, ainda que haja disputas nesse campo. Na Grécia Antiga, assim como no Império Romano e na Idade Média, a juventude aparece em alguns textos que, evidenciando as relações de cada época, expressam certa irrelevância e negação das questões próprias que envolviam as diversas singularidades humanas. O italiano Giovanni Levi, um dos fundadores da micro-história¹⁰⁴, e o francês Jean-Claude Schmitt, medievalista renomado, organizaram uma coletânea com diversos artigos de historiadores e estudiosos especialistas nesses documentos antigos e obras medievais, tratando, objetiva ou transversalmente, das juventudes e/ou da questão das idades. Os indícios de existência das juventudes nesses tempos demonstram que essa população esteve sempre vinculada a alguém, tutelada, limitada, como se algo de não aceito estivesse presente nelas e precisando ser contido, docilizado, escondido, ou mesmo tido como menos humano.

Os primeiros estudos sobre juventudes e infâncias com características de empirismos sociológicos são datados ainda no século XVII, “ramificados” em muitas disciplinas, entre elas a filosofia, a psicologia, a biologia e a sociologia. Naquele momento, a preocupação dos estudiosos era com o entendimento do ser¹⁰⁵ e com a diferenciação do homem dos demais seres, “[...] perceptível em reiteradas tentativas da Filosofia especulativa e prática, mas [que] criou também a biologia comparativa, como a encontramos na Morfologia de Goethe. Esse interesse também suscitou uma abundância de psicologias” (FLITNER, 1968, p. 37). O autor informa que esse interesse expandiu-se a partir do século XVIII, na aliança conjunta e contraditória entre

¹⁰⁴ Gênero historiográfico surgido com a publicação, na Itália, da coleção *Microstorie*, organizada por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, nos anos 1980, a micro-história pressupõe uma delimitação temática extremamente específica por parte do historiador (inclusive em termos de espacialidade e de temporalidade), numa escala de observação reduzida. Nela a análise se desenvolve a partir da exploração exaustiva das fontes, envolvendo a descrição etnográfica e tendo como foco a narrativa histórica, que se diferencia da narrativa literária por se relacionar com as fontes. Em síntese apertada, essa abordagem reduz a escala de observação ao cotidiano de comunidades (geográficas ou sociológicas) específicas, às situações-limite e às biografias ligadas à reconstrução de microcontextos ou dedicadas a personagens extremos, em geral figuras anônimas que passariam despercebidas na multidão. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/micro-historia/>>.

¹⁰⁵ Essas tentativas iniciais de entender o ser assemelham-se ao caminho proposto pela tese ora apresentada, uma espécie de estudo ontológico. No entanto, elas não se conversam, tendo em vista que não pretendem realizar estudo psicológico biológico, mas ontológico materialista. Mais adiante, o sentido ontológico vai ganhando corpo e possibilitando a contraposição aos trabalhos ora apresentados.

estudos da “epistemologia empírica”¹⁰⁶, “empirismo”¹⁰⁷ e “pedagogia pietista”¹⁰⁸, de que os trabalhos sobre de Jean-Jacques Rousseau são pioneiros.

Um pouco antes, no entanto, John Locke iniciara algumas reflexões que envolviam as/os jovens. Marcadas por características generalistas, de reprodução do contextual vivido na Inglaterra do século XVII, numa espécie de filosofia empirista similar às bases de uma pedagogia, essas reflexões redundaram n’*O ensaio sobre o entendimento humano*, que durou quase 20 anos e foi a principal obra filosófica de Locke. Nela o autor coloca as/os jovens e as crianças como sujeitos que nascem como uma “tábula rasa”, nas relações sociais e também nas instituições que lhes cabem, recebem, ou seja, que não se encontram em condição de troca, tendo em vista que são vazios. Há em seu pensamento, ainda, a objetivação das possibilidades do conhecimento, da tarefa comum de punir para educar, como demonstra o trecho a seguir.

Uma vez que a principal tarefa dos sentidos consiste em fazer-nos observar tudo o que causa mágoa ou proveito ao corpo, coube à natureza ordenar com sabedoria, como foi mostrado, que a apreensão de várias ideias deve ser acompanhada pela dor, preenchendo, desta maneira, o espaço para a ponderação e [o] raciocínio nas crianças; e, agindo mais depressa do que a ponderação nos adultos, faz com que tanto o velho como o jovem evitem objetos dolorosos com a rapidez necessária para a sua preservação, fixando na memória de ambos uma advertência para o futuro (LOCKE, 1999, p. 82; grifos meus).

Anos mais tarde, na obra *Alguns pensamentos sobre a educação*, o filósofo inglês reforçaria a dimensão da “tábula rasa”, insistindo que as crianças nascem vazias. Para Locke, as crianças poderiam ser preenchidas pela educação. A determinabilidade da educação aparece em suas afirmações, assim, como uma espécie de reforço ampliado dela, numa via de mão única, sem considerar as interações possíveis entre os diferentes sujeitos. Evidente que como seres sociais a troca é essencial para constituição também da singularidade dos sujeitos, mas o próprio processo de constituição do humano social é multideterminado, o que não fica demonstrado nas afirmações de Locke, que não se empenha em falar em específico das juventudes, mas trata das infâncias.

¹⁰⁶ A epistemologia empírica é entendida como “[...] relevante no processo de preenchimento gradativo da psique vazia do recém-nascido, de inculcação do período infante-juvenil na literatura romântica” (FLITNER, 1968, p. 38).

¹⁰⁷ O empirismo reserva diferenças: “Encontramos as primeiras doutrinas do desenvolvimento genético psicológico e de sua periodização, além de abundantes observações referentes à idade juvenil em John Locke e Davida Fordyce” (FLITNER, 1968, p. 38).

¹⁰⁸ Já a pedagogia pietista dirige “[...] sua atenção para a experiência da alma, para os diversos fenômenos inconfundíveis da autoanálise e do contato com Deus com que essa doutrina se coloca, juntamente com ocorrências católicas paralelas [...]”, portanto, ocupou-se “[...] de questões referentes à fé” (FLITNER, 1968, p. 38).

Rousseau (1979), anos depois, escreveria especificamente sobre as juventudes. Apesar de apontar no prefácio de *Emilio ou da educação* seu próprio ineditismo e o de Locke ao tratarem do assunto, o filósofo suíço ressaltava a importância de se manter no debate, como afirma em seu prefácio: “Meu assunto era totalmente novo depois do livro de Locke e receio muito que continue a sê-lo ainda depois do meu” (ROUSSEAU, 1979, parág. 2). Esse ineditismo da obra rousseauiana também é identificado por Andreas Flitner (1968), que o considera um pensador que valorizou a juventude, que sistematizou e analisou a vida humana na tenra idade. Ao contrário do que penso ter feito Locke, ao considerar o sujeito criança/jovem como vazio. Talvez por esse o motivo Flitner não tenha considerado os estudos de Locke, como o fez com os de Rosseau.

A partir de Rousseau não só se torna necessário compreender a revalorização do período infante-juvenil na literatura romântica, no romance referente ao desenvolvimento e nas numerosas histórias educativas, mas também a abundância de literatura científica descritiva e observadora, característica do último terço do século XVIII (FLITNER, 1968, p. 39).

Muitas produções do século XVIII eram caracteristicamente compêndios de descrições de relatos de vida, altamente empíricos. Descreviam observações em formato de diário, pelos próprios jovens, sem uma metodologia elaborada nem cuidados necessários a um material de estudos, portanto, não tinham valor científico. Mas eles revelavam a situação de vida e também conjuntural, abrindo caminho para diálogos com as ciências diversas. Quanto a isso, Flitner (1968, p. 40) chama atenção para o descaso no tratamento dispensado à/ao jovem:

O período juvenil não merece especial atenção nessa nova literatura, sendo que quando folheamos um livro ou diário desses até causa admiração o descaso com que é tratada a transição para o período juvenil, quanto já Rousseau acentuou tal período como sendo mesmo um segundo nascimento do homem maduro, consciente, moral (FLITNER, 1968, p. 40).

A importância dada a esses estudos de Locke e Rousseau contradiz o movimento da época em que foram escritos, abrindo caminho para os debates sobre infâncias e juventudes. Tentando compreender questões diversas, como a formação dos princípios, a humanidade, a educação, eles acabaram por refletir sobre o impacto do tempo, dos anos, no ser e sua constituição em sociedade. Importante dizer que ambos os autores alertaram para questões importantes de formas diferentes. Locke, num reforço aos investimentos individuais, deu sinais da apreensão da constituição do ser social, mas ficou pelo caminho ao colocar o sujeito diante de uma completa manipulação pela educação, numa espécie de processo formativo com

resultado certo, sem considerar a subjetividade dos sujeitos nesse âmbito. Já Rousseau, numa dimensão mais humanista, apreendeu alguns limites sociais impostos ao ser jovem. Na sociedade em que escreveu suas reflexões a ideia da criança como tábula rasa era dada *a priori*, numa alusão aos estudos de Locke. Apesar disso, Rousseau avança. Em *Emílio ou da educação*, o filósofo suíço relata sua trajetória pessoal e evidencia o interesse na pedagogia e na infância até a idade adulta afirmando que a obra visava a auxiliar as mães¹⁰⁹ na educação dos seus filhos.

Não se conhece a infância: com as falsas ideias que dela temos, quanto mais longe vamos mais nos extraviamos. Os mais sábios apegam-se ao que importa que saibam os homens, sem considerar que as crianças se acham em estado de aprender. Eles procuram sempre o homem na criança, *sem pensar no que esta é, antes de ser homem* (ROUSSEAU, 1979, p. 8; grifos meus).

Ele chama para o debate aspectos de valorização da infância e da juventude, com especial preocupação quanto ao entendimento do que a criança é antes de ser moldada e educada da forma como os adultos querem que ela seja. Portanto, o ser criança e jovem já era identificado como singularidade do ser. De certa forma, havia em Rousseau, assim como em Locke, uma preocupação ontológica no debate proposto. Em ambos é possível identificar um tipo de ser, de ideia de ser, mas com perspectivas bem diferentes.

Tudo é certo em saindo das mãos do Autor das coisas, tudo degenera nas mãos do homem. Ele obriga uma terra a nutrir as produções de outra, uma árvore a dar frutos de outra; mistura e confunde os climas, as estações; mutila seu cão, seu cavalo, seu escravo; transtorna tudo, desfigura tudo; ama a deformidade, os monstros; não quer nada como o fez a natureza, nem o homem; tem de ensiná-lo para si, como um cavalo de picadeiro; tem que moldá-lo a seu jeito como uma árvore de seu jardim (ROUSSEAU, 1979, p. 11).

Aos poucos o autor desvenda seu entendimento de humano, assim como concede à educação o papel fundamental e revela o desejo de uma educação que “[...] seja conveniente ao homem e bem adaptada a ele” (ROUSSEAU, 1979, p. 12). Ele autoriza o uso do que escrevera para contribuir no desenvolver do humano nos seres humanos, afirmando que somente uma parte da educação é realizada por meio da troca entre os sujeitos. Rousseau aborda também a educação presente na troca com a natureza e a que está nas experiências, ou seja, nas coisas, entre o ser e as coisas. Assim o filósofo observa:

¹⁰⁹ Vale pontuar aqui o caráter patriarcal que permeia todo o texto de Rousseau, assim como a sociedade em que ele foi escrito, retratando o contextual e colocando a educação e os afazeres domésticos dos filhos como responsabilidade da mãe mulher e a educação escolar somente das professoras.

Essa educação nos vem da natureza, ou dos homens ou das coisas. O desenvolvimento interno de nossas faculdades e de nossos órgãos é a educação da natureza; o uso que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento é a educação dos homens; e o ganho de nossa própria experiência sobre os objetos que nos afetam é a educação das coisas (ROUSSEAU, 1979, p. 12).

Quanto à aprendizagem, a própria capacidade cognitiva, ele insiste na existência de um conjunto de regras de entendimento diferente para as crianças, os jovens e os adultos. Para ele, os adultos deveriam compreender isso, até mesmo para proceder com eficiência necessária a educação. Insiste que a juventude não é generalista, mas particularista, tendo em vista o reflexo do pensamento nos atos concretos, traço cognitivo essencial. Sobre isso, ele afirma:

Não gostaria de pôr nas mãos de um jovem nem Políbio nem Salústio; Tácito é leitura dos velhos; os jovens não são feitos para entendê-lo; é preciso aprender a ver nas ações humanas os primeiros traços do coração do homem, antes de querer fazer sondagens em profundidade; é preciso saber ler muito bem nos fatos antes de ler nas máximas. A filosofia em máximas só convém à experiência. A juventude não deve nada generalizar: toda a sua instrução deve obedecer a regras particulares (ROUSSEAU, 1979, p. 15).

O reflexo da realidade assume características evidentemente diferentes se considerada a singularidade humana. Portanto, é evidente que a dimensão das possibilidades, das respostas às questões da vida, também assume possui diferenças na comparação com adultos e velhos. E nisso Rousseau estava coberto de razão. Ao se colocar como um novo ser no mundo, a forma de entender as perguntas, as questões e os problemas do universo, da sociedade, de forma mais concretas, absorvidas pelos jovens, envolvem as respostas de sentido diferente se comparado aos que se encontram emaranhados de valores já sedimentados, como os mais velhos. Suas respostas são particularizadas, tendo em vista que seu universo é mais privado, particular e menos público, até pelo próprio erro propagado de que o público é destinado aos adultos. Mas o essencial aqui é que, mesmo sabendo a dimensão mais particular dessas respostas das/dos jovens, colocadas pela própria forma de organização de cada sociedade, não há determinabilidade nelas, não há possibilidade de prevê resultados de desencadear de cadeias causais, mas há seu acionamento.

Retomando as afirmações sobre o *campo de manobra* discutido na seção anterior, este se expande ou se limita segundo as regras sociais formuladas e impostas, assim como as singularidades humanas. Tendo como perspectiva a reflexão rousseauniana, reconheço que as respostas às questões da vida elaboradas pelas juventudes tendem a ser menos generalizadas. Não há, contudo, determinação para isso; não há restrição de conexões maiores, de acionamento de cadeias causais ampliadas. O que há aqui são apenas tendências, impulsionadas pelo avanço

do conhecer no ser. Daí a contribuição fundamental de Rousseau à ontologia, de base mais materialista, se comparada as afirmações de Locke, que tem um fundo idealista, e que inicia o caminho de forma enviesada ao tratar o humano como uma tábula rasa.

Resgato a dimensão do *pôr teleológico*, das possibilidades, articulada ao pensamento e à concretização como emaranhados, conforme já tratado anteriormente, para dialogar com essa tendência abordada por Rousseau, que sobressai no trato com as juventudes, qual seja, a tendência a particularizar. Esse pensamento, essa ideia, o *pôr teleológico*, contudo, nem sempre é efetivado, é exteriorizada, portanto, se esvai. E como não há teleologia sem o acionamento de cadeia causal, o pensamento e a projeção sem a exteriorização são somente imaginação, ideias que se desmancham no ar. No caso das juventudes, muitas restrições sociais são criadas para o *pôr teleológico*. Daí a chave para compreender a importância do ser social em sua juventude, das possibilidades vislumbradas e também das negativas dadas à exteriorização delas, que limitam o humano em um momento de visão singular da vida e das suas questões. Essas próprias restrições dão vida e expressão à reprodução social e seu complexo.

A depender da organização social, as juventudes ficam subsumidas pela prepotência de quem acha que sabe, quais sejam as classes que se alternam no poder, de quem elabora as regras, de quem pretende ser os olhos, os ouvidos e dar os sentidos de forma geral à história escrita pelas suas mãos. São elas, as classes dominantes, que, além de achar que constroem a história, pensam e elaboram sua reprodução, não obstante, convivendo em disputa com o nascimento do novo, numa interação. Para se desenvolver, esse novo requer relações sociais de outro tipo, que por sua vez acabam viabilizando uma sociedade também de outro tipo, que tarda a nascer mas mostra sua potência em cada brecha, fortalecida com base na ética nas relações, na afirmação tanto das singularidades quanto da generidade humana.

Retornando de forma mais geral às produções do século XVIII, conforme aborda Flitner (1968), os problemas da pesquisa social que envolviam relatos sobre as juventudes eram mais ligados ao abandono e à criminalidade, conseqüentemente, a problemas relacionais e humanos. Alguns deles foram relatados por autores, como Pestalozzi, que acabou por desenvolver métodos educativos de trabalho direto com órfãos que viviam o abandono e, muitas vezes, também a criminalidade. Carregadas de empirismos, essas produções foram pouco consultadas pelos estudiosos que se ocuparam de escrever sobre jovens no período seguinte, o século XIX.

Nesse momento, segundo Flitner (1968, p. 44), os interesses na juventude estavam centrados em diversas psicologias: “O século XIX em geral fez pouco caso do século XVIII. A filosofia idealista e os métodos educacionais neo-humanísticos não foram propícios às

pesquisas empíricas da infância e juventude”. A metodologia utilizada dava vazão a questionamentos e, “[...] ainda ostentavam a palavra ‘empírico’ no título, sendo porém geralmente de natureza especulativa” (FLITNER, 1968, p. 44). Foi assim que, de acordo com Breitner Tavares (2012), os primeiros esforços de sistematização de informações sobre jovens foram marcados pelo empirismo, postulando que “a função social” das juventudes era somente a de interagir com a sociedade maior, nela inseridas por meio da socialização no sistema de valores existente.

O primeiro estudo monográfico substantivo foi produzido pelo psicólogo e educador estadunidense Stanley Hall, publicado na obra *Adolescence* (1904). Nela, Hall postula “[...] um fundamento psicogenético, o quadro científico da juventude (...) tão multifacetado desse período etário como ainda não fora oferecido em parte alguma” (FLITNER, 1968, p. 45). Esse quadro incluía as condições sociais de vida dos jovens e o problema do enquadramento no mundo adulto, associando a situação social ao “amadurecimento biológico”, ou seja, a uma perspectiva natural. Nesse sentido, Hall propunha um diálogo entre o social e o biológico, abrindo espaço para debates sociológicos sobre as juventudes que viriam a seguir, em diferentes áreas.

Na contemporaneidade, afirma o psicólogo Jeffrey Jensen Arnett (2006), os debates sobre adolescência na psicologia têm ainda alguns aspectos em comum com o que Hall propôs, apesar de já o ter superado em muito. As discordâncias dos estudos mais recentes com esse autor pautam-se na forma como ele tratou a sexualidade e a masturbação, a religião e a carga genética explicada pela psicologia evolutiva lamarckiana¹¹⁰, inclusive tentando decifrar esses sujeitos a partir dos seus gens.

A partir da psicologia social e do empirismo, Stanley Hall (1911) tentou desenvolver ideias gerais que se desmembraram em diferentes áreas do saber. Sua coleção de dois volumes tentava abarcar, por exemplo, a fisiologia, a antropologia, a sociologia, a educação, a sexualidade e o crime. Buscava encontrar especificidades generalizáveis nos sujeitos adolescentes que se caracterizavam pela “tempestade e *stress*”, como se todos na adolescência vivessem uma espécie de transtorno antes do suposto equilíbrio da vida adulta. Retomando a questão ontológica, a sua depreciação é evidente nas afirmações de Hall, assim como seu distanciamento de uma ontologia do ser social, já que o autor considerava questões como a já

¹¹⁰ Naturalista francês que viveu entre os séculos XVIII e XIX, Jean-Baptiste Lamarck empregou a biologia para o entendimento de invertebrados. Contribuiu também com o desenvolvimento da teoria evolutiva, principalmente com a ideia de “herança branda” ou herança de caracteres adquiridos, conforme trata o próprio Arnett (2006).

mencionada carga genética preponderante na singularidade do ser. Apesar de diretamente não o fazer, ele negava por dentro de seus argumentos a multideterminação do ser social.

Hall introduziu uma abordagem que influenciou a construção da personalidade jovem, tendo sido duramente criticado por não considerar aspectos culturais também como elementos de formação da personalidade, ao mesmo tempo em que ofereceu um arcabouço teórico para a construção de teorias biologizantes (TAVARES, 2012). O autor, no entanto, alertou para questões sociais importantes na leitura das/dos jovens, como os problemas do enquadramento no mundo adulto e as próprias condições sociais, embora não as tenha desenvolvido (FLITNER, 1968).

Início de um trabalho substantivamente descritivo e empírico, *Adolescence* é um apanhado geral cujo objetivo é dissertar sobre os problemas mais aparentes da adolescência, mental e moralmente identificados, inclusive como perversão. Para tanto, Hall (1911) tentou navegar em diferentes áreas do conhecimento científico, num sincretismo pouco construtivo. Ainda assim, marcou época e direcionou olhares para estudos específicos sobre adolescentes e jovens, dado o seu ineditismo e a maior expressividade dos ditos problemas sociais que envolviam essa população.

Mesmo que os trabalhos mais importantes dos anos 20 e 30 tenham de ser revistos, é importante lembrar que o tipo de pesquisa sociológica da juventude, o qual, pelo menos atualmente, pode pertencer a outros setores, através de linhas divisórias aproximativas, segundo o entendimento dos próprios pesquisadores, ainda não existia como gênero próprio no período entre as duas Guerras. As obras correspondentes, referentes à pesquisa geral da juventude, comumente de caráter psicológico, devem ser encaradas, portanto, de acordo com o relacionamento existente entre assunto e método com o setor em questão (FLITNER, 1968, p. 48).

Na primeira metade do século XX, os trabalhos pioneiros sobre esse período etário tinham como marca a psicologia, mas não havia uma preocupação epistemológica evidente. Há compilados de estudos de diferentes áreas, percepções, entendimentos que se misturam entre o científico, o dedutível e o imaginável. Ao mesmo tempo que mesclavam áreas de saber – como o próprio Hall, que desde teorias biológicas e evolutivas tentou decifrar o comportamento humano, especificamente dos adolescentes, a partir de uma carga genética –, esses compilados enrijeciam e naturalizavam construções que eram também de origem social.

Seguindo o mesmo padrão de mesclar aspectos psicológicos e sociais, Eduard Sprange (1924), baseado na hermenêutica de Wilhem Dilthey, buscou entender as manifestações da vida psíquica combinando as pulsões biológicas internas e fatores sociais objetivos em seus estudos sobre as juventudes e suas especificidades (FLITNER, 1968). Como psicólogo e pedagogo,

Sprange emaranhava o social e o psicológico, o que fez a sua psicologia da juventude desbancar os estudos puramente psicologizantes, como os de Walter Hoffman e Otto Tumlirz, ganhando destaque no debate científico na primeira metade do século XX.

As ciências sociais do princípio daquele século começaram a sofrer desse sincretismo e da influência do avanço dos estudos psicológicos, conforme já pontuado anteriormente, ao tratar da decadência ideológica, da miséria da razão. Havia uma necessidade aparente de dar conta de tudo e não se chegar a nada. Por meio da agregação de conhecimentos de diferentes áreas justificava-se o que se queria dizer, mas sem honestidade quanto ao ponto de partida e ao objetivo do caminho trilhado. Nesse sentido, muitos estudos serviram para sustentar intervenções públicas em expressões da questão social, naquele momento em plena ebulição. Sobre as correntes teóricas que nasceram entre os anos 1900 e 1950, e que continuam a influenciar o debate das juventudes na contemporaneidade, especialmente nas ciências sociais, é possível identificar centros principais de disseminação de conceitos e pesquisas, conforme destacado a seguir.

- EUA, com os estudos pioneiros da Universidade de Chicago, marcados pelo pragmatismo e pelo interacionismo simbólico. A esses somaram-se os trabalhos do estrutural-funcionalismo, de grande peso nesse campo, que se tornou uma vertente tradicional de pesquisa, com destaque para as produções de Talcott Parsons e Shmuel Noah Eisenstadt.
- Europa, especialmente os estudos desenvolvidos pelo Centre of Contemporary Cultural Studies (CCCS), em Birmingham (Inglaterra), conhecidos como culturalismo, com destaque para Stuart Hall e Paul Willis.
- Os trabalhos de Karl Mannheim, sociólogo húngaro que se vincula teoricamente aos estudos estadunidenses, apesar de ter realizado suas atividades na Hungria e na Inglaterra. Ainda hoje suas produções são as mais utilizadas como base teórica, com especial destaque para a teoria das gerações.

3.1.1 Os Estados Unidos, a Escola de Chicago e o Estrutural-Funcionalismo

Embora diversos estudos sobre juventudes estejam localizados no âmbito da psicologia, aqui me deterei nas produções das ciências sociais. Vale destacar, no entanto, que em determinado período da história as ciências sociais tiveram relações orgânicas com a ciências da natureza e a psicologia, devido às escolhas epistemológicas realizadas. Os trabalhos originários dos EUA estarão a todo momento mostrando essa interação.

No início do século XX, os estadunidenses começaram a desenvolver pesquisas buscando compreender a parcela de jovens urbanos que estava se destacando pela formação de grupos que causavam infortúnios à sociedade, chamados logo depois de gangues. O surgimento desses grupos foi acompanhado do avanço do sistema capitalista e da industrialização crescente. Já na década de 1950, dentre os centros de estudos que se destacavam estava a chamada Escola de Chicago. Seus problemas de pesquisa, se relacionavam com as questões que permeavam as juventudes urbanas crescentes, eram assentados em teorias de cunho psicologizante. E visavam a entender o fenômeno da delinquência juvenil, do desajustamento social dos jovens e da consequente violência, que crescia consistentemente em todo o mundo capitalista em expansão.

Em Chicago os fenômenos dos grupos juvenis urbanos eram associados ao desvio social e aos processos de adaptação à vida nas grandes cidades, tendo o pragmatismo e o interacionismo simbólico como referências para o desenrolar das pesquisas e sustentação das ações interventivas. A partir do frutífero pragmatismo começaram a surgir trabalhos que associavam sociologia e psicologia social, em especial de autores como John Dewey, Charles Cooley, William Thomas e George Mead, conforme bem exemplifica Groppo (2017). A filosofia pragmática, segundo esse autor, intencionava desenvolver um expediente ou “método” para abordar os problemas de forma prática e reproduzível, buscando vencer dificuldades e ter êxito. Com isso, o pragmatismo negava-se “[...] a abordar os problemas, práticos ou de conhecimento, a partir de um valor superior ou universal ou a partir da recusa de todo tipo de pressupostos (como faz a filosofia de Descartes)” (GROPPO, 2017, p. 32).

A Escola de Chicago, portanto, apontava para conclusões de anomia e desvio social nos estudos relacionados aos jovens. Na década de 1930, William Foote Whyte, autor de *A sociedade da esquina* (2005), conseguiu ultrapassar a visão de anomia e desvio social associado a grupos de jovens urbanos. Com isso ele pôde entender os fluxos que dão sentido de organização aos agentes sociais e acabou por se tornar um estudioso importante nesse campo, ultrapassando algumas limitações que impactavam severamente as análises sobre as juventudes que diretamente associavam os jovens a problemas de diferentes ordens (TAVARES, 2012).

Além do pragmatismo, a Escola de Chicago também foi ponto de desenvolvimento do interacionismo simbólico, um termo cunhado no final dos anos 1930 por Herbert Blumer que “[...] valoriza sobretudo a interação social, privilegiando o caráter simbólico da ação social” (GROPPO, 2017, p. 32). Numa abordagem que o sociólogo brasileiro chama de microsociológica, Blumer coloca as relações sociais como subordinadas ao reconhecimento dos indivíduos constantemente. Dito de outro modo, no interacionismo simbólico as relações sociais, as interações, são estudadas a partir das suas individualidades. Para Groppo (2017, p. 35), nessa perspectiva, há uma importância significativa dada ao indivíduo “[...] no interior de pequenos grupos e suas interações face a face, em vez de centrar-se em uma etérea influência do ‘sistema social’, da ‘consciência coletiva’, ou da ‘estrutura social’”. Numa crítica aos entendimentos que colocam os sujeitos como objetos de uma grande obra social, e como se não interferissem nela, caem num abismo do lado oposto: a individualização extremada das análises.

No âmbito da sociologia urbana, em que está também o interacionismo simbólico, já eram realizadas pesquisas de fôlego com foco nas juventudes urbanas. Entre elas, destaca-se o trabalho de Frederic M. Thrasher, que chegou a pesquisar 1.300 gangues na cidade de Chicago (GROPPO, 2017). Esse estudo, publicado na obra *The gang: a study of 1,313 gangs in Chicago* (1964), caracterizou-se por análises que tinham como referência o normal e o patológico. Em outras palavras, que ora tomavam a juventude como normal, se enquadrada nas regras sociais, ora como uma espécie de “doença social”, ou patologia, caso fugisse a elas, numa analogia originária das aproximações das ciências sociais com as ciências naturais e da saúde, que compõem o estrutural-funcionalismo de influência durkheimiana. Nessa perspectiva, a educação no sentido estrito foi tomada como o grande método de socialização dos mais jovens pelos mais velhos. Conforme pode ser verificado nos textos que seguem, os estudos dessa corrente tiveram a escola como centro da educação das juventudes, inclusive se ocupando dos grupos informais juvenis que a circundavam. Correlacionando as produções do estrutural-funcionalismo e do pragmatismo sobre juventude, Groppo (2017, p. 36) afirma:

Nas pesquisas conduzidas pelo viés estrutural-funcionalista ganham maior destaque as classes escolares e a cultura escolar acompanhadas de perto por interesses em grupos informais orbitando em torno da cultura escolar. Já para as pesquisas no interior da tradição da Escola de Chicago, quando havia sociedade e “cultura” juvenis, elas não eram escolares, mas dramatizadas nas ruas, nas “esquinas”. (...) Do ponto de vista teórico, o estrutural-funcionalismo atenta-se muito mais à ação integradora e seletiva do sistema social, sua perspectiva é “macro”, a sociedade acima dos indivíduos, enquanto que a tradição da Escola de Chicago se interessa mais pelas interações face a face, o mundo social como construção dos indivíduos, a perspectiva micro.

Embora o autor chame a atenção para uma perspectiva mais ampliada das características do estrutural-funcionalismo e outra mais micro, presente nos estudos da Escola de Chicago, o fato é que nem uma nem outra consegue se aproximar de uma ontologia emancipada. Evidente que elas nem se propõe a isso; são estudos empiristas, quando muito gnosiológicos. Seja como for, importante dizer que eles apresentam problemas de diferentes ordens, ora associados à fragilidade de argumentos científicos, tendo em vista a limitação da análise que se localiza nas grades do sistema capitalista, na sua sustentação, como no estrutural funcionalismo; ora na precariedade de referência e da própria análise, caso do pragmatismo.

Quando começou seus estudos estrutural-funcionalistas, Parsons ignorou as produções do pragmatismo, que encontrava terreno fértil na Universidade de Chicago. Sua epistemologia necessitava de uma análise mais ampla e estrutural, o que teve grande impacto em seus trabalhos sobre juventude. Em meados do século XX, o sociólogo estadunidense apostou na ordem estrutural para compreender o fenômeno dos jovens urbanos, que se apresentava desde os primeiros anos da década de 1900 e estava cada vez mais complexo. A abordagem parsonsniana focava na emergência de questões envolvendo as adolescências nas sociedades urbanas ocidentais, de classe média. Com esses estudos, viabilizou-se a padronização de comportamentos que mais tarde deram origem ao conceito de “cultura juvenil”, expresso nas suas formas de interação com outras gerações (TAVARES, 2012).

Para compreender mais a fundo o que Parsons disse sobre os jovens e os problemas estruturais que os afetavam (como o desemprego) e as soluções pontuais (por exemplo, qualificação) para resolvê-los, é necessário ter como ponto de partida o entendimento de que a juventude, para ele, era uma “fase da vida”. Com isso, nos levou à noção de “continuidade” e “descontinuidade” dos valores e das normas entre as gerações. O pensamento parsonsniano tem como quadro dominante a teoria funcionalista da socialização¹¹¹, na qual os conflitos e as expressões juvenis são vistas como disfunções desse processo. O movimento normal é chamado de “continuidade” (PAIS, 2003). Dito de outro modo, para essa vertente teórica a socialização viabiliza a integração social, a continuidade social e harmônica. Por outro lado, quando algo dá errado nessa transmissão de valores entre uma geração e outra, haveria a descontinuidade do processo de interação, numa espécie de desvio social, de patologia no funcionamento do sistema. Assim, a teoria da socialização expressa a troca realizada entre as gerações e, portanto,

¹¹¹ A teoria da socialização é desenvolvida pelo estrutural-funcionalismo. Mais adiante, no item 4.2 Uma interação entre as perspectivas tradicionais e os estudos contemporâneos sobre as juventudes, abordo a interação entre essa teoria e a teoria das gerações de Mannheim.

ela pode ser de continuidades e ou de rupturas, segundo o que descreve Parsons (1968) de forma bastante compartimentalizada.

Em suas pesquisas¹¹², que têm como centro a relação do jovem com a escola, o sociólogo reforçou o entendimento de autonomia, responsabilidade e individualização das escolhas da criança e do jovem, principalmente em relação ao estudo e ao trabalho – por exemplo, ao entrar ou numa universidade, no mercado de trabalho ou em ambos, colocando um peso na individualidade. Parsons postulava que as escolhas ainda estariam por acontecer quando os sujeitos adentravam a escola, que ele entendia como um espaço de homogeneização de interesses, demandas e possibilidades, sobretudo os referentes ao trabalho.

O que fica da percepção do autor estrutural-funcionalista, no entanto, é a noção de individuação de questões que são muito maiores que os sujeitos pesquisados, que ultrapassam os indivíduos, suas escolhas, ou seja, que envolvem o campo de manobra que é delimitado por complexos diversos. Por exemplo, nas análises referentes a decisões pessoais que são tomadas com base nas possibilidades concretas, essa vertente teórica não leva em consideração os percursos singulares. Assim, a depender da sua situação de classe, moradia, gênero, etnia-raça o campo de manobra se restringe ou se amplia. E isso, conseqüentemente, impacta a conhecida liberdade de escolha. Evidentemente, esse processo é limitante para alguns, que se veem empurrados para o mercado de trabalho ou para profissões pouco especializadas, o que, em uma sociedade desigual e hierárquica economicamente, significa rendimentos baixos e pouca possibilidade de ascensão. Fato que, por sua vez, impacta a reprodução social e o sistema, e não adentra a análise de Parsons (1968).

Outro aspecto lacunar do quadro teórico parsonsniano diz respeito à sexualidade. Apesar de citar a questão, ele não a aprofunda. Para o autor, as possibilidades de escolha que existem na relação das juventudes com o trabalho ou com a escola não estão presentes em se tratando da sexualidade, tendo em vista que os jovens adentram a escola, segunda a sua percepção, com questões sexuais bem definidas. Ocorre que os sujeitos estão em formação por toda a vida, ainda mais se levarmos em consideração as sociedades repressoras e opressoras que inviabilizam o próprio autoencontro, o autoconhecimento. E isso também pode acarretar descobrimentos de

¹¹² Ao interpretar os dados de uma pesquisa realizada com 3.348 meninos de uma escola secundária de Boston, Parsons (1968, p. 50) explica que “[...] a variação das intenções de ingressar numa universidade era de 29% para filhos de trabalhadores a 89% para filhos de burocratas de nível superior [...]” e que esse dado “[...] não é simplesmente um meio de afirmar um *status* de origem previamente determinado [...]”, mas reforça que “[...] o menino de *status* elevado e possuidor de grande habilidade tem muitas possibilidades de ingressar na universidade, ao passo que o menino de *status* inferior e pouca habilidade não apresenta as mesmas habilidades.”

personalidade e desejos tardiamente, ou mesmo tentativas de supressão ao máximo, causando sofrimento e dor.

Da família [o jovem] recebeu algumas das bases de seus sistemas de motivação. Mas a única característica fundamental das funções que desempenhará mais tarde, que foi claramente determinada e psicologicamente imprimida naquela ocasião, é a função do sexo (...) O processo de seleção, pelo qual as pessoas selecionarão e serão selecionadas, por categorias de funções está ainda para acontecer (PARSONS, 1968, p. 51).

O autor busca interpretar a importância dos pais nas constituições do caráter das crianças e jovens afirmando que “[...] as bases de motivação do caráter são inevitavelmente estabelecidas por meio da identificação com os pais, que são superiores por geração, sendo a diferença de gerações um exemplo-tipo da diferença de *status* hierárquico” (PARSONS, 1968, p. 58). Aqui temos um outro extremo da análise parsonsniana, a não consideração do fator particular, subjetivo, no processo educativo e teleológico, assim como de sua multideterminação. Do mesmo modo, ele entende a educação em um sentido ampliado que agrega as diferentes relações e redes de contatos que vão se formando no entorno de cada sujeito.

Parsons coloca a família e a escola em espaços especiais de socialização de crianças e jovens, chegando a comparar o papel da mãe no ambiente doméstico e o da professora na sala de aula, que deve ser incentivada a ser mulher. Para ele, ainda que com objetivos distintos, a professora segue na escola a orientação que a mãe, em casa, dá aos filhos, num preconcebido modo de pensar o espaço escolar e o cuidado só por mulheres. Um pressuposto bastante ultrapassado pelas perspectivas de gênero, com características machistas e misóginas, um evidente reforço do paternalismo e de manutenção do estabelecido.

O autor apresenta um estudo recheado de incompreensões que se colocam numa obviedade gritante para o prisma de aproximação à totalidade. Suas inferências referem-se a uma homogeneidade das relações e das questões enfrentadas pelas juventudes, evidenciando uma dificuldade de apreensão do humano e sua complexidade, ao mesmo tempo que acessa soluções bastante superficiais para dar conta dos problemas que ele próprio formula. Devido à pequena produção no campo das juventudes e à expansão do seu pensamento, Parsons influenciou diversos pesquisadores, como Eisenstadt, que, interessado em problemas intergeracionais, adotou essa perspectiva em seu trabalho mais conhecido, *De geração a geração*, publicado em 1976. A juventude, para o sociólogo israelense, surgiu como um grupo social específico quando não houve um perfeito ajustamento entre as regras sociais articuladas no interior da família (TAVARES, 2012). Assim, é como se as juventudes não tivessem

importância social, não tivessem visibilidade, não existissem, fazendo parte da realidade somente quando passassem a se unir em grupos organizados e a incomodar. E esse parece ser o problema da tese de Eisenstadt, dado que a organização em grupo já sinaliza uma desvinculação com os valores preponderantes de família e parte de uma ideia do que seja o comportamento juvenil, repleto de uma perspectiva negativa.

O autor criou certa tipologia dos grupos juvenis para interpretá-los, postulando que, a despeito de questões semelhantes, “[...] a magnitude da organização e especialmente os valores desses grupos variam (...). É importante notar que a maioria desses grupos informais é geralmente homogênea do ponto de vista de classe e filiações étnicas” (EISENSTADT, 1968, p. 14). Essa afirmação carrega evidente preconceito também, numa escrita e análise que não extrapolam a percepção do imediato. Ainda sobre isso, ele afirmou:

[...] apesar das muitas diferenças locais, alguns tipos gerais podem ser distinguidos. Esses grupos são geralmente formados em uma vizinhança ou próximo a uma escola ou local de trabalho. Consiste em rapazes (e às vezes em moças) de um dado grupo de idade. Geralmente existe uma diferença entre os grupos pré-adolescentes e adolescentes. Os primeiros podem ser constituídos de membros de um só sexo, embora possam participar, como um grupo, de várias atividades com um grupo paralelo de outro sexo. Esses grupos podem desenvolver uma organização própria, poderosa, embora de natureza informal, com vários “ritos secretos”, agentes especiais etc. Esse desenvolvimento é mais notável em várias “fraternities”¹¹³ e “sororities”¹¹⁴, mas aparece também, mesmo que em uma forma embrionária, em outros grupos da mesma espécie. Esses grupos podem estar filiados, em alguns casos, a certas organizações formais – ou a alguma escola ou a alguma organização ou movimento juvenil: o escotismo, uma organização juvenil de um partido político ou de uma instituição religiosa, uma organização esportiva etc. (EISENSTADT, 1968, p. 14).

Reiterando a tese de possibilidade de identificação de regularidades nas defesas e nos comportamentos das/dos jovens, Eisenstadt (1968, p. 15) ponderou: “[...] embora a estrutura funcional do grupo e os valores de diversos jovens das classes altas e médias variem de um lugar para outro, e de um país para outro, ainda assim os seus principais valores e diretrizes parecem assemelhar-se”. Ao postular as semelhanças entre os valores das/dos jovens e grupos de jovens, o autor concorda com Parsons e afirma a existência de uma espécie de *cultura juvenil*. No entanto, Eisenstadt reforçou que o estímulo a esses valores é bem distinto, segundo espaços e países onde esses grupos estão localizados. O autor localizou essas diferenças conforme a

¹¹³ Grupos fechados de jovens do sexo masculino, surgidas ainda no início do século XX nas universidades/escolas dos EUA. Conhecidas por seus ritos de entradas, nos últimos anos as *fraternities* vêm sendo alvo de diversas denúncias de abusos diversos, de uso de álcool e outras drogas, e reprodução do machismo, entre outros problemas.

¹¹⁴ De forma geral, as *sororities* são a versão feminina das *fraternities*, logo, espaços de rito de entrada nas universidades.

classe social que ocupavam. O conceito de classe que ele utiliza para tanto, porém, faz referência somente à posse de bens e recursos financeiros, não envolvendo a dimensão de poder e luta de classes e de disputa que efetivamente influenciam a vivência das juventudes. Ele faz exatamente o que grande parte dos autores que usam a categoria classe social dentro do debate de juventude faz: despolitiza uma categoria que é base da luta de classes.

[...] moças e rapazes de classe baixa, especialmente os filhos de trabalhadores não especializados, passam muito mais tempo fora do lar do que os adolescentes de classe média. As atividades de grupo abrangem muito mais aspectos e esferas da vida, e o lar não é mais do que um hotel e local das refeições. Esses grupos são geralmente filiados em menor grau às organizações patrocinadas por adultos (escotismo, clubes, etc.) ou aos ramos de atividades das instituições estabelecidas (tais como a escola) (...) muito paradoxalmente a tensão entre os adultos e as crianças das classes baixas é menor – ou, pelo menos, de uma espécie diferente – do que aquela verificada entre os grupos juvenis da classe média e a cultura juvenil (EISENSTADT, 1968, p. 17).

Assim como autores mais contemporâneos, entre os quais José Machado Pais (2003) e Helena Abramo (2005), Eisenstadt (1968) alerta para a vivência diferenciada das juventudes e suas pertencas de classe social, mas localizando esse debate também no sentido de posse econômica e não de opressores e oprimidos. Desse modo, ele não sinaliza a luta de classes nem a reprodução social. Essa perspectiva, portanto, despolitiza e enfraquece o argumento da pertença de classe, ao mesmo tempo que não sustenta efetivamente uma visão crítica diante da situação, tampouco expressa as singularidades das próprias juventudes. Ela apenas expõe problemas de caráter econômico financeiro, que evidentemente limitam alguns acessos e algumas vivências.

Em comparação com Parsons, o sentido de classe proposto por Eisenstadt, centrado no poder econômico, na ideia de ter ou não poder de compra, apesar das questões já pontuadas anteriormente, pode ser entendido como um algo a mais, já que ele pelo menos identifica que as questões econômicas interferem de alguma maneira na vida das juventudes. Mas, de forma geral, a sua tentativa de padronizar os grupos juvenis buscando compreender o que foge à regra, entendendo as questões problemas que geraram a sua formulação, insere seus estudos também no estrutural-funcionalismo. Essas são abordagens mais ampliadas que as do pragmatismo, porém estão longe de atingir alguma aproximação com a totalidade nas observações, que são bastante pontuais e generalistas e não apresentam o contraditório.

De modo geral, a marca dos estudos produzidos nos Estados Unidos sobre juventudes, desde o início do século XX, são as diferenças geracionais; a padronização de comportamentos juvenis; o entendimento de grupos juvenis como desajustamentos sociais e causadores de

problemas diversos, como drogas, criminalidade e gravidez atemporal, que extrapolam as/os jovens; a cultura juvenil como um conglomerado de possíveis comportamentos advindos dos jovens; e a escola como espaço de troca entre gerações, em específico para a transmissão de valores dos mais velhos para os mais novos. A importância desses estudos está no fato de que foram pioneiros na busca por compreender esses sujeitos, mesmo que de forma enviesada, já que focados nos problemas a eles associados.

O estrutural-funcionalismo e o pragmatismo da Escola de Chicago, como se pode perceber, nos oferecem um arcabouço teórico que expressa anos de estudos sobre juventudes e os problemas que as envolvem, abrindo caminhos para a reflexão e, é importante demarcar, a contraposição. Foi, portanto, a partir deles que emergiram diversos questionamentos e apontamentos em outros centros de estudos, como os do CCCS, que se somaram às apostas feitas pela teoria das gerações de Mannheim.

3.1.2 O Culturalismo da Universidade de Birmingham

No fim dos anos 1960 foi concebido na Universidade de Birmingham, na Inglaterra, a partir do Departamento de Literatura Inglesa, o Centre For Contemporary Cultural Studies (CCCS), que se empenhou em estudar a cultura juvenil e a cultura popular em geral. Suas influências iniciais foram Edward P. Thompson, Raymond Williams e Richard Hoggart, este seu primeiro diretor. Segundo Paul Willis (2005), Stuart Hall foi o pesquisador pioneiro do CCCS, sendo suas orientações alicerce para implementação de novas formas de pesquisa e de trabalho que reforçavam um modelo de liberdade que tinha direcionamento, mas pelo qual os estudantes sentiam-se livres e valorizados. Essas novas formas de pesquisa, mais flexíveis, redundaram numa associação de métodos e epistemologias. O contexto institucional “[...] horizontal, coletivo e progressista” (WILLIS, 2005, p. 303) possibilitou, ainda, a utilização de autores de abordagens diferenciadas num mesmo estudo.

Já na introdução de um dos livros organizados por Hall, em parceria com Tony Jefferson, *Resistance Through Rituals: youth subcultures in post-war Britain*, que teve a contribuição dos demais pesquisadores do CCCS, como o próprio Willis, John Clarke, Brian Roberts e Rachel Powell, entre outros, fica evidente o objetivo maior das construções teóricas realizadas no CCCS:

Nós tentamos dismantelar o termo que nessa área de estudo é usualmente discutido como “Cultura Juvenil” e reconstruir, em seu lugar, uma imagem mais cuidadosa dos diversos tipos de juventudes traduzidos em “subculturas juvenis”, sua relação com as culturas de classe e o modo como a hegemonia cultural é mantida, estrutural e historicamente (HALL e JEFFERSON, 2003, p. 5; tradução minha).¹¹⁵

Fundamentado nessa obra de Hall e Jefferson, o estudo das subculturas juvenis objetiva a tradução das diversidades das juventudes, que aparecem em território britânico como expressão social ao fim da Segunda Guerra (1945). Ao afirmar a existência culturas juvenis esse texto já marcava a necessidade de ultrapassar o estrutural-funcionalismo estadunidense, que tomavam a juventude como uma unidade categorial. A partir da grande visibilidade que as/os jovens ganhavam naquele momento, o CCCS conseguiu expandir sua influência e garantir espaço no debate, no lastro da demanda crescente por estudos que sustentassem a prática social. Mais, que contribuíssem para o entendimento dos grupos de jovens que começaram a surgir e impactar as cidades com mais frequência e diversidade.

O significado social e político das Culturas Juvenis não é fácil de acessar: apesar da sua visibilidade consistentemente alta. “Juventude” apareceu como uma categoria emergente no pós-guerra na Grã-Bretanha, como uma das mais impressionantes e visíveis manifestações de mudança social no período. “Juventude” fornecida a relatórios oficiais, elaboração de leis e intervenções oficiais. Foi considerado um problema social pelos guardiões morais da sociedade – como algo sobre o qual nós “precisamos tomar uma atitude” (HALL e JEFFERSON, et al., 2003, p. 9; tradução minha).¹¹⁶

Fruto dos estudos produzidos no CCCS, especialmente sobre juventude, Paul Willis¹¹⁷, um dos autores mais propagados no Brasil, escreveu alguns importantes livros tendo a juventude como temática central, combinando elaboração teórica e pesquisa etnográfica. Entre eles, *Learning to labour* (1977), *The ethnographic imagination* (2000), *Profane culture* (1978), *The youth review* (1988), *Common culture* (1990) e *Moving culture* (1990). Primeiro e também mais conhecido, *Learning to labour* apresenta a questão da escola e do trabalho a partir de uma abordagem etnográfica¹¹⁸, apoiando-se em teorias estrutural-funcionalistas dos EUA, e reforça

¹¹⁵ Texto original: “We have tried to dismantle the term in which this subject is usually discussed— ‘Youth Culture’—and reconstruct, in its place, a more careful picture of the kinds of youth sub-cultures, their relation to class cultures, and to the way cultural hegemony is maintained, structurally and historically”.

¹¹⁶ Artigo *Subcultures, cultures and class*. No original: “The social and political meaning of Youth Cultures is not easy to assess: though their visibility has been consistently high. ‘Youth’ appeared as an emergent category in post-war Britain, one of the most striking and visible manifestations of social change in the period. ‘Youth’ provided the focus for official reports, pieces of legislation, official interventions. It was signified as a social problem by the moral guardians of the society—something we ‘ought to do something about’”.

¹¹⁷ Paul Willis é editor da revista *Ethnography*, juntamente com Jan Willem Duyvendak e Peter Geschiere, e também professor da Universidade de Keele, no Reino Unido.

¹¹⁸ Para maiores informações sobre as obras de Willis e seu trabalho no Centre for Contemporary Cultural Studies, ver as duas entrevistas presentes em *Tempo social: revista de sociologia*, [s.l.], v. 17, n. 2, nov. 2005.

a identificação de grupos de oposição entre os jovens britânicos da classe operária que não conseguiram o lugar almejado na estrutura social.

O grande salto de Willis foi trabalhar com jovens operários, o que significou mais um avanço do CCCS. Até então, as pesquisas, especialmente as estadunidenses, pragmatistas e estrutural-funcionalistas, estavam concentradas no ambiente escolar e nos grupos marginais a ele. Essa centralidade na escola redundava do entendimento de que ela era o espaço maior de socialização entre gerações; um espaço institucionalizado, disciplinado e regado para isso. Só essa questão já indica que as juventudes que interessavam naquele momento eram as elitizadas, tendo em vista que a própria escola era uma instituição para poucos. A grande parcela da população jovem, os filhos da classe trabalhadora, que ficava de fora dos estudos só passou a ser visibilizadas com os trabalhos do CCCS, evidentemente compreendiam que as juventudes circulam por toda a cidade.

Embora em alguns momentos o CCCS fizesse uso das tradicionais concepções psicológicas e sociológicas, por meio dele emergiu uma nova abordagem, que ultrapassava antigas ideias e agregava novas. De seus trabalhos derivou uma historiografia de inspiração marxista combinada com a antropologia cultural (ABMA, 1992 apud TAVARES, 2012). A partir da preocupação em entender as manifestações urbanas dos jovens, mais tarde o CCCS passou a desenvolver estudos das chamadas *subculturas juvenis*, desbancando a tese inicial de Parsons de *cultura juvenil*. Essa nova perspectiva advinha

[...] primeiramente de uma tradição dos estudos culturais, já desenvolvidos na instituição, em segundo lugar, de uma criminologia crítica produzida pela Conferência Nacional sobre Desvio (Social), *National Deviance Conference*, que combinava marxismo, “abordagens americanas” e uma “teoria da reação social” (Howard Becker), além de receber uma influência do interacionismo e da etnometodologia (TAVARES, 2012, p. 184).

Para afirmar que os estudos produzidos no CCCS eram de diferentes perspectivas, de culturalistas a vertentes de cunho marxistas e estruturalistas, Tavares (2012, p. 184) recorda que diversos autores, “[...] como Willis (1977), Brake (1985), Murdock (1976) e Hebdige (1979), estudaram a antiga teoria da subcultura da Escola de Chicago, bem como a etnografia. Outros autores, tais como Hall e Jefferson, focaram mais nas questões sobre as aplicabilidades da teoria marxista”. Acrescento que essa aplicabilidade da teoria marxista foi influenciada por Louis Althusser e efetivada desde uma vertente distante do materialismo histórico.

A primeira pesquisa de Paul Willis (2014), com financiamento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), buscava entender o motivo

pelo qual os hippies e os motor-bike boys não iam ao teatro, a galerias de arte e à ópera. O autor defendeu essas culturas juvenis e suas sensibilidades, dizendo que o fato de não acessarem esses equipamentos culturais tradicionais não significava que eles não tinham cultura, mas sim que tinham sua *própria* cultura¹¹⁹. A partir daí Willis desenvolveu um estudo etnográfico que os envolvia, salientando questões culturais identificadas em suas vivências, concluindo que eles possuíam formas simbólicas diferenciadas. Então sugeriu à Unesco que, ao invés de tentar atrair esses grupos para a ópera, o teatro ou galerias de arte, entendesse essas formas simbólicas e as apoiasse. Esse é um exemplo da incidência política dos estudos do CCCS e da forma nova de analisar os acontecimentos sociais, que expressa certa influência relativista. Também fica evidente um questionamento à cultura de elite, às divisões culturais e ao próprio sentido da cultura. Nesse estudo, Willis (2005, p. 305) usou as mesmas técnicas empregadas na análise de poemas:

[...] eu as transferi para a vida real: a experiência era uma poesia, e para mim esse foi um direcionamento muito interessante. (...) aquele respeito segundo o qual, se você não entende um poema, o problema não é dele, mas seu, e, portanto, você tem de trabalhar mais para conseguir entendê-lo.

A pesquisa com os *motor-bike boys e os hippies* deu origem ao livro *Profane culture* (2014), um texto humanístico que misturava etnografia e literatura, em que o autor ressalta: “[...] as técnicas da literatura impôs-nos imediatamente o respeito pela autonomia da cultura, no mesmo sentido pelo qual nunca questioneei a autonomia da poesia (...) isso abria uma rota claramente alternativa para compreender a consciência e a cultura” (WILLIS, 2005, p. 306). A sensibilidade ao olhar a organização das juventudes urbanas desprovido de preconceitos lhe permitiu reconhecer as positivities existentes e, ao mesmo tempo, questionar o reinante elitismo cultural inglês, contribuindo desse modo para o entendimento da nova realidade urbana nascente, em especial nos debates sobre cultura e juventude. Essa sensibilidade literária levou Willis a combinar vida e arte numa leitura inédita até então, além de aproximá-lo da crítica social.

A despeito da inquestionável importância cultural e política de seus estudos, dada pela interferência real, do ponto de vista científico eles eram recheados de empirismo, de sincretismo e de relativismo teórico, colocando na linguagem, nos discursos e nos símbolos um peso

¹¹⁹ Sobre os *motor-bike boys* e os hippies, Willis (2014, p. 9) afirma: “Os hippies e os motoqueiros estiveram nas lutas dos anos 1960. Eles não eram espectadores. Eles produziram algo” (tradução minha). O original diz o seguinte: “*The hippies and bikeboys were in the struggles of the 1960s. They were not bystanders. They produced something*”.

materialmente questionável. Nessa fase, o direcionamento das pesquisas como as de Paul Willis tornou o CCCS um espaço disseminador de estudos pioneiros, mas, de modo geral, em um nível raso de abstração, mais próximos de tratados políticos literários.

Assim, na década de 1970, quando outros pesquisadores vinculados ao centro britânico se voltaram para a sociologia e o próprio marxismo, a partir de uma abordagem muito própria do CCCS, o fizeram já com foco no respeito à autonomia da forma cultural. Essa perspectiva, mais tarde nomeada pós-moderna, marcaria os estudos e a produção de textos críticos de Birmingham. Então tidos como marxistas e sociológicos mais radicais no CCCS, eles voltaram-se inicialmente para questões como feminismo, identidade e sua relação com a questão racial.

Diante do novo contexto investigativo do CCCS, Paul Willis reafirmou seu posicionamento teórico, ponderando que os trabalhos de Marx, na sua visão, não contribuíam para o entendimento da relação entre infraestrutura e superestrutura de forma ampliada. Logo, não supriam a necessidade do debate em torno das estruturas de subjetividade associadas a gênero e questões étnico-raciais, por exemplo. O autor deixa evidente que há um nível material da cultura, mas também há um nível cultural do material. No entanto, mesmo fazendo críticas ao limite do marxismo para o debate cultural, ao associar as perspectivas teóricas ele acabou por concordar que Marx é importante para a leitura da situação da juventude. Sendo assim, para o autor, as/os jovens não são somente identidade, discurso e signos, mas “[...] também têm de sobreviver e a força de trabalho se reproduz no capital: eles continuam nas escolas, nas fábricas, nas ruas e em suas casas” (WILLIS, 2005, p. 309). Ao meu ver, as apropriações marxistas no CCCS, principalmente de Antonio Gramsci e Althusser, geraram parte desse enviesamento teórico apontado por Willis, em razão da própria falta de leitura das fontes originais, quais sejam, Marx e Engels.

De acordo com o culturalismo, haveria uma vontade na juventude de se distinguir da “corrente majoritária”, da cultura mais comercial e “normal” (WILLIS, 2005), o que contribuiria para a formação de subculturas juvenis, mas também poderia se configurar uma ação anticapitalista. O fato é que “[...] nas primeiras subculturas britânicas havia uma autenticidade, uma posição externa aos artigos de consumo” (WILLIS, 2005, p. 314), movimento que, no entanto, foi sendo absorvido pelo próprio mercado, ao ponto de as subculturas estarem também no terreno dos artigos de consumo. Desse modo, Paul Willis conclui que não é possível ser autêntico com essas amarras da sociedade altamente mercadológica.

Manter-se fora da comercialização seria uma forma de elitismo, mas não no sentido atribuído por Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant (2001), para quem esse posicionamento implica ser menos afetado pelo mercado, manter posição quanto às relações sociais e ao gosto que não é comercial. Ao contrário, desembocaria apenas no consumo diferenciado de uma elite que “[...] se considera superior, o que implica andar de mãos dadas com o resto dos signos de dominação” (WILLIS, p. 315, 2005). Essa suposta cultura de elite foi traduzida pelo autor como um processo de mudanças e criação de novos signos e distâncias constantes, visando a manter o elitismo vivo também no âmbito cultural.

Em vinte anos teremos outra cultura oficial, com outro Shakespeare que agradará a toda a população educada. E em termos econômicos, sociais e culturais essa população educada será diferente dos “idiotas” que gostam de Spice Girls e do Abba. Esse tipo de ideia me preocupa, devido às inaceitáveis e lamentáveis consequências sociais do modelo elitista que equipara Alta Cultura e Cultura Oficial (WILLIS, 2005, p. 316).

Esse entendimento do autor sobre alta cultura, cultura oficial e elite cultural, promovido pelas experiências do CCCS, abriu espaço para a compreensão das subculturas juvenis e a busca de interlocução com elas, fato nunca antes vivenciado pela academia. Aí está a explicação de parte da importância atribuída aos estudos culturais de Birmingham no campo da juventude. Eles realmente abriram espaços fundamentais de reforço às formas de vida e culturas diversas. Ao mesmo tempo, porém, chamo a atenção para o produto humano genérico e a sua própria possibilidade de apropriação pelo ser humano em sua diversidade. É evidente que em uma sociedade desigual essa apropriação é muito impulsionada pela posição de classe, que extrapola o poder de compra mas tem nele muito da sua referência, o que faz com que as apropriações do produto humano genérico sejam cada vez mais distanciadas entre o que é e o que não é acessível ou de interesse da classe trabalhadora, por não conhecer. Tendo em vista que, quando não há conhecimento sobre algo, sobre uma expressão cultural por exemplo, não há como desenrolar desejo sobre ele.

Aqui resgato a tese II de Benjamin, quando ele fala da felicidade e pontua que a inveja a ela “[...] existe tão somente no ar que respiramos” (apud LÖWY, 2005, p. 48). Ou seja, é necessário conhecer para desejar. Por esse motivo, é contraditório o caminho da luta político-cultural efetivado pelo CCCS, já que ao mesmo tempo que se abre à aceitação de uma cultura diferenciada, amplia distâncias referentes ao que se identificava como cultura de elite ou alta cultura, quando efetivamente o produção humano-genérica em todas as áreas, inclusive a cultura, é de pertença da humanidade como um todo, ou deveria ser. Portanto, embora suas

afirmações pretendessem mudar a forma de entender a cultura, ao fazê-las, num outro extremo, sustentavam a desigualdade e estimulavam a criação de nichos.

Assim, apesar da contribuição para a compreensão do aparato de dominação cultural, ao tentar entender o ser, o sujeito, as leituras de realidade produzidas por Willis remetem à ideia de identidade, de discursos e de signos de modo bastante individualizado, sem a viagem necessária à genericidade do ser. Isso leva o debate para o campo do relativismo extremo, num nível superficial de abstração que prejudica as teses do autor. E foi assim que o seu trabalho pioneiro foi sendo associado à ciência pós-moderna¹²⁰.

Para Willis, que se considera um semiótico, culturalista e estruturalista, o último livro de Stuart Hall, sobre discurso e identidade, mostra a corrente dominante nos estudos culturais anglo-saxões. Para ele, a centralidade desses trabalhos está na linguagem, na aproximação com a cultura, em um movimento chamado de “paradigma linguístico” que considera não haver nada muito além da linguagem. Nesse sentido, há também uma aproximação de Hall e do culturalismo britânico com a filosofia de Jacques Derrida e o desconstrutivismo. Enfim, “[...] os estudos culturais britânicos estão se esquecendo um pouco, progressivamente, da práxis humana” (WILLIS, 2005, p. 307).

O autor deixa evidente que o caminho que ele iniciou, de preocupação com a construção de ideias que colocassem em xeque a cultura elitizada e abrisse espaço para as diferentes formas de organização e convivência da juventude, já não eram mais presentes nos estudos do CCCS. As respostas do próprio mercado aos movimentos de contracultura expressariam a capacidade do sistema de os engolir e reconfigurar. Willis faz questão de informar, ainda, que a mudança de perspectiva investigativa do CCCS ocorreu sobremaneira especialmente após Hall assumir a sua liderança. Portanto, no que tange à juventude, os caminhos trilhados pelo culturalismo de Birmingham foram recheados por um relativismo pobre de análise e uma metodologia pós-moderna centrada na dominância da disputa da narrativa. E isso prejudicou o sentido crítico que se tentou inicialmente.

¹²⁰ Para José Paulo Netto (2002), uma grande marca da ciência pós-moderna é a tese central do colapso ou crise dos paradigmas, estando em curso uma espécie de “transição paradigmática”, como afirma Boaventura de Sousa Santos. “O novo irracionalismo instrumentaliza vulgarmente esses vetores e dissemina simultaneamente seja a recusa de qualquer sistematização teoricamente mais inclusiva, seja a preocupação da formação de uma cultura humanista capaz de envolver mais que expressões imediatistas das conjunturas” (NETTO, 2002, p. 93). A ciência pós-moderna caracteriza-se pela leitura imediatista das situações e questões sociais: “Um dos traços que melhor caracterizam a ambiência cultural pós-moderna – para além de um surpreendente banalismo nas suas formulações – reside em que nela o antiontologismo associa-se a uma concepção clara e grosseiramente idealista do mundo social” (NETTO, 2002, p. 98). Para aprofundar as contribuições de Lukács em meio a um mundo acadêmico encharcado de pós-modernidade, ler: NETTO, J. P. George Lukács: um exílio na pós-modernidade. In: PINASSI, M. O.; LESSA, S. (Org.). *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2002.

Diversos autores contemporâneos fazem críticas aos trabalhos do CCCS. Entre os quais Groppo (2017), quando observa que eles descambaram para as teorias “pós-críticas”. Assim como Tavares (2012, p. 185), ao afirmar que as pesquisas sobre juventude ainda hoje são altamente influenciadas pela Escola de Chicago e pelas produções do CCCS, em que se destaca uma psicologia e uma sociologia do adolescente associadas a questões contrapostas, a um “[...] criticismo reunido em torno da promessa de uma nova perspectiva de teoria e pesquisa ‘antiburguesa’ e ‘antipositivista’, que se opunha à generalização de uma imagem negativa da juventude.” Mas essa promessa ainda precisa ser mais trabalhada e aprofundada, não estando de forma alguma esgotada.

O culturalismo de Birmingham, de modo geral, contribuiu para entender mais respeitosamente e próximo das/dos jovens a diversidade própria do ser, bem como para desconstruir a imagem de juventude problema. Seus estudos também deram origem ao entendimento de juventudes, no plural, como “subculturas juvenis”, expressões que pretendiam auxiliar a distinguir da “corrente majoritária”, da cultura mais comercial e “normal”, as culturas juvenis que ascenderam no espaço urbano inglês, e o fizeram. Mas eu as entendendo ainda como uma forma gnosiológica, sem base ontológica capaz de sustentar uma perspectiva de caris emancipado, ao mesmo tempo que não se expressa permeada pela contradição.

3.1.3 O Pragmatismo¹²¹ e a Teoria das Gerações

O problema das gerações é importante o suficiente para ser seriamente considerado. Ele é um dos guias indispensáveis à compreensão da estrutura dos movimentos sociais e intelectuais. Sua importância prática torna-se evidente logo que se tenta obter uma compreensão mais exata do acelerado ritmo de mudança social característico de nossa época.

Karl Mannheim

Sociólogo húngaro (1893-1947) que viveu em Budapeste, Viena, Heidelberg e Londres, Mannheim deixou o país natal semanas depois da derrota da Revolução Húngara, que pôs fim à efêmera República Soviética Húngara, em 1º de agosto de 1919, e alçou ao poder o almirante

¹²¹ Apesar do pragmatismo ser bastante associado ao EUA, em especial aos estudos da Universidade de Chicago, Mannheim teve uma grande influência dessa corrente. Dada a importância que teve para ele e para suas produções sobre juventude e geração, entendi ser válido ressaltá-la aqui.

autoritário e antisemita Miklós Horthy, autodeclarado chefe de Estado. Conta Michael Löwy¹²² que Mannheim primeiro exilou-se em Viena e, logo depois, na pequena cidade universitária Heidelberg, na Alemanha, onde permaneceu até 1935, quando recrudescer o caos promovido pelo governo nazista de Adolf Hitler. O sociólogo então exilou-se na Inglaterra, atuando até os seus últimos dias na London School of Economics, na qual era professor de sociologia da educação.

No início da sua vida intelectual, ainda na Hungria, Mannheim foi influenciado por Lukács, de quem era colega. Junto com outros tantos estudiosos, formaram um grupo, o Sunday Circle, que se reunia todos os domingos, entre os anos 1915 e 1918, na casa do poeta e crítico de cinema Béla Balázs, um espaço de debates intelectuais e trocas de ideias. Naquele momento ainda sem dominar Marx, Lukács sobressaía-se pelo amplo conhecimento literário. Com o tempo, algumas personalidades do Sunday Circle destacaram-se internacionalmente em diferentes campos do saber, como filosofia, sociologia, psicologia e história da arte (SARKOZI, 1986).

As preocupações que permeavam os estudos de Mannheim eram semelhantes às de Lukács, segundo afirma Löwy em artigo¹²³ sobre a relação dos dois. Mas, embora essa aproximação tenha influenciado as ideias de Mannheim, ele não tardou em se afastar (SARKOZI, 1986). Em diversos textos, Lukács (2018a 2018b, 2020a) mostra incômodo quanto à forma como o conterrâneo desenvolvia seu pensamento, em especial no que dizia respeito ao método que mannheimiano que ganhava cada vez mais destaque no campo da sociologia, qual seja, a sociologia do conhecimento e a centralidade na política e na manipulação. Esse incômodo pode ser identificado também em István Meszáros (2009), outro conterrâneo de Mannheim, quando afirma que, ao desenvolver um método de orientação democrática de valores, a perspectiva mannheimiana dava como certa a ordem estabelecida, sem considerar a totalidade; o pior, ela já estava sendo aplicada nos países anglo-saxões. Para Meszáros (2009, p. 23), “[...] a substância cinicamente *manipuladora* dessa estratégia educacional ‘científica’ vem à tona quando ele [Mannheim] defende um tipo de esclarecimento para aqueles que estão destinados a desempenhar o papel de ‘liderança competente’, e um outro radicalmente diferente para o ‘homem simples’”. Ou seja, uma manipulação evidente da educação numa perspectiva de reprodução do sistema e propagação da opressão de classe.

¹²² Em LÖWY, M. *Karl Mannheim and Georg Lukács: the lost heritage of heretical historicism*. Disponível em: <<http://www.inco.hu/inco13/filo/cikk13h.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

¹²³ Idem.

Permeada por críticas diversas e mútuas, a relação entre Lukács e Mannheim restou, por fim, problemática. Isso porque, apesar das similaridades de que partiam os estudos de ambos, eles seguiram caminhos muito distintos. A preocupação inicial deles de compreender o conhecer, o fundamento do humano, o que liga os conhecimentos, as ciências, desembocou em chaves de pensamento opostas. Em Lukács, ganhou contornos filosóficos materialista-históricos, contribuindo para produção da estética e da ontologia do ser social; em Mannheim, redundou na sociologia do conhecimento, que colocou a política como o centro de ligação, a categoria da qual parte o conhecer e os demais processos humanos. No livro *A destruição da Razão* Lukács (2020) apresenta uma lista enorme dos autores que caracteriza como propagadores do irracionalismo alemão, como Friedrich Schelling, Arthur Schopenhauer e Söre Kierkegaard, Friedrich Nietzsche, Wilhelm Dilthey, Georg Simmel, Oswald Spengler, Max Scheler, Karl Jaspers, Martin Heidegger, Ernst Jünger e Ferdinand Tönnies, entre outros. Mannheim está lá no meio deles.

Em trabalho anterior, eu postulo que foi partindo do entendimento de sustentar a práxis no sentido imediato que Mannheim, com base na sociologia do conhecimento, desenvolveu um método para as ciências sociais (CALIARI, 2018). Chamado método documentário de interpretação, ele é capaz de dar forma ao contexto pesquisado. Na nova ciência, o sociólogo húngaro considerava o pragmatismo, o behaviorismo e a psicologia profunda, chamando atenção para a afinidade entre o behaviorismo e a práxis fascista. Sobre isso, ressalta Lukács (2012, p. 46; grifos meus): “Há tempos *a manipulação* deixou para trás o estágio das experiências e postulados, *hoje ela exerce seu domínio sobre toda a vida, da práxis econômica e política à ciência*”.

Após manobra burguesa que acarretou a derrota dos trabalhadores na Revolução de 1848 e a inauguração do sistema burguês capitalista, a formação de seu aparato superestrutural teve na sociologia ocidental um suporte, que seguiu sendo a linha de uma teoria geral de manipulação social consciente das massas. De forma objetiva, isso contribuiu também para a consolidação do sistema capitalista e um suposto enterro da objetividade da verdade nas ciências sociais. Como já citado anteriormente: “Se a ciência não se orienta para o conhecimento mais adequado possível da realidade existente em si, então sua atividade se reduz, em última análise, a sustentar a práxis no sentido imediato” (LUKÁCS, 2012, p. 47).

No *Ensaio de sociologia e psicologia social* (1959), especialmente no capítulo sobre o pensamento conservador, Mannheim revelou que seu método de estudo atribuía centralidade ao elemento político no condicionamento social do pensamento, que em outros tempos referia-se

à religião. O autor foi além dizendo que não havia diferenças entre filosofia, política e literatura, por exemplo. Essa tese do sociólogo húngaro expõe uma face da manipulação nas ciências, contribuindo para reforçar o que Lukács chamou de decadência ideologia.¹²⁴

Nossa escolha tem a desvantagem, entretanto, de sugerir que *a ação política é sempre o centro em torno do qual se cristalizam os estilos de pensamento*. (...) na primeira metade do século XIX a política gradualmente se tornou o centro em torno do qual as diferenças (...) se desenvolveram. Em outros períodos a religião pode ter sido o agente cristizador e o assunto só requer uma explicação mais longa para mostrar porque nesse período a política era tão decisiva na formação dos estilos de pensamento. Apesar disso, entretanto, seria errado delinear uma distinção nítida entre política e filosofia e considerar o pensamento político socialmente determinado, mas não a filosofia ou outros tipos de pensamento. Tais distinções entre filosofia, política, literatura etc. existem somente nos livros e não na vida real, já que, sendo dado que todas elas pertencem a um mesmo estilo de pensamento, devem todas imanar de um centro comum (MANNHEIM, 1959, p. 89; grifos meus).

Ao explicar a centralidade da política, o autor insiste que ela dissolve diferenças de outros campos construídos com base na sociabilidade e nas capacidades humanas, como a filosofia e a literatura. O sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (1958) afirma que as análises mannheimianas, apesar de inquestionável importância para a sociologia, possuem limites, especialmente quando a manipulação surge como técnica de mudança social, caminho para a produção de conhecimento que interfere na realidade de forma direcionada.

Embora suas análises padeçam de limitações evidentes e provavelmente inevitáveis, já que Mannheim insistiu antes nos requisitos e nos alvos ideais, inerentes à *manipulação racional da educação como técnica social*, no presente, negligenciando as questões relativas às *possibilidades concretas* de aproveitamento deliberado dessa técnica, como fator de mudança social provocada – parece que as novas preocupações exerceram duas influências criadoras na renovação de seu pensamento. Primeiro, elas forçaram-no a dar maior atenção à teoria da personalidade e a refletir de modo mais profundo sobre as relações da psicologia e da psicologia social com a sociologia. Segundo, elas fizeram com que suas reflexões sobre a reconstrução social gravitasse, de maneira mais positiva, em torno de processos viáveis de alteração racional da personalidade, dos valores socioculturais e da ordem social. Daí sua importância para os estudiosos da obra de Mannheim e a necessidade de pôr em relevo suas consequências intelectuais menos discutíveis (FERNANDES, 1958, p. 114; grifos meus).

A partir de preocupações de pesquisa, Mannheim começou a aproximar seus estudos à psicologia, à psicologia social e à sociologia, além de abordar processos de alteração de personalidade, de valores socioculturais e de ordem social. Ou seja, estabeleceu o conhecer e a ciência como manipulação, o que Lukács tratou como decadência ideológica, conforme já

¹²⁴ Mais adiante discuto em detalhes a decadência ideológica.

mencionado anteriormente. No que ficou conhecido como sociologia do conhecimento, Mannheim colocou a política como central empregando o sincretismo teórico para afirmar suas ideias, asseveradas pela escolha metodológica. Assim, ele traçou um caminho que colocava as ciências a serviço do avanço do sistema capitalista, acabando com a verdade objetiva.

A moderna sociologia ocidental se desenvolve sempre mais na direção de uma teoria geral da manipulação socialmente consciente das massas. Já há trinta anos Karl Mannheim tentou conceber um método científico com esse propósito; significativamente considerou elementos estruturais dessa nova ciência o pragmatismo, o behaviorismo, e a psicologia profunda. É digno de nota que Mannheim, ao aqui buscar uma contraforça do mundo democrático oposta à influência de massa fascista, chame atenção para traços metodológicos relacionados entre teorias behavioristas e traços fascistas (LUKÁCS, 2018a, p. 344).

Sobre as produções de Mannheim, tanto as que publicou em vida quanto as póstumas, editadas graças às contribuições e ao empenho de sua esposa Julia Mannheim, elas “[...] lançam poderosa luz sobre as preocupações centrais, que nortearam a evolução do pensamento de Mannheim, e sobre a significação de sua obra na renovação das tendências pragmatistas na sociologia” (FERNANDES, 1958, p. 97). Nas palavras de Fernandes (1958, p. 96):

Com a morte de Karl Mannheim, ocorrida em 1947, a sociologia perdeu uma de suas principais figuras do segundo quartel do presente século [XX]. A obra científica desse sociólogo infatigável e fecundo só pode encontrar paralelos nas contribuições dos grandes investigadores do passado, de Comte, Marx e Spencer a Tönnies, Durkheim e Max Weber [...].

O sociólogo brasileiro analisou quatro obras póstumas de Mannheim (*Liberdade, poder e planejamento democrático; Ensaios de sociologia do conhecimento; Ensaio de sociologia e psicologia social; e Ensaios de sociologia e cultura*), concluindo: “Quanto à evolução de seu pensamento, verifica-se que ele apresenta substancial unidade de propósitos, apesar da assimilação contínua das mais variadas influências intelectuais, especialmente no setor das ciências sociais” (FERNANDES, 1958, p. 97).

Todo esse percurso em torno da obra mannheimiana feito neste item reafirma a sua importância sociológica e explica-se pelo fato de ser, hoje, o autor tradicional mais evocado pelos estudos das juventudes. Portanto, entender brevemente como Mannheim desenvolveu suas pesquisas e qual é o seu legado contribui para compreender também suas ideias no campo que me interessa. Como precursor da teoria das gerações, o sociólogo húngaro buscou entender algumas questões que se colocavam no debate a seu tempo, como educação e juventude, tendo, para tanto, desenvolvido seu próprio método, referenciado em um conglomerado

epistemológico. Para o autor, a juventude assumia diferentes significados a depender da sociedade: “Há sociedades em que pessoas mais velhas desfrutam prestígio bem maior que as mais moças, como, por exemplo, na antiga China. Há outras em que, como nos Estados Unidos da América, depois dos 40 anos, muitas vezes, um homem é considerado velho demais para um emprego e só os moços interessam” (MANNHEIM, 1968, p. 71).

Ao invés de afirmar que existe um caráter revitalizador próprio da juventude, como muitos autores fizeram, ele desconstrói essa ideia e diz:

[...] a prenda mais importante da mocidade para ajudar a sociedade a dar nova saída é que, além de seu *maior espírito de aventura*, ela ainda não está completamente enredada no *status quo* da ordem social. (...) está provado que nas sociedades primitivas se desconhecem os conflitos mentais de nossa juventude, pois não há uma separação radical das normas ensinadas pela família e das que predominam no mundo dos adultos. (...) o fato relevante é que a juventude chega aos conflitos de nossa sociedade moderna vinda de fora. E é este fato que faz da juventude o pioneiro predestinado de qualquer mudança da sociedade (MANNHEIM, 1968, p. 73; grifos meus).

Aqui o autor deu indícios do potencial transformador das juventudes. Como não estavam disciplinados pelas normas sociais, ou completamente enredados nelas, as/os jovens acabavam tendo uma possibilidade de enxergar saídas, caminhos, brechas ante às questões que lhes eram apresentadas. Ao dar a conhecer, naquele momento, que a não adequação e o questionamento das regras podiam ser uma forma de construção do novo e não um desajustamento social, Mannheim ocupou um lugar diferenciado dos demais pensadores que estudavam geração e juventude em sua época, apresentados até aqui.

Para Groppo (2017), o sociólogo húngaro aproximou o jovem da transformação social na medida em que, para ele, as juventudes possuíam características únicas, que as diferenciavam dos velhos, de olhar a sociedade sem amarras. Essa perspectiva rendeu diversas atualizações da sua teoria, que permanece como fonte de consultas e necessita de estudos aprofundados. Seus textos ainda têm poucas traduções para o português e algumas carregam deturpações de significado, se comparadas ao texto original.¹²⁵

Seja como for, a afirmativa mannheimiana de existência de potencial de transformação próprio das juventudes, no entanto, não leva em consideração os limites que as sociedades mesmas criam para o desenvolvimento delas. São limites legais, regras sociais que acabam por reduzir o campo de manobra e as escolhas das/dos jovens, inviabilizando em muito esse

¹²⁵ Para ver as especificidades dessas traduções dos textos de Mannheim do alemão para o português e também ter acesso a uma atualização do conceito de gerações, consultar Wivian Weller, no artigo “A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim”, publicado na *Revista Sociedade e Estado* ([s.l.], v. 25, n. 2, maio/ago. 2010).

potencial transformador. E, como afirmado no item anterior, potência sem concretude é somente possibilidade de existência em si e não existência propriamente. Aliadas a outras tantas singularidades próprias da diversidade que configura o ser, como as questões de gênero e étnico-raciais, esse campo de manobra das juventudes é ainda mais reduzido. Evidente que não há determinismo por isso, como também tratado anteriormente. Mas, para mim, é uma questão importante a ser considerada, senão partimos de uma visão ideal das juventudes, o que em nada contribui para o avanço dos estudos.

Por outro lado, quando mergulhamos no universo do proibicionismo, da positivação em torno da sociedade capitalista e do que “está dado”, a sensação do meio ser imutável prevalece diante da mudança. Ao mesmo tempo, Mannheim ressaltava a existência de dois mundos que, para ele, causavam a confusão mental no jovem: um criado pelas famílias e ensinado por meio de normas; o outro que predominava no universo público/privado adulto. Essa perspectiva abriu caminho para um debate ético que não se concretizou.

Para Octavio Ianni (1968), sociólogo brasileiro, o pensamento psicológico, privado, sobre a adolescência em Sigmund Freud dá origem à teoria mannheimiana, sustentando-a e, portanto, sustentando também a própria sociologia da adolescência e da juventude. Segundo o pai da psicanálise, “[...] da puberdade em diante o indivíduo se devota à grande tarefa de libertar-se dos progenitores. E somente depois dessa separação ele deixa de ser uma criança, tornando-se um membro da comunidade” (FREUD, 1952 apud IANNI, 1968, p. 229). Até então, a tutela dos atos pela família e pela sociedade contribuem para formular as restrições de todo tipo às possibilidades das/dos jovens de responder às questões da vida.¹²⁶

Utilizando o pressuposto freudiano, Mannheim afirma: “O significado sociológico do deslocamento e da transferência (da libido) é muito importante, na medida que o deslocamento de motivos privados, de objetivos familiares, para objetivos públicos constitui a forma normal de desenvolvimento do indivíduo” (apud IANNI, 1968, p. 230). Diante disso, Groppo (2017, p. 57) ressalta que o autor atribui características às idades da vida da seguinte forma: “[...] infantes com relação não consciente com os valores e realidades sociais, jovens experimentando este mundo como um livro aberto, contraditório e contestável, e adultos avaliando racionalmente os novos fatos com base nos padrões sedimentados em suas consciências”. Assim, a perspectiva mannheimiana descortina modos que parecem sedimentados nas idades, expressando uma perspectiva ontológica, de origem, a apresentando como se ela fosse natural, não construída

¹²⁶ Sobre isso, Lukács também realiza importante crítica, apresentada no texto “A psicologia das massas em Freud”. In: _____. *Reviews and articles from Die Rote Fahne*. Tradução de P. Palmer. London: Merlin Press, 1983. p. 33-36.

socialmente, correspondente à vida humana em diferentes idades. E isso, evidentemente, carrega um peso ideal muito grande, desvinculado da totalidade e que desconsidera a própria diversidade do humano. Apesar de não expressar que trata de questões ontológicas, fica permeado nas defesas de Mannheim um determinismo do humano, o que o engessa a uma ontologia depreciativa do ser, reducionista.

Desse modo, a questão das gerações foi traduzida por dois grandes caminhos: o positivista e o histórico-romântico. “O primeiro caminho viu o ideal na quantificação da problemática, buscava captar quantitativamente os dados básicos do ser homem. O outro procedia qualitativamente, renunciava à luz do dia das matemáticas e interiorizava o problema (MANNHEIM, 1993, p. 194; tradução minha).¹²⁷ Positivista, portanto, o primeiro é subjugado pelo problema das gerações e postula que existe a vida e a morte, tendo a vida uma duração limitada e medível, em gerações que apresentam intervalos determinados, podendo até mesmo ser delimitados numericamente. É como se, ao definir as idades, todos os demais dados e questões na vida estivessem a elas condicionados. Ao positivista parece que nesse movimento entre as idades está o marco formal do destino. Caso essas interações por algum motivo desaparecessem, a própria configuração do ser homem como o conhecemos se dissiparia, assim como a cultura, as tradições, a criação.

Mannheim (1993) cita David Hume¹²⁸ para exemplificar essa relação entre as gerações, a partir de uma hipótese sobre a transição geracional. Para tanto, solicita imaginar se a geração mais velha desaparecesse por completo, e a nova também desaparecesse de uma só vez. Nessa hipótese seria possível alterar, por exemplo, a forma de governo e as leis, já que a memória popular viva desapareceria, restando apenas registros históricos. Mas ele alerta: se há necessidade de preservar as formas de governo é porque a humanidade se apresenta numa “[...] configuração efetiva de sucessão geracional – como num fluxo contínuo de modo que cada vez que alguém morre, nasceu outro para substituí-lo” (MANNHEIM, 1993, p. 194).¹²⁹

Auguste Comte também aborda a influência do tempo médio de vida dos homens e da transição geracional no ritmo do progresso. Para o sociólogo francês, “[...] ao produzir um alongamento da duração da vida do indivíduo, o ritmo do progresso diminuirá; enquanto, no ao contrário, ao encurtá-la pela metade ou a um quarto da sua medida atual, aceleraria o ritmo do

¹²⁷ No original em espanhol: “[...] *el primer camino vio su ideal en la cuantificabilidad de la problemática; buscaba captar cuantitativamente los datos básicos del ser hombre. El otro procedía cualitativamente, renunciaba a la luz del día de las matemáticas e interiorizaba el problema*”.

¹²⁸ Para melhor compreender os pensamentos de Hume e Comte, consultar François Mentré, em *Les générations sociales*, Paris: Ed. Bossard, 1920.

¹²⁹ No original: “[...] *configuración efectiva de su sucesión de generaciones— como un continuo flujo, de modo que cada vez que alguien muere ya ha nacido otro para reemplazarle*”.

progresso” (COMTE apud MANNHEIM, 1993, p. 195; tradução minha)¹³⁰. Para a perspectiva comteana, essa é uma correlação necessária ao organismo, que tem como princípio a duração média de 30 anos de uma geração, mas que considera também que o progresso lento da humanidade tem relação direta com essa limitação orgânica. Isso leva a entender que a explicação do ritmo do progresso, assim como a presença de forças conservadoras ou reformistas, é associada e reduzida, de maneira imediata, ao fato biológico.

Analisando esses elementos constantes do ser homem, do ritmo do progresso, o mistério da história fica mais facilmente decifrável para os positivistas, a partir de respostas fundadas em “[...] uma lei geral do ritmo da história, e de encontrá-la na base da lei biológica da limitada duração da vida do homem e do feito das idades e suas etapas” (MANNHEIM, 1993, p. 195). Ao acrescentar que o racionalismo positivo francês forma valiosos porta-vozes dessas questões – como “[...] Comte, Cournot, J. Dromel, Mentré e outros pensadores [...]” – o autor nos deu indícios de que realmente entendia como identificada a possibilidade de existência de uma lei geral da história, o que coloca sua contribuição num patamar determinista difícil de ser subsumido.

Já na abordagem histórico-romântica sobre geração, Mannheim postula que a forma de pensar as questões mudam segundo países, épocas e, também, vontades políticas dominantes. Desse modo, ele tenta fazer uma leitura entre a Alemanha e a França, reforçando que nesta prevaleceu o pensamento positivista que serviu também de fundamento às leis do espírito. Mas a Alemanha já teria sido mais influenciadas pelo modelo histórico-romântico, tendo o positivismo aí atuado como corrente de oposição.

Assim, o problema das gerações também aparece como mais uma batalha dentro dessa guerra de vasto alcance: se elas estão isoladas dessa conexão principal, essa distinção e diversidade que predominam entre a abordagem positivista francesa e a abordagem romântica alemã, que se refere ao problema da geração, não pode ser entendido de forma alguma (MANNHEIM, 1993, p. 198; tradução minha).¹³¹

Para os liberais franceses positivistas, num conceito mecanicista, “[...] o problema das gerações é quase sempre uma prova da concepção retilínea do progresso” (MANNHEIM, 1993,

¹³⁰ Texto original: “*Al producirse un alargamiento de la duración de la vida del individuo, el tempo del progreso se ralentizaría; mientras que, por el contrario, un acortamiento de aquélla a la mitad o a un cuarto de su medida actual aceleraría el tiempo*”.

¹³¹ No original: “*De modo que el problema de las generaciones también aparece como una batalla más dentro de esa guerra de vasto alcance. Si se aislan de esa conexión principal, esa distinción y esa diversidad que predominan entre el planteamiento positivista francés y el planteamiento romántico alemán, en lo que se refiere a la problemática de la generación, no pueden entenderse en absoluto*”.

p 198; tradução minha)¹³². O que é questionado pelo pensamento romântico alemão é a necessidade de um contrateste que se oponha à linearidade do problema das gerações, desse fluxo temporal da história: “Dessa forma, o problema geracional torna-se o problema da existência de um tempo interior não mensurável, e isso só pode ser entendido como algo puramente qualitativo”¹³³ (MANNHEIM, 1993, p. 199; tradução minha).

Dilthey afirma que a contemporaneidade cobra um sentido mais profundo que o meramente cronológico, nascendo daí um problema qualitativo: “[...] a distância da geração é transformada em tempo experiencial interior e a contemporaneidade da geração em um ser interior identicamente determinado”¹³⁴ (apud MANNHEIM, 1993, p. 200). As formulações de Dilthey estão próximas às do fenomenólogo Heidegger e da adesão qualitativa ao destino coletivo, que não é uma junção de “[...] destinos individuais, que já são traçados individualmente no ‘estar uns com os outros’ no mesmo mundo e na mesma situação de fechamento diante de certas possibilidades. O poder do “destino coletivo” é liberado antes de tudo na comunicação e na luta.” (MANNHEIM, 1993, p. 200)¹³⁵

Das mesmas raízes de Dilthey, partindo do conceito qualitativo de tempo, o historiador da arte Wilhelm Pinder apropriou-se do romantismo ao afrimar: “Várias gerações vivem no mesmo tempo cronológico. Mas como o único tempo verdadeiro é o tempo experiencial, pode-se dizer que todos vivem em um tempo interior que, qualitativamente, é totalmente diferente dos outros¹³⁶” (apud MANNHEIM, 1993, p. 200; tradução minha). Um segundo pensamento desse autor postula que cada geração contribui numa entelêquia¹³⁷ própria. Ou seja, Pinder associa a unidade do estilo de arte à unidade identificada na geração, a uma afinidade própria de todos que compartilham o mesmo tempo-espço. Isso porque, para ele, a unidade de uma época não tem nenhum impulso para dinamizá-la.

¹³² Texto original: “[...] *el problema de las generaciones es casi siempre una prueba de la concepción rectilínea del progreso*”.

¹³³ No original: “[...] *el problema generacional se transforma en el problema de la existencia de un tiempo interior no mensurable y que sólo se puede comprender como algo puramente cualitativo*”.

¹³⁴ Texto original: “[...] *la distancia de la generación se transforma em tiempo interior vivenciable, y la contemporaneidad de la generación en un ser interior idénticamente determinado*”.

¹³⁵ No original: “*Los ‘destinos individuales’ están ya trazados individualmente en el ‘ser uno con o’tro’ en el mismo mundo y en la misma situación de clausura ante determinadas posibilidades. El poder del ‘destino colectivo’ se libera ante todo en la comunicación y en la lucha*” (tradução minha).

¹³⁶ Texto original: “*Varias generaciones viven en el mismo tiempo cronológico. Pero como el único tiempo verdadero es el tiempo vivencial, se puede decir propiamente que todas viven en un tiempo interior que en lo cualitativo es plenamente diferente a los otros*”.

¹³⁷ Termo trazido da história da arte, a entelêquia de uma geração é “[...] a expressão da unidade de seu ‘objetivo íntimo’, expressão de um sentimento nativo da vida e do mundo” (PINDER apud MANNHEIM, 1993, p. 200; tradução minha).

A corrente romântica alemã esconde completamente o fato de que entre as esferas natural e a espiritual existe o plano das forças sociais formativas. Nessa corrente, portanto, a dimensão de totalidade é negada. Mannheim (1993, p. 205; tradução minha) acrescentou que o problema das gerações seguia como fecundo para pesquisa, só podendo “[...] ser resolvido com uma adequada cooperação das diversas disciplinas e nações”¹³⁸. Somado ao problema das gerações, o sociólogo deixou evidente uma outra questão que aparece em diversos momentos do texto: sua preocupação com o ritmo da história, que perpassa a geração. “Embora não saibamos, também pode haver um ritmo secular na história e talvez um dia o homem venha a conhecê-lo. Mas devemos resistir a conhecê-lo por um caminho de especulação imaginativa”¹³⁹ (MANNHEIM, 1993, p. 204; tradução minha).

Na obra sobre gerações, o sociólogo húngaro apresenta uma tentativa de generalizar, universalizar as características aparente e socialmente visíveis em determinados ciclos da vida, numa tentativa de identificar padrões. Essa generalização, contudo, não favorece os entendimentos ontológicos essenciais, contribuindo tão somente para criar e consolidar condições de vivência, engessamento, encapsulamento. Segundo Mannheim, a juventude tem potencial de transformação, porém os adultos questionam esse potencial a partir dos seus valores já consolidados. Essa explicação equipara-se a uma engrenagem que move o motor da história, numa espécie de sistema que ou estabelece procedimentos de transmissão ou de quebra de valores. Apesar da metodologia que usou para realizar seus estudos e das bases epistemológicas que não contribuíram para um olhar de aproximação da totalidade, há de se levar em consideração a tentativa mannheimiana de buscar um padrão para as ciências sociais. E isso, para Fernandes (1958, p. 97), deve ser destacado:

[...] coube-lhe o mérito de demonstrar que a explicação científica, nas ciências sociais, exige um padrão de trabalho intelectual capaz de relacionar, organicamente, a investigação empírica, a elaboração teórica e a reflexão prática. Por isso, tornou-se o primeiro representante de uma nova orientação positiva nas ciências sociais, que insiste na preeminência dos problemas de *ciência aplicada* como foco regulador dos desenvolvimentos empíricos e teóricos da investigação científica.

Outro autor que assume a relevância de Mannheim na contemporaneidade dado o alcance que tiveram seus estudos é o cientista social português José Machado Pais (2003), que

¹³⁸ No original: “[...] un problema tan vasto como éste sólo puede resolverse con una adecuada cooperación de las diversas disciplinas y naciones”.

¹³⁹ Texto original: “Aunque no lo sepamos, quizá haya también un ritmo secular en la historia y tal vez un día el hombre llegue a conocerlo. Pero debemos resistirnos a llegar a saberlo por un camino de especulación imaginativa”.

elegeu duas características chaves para classificar os estudos sobre as juventudes, numa espécie de estado da arte, elaborando dois grupos. Um ele chamou de corrente classista e descreveu as contribuições dos autores que consideravam a pertença de classe para entender as juventudes. No outro, que classificou como corrente geracional, o autor juntou as teorias da socialização e das gerações entendendo que elas tinham semelhanças, especialmente em sua vinculação ao estrutural-funcionalismo. A questão principal trazida por essa corrente, segundo Pais (2003), diz respeito à “continuidade” e à “descontinuidade” de valores e normas entre as gerações, sendo possível, portanto, descrevê-las em conjunto.

Apesar de acreditar que os estudos mannheimianos se aproximam mais das produções das escolas estadunidenses que do culturalismo inglês, para o que busco entender preferi desmembrá-los, diferentemente do que fez Pais (2003). Essa escolha tem em vista meu objetivo de compreender as contribuições e também os limites de uma perspectiva que continua sendo referência contemporaneamente para os estudos de juventudes, a de Karl Mannheim, e o desenrolar da teoria das gerações. Mas faço o contraponto com a teoria da socialização, mesmo já tendo comentado sobre ela, quando tratei da corrente estrutural-funcionalista estadunidense, porque aquela é fruto desta.

Se, de um lado, no estrutural-funcionalismo, a partir da teoria da socialização, as expressões e os conflitos da juventude são vistos como disfunções sociais, descontinuidades, de outro, o movimento natural e sem rupturas é uma “continuidade”. As disfunções acabam, portanto, ganhando a característica de interpretação dos movimentos indesejados que fogem às regras socialmente aceitas de convivência. Em contraponto, na teoria das gerações se considera a existência necessária dessas descontinuidades geracionais para a formação das juventudes como uma “geração social”. Quando há um processo de “descontinuidade”, ele não é visto como disfunção na teoria das gerações. Em outras palavras, é um movimento necessário à formação da/do jovem. Ao contrário, na teoria da socialização esse movimento de descontinuidade é tido como problema que precisa ser resolvido (PAIS, 2003).

Também por essa questão e pelas contribuições e rupturas que realiza, a teoria das gerações é vista por alguns autores, entre os quais Groppo (2017), como o princípio de uma teoria crítica sobre as juventudes. Isso porque ela começa a olhar as questões que envolvem as/os jovens não a partir de um desvio, como vinha sendo feito pelo estrutural-funcionalismo, mas desde um movimento de construção de uma outra sociabilidade, que é também legítima. “Mannheim distingue-se do estrutural-funcionalismo por usar ênfase no potencial

transformador da juventude visto como algo positivo, não como desvio, disfunção ou perigo, e por isto o incluo entre o que chamo de teorias críticas” (GROPPO, 2017, p. 54).

Apesar de considerar avanços nos estudos mannheimianos, esse entendimento de que a teoria das gerações está no que Groppo (2017) chamou de teorias críticas não tem referência com apropriação da base teórica materialista nem vinculação com ideias que sustentem uma outra sociedade, ou algo do tipo. Ele se refere tão somente ao princípio do potencial transformador que a juventude carrega, em contraposição à noção de juventude como problema social, como anomia, conforme postulavam os estudos das correntes estadunidenses, apresentados anteriormente.

A leitura feita por Pais (2003) do que ele chama de “corrente geracional” e “corrente classista” carrega um sentido superficial desde o primeiro momento, ao associar os estudos da teoria da socialização com os da teoria das gerações, sem aprofundá-los inclusive com as diferentes bases teóricas de sustentação que compõem cada uma delas. Ao juntá-las o cientista social português deixa de perceber fatores interessantes da teoria das gerações, como o próprio potencial transformador da juventude identificado por Mannheim. Várias são as críticas à corrente geracional composta pela teoria da geração e pela teoria da socialização, conforme aponta Pais (2003). Por exemplo, a existência de uma cultura adulta e outra juvenil, em que esta deve se opor ou absorver a primeira, como se as juventudes fossem um bloco que deve aceitar ou não as determinações adultas e o contrário também. A maior crítica à corrente portanto, diz respeito à homogeneidade na visão:

A juventude é, nesta corrente, vulgarmente tomada como *categoria etária*, sendo a idade olhada como uma variável tão ou mais influente que as variáveis socioeconômicas e fazendo-se uma correspondência desajustada entre uma faixa de idades e um universo de interesses culturais comuns (...) o fato de (...) os jovens escolherem como *modelo de referência* os seus companheiros (...) continua a legitimar a admissão da hipótese segundo a qual algumas normas e padrões de comportamentos geralmente aceitos pelos adultos não são seguidos pelos mais jovens, e vice e versa (PAIS, 2003, p. 55).

A teoria das gerações consolida um espaço iniciado em tempos anteriores para a construção de um conceito que sustenta muitos entendimentos que perpassam as juventudes, apesar de apresentar algumas falhas, como a própria possibilidade de existência de “jovens não jovens” e de “não jovens, jovens”. E essa perspectiva relativiza e padroniza características imputadas aos seres, tão diversos em sua juventude. Esse fortalecimento da ideia de uma cultura juvenil aproxima os estudos de Mannheim dos estrutural-funcionalistas, enquanto sua leitura pragmática de realidade o aproxima dos trabalhos da Escola de Chicago. Acredito que se origine

daí a comparação com as produções estadunidenses feitas por Pais (2003). Mas ao colocar Mannheim no mesmo lugar e não avaliar o que de interessante ele apresenta, o cientista social português gera perdas analíticas no que chamou de correntes geracionais dos estudos tradicionais, apesar dos limites já tratados aqui dos próprios estudos manheimianos.

3.2 Uma Interação Entre as Perspectivas Tradicionais e os Estudos Contemporâneos Sobre as Juventudes

O debate contemporâneo sobre juventude traz resquícios dos estudos realizados no século passado, especialmente os legados por Karl Mannheim e que envolvem a teoria das gerações, a sociologia do conhecimento, o pragmatismo e o método interpretativo de pesquisa. Chamado método documentário de interpretação, ele é capaz de dar forma à realidade pesquisada ao associar diferentes áreas – além da sociologia, também psicologia e seu ramo social, com tendências teóricas diferentes. Ao estrutural-funcionalismo somam-se também os estudos do culturalismo britânico envolvendo a antropologia, a etnografia e a literatura, numa abordagem que se aproxima das chamadas ciências pós-modernas, valorizando o identitarismo, os signos, as individualidades.

Essas diferentes ideias, aliadas aos metaestudos gnosiológicos, perpassam as noções de moratória vital, moratória social, folga intergeracional, generalização de jovens por geração e protagonismo juvenil, entre outros. Vale ressaltar que, mesmo sendo essencial reconhecer e entender o caminhar teórico até aqui, precisamos contribuir com análises que ultrapassem a dimensão da aparência para compreender a singularidade humana da passagem do tempo, dos anos, com a profundidade e a generalidade necessárias. Só assim teremos condições teórico-metodológicas de fazer o caminho de volta ao que é particular na vivência das juventudes e suas diferentes expressões considerando toda a sua diversidade.

Num esforço de aproximação, Bourdieu (1983), já amplamente conhecido por estudos realizados no campo da educação, publicou *A “juventude” é apenas uma palavra*, em que demarca sua posição e exprime com sutileza a incompletude no trato do tema. Ao admitir ter se sentido chamado a escrever sobre essa população, o sociólogo francês reconheceu um incômodo com as produções da época nesse campo. Mesmo curto, esse texto traz questões essenciais, como a manipulação dos dados e das idades, algo constante nas ciências sociais, marcas da decadência ideológica já abordadas anteriormente. O autor também aponta a

importância para construção, no social, do que sejam as juventudes, afirmação que se desvenda desde o título. O que pode ser visualizado, em parte, no seguinte trecho: “[...] a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos” (BOURDIEU, 1983, p. 113).

Mas essa construção não se realiza de forma passiva. Para o autor, esse campo é marcado por disputas, conforme ele ressalta: “Jovens possuem tanto mais dos atributos do adulto, do velho, do nobre, do notável etc., quanto mais próximos se encontrarem do polo de poder” (BOURDIEU, 1983, p. 113). Esse postulado expressa uma disputa de poder entre as idades, mas, acima disso, entre as classes, entre os detentores do poder econômico e político, reforçando uma dimensão de reprodução aqui também, especialmente considerando as classes sociais. Segundo Bourdieu (1983, p. 113), a idade é um “[...] dado biológico socialmente manipulado e manipulável”. E, portanto, a ideia de juventude também é manipulada e manipulável.

Para o autor, o sistema escolar é uma forma de reprodução social e, como tal, exclui da qualificação, quase como num processo de seleção natural, os jovens das classes populares que encontram dificuldades diversas em continuar seus estudos. Parece-me que Bourdieu, aos poucos, apresenta uma visão de aproximação da totalidade que, composta por idas e vindas na realidade histórica, busca o entendimento do ser jovem nas amarras do sistema capitalista. Em suma, ele apresenta em poucas linhas questões fundamentais que deixaram de ser tocadas em verdadeiros tratados que se propuseram a estudar as juventudes.

Provocado pelo pequeno texto de Bourdieu (1983), Margulis (1996) expressou contrariedade com as ideias contidas nele organizando o livro *La juventud és más que una palabra*¹⁴⁰. Numa crítica evidente, o sociólogo argentino afirma que juventude é um período que combina maturação biológica e imaturidade social, que deve ser entendida por dois caminhos (MARGULIS, 1996). Um deles é o da descrição puramente biológica, que leva em conta as transformações e capacidades do corpo e a idade; o outro é o do entendimento sociológico, que considera os aspectos biológicos e, sobretudo, os culturais, sociais e de classe. Os estudos realizados por Margulis e Urresti (1996) contribuíram na linha de padronização das juventudes, numa tentativa de instar debates ontológicos, de afirmação de questões biológicas assim como questões sociais padrões, como as defesas de moratória vital e social, como tempos disponíveis para as/os jovens aprenderem com seus erros e acertos. Trata-se de evidente leitura classista das juventudes, que não representa, porém, a sua diversidade.

¹⁴⁰ MARGULIS, Mario (Org.). *La juventud és más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos, 1996.

Sobre a sociologia da juventude contemporânea, merece destaque o já citado José Machado Pais, que é muito lido no Brasil. O cientista social português leciona na Universidade de Lisboa, tendo contribuído com a construção das políticas públicas voltadas a jovens em Portugal, tanto com seus estudos quanto com sua intervenção profissional direta como consultor. Sua contribuição acadêmica foi realizar, entre vários produtos, um estado da arte da sociologia da juventude, como já dito no item anterior, compilado na obra *Culturas juvenis* (2003), abordando autores das diversas perspectivas já tratadas aqui, quais sejam, estrutural-funcionalistas, interacionistas simbólicas, pragmatistas e culturalistas, entre outras. Parte das análises realizadas por Pais já foi apresentada no item anterior desta tese, quando trato do prejuízo analítico de considerar como corrente geracional as teorias de cunho diferentes, como a da socialização e a das gerações.

Num compilado do que já foi produzido, permeado de uma leitura crítica sutil, Pais (2003) associa vasta referência de autores estadunidenses, ingleses e também franceses. O próprio texto se encarrega de uma epistemologia crítica às obras que se empenharam a discutir juventude. Ao mesmo tempo que a realiza permeada de neutralidade quanto às visões levantadas, o autor apresenta seu pensamento num sincretismo que torna difícil definir o que mesmo ele pensa, de onde parte e onde quer chegar. Pais (2003) afirma que tudo que estava sendo produzido no campo sobre o tema era válido, dada à própria diversidade das juventudes. Para exemplificar, conta a história do conceito de buraco desenvolvido pelo filósofo britânico Alasdair McIntyre.¹⁴¹

Havia uma certa vez um homem que aspirava ser o autor de uma teoria geral dos buracos. Quando lhe perguntavam mas que tipo de buracos? Buracos escavados na areia por miúdos? Por jardineiros? Buracos de construção? De sondas petrolíferas?, o nosso homem respondia, indignadamente, que desejava criar uma teoria que todos esses buracos pudesse explicar, rejeitando *ab initio* o ponto de vista de que buracos escavados de maneiras diferentes exigiriam diferentes tipos de explicação (PAIS, 2003, p. 47).

Ao citar esse exemplo, o autor reitera sua necessidade de explicar cada expressão da juventude; e que isso pode se dar de formas diferentes, a partir de epistemologias distintas, deixando evidente a importância de considerar essa diversidade, de fazer uso dela. Dito de outro modo, para Pais (2003, p. 47), as várias formas de explicar têm relação com as também múltiplas juventudes: “[...] não há, de fato, um conceito único de juventude que possa abranger

¹⁴¹ O livro utilizado por Pais (2003) para citar o exemplo dos buracos MCINTYRE, A. *Against the self-images of the age*. Nova Iorque: Shoken Books, 1971.

os diferentes campos semânticos que lhe aparecem associados”. Ou seja, após apresentar uma série de pesquisas de epistemologias bastante distintas imbricadas nos estudos sobre as juventudes, o autor conclui que, aparentemente, todas têm sentido e podem ser usadas, se consideradas questões singulares.

A proposta de estudo que assume o sincretismo teórico como marca é de fato observada. Inclusive nas próprias conclusões do seu livro, que apresenta características estrutural-funcionalistas, dado os esquemas propostos para entender a transição para a vida adulta, ou mesmo a chamada *folga intergeracional*, em que explica a vivência ou não do período chamado de moratória como uma caracterização de vivência da juventude numa espécie de preparação. E isso, evidentemente, invalida a própria vida das/dos jovens, que passam a ser considerados quando esse período de preparação, ou a moratória, se encerra. O autor desemboca num estudo etnográfico e comparativo entre três comunidades de jovens (pobres, de classe média e alta), cujo objetivo era entender como eles pensavam e viviam sua cotidianidade, a partir de assuntos como sexualidade, escola, trabalho e cultura. Pais (2003, p. 377) chega, de uma forma eclética, a articular os estudos de juventude sob uma neutralidade sutil que perpassa todo o texto, até as conclusões.

Tarefa penosa é esta, a de tentar fazer um balanço, uma síntese, uma conclusão, por provisória ou parcial que seja, de um itinerário de investigação onde predominaram múltiplas vias de abordagem, sobre múltiplos itinerários juvenis, alguns deles descontínuos, sinuosos, fragmentados, imprevisíveis.

Segundo o autor, para tornar-se objeto de pesquisa sociológica a juventude precisou ser problematizada, ou seja, sair da forma real e assumir a forma teórica, abstrativa. Nesse sentido, é possível questionar diferentes estudos que visam a entender as juventudes que não partem das/dos jovens, mas de uma problematização que insinua características tidas como “problemas”, então transformados em problemas sociológicos, em forma teórica, decifráveis, questionáveis e pesquisados pela sociologia. A partir daí Pais (2003) elenca alguns problemas que marcam a vivência da juventude, tais como trabalho, habitação, maior vivência na casa dos pais e responsáveis, gravidez não desejada.

A expressão desses problemas associados à juventude é a comprovação de que existe no imaginário social uma cultura juvenil que, por exemplo, se apresenta em alguns momentos como “ameaçadora” para a sociedade. Segundo Pais (2003, p. 36), como qualquer mito, é “[...] uma construção social que existe mais como ‘representação social’¹⁴² do que como realidade”.

¹⁴² A teoria da representação social é entendida como “[...] um conjunto de conceitos, afirmações e explicações originado na vida diária, no curso de comunicações interindividuais. É o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; pode-se dizer mesmo que é a versão contemporânea do

Para ele, alguns jovens se reconheceriam como parte desse mito; outros, não. Os que se reconhecem formam, entre si, uma espécie de “consciência geracional”, o que os leva a acentuar diferenças referentes a outras gerações. Já os que não se identificam com o mito de uma única cultura juvenil se veem em uma experiência distinta da dos outros jovens, ou mesmo como “não jovens”.

Entre todas essas questões e problemas associados às juventudes, no Brasil estão aqueles que são, de fato, bem objetivos, conforme pesquisas realizadas pelo IBGE, por meio da Síntese de Indicadores Sociais (SIS)¹⁴³, que sustentaram, por exemplo, o termo *jovens nem nem*¹⁴⁴. Nessas pesquisas as juventudes brasileiras aparecem em situação delicada, sob alto índice de desemprego e abandono escolar. São dados bem objetivos que não são levados em conta na hora de identificar esse ideário jovem que compõe a cultura juvenil ou culturas juvenis, como apontado por Pais (2003), dados que culpabilizam e identificam diversos problemas não como conjunturais e multideterminados, mas de responsabilidade individual das juventudes. Isso faz com que as soluções para a redução dos índices ruins sejam direcionadas às mudanças de comportamentos jovens e não conjuntural, ou seja, a urgente transformação da sociedade.

Voltando às considerações de Pais (2003, p. 37), aquilo que na aparência significa ser jovem, no sentido do mito, começou a ser desvendado quando as juventudes passaram a ser descritas como “[...] uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas, uma categoria sujeita a modificar-se ao longo do tempo.” Em outras palavras, com características históricas. Esse é um salto dado

senso comum” (MOSCOVICI, 1981 apud BERTOLLO, 2008, p. 66). Para aprofundar a teoria das representações sociais, consultar Moscovici na área da psicanálise; ou Durkheim, na sociologia, através da teoria da representação coletiva, como aborda Bertollo (2008). Também é possível consultar Marcos Alexandre, em “Representação social: uma genealogia do conceito” (*Comum*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 23, p. 122-138, jul./dez. 2004): “Os estudos realizados por Moscovici e por outros autores da corrente da Psicologia Social Francesa, sobre o conteúdo, sentido e funções assumidas pela representação social como instrumento da avaliação dos grupos sociais vêm reforçar a compreensão operacional de como as representações sociais são elaboradas coletivamente a partir da realidade cotidiana”. A representação social é uma teoria muito utilizada por José Machado Pais (2003), mas vale ressaltar que ela fica no âmbito da aparência, não se preocupando em resgatar as origens daquilo que identifica.

¹⁴³ Esses dados podem ser acessados no próprio site do IBGE ou por meio de reportagens e análises, como no caso da disponível pela Agência Brasil de Notícias, em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2019-11/aumentou-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham>>. Acesso em: 5 mar. 2021.

¹⁴⁴ Conforme pode ser identificado em entrevista disponível no site da Agência Brasil, realizada pela jornalista Mônica Marli com a pesquisadora e economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Joana Costa, “[...] o termo ‘nem nem’ é a variação da sigla Neet (Not in Education, Employment, or Training), que surgiu na Inglaterra nos anos 1990, durante as primeiras discussões sobre os jovens que não trabalhavam nem estudavam.” Informação disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25801-nem-nem#:~:text=%E2%80%93%20explica%20que%20o%20termo%20%E2%80%9Cnemnem,n%C3%A3o%20trabalhavam%20e%20nem%20estudavam>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

pelo autor ao considerar as juventudes como socialmente construídas. Para autor, essa modificação, devido ao tempo, deve-se tanto às mudanças interiores aos jovens quanto à representação social deles, às “culturas” ou à “cultura juvenil”. Nessa perspectiva, ao analisar a história é possível compreender diversos momentos em que as juventudes foram tratadas como “subgeração”, incompreendida e rebelde.

Os estudos de Pais (2003), portanto, manifestam um conglomerado epistemológico que contribui para entender expressões das juventudes partindo das questões observáveis, sentidas, contudo, sem realizar abstrações mais profundas, sem entrar em questões ontológicas. Assim ele fortalece a ideia de culturas juvenis e considera a importância da formação social, ao mesmo tempo que cria padrões de comportamento para embasar suas análises. Esse fato por si só localiza os estudos de Pais próximos ao empirismo, conforme já tratei aqui embora este autor se sustente sob grande arcabouço teórico que contribuiu para a produção de um tipo de estado da arte de contornos neutros. A quantidade de leituras não favorece suas análises, que se apegam à existência das culturas juvenis deslocadas da sociedade como um todo e da própria ontologia humano-social, o que faz com que ele reproduza nichos de análise.

Com relação aos estudos da realidade brasileira, ganham destaque as produções da socióloga Marialice Foracchi, que compunha o grupo do Florestan Fernandes, e um pequeno texto do também brasileiro Octavio Ianni. Este sociólogo localiza a/o jovem, em sua diversa origem de classe, como um sujeito fundamental no processo de mobilização e atuação política na sociedade capitalista. E afirma que em muitos casos são eles que não carregam a pertença da classe de origem e, por isso, a contrapõem, dado que é uma construção social. A explicação para essa consciência social singular do jovem “[...] envolve o próprio fundamento do comportamento ‘divergente’ do imaturo, numa estrutura de classe” (IANNI, 1968, p. 226). O autor afirma que o estudo proposto no texto é sobre os jovens de classe média e da burguesia. Ressalta que não faz uma síntese de contribuições teóricas de diversas procedências, mas, ao contrário, o exame

[...] de algumas focalizações – como Freud, Mannheim e Eisenstadt, por exemplo – tem por fim primordial somente ressaltar a natureza essencial de um fenômeno singular, cuja inteligibilidade completa depende de uma compreensão histórico-estrutural da sociedade (IANNI, 1968, p. 226).

Desse modo, ele reforça exatamente aquilo que tenho tentado explicar até aqui: é preciso ter cautela na leitura sobre juventudes porque muitos autores se perdem no caminho exatamente na tentativa de identificar padrões a partir de características biológicas e sociais, estabelecendo limites analíticos logo de início. Para Ianni (1968, p. 227), “[...] em consequência da falsa

compreensão das relações entre as ciências sociais, os especialistas procuram interpretações ‘rigorosas’, isto é, circunscritas, parciais, voltadas para condições, fatores ou mecanismos psíquicos, sociais, pedagógicos ou outros”. Para exemplificar, o autor convoca Mannheim e sua aproximação com Freud, bem como o sociólogo israelense Eisenstadt, que desenvolveu seus trabalhos nos EUA sob influência de Parsons, cujas reflexões buscam interpretar as/os jovens como sujeitos que estão num período de desajustamento social, localizando a leitura apenas de manifestações aparentes de algo que é mais profundo e que a interpretação precisa alcançar. Ianni (1968) também afirma que as contribuições de Eisenstadt insistem que o comportamento tido como “inconformado” é restrito a uma espécie de crise específica de certa idade social das pessoas, o que acarreta uma perda de determinações gerais, do todo. Como se pode observar, as afirmações seguem particularizando implicações contextuais e conjunturais, numa evidente individualização.

Foracchi (1977, 1972) foi pioneira na sociologia da juventude brasileira ao desenvolver diversas pesquisas com jovens estudantes e o movimento estudantil¹⁴⁵, o qual ela também caracterizava como sendo de jovens da classe burguesa – evidente, já que no momento em que foram realizados seus estudos, por volta década de 1970, a condição de estar estudante já demarcava um recorte de gênero, étnico-racial e de classe. A socióloga correlacionou fatores biológicos e sociais sob o entendimento de gerações perpassando Mannheim e Parsons para concluir que “[...] a continuidade das gerações é fundamental para assegurar a criação cultural e a transmissão da cultura [...]” e ressaltar que “[...] o conceito sociológico de geração não se baseia exclusivamente na definição social da idade, mas encontra no conflito a sua categoria constitutiva” (FORACCHI, 1972, p. 22). Ela conclui observando que, não sendo passível de delimitação etária,

[...] a juventude representa histórica e socialmente uma categoria social gerada pelas tensões inerentes à crise do sistema. Sociologicamente ela representa um modo de realização da pessoa, um projeto de criação institucional, uma alternativa nova de existência social (FORACCHI, 1972, p. 160).

Ao defender juventude como categoria, a autora subscreve uma autonomia pessoal e chama a atenção para sua constituição social. Essa perspectiva remete à questão do tempo, das idades como fundamental para análise do complexo que constitui o ser, já trazida no início deste capítulo. Sem obviamente dar centralidade ao tempo, às idades, a requisição aqui é sua

¹⁴⁵ As produções de Foracchi que se destacam são os livros *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*, da Editora Nacional, 1977, e *A juventude na sociedade moderna*, de 1972, publicado pela editora Pioneira.

necessária consideração nas análises, já que ele é transversal ao ser, o constitui e o atravessa. Concretamente o tempo está posto e metamorfoseia o ser, conforme um complexo que mistura questões contextuais, conjunturais e pessoais, subjetivas.

Assim como Bourdieu (1983), Foracchi faz um alerta para a possível manipulação dos números, das idades, pedindo cautela ao se falar de dados biológicos em termos sociais, como se não fossem construídos socialmente. Retomo o sociólogo francês:

A idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável, e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotados de interesses comuns e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente (BOURDIEU, 1983, p. 113).

Essa questão envolve o ser em suas diferentes singularidades, como crianças, jovens e velhos. Considerar o tempo e seu impacto no ser social, no seu corpo humano, é uma necessidade identificada nesta tese, mas que necessita de mais caminhar para superar suas implicações e questões.

Segundo Maria Helena Olivia Augusto (2005), Foracchi explora duas formas de relações interpessoais: de um lado, com a família, entendida como grupo social que sustenta a relação de manutenção da vida e envolve a categorização do jovem e do adulto e, de outro, no contato entre gerações, embasado na perspectiva mannheiniana. Nesse sentido, segundo Foracchi (1965 apud AUGUSTO, 2005), a juventude se caracteriza por três frentes: 1) se trata de uma fase da vida, 2) existe como força social renovadora e 3) vai além de uma etapa cronológica.

Assim, para Augusto (2005, p. 20), numa aproximação com o debate culturalista, uma mesma sociedade “[...] pode produzir tipos de jovens bastante diversos, pois originados de diferentes extrações sociais, inserindo-se em posições distintas e apropriando-se de hábitos e valores específicos de acordo com essa inserção”. Essa tipificação aproxima o autor da proposta de “culturas juvenis”, pelo entendimento da pluralidade. Por meio de uma visão culturalista, ele tenta levar em consideração a pertença de classe, mas se perde no caminho das armadilhas tipológicas e fechadas. Mesmo falando de pluralidade e de diversidade, os limites dados às análises são aparentes ao fechar o campo de estudos das juventudes nelas mesmas, sem tentar considerar a complexidade do ser social como um todo.

Segundo Tavares (2012), a perspectiva culturalista britânica foi bastante difundida no Brasil. Assim como aconteceu na Grã-Bretanha, aqui começou com a valorização das expressões culturais da juventude, dos grupos organizados e tudo aquilo que extrapolava o

espaço da escola. Então, surgiram os primeiros estudos brasileiros sobre o movimento punk no Rio de Janeiro (CAIAFA, 1985) e São Paulo (ABRAMO, 1994), bem como sobre a cultura do funk, igualmente no Rio de Janeiro (VIANNA, 1988).

No fim da década de 1990, ao lado do culturalismo, no país ganhou espaço e influência, tanto teórica quanto prática e intervencionista, a perspectiva dos organismos internacionais, especialmente por meio da Unesco. Isso trouxe para o debate conceitos de “juventude” e “protagonismo jovem”, amplamente difundidos em diversos textos que tomavam as/os jovens como tema central ou periférico, colocados como uma forma *moderna* de tratar a intervenção e a participação sociais. O interessante aqui é o fato de o protagonismo juvenil ser tratado sempre com referência na população jovem pobre, nunca direcionado aos jovens herdeiros das famílias detentoras de capital.

A intervenção da Unesco como agente internacional polarizador, na esfera intelectual e política, será catalisada a partir da redefinição da categoria juventude, passando pela perspectiva da violência e da cidadania e do protagonismo jovem. Nesse caso, há um revisionismo de diversas abordagens sobre a categoria juventude, utilizando-se referenciais que em geral revelam o problema estrutural da violência juvenil, que passa por instituições como família, escola, mundo do trabalho, bem como valorizam perspectivas teórico-metodológicas dos estudos culturais que enfatizam o discurso jovem no contexto de sua sociabilidade nas subculturas juvenis (TAVARES, 2012, p. 187).

Entre as publicações com o apoio da organização que buscaram construir um novo sentido de juventude destacam-se *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas e Juventude, violência e cidadania* (CASTRO et al, 2005), que conclamava as/os jovens à intervenção em seus territórios, numa tentativa de individualização de questões conjunturais. A responsabilização é uma marca, sustentada por índices cada vez mais precários envolvendo violência, baixa escolaridade e abandono escolar. Conforme Tavares (2012), as pesquisas da Unesco iniciadas em 1996 foram coordenadas por pesquisadores como Julio Jacobo Waiselfisz¹⁴⁶, Miriam Abramovay¹⁴⁷ e Maria Cecília de Souza Minayo¹⁴⁸.

¹⁴⁶ As que tiveram amplo destaque foram os mapas da violência que embasaram a luta contra o extermínio da juventude negra. Elas deram suporte para entender como estava sendo marcado pela idade, sexo e cor as mortes por causas violentas no Brasil, como no texto: WASELFISZ, Julio Jacobo (Coord.). *Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília*. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

¹⁴⁷ Como pode ser consultado no texto de ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; De LEON, A. *Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de política de juventude*. São Paulo: GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, 2007.

¹⁴⁸ O projeto coordenado pela pesquisadora em parceria com a Unesco também foi uma das primeiras iniciativas de pesquisa envolvendo juventude no Brasil, retomando a importância desse debate e reforçando a singularidade da população jovem: MINAYO, Maria Cecília de S. et al. *Fala galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

Disseminar o conceito de *protagonismo juvenil* tem relação com a necessidade de chamar as/os jovens da classe trabalhadora para participar da solução dos problemas que os cercam, tanto no que diz respeito à *formulação* dessas medidas quanto à sua *implementação*. O protagonismo é, portanto, a chave para o entendimento do consenso, “[...] pedra angular das políticas de integração propostas pelos organismos internacionais no período 1985-2005 e, internamente, tem sido defendida, em maior ou menor grau, por boa parte das ONGs e acadêmicos” (SOUZA, 2009, p. 4). E isso passa a ser uma espécie de axioma nos estudos sobre as juventudes, reproduzido indiscriminadamente.

Tendo como base os estudos brasileiros até então, é possível perceber a forte influência teórica expressa pelo estrutural-funcionalismo, pela teoria das gerações e, destacadamente, pelo culturalismo e pelo pragmatismo. Pensando essas influências e como elas se realizam, eu tomo como exemplo também a socióloga brasileira Helena Abramo (2005), em sua abordagem sobre a representação social das juventudes a partir dos anos 1950, em que apresenta uma leitura dos fatos observáveis e generalizáveis de acordo com a geração¹⁴⁹. Perpassando as décadas de 1950 a 1990, a autora nos informa sobre como a juventude era de forma geral identificada no Brasil. Sousa (1999), a partir de similar entendimento generalizável, afirma que foi por meio do avanço das resistências e da identificação das/dos jovens como ativos em movimentos de questionamento das opressões e repressões políticas localizadas nos anos 1960 que ficou evidente na agenda pública a necessidade de intervenção direcionada à população situado entre a infância e a idade adulta, sem muitas delimitações etária ainda. Houve, assim, uma identificação geral da juventude (no singular mesmo) daquela década como revolucionária, em razão das resistências efetivadas.

Vale destacar que nessa visão generalizada da juventude por décadas, Abramo (2005) acende características classistas, étnico-raciais e de gênero. Ou seja, uma determinada classe, de determinado sexo e determinada cor, é identificada como jovem. As primeiras características tidas como gerais para categorização das juventudes no território nacional eram, portanto, especificamente limitantes. Negros, meninas/mulheres e classe trabalhadora não entraram nesse entendimento de ser jovem, não contribuíram para sua formulação, ficando com suas histórias subsumidas, sem entrar nessa configuração generalista cunhada a partir dos anos 1950, que é construída socialmente, conforme já dito em item anterior. Esse fato justifica retratar jovens

¹⁴⁹ Geração é definida por Abramo (2005) como um período de 10 anos ou mais conjunturais aliados às juventudes de cada época. Ou seja, é um período com impactos similares na vida das/os jovens e que deixa uma visão agregadora também das juventudes que viveram determinadas épocas, tentando generalizações a partir de como a juventude ficou reconhecida nacionalmente, partindo de um bloco homogêneo.

como não jovens, quando suas histórias de vida se apresentam distantes das histórias generalizadas como sendo de jovens.

Assim, embora a visão generalista das gerações não atinja a diversidade das juventudes, ela contribui para entendermos como, no Brasil, a sociedade atribuiu aos jovens características que se tornariam multicoloridas e diversas somente muitos anos depois – apenas a partir dos anos 2000, quando uma série de ações afirmativas ganharam projeção nacional. É o caso da política de cotas, que permitiu às populações negras acessar o ensino superior e reivindicar espaços nunca antes ocupados; ou do movimento feminista, quando encampou novas lutas e conquistas. Logo, somente por meio de resistência coletiva, multicultural, antirracista e feminista, de superação das opressões sexuais e de gênero a situação das juventudes começou a tomar novos rumos.

Ao que tudo indica, a essência das questões sobre as juventudes, sobre a ontologia do ser social jovem, não chegou a ser pauta de debate. E, conseqüentemente, a positivação dos direitos, assim como a concretização de alguns deles, deu-se sob a redução das/dos jovens à aparência de problemas como o desemprego, criminalidade, evasão escolar e saúde, entre outros. Aqui coloco efetivamente a necessidade de problematizar a origem e fundamento, a ontologia que envolvem as juventudes e não apenas traduzir teoricamente os problemas que a aparência atribui a elas, numa espécie de retrato falado generalizável.

Diferentemente dessa generalização por geração por décadas, são as análises de movimentos específicos das juventudes que viabilizam reflexões mais aprofundadas e não generalizam as juventudes de determinadas épocas, mas estudam uma questão ou expressão específica. Como vem sendo feito pelos pesquisadores Adriana Alvez Fernandes Costa e Luís Antonio¹⁵⁰, em diferentes regiões do território brasileiro, também como é apresentado por Camila Lopes Taquetti¹⁵¹, no que tange às mobilizações nacionais que têm as/os jovens como principais interlocutores, e que impactaram o contexto político brasileiro desde 2013.

Apesar da visibilidade nas pautas públicas, as juventudes contemporâneas enfrentam um prejulgamento: elas são identificadas como apáticas politicamente, no lastro dos conceitos de “juventude problema” e “apatia política”. Formulados ainda na década de 1980, esses conceitos convivem muito bem, na sociedade atual, com a visão de jovens influenciadores, que

¹⁵⁰ A pesquisa organizada por eles no território brasileiro, em diferentes Estados, está disponível em: COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROppo, Luis Antonio (Org.). *O movimento de ocupações estudantis no Brasil*. São Carlos (SP): Pedro & João Editores, 2018.

¹⁵¹ Como pode ser verificado na seguinte tese de doutorado: TAQUETTI, Camila Lopes. *Das jornadas de junho às ocupações das escolas (2013-2016): revoltas da juventude brasileira em tempos de crise*. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

contribuem nas tomadas de decisão coletivas, ditando inclusive comportamentos. Os jovens conseguiram, assim, se desassociar desses estigmas invertendo a situação, difundindo gostos, ideias e modos de conduta pela requisição da sua própria diversidade.

Visões enviesadas das juventudes que sustentam signos e características gerais que as traduzem como problema, representando prejulgamento e preconceito, precisam ser identificadas, nomeadas, para só então ser passíveis de superação. Identificar e dar nome ao preconceito e reconhecer suas origens é um primeiro passo para superá-lo. Assim tem sido o movimento antirracista, ao denunciar os dados alarmantes de mortes violentas de jovens, em específico do sexo masculino e negros. O sociólogo mexicano José Manuel Valenzuela (2015)¹⁵² define e nomeia a violência letal que afeta as juventudes de toda a América Latina como juvenicídio. No Brasil, esse fenômeno envolve jovens negros e tem sido identificado pelo movimento antirracista como extermínio da juventude negra¹⁵³, enquanto no restante do continente os principais alvos do juvenicídio são jovens indígenas.

A esse fenômeno alia-se a reprodução de visões ultrapassadas e conservadoras, preconceituosas, depreciativas, como a chamada ephibiphobia, que continua sendo reproduzida e disseminada culturalmente, em especial pelos Estados Unidos e suas psicologias individualizantes. A ephibiphobia, nome criado para concretizar uma espécie de patologia social ou medo que se traduz no sofrimento de uma pessoa ao ser colocada diante ou próximo de algum/a jovem. A partir de estudos contemporâneos diversos, a reatualização de conceitos que colocam a juventude numa situação de anormalidade¹⁵⁴ simplesmente pelo fato de existir reproduz uma espécie de *juvenicismo*¹⁵⁵, preconceito legitimado e organizado, que inclusive dispõe de tratamentos psicológicos. Isso sustenta uma posição contra as/os jovens, traz sérios prejuízos às juventudes e à sociedade e, portanto, precisa ser nomeada, traduzida, enfrentada e combatida.

As percepções públicas sobre as pessoas jovens influenciam a (re)invenção de várias formas de sua regulação legal e social. Cada vez mais os noticiários da televisão contemporânea e a mídia impressa retratam os jovens nos Estados Unidos como fora de controle. Alguns adultos expressam e exibem medo da juventude (GIROUX, 2000, p. 15) referido clinicamente, as vezes popular, como ephibifobia (MALES, 1999, p. 47). Os adultos preocupados contam com relatos de alto nível de criminalidade

¹⁵² VALENZUELA, José Manuel (Coord.). *Juvenicídio: ayotzinapa y las vidas precárias em América Latina y España*. Barcelona: NED Eduiciones; Guadalajara: ITESO; Tijuana: El colegio de la Frontera Norte, 2015.

¹⁵³ Foram organizadas diversas campanhas por diferentes movimentos jovens levantando a bandeira contra o extermínio da juventude negra por todo o Brasil. Recentemente, Rômulo Fonseca Martins lançou um livro *O extermínio da juventude negra: uma análise sobre os discursos que matam*, pela Editora Revan.

¹⁵⁴ ADELMAN, Madelaine; YALDA, Christine. *Seen but not heard: the legal lives of young people*. Arizona (USA): State University, 2000.

¹⁵⁵ *Juvenicismo* é aqui utilizado para traduzir o preconceito, o prejuízo à juventude, realizado inclusive institucionalmente, que causa morte em massa de jovens simplesmente pelo fato de serem jovens. Na América Latina e no Brasil o *juvenicismo* aparece associado também ao racismo e ao preconceito contra jovens indígenas.

juvenil, desemprego, abandono escolar e gravidez na adolescência no núcleo urbano (leia-se: jovens latino-americanos e afro-americanos) para confirmar seus piores medos. Recentes notícias de alto perfil sobre assassinatos em massa na escola compõem esse pânico moral. Muitos adultos nos EUA percebem a juventude como uma patologia social (GIROUX, 1998) e exortam a reforma legislativa e social como uma cura (ADELMA e YALDA, 2000, p. 37; tradução minha).¹⁵⁶

No centro dessa evidente construção social do preconceito é possível identificar uma ontologia depreciativa do humano, que torna orgânico e biológico, próprio do ser, algo que é construído no social. Ou seja, não permite o reconhecimento da importância do social, das relações, no desenvolvimento dos sujeitos, mas os culpabiliza individualmente por existirem. O que sustenta uma percepção enviesada da própria origem do ser, da sua constituição, da ontologia, e generaliza as juventudes como problema, reatualizando correntes tradicionais nascentes no princípio do século XX.

Diante o exposto, é possível afirmar, como exposto em meu trabalho de mais de uma década (CALIARI, 2009), que não há um conceito que dê conta de sistematizar o que são as juventudes, dadas as complexidades próprias do humano. Acrescento que não há no sentido gnosiológico. O que existe são princípios de estudos que, conforme apontou Rousseau (1979) há séculos, continuam precisando ser aprofundados. Pensar legalidades gerais que perpassam as juventudes requer partir do ser social, da ontologia do ser social. Compreender o humano e sua inclinação geral, que é seu cada vez maior afastamento das barreiras naturais¹⁵⁷ e maior impacto da socialização, é a chave para compreensão mais ampliada da reprodução social, logo, da inter-relação do seres em sua diversidade. Aqui está a base para erguer argumentos mais profundos, estudos outros, inclusive considerando a ética, tendo em vista que é por ela que se sustentam as relações humanas de outro tipo, não primitivas, mas cada vez mais sociais.

¹⁵⁶ O texto original: “*Public perceptions about Young people influence the (re)invention of various forms of legal and social regulation of youths. Increasingly, contemporary television news and print media portray Young people in the United State as out of control. Some adults express and exhibit fear of youth (Giroux, 2000, p. 15) referred to clinically, and sometimes popularly, as ephibiphobia (Males, 1999, p. 47). Worried adults rely on reports of high level of youth crime, unemployment, school drop-outs, and teen pregnancy in the urban core (read as: latino and Afriacan American youth) to confirm their worst fears. Recent high-profile news stories of school-based mass murders compound this moral panic. Many adults in the US perceive youth as a social pathology (Giroux, 1998) and urge legislative and social reform as a cure*”.

¹⁵⁷ Para deixar essa questão um pouco mais complexa do que já é, trago para o debate o historiador israelense Yuval Harari (2019), que em seu livro *Sapiens* narra experimentos genéticos que já estão sendo realizados em alguns mamíferos e roedores, portanto, para além das plantas. Como exemplos, ele cita alguns roedores do tipo rato-do-mato como uma das diferentes espécies que estão sendo submetidas à manipulação genética e os geneticistas que afirmam já ter conseguido isolar o gene responsável pela monogamia nesses roedores. Harari (2019, p. 538) questiona: “[...] se a inclusão de um gene puder transformar um rato-do-mato Don Juan em um marido amoroso e leal, estaremos muito longe de conseguir modificar geneticamente não só as capacidades individuais dos roedores (e dos humanos) como também suas estruturas sociais?”

A CRÍTICA ONTOLÓGICA DAS JUVENTUDES, BREVE CONCLUSÃO

[...] levei uma vida desdentada, pensou. “Uma vida desdentada. Nunca morde; esperava; preservava-me para mais tarde – e acabo de perceber que não tenho mais dentes”.

(...)

Queríamos bancar os homens feitos, éramos ridículos, mas eu me pergunto se o único meio de salvar a juventude não será esquecê-la [...]

(Mathieu Delarui, *A idade da razão*, Jean-Paul Sartre)¹⁵⁸

¹⁵⁸ Embora não sustente uma ontologia capaz de dar suporte à reinvenção de uma outra sociedade que não esta, e nem parta de uma ontologia do ser social, materialista histórica, Sartre adentra o debate ontológico nessa obra. Seu protagonista, Mathieu Delarui, quer mais se livrar das amarras sociais e tentar viver sua vida como que independente de tudo e de todos, saciando seus desejos e vontades sem se implicar com as consequências de suas escolhas, seja num sentido pessoal ou social, assim desvinculando-se de qualquer ética. As consequências negativas de suas decisões vão sendo tratadas por outros personagens, que expressam entender a liberdade que permeia Mathieu. Completamente individualizado, recusa a aliar-se a partidos políticos, seitas, religiões; conserva alguns poucos amigos, mas somente no bar – eles não adentram sua vida íntima. Prefere não ter casamento, não manter outros laços familiares ou outras amarras sociais e institucionais, que o fariam perder parte de sua liberdade por requisitarem dele posicionamentos com certa lógica social, pactualmente travados em cada um desses grupos. Por isso, seu comportamento chama a atenção e também suscita invejas em quem não consegue se colocar no mundo assim: tão aparentemente autônomo.

Mathieu sentia-se tão livre e, no entanto, essa liberdade, contraditoriamente, lhe soava como uma prisão também. Vivia uma vida dúbia: uma para sociedade e outra privada. Em determinados momentos o protagonista expressa incômodo com essa situação, invejando os que o cercam e são, por exemplo, filiados a um partido político, como no caso de Brunet, membro do Partido Comunista Francês. A vida do protagonista é cercada de bebidas, bares e encontros noturnos com sua amante Marcelle, que já duravam seis anos, mas sobre os quais fazia questão de ressaltar não ser um relacionamento, que nenhum dos dois gostaria de tornar público. Mantinha o mínimo de responsabilidade indispensável, relacionada ao vínculo que conseguia estabelecer como professor de filosofia. Questão fundante, a razão atinge o protagonista por volta dos 30 anos de idade. As formas pelas quais Mathieu efetiva suas escolhas são tão próprias, tão atraentes e tão medíocres que escolhi *A idade da razão* para iniciar as minhas conclusões do trabalho exposto até então. A razão, nos termos da obra de Sartre, parece permeada de dor e de sofrimentos, de cobranças sociais, de uma vida pesada e difícil, de regras sociais que não preenchem a necessidade de convivência, mas que devem ser seguidas a qualquer custo, mesmo que gerem uma vida compartimentalizada, com repartição de personalidade, cujo ajustamento e aceitação separa garotos de homens, jovens de adultos. Uma razão que aparentemente é negada às juventudes, o que as contorna de certa liberdade, seguida de invisibilidade social. Mas essa razão burguesa as aguarda, por isso é tão urgente viver ao máximo antes que ela requeira espaço, já que para a idade adulta esse é o destino inquestionável de todas/os: viver a idade da razão, essa razão medíocre.

O enredo do romance é o encontro de Mathieu com a razão que torna tudo pior, tudo somente suportável; que contorna os ajustados, que configura a sobrevivência, a reprodução do socialmente dado, mas não sustenta a vida em sua complexidade e potência, que escapa nas brechas deixadas por essas regras desenhadas pela razão burguesa. Nessa ontologia de Sartre a liberdade paira sobre as escolhas. As juventudes, inclusive as que aparecem no romance, como Ivich e seu irmão, mais novos que o protagonista, precisam também entrar no ritmo dessas regras sociais, assumindo, caso errem, o peso de suas escolhas. Ao encontrar com a razão o protagonista é capaz de identificar as consequências de seus atos, mas sua crítica à sociedade burguesa o faz negá-la numa aparente resistência às regras. Esse processo, no entanto, é tão individualizado que afeta apenas as pessoas mais próximas de Mathieu, gerando resultados negativos e nenhum impacto concreto na configuração ou resistência a essa razão burguesa.

A idade da razão é o primeiro volume da trilogia *O caminho da liberdade*, formada ainda por *Sursis* e *Com a morte na alma*, que trata da problemática da liberdade, da consciência e da moralidade na constituição do homem, do desenrolar do ser coletivo. O fundamental na obra é compreender a ontologia que perpassa a personagem, a individualização, a liberdade pautando as suas escolhas e constituindo a vida. O encontro de Mathieu com a razão acontece de forma bastante individualizada, marcada pela idade, sem considerar como a sociedade acolhe e promove o lidar com essa razão, com as idades, com as juventudes. Ao dizer que esperou tanto

Ao longo deste trabalho reforço a necessidade de desenvolvimento de uma crítica que permita avanços ontológicos no trato com as juventudes. Por esse motivo, e por entender que a qualidade ontológica interfere sobremaneira na vida concreta e objetiva das pessoas, na constituição das relações sociais e nas políticas públicas, as conclusões aqui dispostas procuram evidenciar as brechas teóricas deixadas pela sociologia da juventude. Esta, ao negar avanços ontológicos necessários nesse campo, colocou-se no lugar de reproduzir concepções dadas até então, muitas de cunho depreciativos do humano, que se baseiam e se agarram em gnosiologias embebidas na decadência ideológica (LUKÁCS, 2020a, 2018a, 2018b), na miséria da razão (COUTINHO, 2010). Como afirma Mario Duayer (2016, 2015), a crítica ontológica nunca deve deixar de existir, uma vez que, devido ao movimento da própria história e do ser humano-social, é sempre possível melhorar o que diz respeito ao ser das coisas, ou seja, é preciso melhorar a ontologia constantemente. Ela não se esgota, uma vez que o próprio humano está em transformação.

Sendo assim, tomo como certo que a ontologia do ser social é, até este momento, a melhor base de sustentação de relações de outro tipo e, em consequência, sustenta também uma sociedade de outro tipo, que não a mercadológica e propagada pelo capitalismo que se desenrola em crises e expansão, guardadas as mediações necessárias. É sobre ela, pela ontologia do ser social, que os pilares deste trabalho foram erguidos, com o objetivo principal de desvendar suas contribuições no que vem a ser o princípio de uma crítica ontológica das juventudes. Para tanto, caminhei pelos seguintes objetivos pendulares:

- 1) identificar a influência da decadência ideológica e do neoconservadorismo nas ciências modernas e, conseqüentemente, suas reverberações nos estudos tradicionais sobre juventude;
- 2) analisar as principais categorias trabalhadas na ontologia do ser social para fundamentar o processo de reprodução social e viabilizar o princípio da crítica ontológica proposta, ou seja, a crítica às relações sociais capitalistas de produção e reprodução; e
- 3) dialogar, a partir da ontologia do ser social, com alguns estudos sobre as juventudes tidos como tradicionais, especialmente no campo das ciências sociais e humanas que fundamentaram as ideias de uma chamada sociologia da juventude.

tempo para morder e que agora está sem dentes, o personagem abarca o diálogo tão necessário de espera que envolve toda a sociedade e suas normas sociais para a convivência com os mais jovens, com as juventudes.

Retomados os objetivos geral e pendulares, apresentados na primeira seção deste texto, parto para um breve resgate dos principais argumentos que sustentam esta pesquisa. Como dito anteriormente, a compreensão do movimento que as ciências e o conhecimento incorporaram a partir de 1848, tratado por Georg Lukács (2020a) como decadência ideológica e por Carlos Nelson Coutinho (2010) como miséria da razão, é o ponto das minhas conclusões. Esse comportamento que inunda a produção de conhecimento tem, entre outras tantas características, uma que se destaca: a sustentação irrestrita do sistema econômico, cultural e social em voga, que causa uma relativização da verdade para que a ciência caiba em seus interesses, e, mais que isso, os sustente. Dito de outro modo, ao invés da ciência caminhar para conhecer ou se aproximar da verdade objetiva, ela começa a ser utilizada como manipulação e passa a pautar argumentos capazes de promover a sustentação da reprodução desse sistema, como se ele fosse a única possibilidade do desenrolar da humanidade, da sociabilidade.

Com isso, as questões que nascem da contradição entre o capital e o trabalho, fruto da divergência de interesses, da exploração irrestrita de meios naturais, da usurpação do mais trabalho de cada ser humano, que se expressam, de forma global, pela questão social e suas diversas expressões, não são tratadas como de origem estrutural, como deveriam. É dizer, não são colocadas como questões que nascem desse sistema. Ao contrário, elas são naturalizadas. Assim, a questão social passa a ser moralizada e positivada, como se fosse possível eliminar suas consequências por meio de ações amenizadoras do resultado da exploração, como as políticas sociais, por exemplo. Estas, além de seu estrutural limite no trato da questão social, ainda têm perdido espaço na disputa pelo fundo público e na individualização e culpabilização pela situação de pobreza, a cada dia. Evidente que, embora tenha contradições, as políticas sociais contribuem para melhora da qualidade de vida da população que as acessa, ao mesmo tempo que reduz as fraturas causadas por esse próprio sistema, que se reinventa a todo tempo para não sucumbir.

No momento em que findo estes escritos, abril de 2021, é possível identificar a disputa pelo fundo público¹⁵⁹ numa simples e profunda questão. Estamos atravessando uma pandemia de proporções globais, a de Sars-CoV-2, o coronavírus emergente responsável pela doença covid-19, que matou em todo o mundo quase 3 milhões de pessoas, mais de 350.000 só no Brasil. Enquanto o flagelo pandêmico consome o país, o foco do governo brasileiro tem sido,

¹⁵⁹ Em entrevista concedida ao programa Prelúdio n 3, a professora de economia política da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Sara Granemma, sinaliza as disputas em torno do fundo nesse momento pandêmico. Entrevista disponível em: <<https://universidadeaesquerda.com.br/os-capitais-e-o-fundo-publico-no-contexto-de-crise/>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

desde o início, salvar a economia, pelo financiamento público de bancos, empresas, notadamente os médios e grandes negócios. Enquanto isso, a massa mais empobrecida da população (trabalhadores informais, novos e crônicos desempregados e desempregadas e pessoas historicamente excluídas do poder de compra) recebeu em 2020 quatro parcelas de 600 reais, na forma de um auxílio emergencial aprovado pelo Congresso Nacional – a contragosto do presidente Jair Bolsonaro, que pretendia pagar apenas 200 reais. Diante do assombroso aumento de brasileiros sem mínimas condições de suprir necessidades básicas de alimentação e higiene, no início do segundo trimestre de 2021, o governo federal retomou o programa, pagando, desde meados de abril, a quem já havia recebido o auxílio no ano anterior, valores ainda menores, quatro parcelas entre 150 e 375 reais.

Em termos de enfrentamento à pandemia, o Brasil firmou-se como exemplo mundial do que não deve ser feito. Desde o início negando a gravidade da doença, o presidente da República foi contrário e boicotou medidas não farmacológicas, como distanciamento social e uso obrigatório de máscaras; estimulou o uso de cloroquina/hidroxicloroquina, medicamentos cientificamente inócuos no tratamento da covid-19; apostou na imunidade de rebanho (quanto mais pessoas pegarem logo o vírus mais anticorpos teremos); e ignorou os apelos de especialistas para compra antecipada de vacinas, ao mesmo tempo que propagou *fake news* sobre o imunizante em testes pelo Instituto Butantan, a Coronavac, no momento em que escrevo, responsável por mais de 80% do Programa Nacional de Imunização do Ministério da Saúde (PNI/MS). Soma-se a essas posturas as autorizações dadas pelo Poder Legislativo, nos âmbitos nacional, regional e local, para a compra de vacinas por empresários, o que impactaria a fila única da vacinação, universal e gratuita, organizada na lógica do Sistema Único de Saúde (SUS) segundo faixas prioritárias (idade e profissionais expostos a maior risco de contaminação, como os da saúde, na linha de frente na atenção à pandemia). Nesse caso específico, ao autorizar a compra de imunizantes contra o Sars-CoV-2 pela iniciativa privada, o Brasil legaliza uma espécie de fura-fila de classes, na qual aqueles que podem pagar terão mais chances de sobreviver à grave epidemia. As disputas por poder e a manutenção de privilégios acontecem a todo momento, seja na busca pelo fundo público ou no uso do aparato estatal, e estão escancaradas nessa pandemia.

Tudo isso para dizer que esse movimento que se coloca a serviço da sustentação dessa lógica perversa do capitalismo é o mesmo que permeia as ciências, tornando-as passíveis de manipulação, tendo na razão burguesa sua fundamentação cada vez mais explícita. Com a ampliação da utilização dos dados torna-se cada vez mais capilarizada essa manipulação, o que

favorece a expansão da desigualdade¹⁶⁰. No trato específico com as juventudes, a decadência ideológica se expressa na leitura do comportamento delas como problemas individualizados, em que o disciplinamento e a repressão cada vez mais rígida aparecem como repostas, especialmente para os filhos da classe trabalhadora.

Por esse motivo, uma das principais conclusões aqui levantadas faz referência às juventudes em sua vivência em sociedade, um ato político-cultural que precisa ser coletivamente pontuado e pactuado. Sua defesa, a defesa de sua singularidade e de sua potência precisam constar também como mote da luta de classes, tendo em vista a dimensão da reprodução social que se localiza na relação entre a sociedade e os sujeitos mais novos. A educação, em suas diferentes frentes, mas em especial em sentido estrito, a do âmbito escolar, por exemplo, caminha para a promoção da razão burguesa, e, com isso, tem contribuído para compartimentalização da personalidade dos sujeitos, assim como das juventudes, que são educadas nesses moldes. E isso impulsiona a reprodução social dessa sociedade amesquinhada. Ou seja, coexistem a razão que sustenta o capital e outra, capaz de sustentar relações éticas, saudáveis, humanas e respeitadas, havendo um fosso entre ambas. O sistema capitalista requer capacidades e habilidades humanas diametralmente opostas ao que seria uma resposta humano-social na direção da emancipação humana.

Dá a necessidade de entender as distintas concepções sobre o ser que os estudos que pautam as juventudes propagam. Só assim é possível entendermos com que ideia de ser tem-se promovido e sustentado essa reprodução, a convivência social, as relações, os estudos, a própria educação, as políticas públicas, enfim, a vida em sociedade. Logo, aqui reside a indispensabilidade da crítica ontológica em sua forma mais geral, que, nos termos de Lukács (2018b, p. 60), “[...] deve incondicionalmente ser, portanto, uma crítica concreta, fundada na respectiva totalidade social e orientada para a totalidade social.” Partindo da ontologia do ser social, a crítica ontológica das juventudes sustenta-se na necessidade de compreensão dos complexos categoriais e legalidades que permeiam a reprodução social, dado que é exatamente nesse movimento que se localiza a fundamental troca entre as/os mais velhas/os e as/os mais jovens.

Para tratar da reprodução resgatei a categoria trabalho, na perspectiva de Lukács (2018a, 2018b), colocado como exemplo para a práxis humano-social. Justifiquei essa escolha como

¹⁶⁰ No documentário *Coded Bias* (2020, com roteiro, direção e produção de Shalini Kantayya), é possível identificar a correlação entre a tecnologia e a reprodução da desigualdade, repressão de classe e crueldade. Equipamentos e tecnologia de ponta são, claramente, mais acessíveis aos donos do capital, demorando até chegar à classe trabalhadora. No entanto, o uso dessa própria tecnologia, por exemplo, o reconhecimento facial, começa a ser de maior expansão primeiramente entre os mais pobres, num evidente viés repressivo e classista.

modo de pensar a reprodução social, que se explica também pela localização do trabalho no momento do salto entre o animal superior e o homem, somados aos constatáveis avanços analíticos e científicos já realizados a partir dele, junto com a linguagem (ENGELS, 2001). Ambas as categorias se tornaram fundamentais para a ontologia. Ao entender ontologicamente o trabalho, e desmembrá-lo num processo abstrativo, pude deixar em evidência sua categoria central, a teleologia, ou seja, a capacidade de imaginar, criar, construir mentalmente antes de executar. Nesse movimento, reforcei que a teleologia somente existe no processo que se efetiva com a consolidação objetiva da projeção mental. Do contrário, ela é apenas ideia, sem concretudes (LUKÁCS, 2018b).

Aliada à dimensão teleológica, ainda na perspectiva lukacsiana (2018a, 2018b), trabalhei as categorias da consciência, da necessidade, do espelhamento da realidade, da gênese da liberdade que reside na possibilidade de escolhas, as alternativas, o campo de manobra em que estas se desenrolam, e as cadeias causais que são acionadas sempre que uma decisão singular, concreta e objetiva é exteriorizada pelo ser. Com elas tratei, também, do produto humano genérico como resultado do esforço coletivo empenhado por toda a humanidade desde sua gênese, e do necessário entendimento de que ele, o produto humano genérico¹⁶¹, deve ser de toda a humanidade, independente de questões de classe. Ou seja, por expressar conquistas e avanços históricos em todas as diferentes áreas do saber, da convivência e da criatividade humanas, deve ser de acesso a todas/os já que implica o campo de manobra, nas alternativas, e influencia as escolhas dos sujeitos. Essa negação do acesso ao produto genérico nosso, humano, se expressa, dentre outras formas, pela própria disposição preliminar de lugares a serem ocupados pelos sujeitos por suas características, sejam elas físicas, biológicas ou sociais.

É como se já estivesse dado o lugar a ser ocupado no mundo pelo ser, incluindo seus gostos, algo aparentemente tão próprio e singular, podendo a sua grandeza e determinando modos de vida como a profissão a ser trilhada, o gosto musical, o instrumento que se quer tocar, o esporte que se pode jogar. Tudo previamente escolhido para cada ser, delimitando caminhos, processo que para ser superado sugere um necessário acesso ampliado às possibilidades, à produção humano-genérica como um todo, sem delimitações econômicas, culturais e sociais. Isso contribuiria para ampliação do campo de manobra de cada ser e agiria na própria reprodução, em sua forma mais crua. Evidente que a necessária superação desse sistema capitalista se encontra aqui também, mas quero ressaltar as formas de reprodução que mesmo

¹⁶¹ A produção humano-genérica está melhor desenvolvida na seção 3.2 (A Reprodução Biológica e Social, a Continuidade Histórica, o Movimento).

os movimentos de caráter mais progressistas acabam por viabilizar e reforçar ao traçar previamente *lugares a serem ocupados* pelas juventudes, seja na promoção do viés artístico, cultural, de trabalho, emprego, entre outros.

No movimento desse complexo categorial, que é acionado por decisões coletivas e singulares, permeadas por ideologias e pela alienação, a história se constitui, a reprodução social é alavancada. A práxis humana é, assim, um complexo de múltiplas determinações, de múltiplas legalidades que se entrecruzam, que não são passíveis de ser lidas e interpretadas a fim de produzir o efeito de previsão de consequência da ação, consequências das escolhas, indicando a existência de determinabilidade. Na leitura dessas categorias, porém, é possível compreender a existência de certa tendência na história humana, e ela é constituída pelo afastamento das barreiras naturais. O movimento do ser é o de tornar-se cada vez mais social sem abandonar sua base orgânica jamais (LUKÁCS, 2018a, 2018b).

Muitos estudos sobre as juventudes, inclusive os realizados por Karl Mannheim (1968, 1993) e José Machado Pais (2013), bastante utilizados na contemporaneidade, são prejudicados exatamente aqui: ao definir determinabilidade aos atos das juventudes, em si tão diferentes. Eles tentam prever características das/dos jovens ou capacidades desde a centralidade da singularidade da idade, sem partir de uma ontologia do ser, logo, genérica. O ponto de partida para esses autores são as idades, o que enviesa os seus estudos. É necessário considerar que antes de serem jovens, eles são seres humano sociais. Nesse sentido, é fundamental compreender toda a complexidade categorial e de legalidades que permeia o ser social, antes de se chegar a questões que dizem respeito às singularidades. Por óbvio, esse problema não se esgota aqui, mas é sinalizado como uma forma de contribuir para o debate para fins de ser aprimorado, desmembrado, melhorado. Seja como for, o fato é que não há como se aproximar da totalidade que compõe o complexo das juventudes assumindo uma separação e distanciamento delas como ser social que são.

Esse aspecto é exposto na seção 3, quando debato o próprio movimento das ciências sociais e das suas especializações no pós-1848, já brevemente mencionado também nesta conclusão. A emergência de especificações e especializações que auxiliassem nas resoluções de problemas diversos fez com que *a parte* fosse assumindo mais importância que *o todo*, e, em muitos momentos, *o todo* foi desconsiderado no processo do conhecer, nas constituições de suas técnicas e metodologias. Isso também fez com que as ciências se distanciassem umas das outras, redundando em fossos analíticos que prejudicaram e continuam prejudicando o alcance

da verdade objetiva, que se dá no entrecruzamento das ciências, já que a vida, a história e a sociedade se constituem nesse interim.

No que diz respeito às juventudes, conforme tratado na seção 4 deste trabalho, isso fica ainda mais evidente na descrição de como elas foram se tornando objeto de estudos e colocadas de forma apartadas do contexto social, estrutural, cultural e político, bem como das próprias questões humanas que as envolvem. Em determinados trabalhos as/os jovens eram considerados como seres em construção, sugerindo certa incompletude, fato que só prejudicou a afirmação de uma ética entre as relações, imprescindível para o desenrolar de uma sociedade mais justa e humana, para a emancipação política e também humana. Essa incompletude foi reforçada por estudos como os de Mario Margulis e Marcelo Urresti (1996), que sugerem que as juventudes são permeadas por maturidade biológica e imaturidade social, o que faz com que os autores sustentem uma ideia de ensaio para vida, que determinada parcela da juventude usufrui, chamado por eles de moratória social. No entanto, a vida não é um teatro; ela tem consequências reais, diversas e penosas, especialmente se entrecruzadas com as singularidades de gênero, étnico-raciais e de classe.

Essa ideia de incompletude que permeia a singularidade das idades, em especial as infâncias e as juventudes, tem consequências negativas na vida singular e coletiva, já que inviabiliza a convivência ética entre os seres, que é capaz de sustentar as potencialidades existentes em cada um. Ao contrário, ela estabelece e fortalece descondições às singularidades, causando invisibilidades sociais e disputas entre as idades, no extremo promovendo até mesmo a violência. Há uma espécie de preconceção de que as crianças e os jovens precisam aguardar pra viver, participar socialmente, para ser considerados, ouvidos e entendidos como ser, tendo em vista que ainda não estão prontos pra a vida social.

O caminho mais complexo, porém fundamental, é o baseado na ética universal e na necessidade de compreender e se aproximar da totalidade, das diversas singularidades humanas e como, a partir delas, é possível tratar a participação na vida e a existência ativa de todas/os com respeito aos limites e fortalecendo as potencialidades de cada uma, de cada um. Por exemplo, com relação aos idosos, na sociedade contemporânea há uma preconceção, um senso comum que sinaliza que eles já não devem mais participar da vida social porque o tempo já passou para eles. Assim a sociedade sustenta uma ideia produtivista de ser humano em que só é considerado ser completo quando adulto produtivo, desconsiderando a importância e a potência das singularidades que permeiam o ser durante toda a sua história de vida.

E assim, nessa relação entre as idades, não são consideradas as potências existentes nas singularidades, mas somente os seus limites, e, a partir deles, desenhadas as estratégias de reprodução social, que se articulam na sustentação de uma ontologia medíocre, pela qual somente viabilizam a continuidade da sociedade como ela se encontra, com reforço de seus privilégios ancestrais, ou seja, caminha para impedir o novo de nascer. É evidente, portanto, que as sociedades desenvolveram e continuam desenvolvendo em toda a sua história aparatos limitantes para as juventudes. Contudo, não trato aqui dos limites conforme aquele sentido que sugere crescimento e desenvolvimento, mas aos que indicam invisibilidade, incompletude, repressão e disciplinamento, em especial das juventudes da classe trabalhadora, que carregam o peso da privacidade violada, da consequência desmedida, que outros não atravessam. Aliado a essa invisibilidade social programada soma-se o não direito de acesso à produção humano genérica, como dito anteriormente.

A potência da singularidade das juventudes, que se torna evidente no movimento da reprodução social, portanto, ainda precisa passar por um processo de afirmação social, de sustentação, de legitimação, que tentativas de legislações específicas, como o próprio Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), não foram capazes de dar base. Por isso reforço novamente, como já o fiz nesta conclusão, como resultado do próprio avanço da crítica ontológica das juventudes, a importância da defesa dessa potencialidade da singularidade das idades, entre tantas outras, e não a sua supressão, como tem sido feito. Defesa essa que precisa inclusive fazer parte do mote das nossas lutas, da luta da classe trabalhadora, pela importância que as juventudes carregam no processo de reprodução social.

A sustentação biológica, que parte do argumento do ser incompleto para justificar diferenças no ser e estar das juventudes e também das crianças, explicitando a necessidade de um período de formação, ao mesmo tempo concede limites e estabelece um limbo para as infâncias e juventudes em sua vida social. Dito de outro modo, não é possível participar da vida em sociedade, ser ouvido, ser considerado como sujeito, nem mesmo nas escolas, espaço reconhecidamente de direito seu, por uma suposta imaturidade. Quando há espaço de diálogos nas escolas, constantemente as vozes de crianças e jovens têm menor peso que as dos mais velhos. As vozes ouvidas são as dos adultos produtivos. Aos idosos a limitação é desenhada no sentido de facultar o falar, o participar, o se posicionar, afinal não produzem mais economicamente, e a vida numa sociedade capitalista se reduz à produção do valor de troca. A ordem é: se o seu tempo não chegou ou se ele já passou, participar deve ser para outros.

Com isso reproduzimos deliberadamente as relações ainda permeadas e sustentadas por uma ontologia arcaica, sem desmembrá-la, macerá-la, debatê-la, questioná-la em diversos momentos, inclusive ignorando-a. E isso em nada contribui para avançar no sentido da constituição de uma ética universal, que aja na transformação das relações, entendida aqui como a alternativa concreta, urgente e viável de caminho para uma outra sociedade, não centrada no mercado. Sem entender a urgência do avanço ontológico, o debate das idades e outras singularidades e a necessária crítica, somada ao seu impacto na reprodução social, contribuimos para a manutenção dessa sociedade. Considerando essas múltiplas determinações na configuração da história, é fundamental pontuar uma tendência que se localiza no fato de se processar dia após dia um afastamento das barreiras naturais, que inevitavelmente acontece de forma constante e se refere ao tornar-se cada vez mais social do ser, sem perder sua base orgânica, biológica.

A juventude e as demais singularidades humanas, como gênero, etnia, raça, sexualidade e nacionalidade, são complexos que agem conjuntamente a partir de suas próprias e múltiplas legalidades, embebidas nas condições socioculturais, geográficas e econômicas, influenciando as alternativas disponíveis a cada ser. Ou seja, as singularidades impactam a ampliação ou retração do campo de manobra e agem sobre a disposição de alternativas. Assim é que essas singularidades estão presentes na gênese da liberdade, na realidade concreta e objetiva de cada ser, no seu cotidiano. As mudanças nas relações sociais ocasionadas pela aproximação necessária com uma ética universal fazem com que as dificuldades surgidas das intolerâncias e opressões às diferenças comecem a ser reveladas e nomeadas para serem superadas.

Políticas afirmativas de todo tipo agem no sentido de potencializar essas mudanças sociais nas relações humanas na direção de uma ética. Mas ainda há muito a ser feito, sobretudo considerando que o próprio sistema em voga, que vive da concorrência, da usurpação, da opressão, da comparação, da homogeneização das diferenças, da sustentação de hierarquias, das desigualdades e do poder, se mantém a partir do resultado dessas relações amesquinhas.

Nessa perspectiva, uma chave analítica aqui evidenciada se localiza na afirmativa de que o ser humano é um ser que dá respostas a todo momento. Vale então destacar que há, como ponto central das minhas conclusões, diferenças nas respostas dadas pelas juventudes às questões cotidianas que lhes são apresentadas, por sua vez também impactadas por um complexo multideterminado. Longe de tentar decifrá-las, e cair no mesmo erro dos autores discutidos neste trabalho, quero sinalizar que as diferenças no campo de manobra das juventudes têm limites estabelecidos e são impactadas pelas próprias sociedades em que estão

inseridas, não sendo, portanto, características e limites dos sujeitos, mas construções sociais. Limites esses que influem sobremaneira na reprodução social e no acesso ao produto humano genérico. Para evidenciar esse impacto resgato, na seção 3, os exemplos da educação e da sexualidade, tratados por Lukács (2018b) para enfatizar também a tendência do ser de se tornar cada vez mais social.

Ao tratar da educação pontuo como as respostas sociais podem ter consequências diversas segundo a interação, com os sujeitos, que se realizam a partir de uma teleologia de segunda ordem. Melhor dizendo, uma ideia do que se pretende atingir é transposta a um outro ser que aciona outras tantas cadeias causais por meio de suas escolhas entre alternativas, lançadas pelo próprio processo educativo que está sendo desenrolado, que se processa em determinado campo de manobra. Nesse movimento, o resultado pode ser muito diferente do que o imaginado no começo. É importante, porém, considerar que todo esse resultado representa a potencialidade humana de dar respostas a questões da vida, nele se localizando também a gênese da liberdade, que acaba com qualquer determinabilidade aliada ao ser social, às juventudes. Como já dito, a reprodução social está nesse movimento de interação entre as/os mais velhas/os e as/os mais novas/os, num sentido educativo ampliado. Ela, porém, se desenvolve também em meio a disputas de poder, como nos lembra Pierre Bourdieu (1983).

As respostas desenroladas no processo educativo, que de forma ampliada se efetivam por toda a vida, não somente durante o período das juventudes, igualmente sofrem influências da experiência particular. Considero aqui dois tipos de experiências: a que é resultado da acumulação de situações de vivência própria e a que se configura por meio do acesso a experiências alheias. Esse fato coloca as/os jovens e as/os mais velhas/os em condições diferenciadas, se considerado o poder que as experiências destes exerciam nas sociedades mais antigas e menos tecnológicas. Contemporaneamente, ao ter acesso facilitado a informações e relatos, as juventudes fazem com que as experiências se efetivem e se acumulem de outra forma, não mais somente pela vivência. E isso tem provocado transformações no modelo atual de trocas sociais mais visíveis nas sociedades ocidentais.

Também pontuo a questão da sexualidade para expressar, acompanhando Lukács (2018b), a tendência cada vez mais social do ser, inclusive no que diz respeito às necessidades biológicas. Para tanto, demonstro como o sexo vai deixando de assumir um sentido unicamente reprodutivo à medida que o ser humano o domina socialmente. É nessa perspectiva que convoco as legislações afirmativas referentes à questão sexual e de gênero, demonstrando como elas têm impactado a forma como os sujeitos se relacionam, numa busca pela superação de resquícios

de uma sociedade patriarcal e machista, ainda muito presentes. A superação dessa base social que foi se tornando naturalizada com o tempo tem sido mote de disputas de poder que envolvem desde o direito ao divórcio e à diferenciação e gravidade do feminicídio sobre o crime comum até a descriminalização do aborto, entre outros crimes e opressões fundamentados na relação de gênero. Temas que ainda estão longe de ser superados por completo no cotidiano, a despeito de algumas vitórias acumuladas nos últimos anos.

Os estudos sobre geração, e também sobre juventude, apesar de originados ainda no primeiro milênio da era cristã, foram ganhando forma e densidade muito influenciados pelo aprofundamento da socialização das relações, pela Revolução Industrial, pelas questões surgidas da relação capital e trabalho e pelas resistências a um novo modo e padrão de vida presentes nas cidades em expansão. Em suma, em evidente imbricação com a questão social, portanto, com as expressões e os resultados das lutas de classes, entrecruzada por resistências ao paradigma moderno, que nasce na passagem da Idade Média para a Idade Moderna e se intensifica nos séculos XIX e XX. Tanto por meio de maior pressão e dominação quanto por maior resistência, essas expressões contornam o processo de reprodução social, que ganha categorias diferenciadas no sistema capitalista, requerendo aparentemente liberdade, racionalidade e humanidade para se impor.

A criação de uma racionalidade e de instituições que sustentassem o modelo político-econômico moderno nascente precisava considerar a resistência que crescia, especialmente direcionada ao intenso controle da vida, das horas, do tempo, dos desejos e das necessidades fisiológicas, sexuais e alimentares dos trabalhadores. Estes eram e continuam sendo a chave de produção de riqueza, guardadas as devidas mudanças de tempo e espaço. Naquele momento, a superexploração do trabalho, em todas as idades e singularidades, converteu-se em pulsão da superacumulação de riqueza. E esse movimento sancionou o distanciamento econômico entre as classes que se afirmavam, trazendo para a modernidade configurações capazes de sustentar racionalmente as desigualdades fundadas no passado medieval.

O necessário controle dos impulsos e da vida, mais evidente na Idade Moderna, está diretamente ligado ao desenvolvimento do ser, que se torna cada vez mais social em um processo que exige cada vez mais disciplina e controle e, conseqüentemente, se distancia das barreiras naturais, ou seja, da animalidade e dos instintos que nunca se farão completamente subsumidos, mas que passam a ser negados. O ser humano, na relação com o mundo ambiente, racionalmente se compreende, se justifica e se entende com certa superioridade, com certo antropocentrismo na relação com os demais seres e com o universo. Fato questionado por

Coccia (2018) e por Lukács (2018b), como tratado na seção 3. Para ambos os filósofos, só é possível alcançar a profundidade necessária de determinado estudo quando se desantropomorfiza a vida; quando se compreende o interesse e a mútua necessidade estabelecida entre os diferentes tipos de ser, quais sejam: inorgânicos, orgânicos e sociais.

A ontologia do ser social sustenta relações de outro tipo, não só entre os seres sociais, mas na interação complexa com o ambiente e todo o ecossistema. Sinaliza, para tanto, um caminho cultural/econômico e político, que se aprofunda e se refunde nas relações cada vez mais sociais e conscientes, próprias do ser social e fundadas em uma ética que permeia as relações. Não existe mudança pelo viés da busca da supressão das desigualdades quando se parte de uma revolução econômica que não contempla a emancipação das relações, ou seja, sem uma verdadeira revolução também nelas. Esse aspecto é sinalizado em diversos momentos por Lukács (2018b), ao descrever as relações entre homens e mulheres, crianças e adultos, jovens e velhos. Essas críticas são consistentes e podem ser feitas a partir da própria história da humanidade, e também desde a experiência da Rússia stalinista. Essa é outra conclusão fundada na ontologia: sem revolução nas relações não há transformação que se sustente. E essa revolução precisa considerar as singularidades humanas, a questão das idades e a forma como as sociedades as potencializam, projetando um cotidiano revolucionário que considere a reprodução social contida nessas relações.

Ao invés de considerar as determinações gerais, as expressões nascidas da questão social, inclusive o movimento de afirmação do capital, de sustentação de relações de outro tipo, de opressões e repressões ao ser do trabalhador para se fazer moldado aos interesses das indústrias, em grande parte os estudos estacionaram suas lupas investigativas na aparência de determinados fenômenos. Aqui vale o exemplo específico das expressões da questão social que envolvem as juventudes urbanas no início do século XX, conforme apresentado na seção 4 deste trabalho. As análises surgidas naquele momento trataram de fundamentar no nível histórico as questões apresentadas, tentando encontrar caminhos para justificar e entender que o que não se enquadrava no sistema em expansão possuía algum erro de percurso. E, por isso, precisava de correção. Assim, começaram a ser moralmente tratadas, individualizadas nos sujeitos humanos questões que eram e são conjunturais, sistêmicas.

As juventudes em si não apareciam como tema das investigações acadêmicas. Ao contrário, inicialmente ganharam destaque os fatos identificados como problemas, como expressões da questão social aliadas à expressão cultural e de vida das próprias juventudes, como, por exemplo, a música, o estilo urbano, o questionamento à cultura mercadológica, a

contraposição, o uso e abuso de psicotrópicos, o desemprego e a convivência em grupos nos espaços públicos, entre outros, em especial quando incomodavam a alta sociedade ou questionavam a sua forma de vida. Elas só se adensaram quando os pesquisadores buscaram entender esses comportamentos tidos como desviantes já de antemão deformações, expressões que fugiam à regra geral, escapavam ao disciplinamento pregado pelas regras sociais. O que chama a atenção é que as conclusões desses trabalhos, em sua maioria, caminhavam para o enquadramento, a disciplinarização dos sujeitos que não se adequavam (PARSONS, 1968; EISENSTADT, 1968).

No período posterior à Revolução de 1848, grande parte da sociologia se deixou dominar pela necessidade de construção de argumentos que contribuíssem para reduzir o impacto da expansão do sistema capitalista e, conseqüentemente, viabilizar seu avanço. Por esse motivo, outra conclusão é que muitos estudos sobre as juventudes, desde os mais tradicionais do início do século XX até os mais contemporâneos, estão impregnados pela decadência ideológica (LUKÁCS, 2012, 2018a, 2018b, 2020a), pela miséria da razão (COUTINHO, 2010) em que as ciências sociais, e suas especializações, mergulharam. Esse fato, permeado por uma ideia de construção de conhecimento não fundado na realidade concreta, mas passível de ser realizada de escritórios e a partir de leituras de realidade neutras e desimplicadas, idealizadas também, permeou a sociologia, assim como diversas especializações dela – e não podia ser diferente com a sociologia da juventude, já na sua origem.

A esse movimento da decadência e da miséria da razão soma-se um outro, o de resgate de teorias tradicionais na contemporaneidade, em especial a das gerações desenvolvida por Mannheim, e de contínua propagação de pesquisas de cunho empirista e pragmático. Isso ocorre em razão de uma escassez de trabalhos centrados na ontologia, tomada como superada, já suficientemente desenvolvida. Os estudos de fundamento, sobre a origem do ser não estão superados, como se pensava, nem no que diz respeito ao ser genérico nem muito menos pensando suas singularidades, que durante tanto tempo foram desconsideradas pela história e pela convivência social também.

O abandono da ontologia e a propagação de trabalhos gnosiológicos ajudaram a promover descasos da academia, com as singularidades humanas causados pela busca centrada na sustentação do sistema e na superação de suas cada vez mais evidentes rachaduras, como repressões, opressões, crueldades, enfim, violências diversas como preconceito, hierarquias etárias, racismo, machismo, misoginia e homofobia, entre tantas outras anomalias sociais. Ao fim e ao cabo, reproduziam apenas teorias passadas, com quase nenhum adensamentos e

superações, o que contrapõe, inclusive, a preponderância do ser sobre o conhecer, como afirma Lukács (2018a), na relação com o conhecimento, ou seja, contrapõe a preponderância do ontológico sobre o gnosiológico.

Muitos estudos iniciais, como já dito, se caracterizam por análises superficiais, das aparências, têm traços empiristas. E, mesmo quando avançam um pouco mais em suas análises, acabam por apresentar ontologias duvidosas, que criminalizam as juventudes ou as reduzem a signos, estabelecendo uma possível essência. A geração é uma categoria histórica que de forma ontologicamente fundada sofre influências de categorias primeiras, como o próprio trabalho e a linguagem, e da teleologia na práxis, e não deve assumir centralidade e unilateralidade na configuração do ser, dado que ele é mais que a transitoriedade da idade, mais que o tempo que o atravessa, mais que a manipulação da sociedade, como nos lembra Bourdieu (1983). Em se tratando do ser e da sua complexidade, nenhuma categoria deve ser colocada de forma central, nem idade nem tempo. Tendo em vista que o ser propriamente dito é um complexo de complexos, não tem uma legalidade determinada univocamente por categoria nenhuma. A certeza que perpassa esse entendimento é unicamente a tendência de afastamento das barreiras naturais, do ser se tomando a cada tempo mais social, como já expresso também em linhas anteriores.

Ainda sobre a origem da sociologia da juventude e o que resta dela, a sobreposição de formas de conhecer incompatíveis – por exemplo, somando epistemologias diferentes, num sincretismo teórico que mistura ciências naturais, exatas e experimentais às ciências sociais –, juntamente com a sustentação do sistema nascente e a negação da verdade objetiva, fez com que tudo que era visto como problema buscasse ser compreendido a partir da expressão do que precisava ser corrigido em âmbito individual. Então a ciência positivista ocupou-se de entender os problemas nascentes da relação de exploração e da reprodução das relações de poder para encontrar saídas por dentro do sistema. Evidentemente essas saídas apresentavam-se como docilizadoras, como momentâneas, repressoras e individualizantes, permeadas por uma perspectiva moralista que visava a compreender as questões que apareciam como disfunções dos indivíduos e que podiam ser corrigidas. Assim se moralizavam questões econômicas e sociais; se naturalizava a desigualdade e se subsidiava científica e filosoficamente a reprodução do sistema, por meio inclusive dos estudos da sociologia da juventude.

Ao dar destaque às idades e à geração, autores mais recentes, não vinculados aos estudos tradicionais da origem da sociologia da juventude, afirmam uma espécie de pluralidade, de diversidade das juventudes, com base já nos culturalistas ingleses, dentro de parâmetros

também reducionistas preestabelecidos, relativizando conceitos, colocando pesos em signos, em características, em consumos, na moda. E essa abordagem também não tem como dar conta da complexidade do ser, mesmo se autoafirmando pluralista. Evidente que houve avanços e eles se localizam especificamente na possibilidade de sustentar a diversidade das juventudes e de tentar superar um estigma de problemas que as circundavam. Com a ideia de culturas juvenis, a vertente culturalista inglesa se sobressaiu aos estudos estadunidenses ao apresentar argumentos mais plurais e críticos no interior daquilo que era a sociologia da juventude até a década de 1970.

Vale ressaltar, como feito na seção 4, que um grande avanço dado pelos estudos culturalistas foi sua aproximação com as juventudes trabalhadoras e expressões culturais próprias das/dos jovens daquela época, a exemplo dos hippies e dos motociclistas. Essa abertura ao entendimento pela mescla das perspectivas antropológica, literária e sociológica revela certa consideração às diversidades culturais. Nesse âmbito de reforço à pluralidade, uma característica correntemente salientada na proposta da diversidade das juventudes dos culturalistas ingleses diz respeito às classes sociais. Sua abordagem, porém, é limitada, uma vez que se refere simplesmente à posse material. Por exemplo, ao enfatizar a existência somente de classes a, b, c e d reforça um sentido de poder de compra que não considera questões referentes à disputa de interesses e ideias. Não há, portanto, análise de implicações da luta de classes, como exposto anteriormente aqui. E isso leva o debate para um caminho analiticamente duvidoso, já que assentado em argumentos limitados, muito próximos às características próprias do movimento de destruição da razão (LUKÁCS, 2020a; TONET, 2016; COUTINHO, 2010; LÖWY, 2007). Essa questão acaba sendo resgatada e observada em diferentes estudos contemporâneos, como em Pais (2013), por exemplo, que considera a questão da pertença de classe social exatamente como poder de compra.

A pluralidade requerida nos debates das juventudes, questão também levantada pelo culturalismo, constantemente reduzida à utilização do termo no plural, é assimilada a partir de expressões próprias de um ideal de juventude, características plurais gerais que informam socialmente o que é ser jovem, o que por si só destrói a complexidade do ser que perpassa irrestritamente todas as idades. A primeira questão a ser considerada, portanto, é a multideterminação, como apontado por Lukács (2018a, 2018b). Assim, ao tratarmos do ser social essa multideterminação deve ser apontada também quando consideradas as juventudes e todas as demais singularidades humanas. Ocorre que geração acaba sendo previamente entendida na sociologia da juventude como um axioma, como um intervalo entre idades

localizado no tempo e espaço que diz muito por si mesmo, reforçado pela própria teoria das gerações de Mannheim (1952). No entanto, sugiro que o termo geração poderia ser melhor apreendido se associado somente a determinado tempo/espaço, ao contextual complexo considerando todos os seres, de todas as idades que perpassam certo tempo histórico. Afinal, todos partilham as experiências de um mesmo tempo.

Para exemplificar, geração como tratada pela teoria mannheimiana, logo, entendida como um intervalo entre idades localizadas num certo tempo e espaço e assumindo preponderância na análise, é o que dá sustentação a termos como geração X, geração Y, os *millennials*. Ou seja, são formas de entender um bloco ideal de juventude que exterminam as diversidades. São quase mitos de sujeitos que no cotidiano concreto não expressam essa homogeneização. São estudos que satisfazem o leitor por conglomerar características econômico-sociais em um grupo de jovens, a partir de questões aparentes, e, assim, identificar similitudes ao que tem assumido preponderância em determinado tempo e espaço no contextual social. Mas, efetivamente, não representam nem a situação concreta nem apresentam ganhos analíticos. Conforme aponta o filósofo italiano Emanuele Coccia (2020), essas classificações não têm nenhuma base na realidade social: “A experiência do presente não é de ninguém, mas de todos, muito jovens ou muito velhos”.¹⁶²

Essa é a centralidade do esforço analítico empreendido até aqui: a necessidade de entender que a diversidade das juventudes é sustentada na própria diversidade do ser social. Parte daqui também o incômodo que originou o problema de pesquisa e o impulso para entender o motivo dessas análises vazias sobre as juventudes, que precisam de mais empenho em busca da totalidade para se travar efetivas análises do cotidiano, das expressões da questão social e do próprio ser social em sua juventude. Só por esse exemplo trazido por Coccia, referente aos *boomers* e *millennials*, já é possível entender como a sociologia da juventude não somente nasceu enviesada como continua dando frutos com o mesmo sentido e totalmente à parte da totalidade social e do concreto.

É aqui então que a chave de entendimento se abre e já é possível afirmar a necessidade de considerar a ontologia do ser social e suas categorias fundantes como fundantes do ser, independentemente da idade, do sexo, da questão étnico-racial. Somente depois de compreender as multideterminações humano-sociais, suas características orgânicas e sociais em

¹⁶² Fragmento de texto no original francês: “*Boomers, millennials et autre signes ésotériques: ces classifications ne reposent sur aucune réalité sociale. L’expérience du présent n’appartient à personne, mais à tous, très jeunes ou très vieux*”. Disponível em: <https://www.liberation.fr/debats/2020/09/11/generation-x-ou-y-ca-n-existe-pas_1799205/>. Acesso em: 16 fev. 2020.

interação, a tendência ao afastamento das barreiras naturais, permeando a reprodução social, é viável iniciar a tentativa de compreender como o sistema capitalista, promotor e reproduzidor de uma socialização perversa, torna categorias naturais humanas, como o sexo, a questão étnico-racial e a idade, manipuladas por meio de opressão e repressão, expressão complementar social da convivência, das relações sociais. O inverso disso também é constatável: a naturalização perversa de opressões construídas no social, como o patriarcado, o racismo e o machismo, assim como a ephibifobia e o próprio termo geração “nem nem”.¹⁶³

Retomando mais uma vez a questão da legalidade do humano, conforme evidenciou Lukács (2018a, 2018b), vale reforçar a sua inviabilidade de reconhecimento até então, sustentada por sua complexidade, criatividade, gênese de liberdade e multideterminação. Mas é fundamental ressaltar a tendência de afastamento das barreiras naturais pela qual o ser está submetido e se movimentando no cotidiano, sem se desvincular de sua base biológica. É por essa tendência, por esse caminho que é preciso sustentar a necessidade de relações de outro tipo, pautadas em uma ética universal. Somente por meio de argumentos políticos, de defesas das singularidades humanas e afirmadas no campo da ética é possível construir as bases para a sustentação da categoria juventude, que é histórica e se metamorfoseia, como o próprio humano.

Assim como toda a sociedade se uniu e se une na luta pela erradicação do trabalho infantil, que persiste existindo e sustentando a exploração, o que a torna ainda necessária, também é fundamental uma luta e disputa políticas que abram caminhos para o acesso ao produto humano genérico de forma equânime, pensando o humano também em sua juventude, considerando sua potencialidade de ser, sem traçar destinos e caminhos previamente, sem reduzir seu campo de escolhas individuais e coletivas. Tendo na reprodução do humano, no acesso ao produto humano genérico, um caminho para uma outra sociedade e não uma sustentação para a que já está posta, repleta de desigualdades e opressões. Mas nesse debate entram também questões de outro tipo, conjunturais, econômicas, por exemplo.

Vou terminando estas conclusões regatando uma consideração fundamental levantada por Angela Davis (2009), ao tratar da questão étnico racial, mas que trago de forma ampliada

¹⁶³ A geração “nem nem” foi sendo registrada no Brasil como um conjunto de jovens que nem estuda nem trabalha. Ou seja, uma taxa categorial infundada, que promove a individualização, que culpabiliza as/os jovens e desloca a análise sem considerar a totalidade, não pontua a questão da idade reprodutiva da mulher ou o próprio desemprego estrutural ou, ainda, a falta de vagas no ensino médio ou a questão das estruturas das escolas. Mas, ao contrário, chega a dizer que o problema é emocional, individual, conforme texto do IPEA: “[...] as razões para esse cenário, de acordo com esse estudo, são problemas com habilidades cognitivas e socioemocionais, falta de políticas públicas, obrigações familiares com parentes, filhos, entre outros”. O texto completo pode ser lido em <https://www.liberation.fr/debats/2020/09/11/generation-x-ou-y-ca-n-existe-pas_1799205/>. Acesso em: 16 fev. 2020.

para pensar a singularidade humana como um todo. Nessa consideração, que aparece no livro *A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura*, a autora diz assim: “O desafio do século XXI não é reivindicar oportunidades iguais para participar da maquinaria da opressão, e sim identificar e dismantelar aquelas estruturas nas quais o racismo continua a ser afirmado” (DAVIS, 2009, p. 34).

O intuito é, como já vem sendo proposto, sustentar a necessidade de que os estudos sobre a singularidades do ser, sejam eles sobre as juventudes, as crianças ou os idosos, sejam pautados na ontologia, considerando as implicações e legalidades gerais especialmente no processo de reprodução das relações sociais, para somente então partir para questões mais particularizadas. Apenas assim é possível tentar chegar o mais próximo da totalidade, levando em consideração a multideterminação do ser genérico e não apenas considerando linguisticamente a diversidade por meio do uso do plural¹⁶⁴, ou de repetições gnosiológicas, mas dando concretude e fundamentação ontológicas a elas.

Compreender as contribuições dos estudos sobre as juventudes e ir além, identificando a sustentação ontológica, é, portanto, entender o chão de sua produção, a teoria social que a deu origem. E entender o que se defende e se quer propagar como fundamentação de ser. Na maioria das vezes essa identificação requer um esforço investigativo, dado que essas questões ontológicas, especialmente em estudos gnosiológicos que a negam, não são evidentes, ficam subsumidas. Somado a isso está o fato de que são trabalhos que permanecem na dimensão da aparência e acabam sendo de fácil assimilação e identificação com o texto e também com o contexto, o que obnubila ainda mais a origem das defesas. Embora requeira um esforço, conforme descrito até aqui, quero com essas ideias iniciais minimamente chamar a atenção para essa questão ontológica no debate entre as idades, a importância do aprofundamento sobre o ser em suas singularidades e/ou particularidades. Para que a escolha de quem investiga seja consciente sobre o que se sustenta e o que se quer promover, já que a ciência, suas produções e seus avanços contribuem e reforçam a configuração superestrutural a partir de um conjunto de ideias e alternativas que ou reproduzem o que está posto ou avançam em busca de descortinar e subsidiar a sociedade que se pretende atingir.

¹⁶⁴ Há um axioma no campo de estudos das juventudes que é o uso do plural *juventudes*, pressupondo que quem utiliza o plural reconhece a diversidade juvenil, mesmo sem tratar disso. No entanto, essa questão linguística, apesar de muito importante, precisa ser sustentada teoricamente, o que pode não acontecer. Por isso chamo a atenção para esse fato.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Escrita, 1994.
- ABRAMO, Helena. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, et al (org.). **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 37-72.
- ADELMAN, Madelaine; YALDA, Christine. **Seen but not heard: the legal lives of young people**. Arizona State University: 2000.
- AGABEM, Giorgio. A Potência do Pensamento. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, v. 18 - n. 1, p. 11-28, jan./jun. 2006.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. Org. GALLEGO, Esther Solano. 2018: p. 27 a p. 32.
- ARALDI, Lucas; SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Rede Atlas, *think tanks* e a construção da liberalização econômica no Brasil: uma análise do Instituto MilleniumIe do Instituto Ludwig Von Mises Brasil. **Revista Conexão - Comunicação e Cultura**, [s.l.], p. 317-339, jan./jun de 2019.
- ARENDT, Hanna. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARISTÓTELES (384-322-a.c.). **Do céu**. Trad. E. Bini. São Paulo: Edipro, 2014.
- ARNETT, Jeffrey Jensen. G. Stanley Hall's adolescence: brilliance and nonsense. **History of Psychology**, Washington, v. 9, n. 3, 186-197, 2006.
- AUGUSTO, Maria Helena Olivia. Retomada de um legado intelectual: Marialice Foracchi e a Sociologia da Juventude. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, nov. 2005.
- BERTOLLO, Milena. **Juventude e participação política: motivações, trajetórias e representações**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Lóic. A Nova Bíblia do Tio Sam. Porto Alegre: Fórum Social Mundial, 2001. Disponível em: <<https://red.pucp.edu.pe/ridei/files/2011/08/242.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- _____. A Juventude é apenas uma palavra. In: _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/1990. Brasil: 1990.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**. Lei nº 12.288/2010. Brasília: 2010.

_____. **Estatuto da Juventude**. Lei nº 12.852 de 2013. Brasília: 2013.

_____. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Lei nº 13.146/2015. Brasília: 2015.

BURKER, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Edição: Domínio Público. Tradução: Herculano de Lima. Vol. 1. Rio de Janeiro, 2012.

CAFIERO, Carlo. **Karl Marx: o capital**. São Paulo: Hunterbooks, 2014.

CAIAFA, Janice. **Movimento punk na cidade: a invasão dos bandos dub**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

CALIARI, Hingridy Fassarella. As contribuições da ontologia de Lukács e da decadência ideológica para entender as bases de sustentação dos estudos sobre Juventude. In: 7º ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E 14º ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL – Contrarreformas ou revolução: respostas ao capitalismo em crise. **Anais...** Vitória, 2019.

_____. Contribuições de Lukács para pensar a Juventude. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES E SERVIÇO SOCIAL – Em tempos de radicalização do capital, lutas resistência e serviço social. **Anais...** Vitória: ABEPSS, 2018.

_____. **Um ensaio sobre a participação política da juventude brasileira**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática. In: _____; NETTO, José Paulo (Org.). **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez editora, 2011.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Juventudes no Brasil: vulnerabilidades negativas e positivas, desafiando enfoques de políticas públicas. In: CASTRO, M. G. et al. **Juventude, cultura e políticas públicas: intervenções apresentadas no seminário teórico político do Centro de Estudos e Memória da Juventude**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005. p.37-66.

CHASIN, José. Poder e miséria do homem contemporâneo. In: ALCÂNTARA, Norma; JIMENEZ, Susana. **Anuário Lukács 2019**. (Org.). São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Edição Ática, 2000.

COCCIA, Emanuele. Génération X ou Y, ça n'existe pas! Libération. Disponível em: <https://www.liberation.fr/debats/2020/09/11/generation-x-ou-y-ca-n-existe-pas_1799205/>, Acesso em dez. 2020.

COCCIA, Emanuele. **A vida das plantas**: uma metafísica da mistura. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2018.

COUTINHO, Calor Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CROUZER-PAVAN, Elisabeth. Uma flor do mal: os jovens na Itália medieval (séculos XIII-XV). In: **História dos jovens**. LEVI, Giovanni Levi, SCHMIDTT, Jean Claude (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2014.

DAVIS, Angela Yvonne. **Democracia da abolição**: para além do império, das prisões e da tortura. Trad. A. Neves Teixeira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

DOMBROWSKI, Osmir. Conservador nos Costumes e Liberal na Economia: Liberdade, Igualdade e Democracia em Burke, Oakeshott e Hayek.” **Revista Katálysis**, Florianópolis, p. 223-234, maio/ago. 2020.

DUARTE, Newton (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas (SP): Autores Associados, 2012.

DUAYER, Mario. Jorge Luis Borges, filosofia da ciência e crítica ontológica Verdade e emancipação. In: TORRIGLIA, Patricia Laura; MULLER, Ricardo Gaspar; LARA, Ricardo; ORTIGARA, Vidalcir (Org.). Florianópolis: Editora em Debate, 2015. p. 51-78.

_____. Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica à centralidade do trabalho. **Verinotio – Revista On-line de Filosofia e Ciências Humanas**, [s.l.], out. de 2016.

DURKHEIM, Émily. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. Trad. P. Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

EISENSTADT, Shmuel. Grupos informais e organizações juvenis nas sociedades modernas. In: _____. **Sociologia da juventude IV**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1968.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: Marx, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa Omega, [s.d.]. v II.

FERNANDES, Florestan. As publicações póstumas de Karl Mannheim. **Revista Brasileira Estudos Políticos**, [s.l.], n. 96, 1958.

FLITNER, Andreas. Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre Juventude. In: BRITO, S. (Org.) **Sociologia da juventude**, 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.

FOGEL, Gilvan. **Conhecer é criar**: um ensaio a partir de F. Nietzsche. São Paulo: Discurso Editorial; Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2003.

FORACCHI, Marialice. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.

_____. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1977.

FORTES, Ronaldo Vielmi. Gênese social e atualidade dos processos de inferiorização da Mulher em Marx, Engels e Lukács. **Revista Katálisis**, Florianópolis, set./dez. de 2018.

FRASCHETTI, Augusto. O mundo Romano. In: LEVI, Giovanni; SCHMIDTT, Jean Claude (Org.). **História dos jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GAMA, Zacarias Jaegger; GONDRA, José Gonçalves. Uma estratégia de unificação curricular: Os Estatutos das escolas públicas de instrução primária. **História e Educação**, Pelotas, v. 5, n. 23, p. 23-38, abr. 1999. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29993/pdf>>. Acesso em: 13 maio 2021.

GAMA, Zacarias Jaegger. A categoria mediação em Hegel, Marx e Gramsci: para suprimir ruídos conceituais. **Ciência e Lutas de Classe Digital**, [s.l.], jul. 2015.

GOLDMANN, Lucien. **Ciências humanas e filosofia**: o que é sociologia? São Paulo: Diefel, 1986.

GROPPO, Luis Antonio. Educação e juventude como técnicas sociais nas obras de Karl Mannheim. **Revista de Ciências da Educação Americana**, [s.l.], Ano 5, n. 9, p. 233-356, 2ª sem. 2003.

_____. **Introdução à sociologia da juventude**. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2017.

HALL, Granville Stanley. **Adolescence its psychology**: and its relation to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion and education. Vol. II. New York and London: D. Appleton and Company, 1911.

HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony. **Resistance thought rituals**: youth subcultures in post-war Britain. Birmingham: Taylor & Francis e-library, 2003.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. Porto Alegre: L&PM, 2019.

HOBBSAWM, Eric John Ernest. **A Era das Revoluções 1789-1848**. Edição: Paz e Terra; São Paulo, 2012.

IANNI, Octavio. O jovem radical. In: BRITO, S. (Org.) **Sociologia da juventude**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968, p. 225-242.

INFRANCA, Antonino. **Trabalho, indivíduo, história: o conceito de trabalho em Lukács.** São Paulo: Boitempo, 2014.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LARA, Ricardo. Notas lukácsianas sobre decadência ideológica da burguesia. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2013.

_____. Pensamento social da modernidade e ontologia materialista. **Verinotio revista on-line de educação e ciências humanas**, [s.l.], Ano V, n.10, out./2009. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.3944390345313.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2018.

LENIN, Vladimir Ilyich Ulianov. **Sobre a emancipação da mulher.** São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

LESSA, Sergio. Lukács: trabalho, objetivação, alienação. **Trans/Form/Ação**, Marília (SP), v. 15, p. 39-51, dez. 1992.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano.** Trad. A. Aiex. São Paulo: Nova Cultura, 1999.

LÖWY, Michael. Lucien Goldmann ou a aposta comunitária. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 9, n. 23, p. 183-192, 1995.

_____. **As aventuras de Karl MARx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”.** São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Karl Mannheim and Georg Lukács: the lost heritage of heretical historicism.** Disponível em: <<http://www.inco.hu/inco13/filo/cikk13h.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

LUKÁCS, Georg. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. **Temas de Ciências Sociais**, n 4. Tr. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____. **Il Momento Ideale Nell’Economia e Sulla Ontologia del Momento Ideale.** Trad. M. A. Borges. Roma: Editori Riuniti, 1981.

_____. **Marxismo e teoria da literatura.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Para uma ontologia do ser social I.** Edição: Boitempo. São Paulo, 2012.

_____. **Prolegômenos e para ontologia do ser social 13**. Maceio: Coletivo Veredas, 2018a.

_____. **Para a ontologia do ser social volume 14**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018b.

_____. **A destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020a.

_____. **Essências são os livros não escritos**: últimas entrevistas (1966-1971). São Paulo: Boitempo, 2020b.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: _____. **O problema da sociologia do conhecimento**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1952.

_____. O pensamento conservador. **Essays on Sociology and Social Psychology** (cap II: “Conservative Thought”). Trad. S. Lyra. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1959. p. 74-119.

_____. El problema de las generaciones. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas-REIS**, [s.l.], n. 62, p. 1930242, 1993.

_____. O problema da juventude na sociedade moderna. In: _____. **Sociologia da juventude**, vol. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARGULIS, Mario. Introdução. In: _____ (Org.). **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblios, 1996. p. 9-11.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **A miéria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro I - O processo de produção do capital. 2 ed. Trad. R. Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O capital**: o processo de produção do capital. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MESZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. Trad. L. Pudenzi; F. R. Cornejo; P. C. Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2009.

NAKATANI, Paulo. Estado e Acumulação do Capital. Discussão sobre a teoria da derivação. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, Ano 5, 1987.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Lukács e a crítica da filosofia burguesa**. Lisboa: Seara Nova, 1978.

_____. Introdução ao método na teoria social. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009.

_____. George Lukács: um exílio na pós-modernidade. In: PINASSI, M. O.; LESSA, S. (Org.). **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.

OLDRINI, Guido. Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács. In: **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.

PACHUKANIS, Eviguiêni Bronislavovich. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

PARSONS, Talcott. A classe como sistema social. In: _____. **Sociologia da juventude III**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Editora Casa da Moeda, 2003.

PINHEIRO, Ana Claudia. **Pensando so *think tanks*: uma revisão da produção acadêmica brasileira**. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2019.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2008.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou da educação**. Trad. S. Milliet. 3 ed. São Paulo: Difel, Difusão Editorial, 1979.

SÁRKÖZI, Mátyás. The influence on Georg Lukács on the young Karl Mannheim in the light of a Newly Discovered Diary. **The Slavonic and East European Review: SEER**, vol. 64, Nº3, July. 1986, p. 432-439. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/4209315.pdf?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 1 mar. 2021.

SHNAPP, Alain. A imagem dos jovens na cidade grega. In: LEVI, Giovanni; SCHMIDTT, Jean Claude. **História dos jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. **Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

SOUZA, Regina Magalhães de. Protagonismo Juvenil: o discurso da juventude sem voz. in: **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, [sl.], v. 1, n. 1, p. 1-28, 2009.

TAVARES, Breitner. Sociologia da Juventude: da Juventude desviante ao protagonista jovem, da UNESCO. In: **Soc. e Cult. Goiania**, v. 15, n. 1, p. 181-191, jan./jun. 2012.

TERTULIAN, Nicolas. Uma apresentação à ontologia do ser social, de Lukács. In: LUKACKS, Georg. **Prolegômenos à ontologia do ser social**. Trad. I. Tonet. Milão: Guerini e Associati, 1990. p. 54-69

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológico. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

VALENZUELA, José Manuel (Coord.). **Juvenicídio**: ayotzinapa y las vidas precárias em América Latina y España. Barcelona: NED Educaciones; Guadalajara: ITESO; Tijuana: El colegio de la Frontera Norte, 2015.

VIANNA, Hermano. **O mundo funk carioca**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

VOLTAIRE. **Cândido ou o otimismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WILLIS, Paul. **Profane culture**. England: Princeton University Press, 2014.

_____. Entrevista (em dois tempos). Entrevista concedida a Roger Martinez e Melissa Mattos Pimenta. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, nov. 2005.

APÊNDICE 1 – Relação de publicações sobre Juventude da SNJ.

SNJ				
	título	Tipo	ano	Autor
	Guia do usuário do Koha	Livro	2017	Schiessl, Ingrid Torres; Jesus, Jaqueline Rodrigues de; Macedo, Diego José; Shintaku, Milton; Santos, Priscila Rodrigues dos; Murakami, Tiago Rodrigo Marçal
	Carta da Bahia	Livro	2010	Brasil. Secretaria Nacional de Juventude; Fundo de População da Nações Unidas (UNFPA)
	Mapa da violência 2016 : homicídios por armas de fogo	Livro	2016	Waiselfisz, Julio Jacobo
	Jovens mulheres e políticas públicas	Livro	2014	Lobato, Ana Laura (Org.)
	Mais além de 2014 e 2015 : os direitos das juventudes no centro do desenvolvimento	Livro	2013	Brasil. Secretaria Nacional de Juventude
	Guia de políticas públicas de juventude	Livro	2006	Brasil. Presidência da República. Secretaria-Geral
	Mapa do encarceramento : os jovens do Brasil	Livro	2015	Sinhoretto, Jacqueline; Brasil. Presidência da República; Brasil. Secretaria Nacional da Juventude
	Mapa da violência 2013 : homicídios e juventude no Brasil	Livro	2013	Waiselfisz, Julio Jacobo; Brasil. Presidência da República; Brasil. Secretaria Nacional de Juventude
	Mapa da violência 2014 : homicídios e juventude no Brasil : atualização de 15 a 29 anos	Livro	2014	Waiselfisz, Julio Jacobo; Brasil. Presidência da República; Brasil. Secretaria Nacional da Juventude; Brasil. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
	Mapa da violência 2014 : os jovens do Brasil	Livro	2014	Waiselfisz, Julio Jacobo; Brasil. Presidência da República; Brasil. Secretaria Nacional da Juventude; Brasil. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
	Mapa da violência 2015 : mortes matadas por armas de fogo	Livro	2015	Waiselfisz, Julio Jacobo; Brasil. Presidência da República; Brasil. Secretaria Nacional da Juventude; Brasil. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
	Guia para participação no IX Fórum de Juventude da Unesco	Livro	2014	Brasil. Secretaria Nacional de Juventude
	Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude : 2003-2010	Livro	2011	Brasil. Secretaria Nacional de Juventude; Brasil. Conselho Nacional de Juventude; Brasil. Presidência da República
	A Juventude brasileira no contexto atual e no cenário futuro	Livro	2010	Barber-Madden, Rosemary (Org.); Santos, Taís de Freitas (Org.)
	Editorial da Revista Panorama das Pesquisas em Políticas de Juventude	Revista/Artigo	2014	Elisa Guaraná Castro

	Entrevista: Regina Novaes fala sobre os novos paradigmas da pesquisa em juventude	Revista/Artigo	2014	Danilo Castro Lima
	Juventude e políticas públicas em rorainópolis: uma questão de identidade	Revista/Artigo	2014	Antonio Souza Nascimento
	Adolescentes e jovens indígenas: contexto social e participação política no rio negro	Revista/Artigo	2014	Claudina Azevedo Maximiano
	O protagonismo dos jovens e o turismo em áreas rurais	Revista/Artigo	2014	Mayara Roberta Martins, Célia Regina Tomiko Futemma
	Juventude e violência: reflexões sobre violência contra jovens em Teresina	Revista/Artigo	2014	Lila Cristina Xavier Luz
	Juventudes e Políticas Públicas: Reflexões quanto a Garantia do Direito as Seguranças	Revista/Artigo	2014	Giovane Antonio Scherer
	Dos espaços de identidade aos espaços de visibilidade	Revista/Artigo	2014	Mário Pires Simão
	A profissionalização artística de jovens em salvador/bahia: tensões entre mercados e políticas culturais e educacionais	Revista/Artigo	2014	Ivan Faria
	Juventude e participação: Ligas Juvenis Alemãs e Políticas de Juventude no Brasil	Revista/Artigo	2014	Cristiane Sander
	Formação de agenda de políticas públicas de juventude no governo lula	Revista/Artigo	2014	Heber Silveira Rocha
	Rede de atores pastorais e sua influência nas políticas públicas de juventude: constituição de uma comunidade epistêmica	Revista/Artigo	2014	Rodrigo de Andrade
	Estatuto da juventude no Brasil: avanços e retrocessos (2004-2013)	Revista/Artigo	2014	Mirlene Fátima Simões Severo

APÊNDICE 2 – Relação de publicações do IPEA sobre juventude entre 2003 e 2016.

Publicação	Texto/Artigo	Autor/Organizador	Local, Data
Ppe - pesquisa e planejamento econômico - 46 - nº 03	Como as mudanças no trabalho e na renda dos pais afetam as escolhas entre estudo e trabalho dos jovens?	Caterina Soto Vieira Pedro Cabanas Naercio Menezes-filho Bruno Kawaoka Komatsu	2016
Texto para discussão	Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida	Daniel Cerqueira e Danilo Santa Cruz Coelho	Brasília, janeiro de 2017
Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira		Organizadores: Tom Dwyer, Eduardo Luiz Zen, Wivian Weller, Jiu Shuguang e Guo Kaiyuan	Brasília, 2016
A aprendizagem e a inserção de jovens no mercado de trabalho: uma análise com base na raça		Autores Carlos Henrique Corseuil Miguel Foguel Gustavo Gonzaga	Brasília, 2016
Ppe - pesquisa e planejamento econômico - 46 - nº 02	Os determinantes da decisão entre estudo e trabalho dos jovens no Brasil e a geração nem-nem 47	Eduardo Tillmann e Flavio Comim	2016 agosto - volume 46, 2
O levantamento de informações sobre direitos violados de crianças e adolescentes no sippa		Santiago Falluh Varella	Brasília, março de 2004
Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros		Ana Amélia Camarano, Juliana Leitão e Mello, Maria Tereza Pasinato e Solange Kanso	Rio de janeiro, agosto de 2004
Brasil: o estado de uma nação	VIII – juventude no brasil-p.77	Fernando Rezende e Paulo Tafner, editores.	2005.
Exclusão social e mobilidade no brasil	Texto não disponível no site	Estanislaw gacitúa-marió, michael woolcock (organizadores)	Brasília, 2005
Longa caminhada, fôlego curto: o desafio da inserção laboral juvenil por meio dos consórcios sociais da juventude		José Celso Cardoso Jr., Roberto Gonzalez, Matheus Stivali, José Carlos dos Santos e Alysson Costa	Brasília, outubro de 2006
Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?		Ana Amélia Camarano (organizadora)	Rio de janeiro, 2006
Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?	Capítulo 2 - do nascimento à morte: principais transições	Ana Amélia Camarano, Juliana Leitão e Mello e Solange Kanso	Rio de janeiro, 2006
Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?	Capítulo 3 - semelhanças e diferenças nas transições ao longo do ciclo da vida por regiões e cor/etnia	Ana Amélia Camarano, Juliana Leitão e Mello e Solange Kanso	Rio de janeiro, 2006

Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?	Capítulo 4 - transição para a vida adulta: mudanças por período e coorte	Ana Amélia Camarano, Juliana Leitão e Mello e Solange Kanso	Rio de janeiro, 2006
Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?	Capítulo 5 - educação e desigualdade no tempo de juventude	Felícia Reicher Madeira	Rio de janeiro, 2006
Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?	Capítulo 6 - trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais	Nadya Araujo Guimarães	Rio de janeiro, 2006
Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?	Capítulo 7 - o processo de constituição de família entre os jovens: novos e velhos arranjos	Ana Amélia Camarano, Juliana Leitão e Mello, Solange Kanso e Adriana Andrade	Rio de janeiro, 2006
Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?	Capítulo 8 - parentalidade juvenil: transição condensada para a vida adulta	Maria Luiza Heilborn e Cristiane s. Cabral	Rio de janeiro, 2006
Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?	Capítulo 9 - estão fazendo a transição os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho?	Ana Amélia Camarano, Juliana Leitão e Mello, Solange Kanso e Adriana Andrade	Rio de janeiro, 2006
Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?	Capítulo 10 - transições negadas: homicídios entre os jovens brasileiros	Helder Ferreira e Herton Ellery Araújo	Rio de janeiro, 2006
Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?	Capítulo 11 - considerações finais: transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?	Ana Amélia Camarano	Rio de janeiro, 2006
Juventude e políticas sociais no Brasil		Jorge Abrahão de Castro e Luseni Aquino	Brasília, abril de 2008
Juventude e políticas sociais no Brasil		Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria c. de Aquino e Carla Coelho de Andrade (organizadores)	Brasília, 2009
Situação social brasileira 2007	Capítulo 3: juventude, educação e trabalho: um breve retrato a partir da pnad 2007	Carla coelho de Andrade Jorge Abrahão de Castro e José Aparecido Carlos Ribeiro (organizadores)	Brasília, 2009
Cultura viva: avaliação do programa arte educação e cidadania	Parte II: desenho conceitual – políticas culturais e juventude	Frederico a. Barbosa da Silva e Herton Ellery Araújo (organizadores)	Brasília, setembro de 2010

Pontos de cultura: olhares sobre o programa cultura viva	Capítulo 4 ação agente cultura viva: contribuições para uma política cultural de juventude	Luana Vilitis, autora. Frederico Barbosa e Lia Calabre (organizadores)	Brasília, 2011
Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros		Carlos Henrique Corseuil e Rosana Ulhôa Botelho	Brasília, 2014
Valores e estrutura social no Brasil		Felix Garcia Lopez e Fabio de Sá e Silva	Rio de Janeiro, março de 2014
Taxa de poupança e consumo no ciclo da vida das famílias brasileiras: evidência microeconômica		Marcos Antonio Coutinho da Silveira e Ajax Reynaldo Bello Moreira	Brasília, agosto de 2014
Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas		Organizadores: Enid Rocha Andrade da Silva e Rosana Ulhôa Botelho	Brasília, 2016
A informalidade do trabalho da juventude no Brasil: o que pensam os integrantes do subcomitê da agenda nacional de trabalho decente para a juventude		Enid Rocha Andrade da Silva, Debora Maria Borges de Macedo, Marina Morena Alves de Figueiredo, Nanah Sanches Vieira e Raissa Menezes de Oliveira	Brasília, fevereiro de 2016
Vida social e política nas favelas	Capítulo 7-mobilizações, projetos sociais e juventude em favelas cariocas: um olhar a partir dos eventos #ocupaaemãoàs9h e #ocupaborelàs9h patricia lãnes araujo de souza	Organizadora: Rute Imanishi Rodrigues	Brasília, 2016
Vida social e política nas favelas	Capítulo 8-filhos de suas mães: notas preliminares de pesquisa sobre a juventude e o tráfico de drogas no contexto de pacificação felícia picanço	Organizadora: Rute Imanishi Rodrigues	Brasília, 2016
Boletim de análise político-institucional	O território como referência para (re)pensar o judiciário: o caso da justiça da infância e da juventude	Luseni Aquino	Nº 2, agosto 2012
Ppp - planejamento e políticas públicas - 48	As políticas públicas para a juventude rural: o pronaf jovem em debate	Sérgio Botton Barcellos	2017 - janeiro/junho - número 48
Boletim de mercado de trabalho - conjuntura e análise nº 21	Um retrato do desemprego juvenil no Brasil*	Waldir Quadros	Fevereiro 2003
Boletim de mercado de trabalho - conjuntura e análise nº 21	Juventude e primeiro emprego	Carlos Alberto Grana	Fevereiro 2003

Boletim de mercado de trabalho - conjuntura e análise nº 21	A tragédia social do jovem	Luiz Fernando Emediato	Fevereiro 2003
Boletim de mercado de trabalho - conjuntura e análise nº 21	Aprendizagem industrial renovada	Alberto Borges de Araújo	Fevereiro 2003
Boletim de mercado de trabalho - conjuntura e análise nº 21	Combate ao desemprego juvenil no brasil: a proposta do ministério do trabalho e emprego	Remígio Todeschini	Fevereiro 2003
Boletim de mercado de trabalho - conjuntura e análise nº 21	A oferta de trabalho dos jovens tendências e perspectivas	Eduardo I. G. Rios-neto e André Golgher	Fevereiro 2003
Boletim de mercado de trabalho - conjuntura e análise nº 21	A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios?	Ana Amélia Camarano, Maria Tereza Pazinato, Solange Kanso e Caroline Vianna	Fevereiro 2003
Boletim de mercado de trabalho - conjuntura e análise nº 26	O programa nacional de estímulo ao primeiro emprego de jovens	Gladys Andrade	Fevereiro 2005
Boletim de mercado de trabalho - conjuntura e análise nº 26	A experiência do consórcio social da juventude (csj) do rio de janeiro	Estela Scheinvar e Paula Correia de Miranda	Fevereiro 2005
Boletim de mercado de trabalho - conjuntura e análise nº 26	Inserção cidadã em rede de jovens no mundo do trabalho	Francisco Antonio Barbosa Vidal	Fevereiro 2005
Boletim de mercado de trabalho - conjuntura e análise nº 26	A experiência do consórcio social da juventude da região metropolitana de salvador	Maria Thereza Oliva Marcilio de Souza	Fevereiro 2005
Boletim mercado de trabalho - conjuntura e análise nº 37	Juventude e trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo	Carla Coelho de Andrade	Novembro 2008
Boletim mercado de trabalho - conjuntura e análise nº 55	Transições do desemprego para o emprego entre os jovens	Mauricio Reis	Agosto de 2013
Boletim mercado de trabalho - conjuntura e análise nº 55	A rotatividade dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro	Carlos Henrique Corseuil, Miguel Foguel, Gustavo Gonzaga, Eduardo Pontual Ribeiro	Agosto de 2013
Boletim mercado de trabalho - conjuntura e análise nº 55	Juventude e trabalho: contribuição para o diálogo com as políticas públicas	Ana Laura lobato, Valéria Viana Labrea	Agosto de 2013
Boletim mercado de trabalho - conjuntura e análise nº 55	Trabalho decente e juventude no brasil: a construção de uma agenda	Lafís Abramo	Agosto de 2013
Boletim mercado de trabalho - conjuntura e análise nº 55	Aprendizagem profissional: a lei que promove trabalho decente para a juventude e desenvolvimento econômico e social para o brasil	Josbertini Virgínio Clementino	Agosto de 2013

Boletim mercado de trabalho - conjuntura e análise nº 55	Juventude, associativismo e economia solidária: “não é por centavos, é por direitos”*	Maria Clara Bueno Fischer, Anny Pereira Lia Tiriba	Agosto de 2013
Políticas sociais - acompanhamento e análise nº 11	Juventude negra e exclusão radical	Maria Aparecida Silva Bento, Nathalie Beghin	2005
Relatório de pesquisa do ipea	Estudo comparado sobre a juventude brasileira e chinesa: dados preliminares do brasil		Novembro - 2012
Relatório de pesquisa do ipea e cnj	Justiça infantojuvenil - situação atual e critérios de aprimoramento		Março - 2012
A informalidade do trabalho da juventude no brasil: o que pensam os/as integrantes do subcomitê da agenda nacional de trabalho decente para juventude		Organizadores: Enid Rocha Andrade da Silva, Debora Maria Borges de Macedo, Marina Morenna Alves de Figueiredo, Nanah Sanches Vieira, Raissa Menezes de Oliveira	Brasília, 2015
Comunicado do ipea nº 12	Pnad 2007: primeiras análises - educação, juventude e raça		Outubro de 2008
Comunicado do ipea nº 36	Pnad 2008: primeiras análises - juventude e desigualdade racial		Dezembro de 2009
Conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar na juventude brasileira		Organizadores: Enid Rocha Andrade da Silva, Débora Maria Borges de Macedo e Marina Morenna Alves de Figueiredo	Brasília, 2015
Diálogo social e trabalho decente para a juventude no brasil		Organizadores: Enid Rocha Andrade da Silva, Débora Maria Borges de Macedo e Marina Morenna Alves de Figueiredo	Brasília, 2015
Juventude e risco: perdas e ganhos sociais na crista da população jovem	Juventude que conta	Marcelo Neri.	12/07/2013 pelo instituto de pesquisa econômica aplicada (ipea) e a secretaria de assuntos estratégicos (sae), em parceria com o centro de pesquisa para o desenvolvimento internacional (idrc, canadá) e o centro de estudios distributivos laborales y sociales (cedlas) da universidade de la plata, argentina.

Juventude e risco: perdas e ganhos sociais na crista da população jovem	Juventude levada em conta – demografia	Marcelo Neri (sae/pr) ¹ , Ricardo Paes de Barros (sae/pr), Diana Grosner (sae/pr), Rosane Mendonça (sae/pr), Adriana Mascarenhas (sae/pr), Andrezza Rosalém (consultora), Samuel Franco (consultor)	12/07/2013 pelo instituto de pesquisa econômica aplicada (ipea) e a secretaria de assuntos estratégicos (sae), em parceria com o centro de pesquisa para o desenvolvimento internacional (idrc, canadá) e o centro de estudios distributivos laborales y sociales (cedlas) da universidade de la plata, argentina.
Juventude e risco: perdas e ganhos sociais na crista da população jovem	Deixe o seu currículo com a gente e nós retornaremos: três décadas de evidencia sobre o problema do desemprego dos jovens na américa latina	Guillermo Cruces	12/07/2013 pelo instituto de pesquisa econômica aplicada (ipea) e a secretaria de assuntos estratégicos (sae), em parceria com o centro de pesquisa para o desenvolvimento internacional (idrc, canadá) e o centro de estudios distributivos laborales y sociales (cedlas) da universidade de la plata, argentina.
Juventude e risco: perdas e ganhos sociais na crista da população jovem	Programa de formação profissional impulsionou o emprego no setor formal	Guillermo Cruces	12/07/2013 pelo instituto de pesquisa econômica aplicada (ipea) e a secretaria de assuntos estratégicos (sae), em parceria com o centro de pesquisa para o desenvolvimento internacional (idrc, canadá) e o centro de estudios distributivos laborales y sociales (cedlas) da universidade de la plata, argentina.

Juventude e risco: perdas e ganhos sociais na crista da população jovem	A rotatividade dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro	Carlos Henrique Corseuil, Miguel Foguel, Gustavo Gonzaga e Eduardo Pontual Ribeiro	12/07/2013 pelo instituto de pesquisa econômica aplicada (ipea) e a secretaria de assuntos estratégicos (sae), em parceria com o centro de pesquisa para o desenvolvimento internacional (idrc, canadá) e o centro de estudios distributivos laborales y sociales (cedlas) da universidade de la plata, argentina.
Juventude e risco: perdas e ganhos sociais na crista da população jovem	Custo da juventude perdida no brasil	Daniel Cerqueira e Rodrigo Leandro de Moura	12/07/2013 pelo instituto de pesquisa econômica aplicada (ipea) e a secretaria de assuntos estratégicos (sae), em parceria com o centro de pesquisa para o desenvolvimento internacional (idrc, canadá) e o centro de estudios distributivos laborales y sociales (cedlas) da universidade de la plata, argentina.
Juventude e risco: perdas e ganhos sociais na crista da população jovem	Efeitos de um programa de aprendiz sobre salários e empregabilidade de jovens no brasil	Carlos Henrique Corseuil (ipea), Miguel Foguel (ipea), Gustavo Gonzaga (puc-rio)	12/07/2013 pelo instituto de pesquisa econômica aplicada (ipea) e a secretaria de assuntos estratégicos (sae), em parceria com o centro de pesquisa para o desenvolvimento internacional (idrc, canadá) e o centro de estudios distributivos laborales y sociales (cedlas) da universidade de la plata, argentina.
Juventude e trabalho informal no brasil		Coordenação: Enid Rocha Andrade da Silva - organizadores: Ana Luiza Machado de Codes, André Gambier Campos, Carlos Henrique Leite Corseuil, Debora Maria Borges de Macedo, Herton Ellery Araujo, Larissa de Morais Pinto, Leonardo Alves Rangel, Marina Morenna Alves de Figueiredo, Nanah Sanches Vieira, Paulo Roberto Corbucci, Raissa Menezes de Oliveira e Rosana Ulhôa Botelho	Brasília, 2015

Desafios do desenvolvimento - edição 42	A juventude quer participar		
Revista desafios do desenvolvimento - edição 82	A juventude perdida		2014
Transições da escola para o trabalho dos jovens homens e mulheres no Brasil		Organizadores: Gustavo Venturi e Danilo Torini	Genebra, 2014